



Universidade de Brasília

Instituto de Letras

Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – LIP

Programa de Pós-Graduação em Linguística - PPGL

Francisca Cordelia Oliveira da Silva

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE IDENTIDADES ÉTNICO-RACIAIS:
UMA ANÁLISE DISCURSIVA DO RACISMO NO BRASIL**

Brasília - DF

2009



Universidade de Brasília

Instituto de Letras

Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – LIP

Programa de Pós-Graduação em Linguística - PPGL

Francisca Cordelia Oliveira da Silva

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE IDENTIDADES ÉTNICO-RACIAIS:
UMA ANÁLISE DISCURSIVA DO RACISMO NO BRASIL**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de **Doutor em Linguística** à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília.

Orientadora: Professora Doutora Josenia Antunes Vieira

Brasília - DF

2009

**A construção social de identidades étnico-raciais: uma análise
discursiva do racismo no Brasil**

Francisca Cordelia Oliveira da Silva

BANCA EXAMINADORA

.....
Professora Doutora Josenia Antunes Vieira (Orientadora)

.....
Professora Doutora Maria Carminda Bernardes Silvestre (Membro Externo)

.....
Professora Doutora Regina Célia Pagliuchi da Silveira (Membro Externo)

.....
Professora Doutora Célia Maria Magalhães (Membro Externo)

.....
Professora Doutora Maria Luiza Monteiro Salles Coroa (Membro Interno)

.....
Professora Doutora Eliane Ferreira de Sousa (Suplente)

Aos meus pais, Geraldo e Maria (em memória).
Aos meus filhos, Marcelo e Gabriel.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a todos os meus professores e professoras – em especial aos meus mestres da Universidade de Brasília, que me ajudaram a ver, a compreender, a analisar, a discordar e, sobretudo, a pesquisar. Sem essa ajuda, muito do que hoje vejo ainda estaria encoberto.

Agradeço em especial a minha orientadora – Professora Doutora Josenia Antunes Vieira por esses 16 anos de estudos, de pesquisas, de trabalhos e de realizações.

Agradeço a todos meus amigos, que, junto comigo, vivem “a dor e a delícia” de se aventurar pelo mundo acadêmico: André Lúcio Bento, Janaína de Aquino Ferraz, Harrison da Rocha, Márcio Andrébio, que, com muito carinho, me emprestaram o ombro e os ouvidos. E também aos preciosos amigos e amigas: Divino Lima, Eni Abadia Batista, Jane Cristina Pereira e Fábio Couto.

Agradeço aos companheiros de trabalho do MEC/INEP, da Faculdade Michelangelo, da Universidade Aberta do Brasil (UAB), do Centro de Educação a Distância (CEAD) e do Senac (EaD).

Agradeço às minhas colaboradoras – Verônica, Luzia e Dalva – que, durante esses anos, cuidaram dos meus filhos para que eu pudesse me dedicar ao trabalho e aos estudos.

Agradeço também ao companheirismo das amigas, companheiras e irmãs (de coração) Veruska Ribeiro Machado e Joelma Alves de Mello; e à amiga Heloísa Helena Medeiros da Fonseca, que chegou há pouco em minha vida, mas fez diferença.

Agradeço aos meus familiares: minhas irmãs – Francilene, Francine e Aurélia -, meus irmãos – Cláudio e Chagas -, meus muitos sobrinhos, sobrinhas e sobrinhos netos, cunhado e cunhada que estiveram junto comigo.

Agradeço, em especial, a minha irmã Franceli, que desde muito cedo me falou sobre a importância do estudo para mudar a minha vida.

Agradeço aos meus filhos, Marcelo e Gabriel, pelo amor incondicional e pelo sorriso que me dá força, energia, vitalidade e vontade de viver mais e mais.

Agradeço, enfim, a Deus pelo sangue que corre em minhas veias, pelo ar que infla meus pulmões, pelas borboletas que revoam (vez ou outra) pelo meu estômago e pelas sinapses que possibilitaram a produção dessas ideias.

No fundo, a história branca desta sociedade negra não deixou ao negro senão a alternativa de ser branco
(Martins, 2007, p. 97).

RESUMO

A pesquisa “A construção social de identidades étnico-raciais: uma análise discursiva do racismo no Brasil” tem como objetivo analisar discursos com a finalidade de verificar a construção de identidades étnico-raciais no Brasil e como a ideologia age na constituição dessas identidades. O estudo defende a tese que “no Brasil, o discurso de harmonia étnico-racial mascara práticas discursivas e sociais discriminatórias e racistas seculares que constroem identidades subalternas para os negros”. Para alcançar esse objetivo, são analisados três notícias de casos de racismo no Brasil, as respostas a cem questionários que investigam como se dá a identificação étnico-racial dos brasileiros e dois textos legais – a lei que pune o racismo como contravenção penal (Lei 1390/51) e a lei que pune o racismo como crime (Lei 7716/89). O *corpus* é analisado para responder a três questões: 1) Como são representados os atores sociais em notícias sobre racismo no Brasil?; 2) Como o brasileiro se representa com relação à cor, à etnia ou à “raça”?; e 3) Como a ideologia presente nos discursos legais contribui para as práticas discursivas racistas no Brasil? Para tanto, são abordados os conceitos de Análise de Discurso Crítica, de Identidades e de Ideologia. A metodologia é qualitativa e quantitativa e as categorias de análise são adotadas de Fairclough (1992, 2003), de van Leeuwen (1998) e de Thompson (1995). Os resultados evidenciam a existência de racismo no Brasil, manifesto em discursos e práticas sociais que criam, naturalizam e reificam ideologias preconceituosas, usadas pela sociedade para sustentar identidades subalternas para negros e seus descendentes.

Palavras-chave: Análise de Discurso Crítica, Identidade, Ideologia, Racismo.

ABSTRACT

The research "The social construction of ethnic-racial identity: a discursive analysis of racism in Brazil," aims to analyze discourse in order to investigate the construction of ethnic-racial identities in Brazil and also how the ideology acts in the constitution of these identities. The study defends the thesis that "in Brazil, the discourse of ethno-racial harmony masks social secular discursive practices of racism and discrimination that contributes to build subaltern identities to black people". To achieve this objective we've chosen three reports of racism cases in Brazil; one hundred responses to questionnaires that focused on how Brazilian people define the ethnic-racial identity; and two texts - the law that punishes racism as criminal contravention (Law 1390 / 51) and the law of racism as a crime (Law 7716/89). The corpus is analyzed to answer three questions: 1) How the social actors are represented in stories about racism in Brazil?; 2) How Brazilians identify themselves into color, ethnicity or race?, And 3) How the ideology in legal discourse contributes to the discursive practices of racism in Brazil? To make all this work possible, we focus on two concepts of Critical Discourse Analysis: Identity and Ideology. The methodology is qualitative and quantitative and categories of analysis are adopted from Fairclough (1992, 2003), van de Leeuwen (1998) and Thompson (1995). The results show the existence of racism in Brazil, manifested in discourses and social practices that create, naturalize and reify ideologies of prejudice used by society to sustain subaltern identities for black people and their descendants.

Key-words: Critical Discourse Analysis, Identity, Ideology, Racism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1 Setor Comercial Sul (SCS) – Distrito Federal (DF)	23
2 Mapa da área central de Brasília (DF)	24
3 Tráfico de pessoas	34
4 Racismo na Espanha	37
5 Estilização dos índios Mapuche	39
6 Índios Mapuche	43
7 Cartaz de leilão de negros.	51
8 Cartaz comemorativo da Lei Áurea.	54
9 Revista Raça Brasil	58
10 Só você pode dizer qual a sua cor!	67
11 Qual sua cor?	68
12 Você é quem melhor pode definir sua cor!	70
13 Diferenças são naturais. Desigualdades não!	71
14 Diretrizes curriculares	72
15 Programa Brasil, Gênero e Raça	73
16 Violência contra o negro	78
17 Vagueza do termo negro.	80
18 Cabelo antes	172
19 Cabelo depois	173
20 Cabelos antes e depois	174
21 Leite de Colônia	190
22 Comparativo das respostas	209

LISTA DE QUADROS

1. Escravidão moderna	33
2. Sistema de cotas para negros da Universidade de Brasília	74
3. Negro quem, cara pálida?	76
4. Denominações de cor e de raça	77
5. Negro quem, cara pálida?	89
6. Racismo no Trabalho	118
7. Administrador de hospital é preso por racismo	130
8. Racismo no futebol	135
9. Comparativo dos títulos das notícias	139
10. Atores sociais do T1	142
11. Atores sociais do T2	144
12. Atores sociais do T3	146
13. Lei 1390	243
14. Lei 7716	244
15. Termos usados contra negros e relatados em queixas de crime racial	253

LISTA DE SIGLAS

ABL	Academia Brasileira de Letras.
AD	Análise de Discurso
ADC	Análise de Discurso Crítica
AIE	Aparelhos Ideológicos do Estado
ARE	Aparelhos Repressores do Estado
Cespe	Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da UnB
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CTR	Central de Trabalho e Renda
DF	Distrito Federal
ECD	Estudos Críticos do Discurso
EUA	Estados Unidos da América
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FS	Formas simbólicas
GRPE	Programa Gênero, Raça, Pobreza e Emprego
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e de Estatística
INEP	Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
MTE	Ministério de Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organizações das Nações Unidas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SCS	Setor Comercial Sul
Secad	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
Seppir	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
T1	Texto 1
T2	Texto 2
T3	Texto 3
TRS	Teoria das Representações Sociais
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
1 ROMPENDO COM A IDEIA DE INEXISTÊNCIA DE RACISMO NO BRASIL	18
1.1 A negação da negação: antítese	19
1.2 Racismo e discriminação: afirmação da negação (tese)	20
1.3 Detalhamento do <i>corpus</i>	22
1.4 Sujeitos	23
1.5 Questões	24
1.6 Metodologia de análise	25
1.7 Categorias analíticas	25
1.8 Organização do trabalho	28
1.9 Primeiras conclusões	28
2 RACISMO NA CONTEMPORANEIDADE	30
2.1 Europa: o berço do racismo	35
2.2 América Latina: a continuação do racismo europeu	38
2.2.1 Argentina: <i>hermanos pero no mucho</i>	39
2.2.2 Bolívia: construção da imagem de “Outro”	40
2.2.3 Chile: genocídio e pacificação	41
2.2.4 Colômbia: discurso e práticas sociais	43
2.2.5 Peru: retrocesso legal e progresso social	44
2.2.6 Venezuela: a falácia da democracia racial	45
2.2.7 Fechamento de ideias: o panorama da América	46
2.3 O paraíso racial brasileiro	46
2.4 Construção de referências	48
2.4.1 A construção social e linguística dos termos etnia, cor e raça	48
2.4.2 Raça: a construção histórica e social da diferença	54
2.4.3 Etnia e cor: a interface da biologia com a cultura	58
2.4.5 Etnia, raça e cor: usos discursivos e sociais.	63
2.4.6 Negro brasileiro: uma impossibilidade conceitual?	72
2.4.7 Negro, raça, etnia e cor: convergências e divergências	77
3 ANÁLISE DE DISCURSO: APORTES TEÓRICOS	80
3.1 Análise de Discurso Crítica: linguagem e sociedade	81
3.2 Discurso: a prática social em ação	86
3.3 Texto e discurso	89
3.4 Prática discursiva: relações entre texto e sociedade	92
3.5 Prática social: a relação dialética entre discurso e mudança social	94
3.6 Linguagem e poder	96
3.7 Linguagem e Representação social	100
3.8 Análise de Discurso Crítica: visões, reflexões e conclusões	103
3.9 Representação de atores sociais em notícias sobre racismo	105

3.9.1 A estrutura das notícias	106
3.9.2 Categorias de análise das notícias	107
3.9.3 Racismo no trabalho: a representação dos atores sociais	122
3.9.4 Administrador preso por racismo: representação dos atores sociais	126
3.9.5 Racismo no futebol: representação dos atores sociais	128
3.10 Notícias e representação de atores sociais	130
3.11 Voltando ao princípio	140
4 IDENTIDADES: PRIMEIRAS PALAVRAS	142
4.1 Identidades étnico-raciais	143
4.2 Identidade: identificação e diferença	146
4.3 Identidades pessoais e sociais	150
4.4 Crise de identidades étnico-raciais	152
4.5 Identidades em crise	155
4.5.1 Apagamento histórico	156
4.5.2 Negação do estereótipo e da beleza	157
4.5.3 O viés sexual	166
4.5.4 Crises identitárias étnico-raciais: o bônus e o ônus	170
4.6 Branquidade e negritude: outra face das identidades étnico-raciais	170
4.6.1 A branquidade: a ausência de marcação	170
4.6.2 A incorporação da branquidade: o apagamento racial do branco	174
4.6.3 Negritude: tornar-se ou reconhecer-se negro	179
4.7 Fechamento das ideias	182
4.8 O brasileiro em frente ao espelho	183
4.8.1 Aplicação de questionário: ser ou não ser?	183
4.8.2 Os sujeitos	184
4.8.3 Identidades étnico-raciais: como os sujeitos se vêem	184
4.8.3.1 “Sou branco(a)”	185
4.8.3.2 “Classifico-me como parda”	187
4.8.3.3 Me considero moreno. Me considero mulato.	190
4.8.3.4 Sou negro	191
4.8.3.5 Os divergentes	193
4.9 Estabelecendo as relações	195
5 IDEOLOGIAS NO DISCURSO LEGAL: O PARADOXO DA EXPLICITAÇÃO E DA NEGAÇÃO	200
5.1 Contexto de surgimento das leis	201
5.2 Ideologias: conceitos norteadores	203
5.2.1 Reflexões acerca do conceito de ideologia: pequeno diálogo teórico	204
5.2.2 Discurso, cognição e estrutura social: uma interface das ideologias	208
5.3 Ideologia como poder: o poder da ideologia	212
5.4 Ideologia e racismo	214
5.5 Ideologias e racismo: vetores da construção discursiva de identidades étnicas	219
5.6 A ideologia nas culturas de massa	222

5.7 Reflexões práticas acerca das ideologias nos discursos legais	226
5.7.1 A legitimação nos discursos legais	229
5.7.2 Unificação do que não é unificável	231
5.7.3 Fragmentação: quem tem e quem não tem acesso livre aos domínios sociais	233
5.8 A ideologia que sustenta o silêncio e fundamenta a exclusão	234
5.9 Ideologias nos textos legais	228
CONSIDERAÇÕES...	241
REFERÊNCIAS	248

Apresentação



(Fonte: WWW.revistaviracao.com.br/arquivos/imagens, em 18 de agosto de 2009)

Este trabalho, intitulado **A construção social de identidades étnico-raciais: uma análise discursiva do racismo no Brasil**, objetiva analisar discursos a fim de verificar a construção de identidades étnico-raciais no Brasil e como a ideologia age na constituição dessas identidades. O estudo defende a tese que **no Brasil, o discurso de harmonia étnico-racial mascara práticas discursivas e sociais discriminatórias e racistas seculares que constroem identidades subalternas para os negros**.

Para isso, são analisados três notícias de casos de racismo no Brasil, as respostas a cem questionários que investigam como se dá a identificação étnico-racial dos brasileiros e dois textos legais – a lei que considera o racismo como contravenção penal e a lei que pune o racismo como crime.

Esse *corpus* é analisado para responder a três questões de pesquisa:

- 1) **Como são representados os atores sociais em notícias sobre racismo no Brasil?**
- 2) **Como o brasileiro se representa com relação à cor, à etnia ou à “raça”?**
- 3) **Como a ideologia presente nos discursos legais contribui para as práticas discursivas racistas no Brasil?**

O trabalho estrutura-se em cinco capítulos: o primeiro apresenta tese, antítese, síntese, metodologia e *corpus*. O segundo trata do racismo na América Latina e no Brasil, momento em que o racismo à brasileira é ilustrado pela análise dos usos dos termos cor, etnia e raça. O terceiro apresenta dados sobre a Análise de Discurso Crítica (ADC), suporte teórico-metodológico da pesquisa, e a análise de três notícias a respeito de casos de racismo no Brasil, que servem de base para responder à questão 1. O quarto capítulo apresenta discussão teórica sobre o conceito de identidades e a análise de respostas ao questionário aplicado, a fim de coletar dados sobre a forma como o brasileiro se classifica com relação à cor, à etnia ou à raça. O quinto capítulo trata da ideologia e da forma como ela opera nos textos legais: Lei 1.390, de 3 de Julho de 1951 - inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor e Lei 7716, de 5 de janeiro de 1989 – define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

São usados como aporte teórico:

- a) para a **Análise de Discurso Crítica** (ADC), Fairclough (1992, 1995, 1999, 2000, 2003, 2006); van Dijk (1997, 1998, 1999, 2003, 2007, 2008); Fowler (1996); Halliday (1994);

1985; 1978); Kress (1998, 1996); Abril (2007); Gracia (2004); Iniguez (2004); Pedro (1998); Gouveia (2002); Guimarães (2005); Vieira (2002);

- b) para **identidades**, Hall (2006); Bauman (2005); Oliveira (2006); Sovik (2005); Belvedere (2007); Merino (2007); Meltzer (2004); Ianni (2004); Rahier (2001); Gracia (2004); Ware (2004); Steyn (2004); Wodak (1998); Roediger (2004); Jacobson (2004); Chávez (2002); De La Torre (2002); Ferreira (2002); Silva (2000); Woodward (2000); e
- c) para **ideologia**, Fairclough (1992, 2003) Dijk (1997, 1998, 1999, 2003, 2007, 2008); Althusser (2001); Mannheim (1972); Mézsáros (2004); Adorno (1999); Zizek (1999); Chauí (2001).

1

ROMPENDO COM A IDEIA DE INEXISTÊNCIA DE RACISMO NO BRASIL



Fonte: Ações Afirmativas. Este é o caminho. Fundação Cultural Palmares, MEC, junho/2006, p. 11.

Inicialmente, a fim de explicitar os objetivos que pautam a realização desta pesquisa, defino, neste capítulo, os elementos que nortearão o estudo.

1.1 A negação da negação: antítese

É comum ouvir falar que a sociedade brasileira configura-se como “paraíso racial”. Essa expressão nasceu nos estudos de Gilberto Freyre¹, que, na década de 1930, lançou sua primeira obra sobre a temática da formação étnica do Brasil, **Casa Grande e Senzala** (1933). Desde essa publicação, poucas alterações no imaginário sobre as relações raciais em nosso País aconteceram.

Na década de 1940, estudos do sociólogo são publicados na mesma linha de pesquisa e de compreensão da realidade nacional (**Problemas Brasileiros de Antropologia**, 1943; **Sociologia**, 1945; **Interpretação do Brasil**, 1947). Nas décadas de 1950 e de 1960, outros estudiosos entram em cena, mas ainda impera a ideia de paraíso racial.

Nas décadas de 1970 e de 1980, pesquisas trataram as diferenças culturais entre as etnias. Daí, investigações foram desenvolvidas sobre candomblé, macumba, samba e Carnaval. Os estudos realizados não tratavam sobre as identidades de brancos e de negros, ou sobre o lugar do negro na sociedade, ou sobre a importância das etnias existentes em nosso território para a construção da nação.

Somente nos anos 1990 surge a noção de alienação em relação ao quadro étnico-racial do País. Nesse ínterim, dois pesquisadores – Carlos Hasenbalg (1979) e Nelson do Valle e Silva (1992) – começaram a desvelar uma realidade encoberta: a relação entre desigualdade social e raça, assunto até então não discutido. Associava-se sempre a pobreza à classe social e não à etnia (REZENDE; MAGGIE, 2002, p. 15).

De modo geral, as ideias postuladas por Gilberto Freyre foram e ainda são aceitas como uma das formas de caracterizar o Brasil: País tropical, de clima agradável, onde catástrofes climáticas não acontecem e as pessoas convivem harmoniosamente, respeitando as diferenças étnico-raciais. Logo, um paraíso.

Discursos e práticas sociais secularmente naturalizadas e reificadas sustentaram o consenso de que nossas relações étnico-raciais não são problema, por isso sequer merecem discussão. Já faz parte do senso comum, no Brasil, considerar que todos são aceitos,

¹ Sociólogo, antropólogo, pintor e escritor.

independentemente de classe, de cor, de religião ou de qualquer outra característica (o que é confirmado no texto da Constituição Federal de 1988, que, no Artigo 5º, proclama que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]”).

Para verificar que essa aparente paz racial encobre preconceitos, discriminações e tabus relativos à raça negra e ao lugar ocupado por ela na sociedade, penso ser necessária uma análise mais acurada dos discursos e das práticas sociais comuns em nosso meio social, posto que “discursos (...) são metalinguagens que ensinam as pessoas a viver como pessoas” (BAUMAN, 2001, p. 66).

1.2 Racismo e discriminação: afirmando a negação (tese)

Nesse quadro de aparente paraíso racial, quando analisamos a configuração das relações étnicas no Brasil, no momento contemporâneo ou em outro momento da história, vemos que, sob o véu da aparente aceitação e da convivência harmônica, escondem-se relações pautadas por racismo e por discriminação, que têm como alvo o grupo negro, embora também atinja índios, mulheres, idosos e outras minorias. Essas relações estão tão profundamente naturalizadas nas práticas sociais e discursivas de nossa sociedade que só a menção de sua existência é motivo para acaloradas discussões, levadas a cabo por pessoas, grupos ou classes que produzem, disseminam, naturalizam e reificam o discurso da harmonia étnico-racial no Brasil.

Essa situação pode ser verificada em várias práticas sociais. Oliveira e Barreto (2003) pesquisaram, no contexto do Rio de Janeiro, a percepção do racismo e constataram que ela é alta entre a população. No entanto, verificaram que há paradoxo entre a ideia de racismo como comportamento social e como comportamento individual. A maioria concorda que a sociedade é racista, mas não se considera racista. Para os autores, essa postura se relaciona com uma tese desenvolvida por Florestan Fernandes, em 1972: “os brasileiros não evitavam, mas tinham vergonha de ter preconceito” e “consideravam feio ter de admitir a discriminação e não o ato de discriminar”, o que gera o preconceito contra o preconceito. Fernandes chamou a essa atitude de “preconceito retroativo” (OLIVEIRA; BARRETO, 2003, p. 191).

A pesquisa realizada pelos autores mostra claramente um paradoxo: somente 16,9% dos entrevistados consideram a pena de um a três anos por crime de racismo dura demais, o que

demonstra concordância da maioria com relação à punição e o que nos levaria a considerar que a sociedade não é racista, uma vez que a maior parte dos entrevistados concorda com a punição a quem comete racismo. No entanto, 51,7% não aceitam a ideia de ter chefe negro; e 60,5% não gostariam de ver um parente casar-se com negro ou negra. Assim “todo brasileiro se sente uma ilha de democracia racial, cercado de racistas por todos os lados” (OLIVEIRA; BARRETO, 2003, p. 204).

Os dados, quando examinados comparativamente, desvelam uma realidade que não se complementa, ao contrário se contradiz. O preconceito é ruim, é feio, merece punição, mas as pessoas têm preconceito. Os autores supracitados (2003, p. 200) constataram ainda que a percepção do racismo é variável: negros percebem o racismo com maior intensidade que brancos, logo a cor é uma variável que interfere no modo como o racismo é percebido. Para as mulheres negras, essa percepção é mais aguçada ainda, o que significa que elas sofrem o preconceito com mais intensidade.

Entretanto, mesmo com estudos mostrando as várias faces do preconceito étnico-racial, as práticas e os discursos cotidianos tentam ocultar uma realidade em que as diferenças étnico-raciais são compreendidas com base em um sistema avaliativo-classificatório, no qual, quanto mais branco o sujeito, melhor será sua avaliação-classificação e, quanto mais negro, pior será sua avaliação-classificação. Esse sistema avaliativo-classificatório vigora de tal modo que as pessoas são hierarquizadas em praticamente todos os âmbitos sociais, como: empregos, amizades, casamentos, representação na mídia e em tantos outros.

Em função do ocultamento do racismo nos discursos e nas práticas sociais que negam sua existência, é que considero extremamente necessário analisar os discursos, as ideologias e as identidades étnico-raciais construídas, difundidas e naturalizadas em nosso meio social. Também considerando que “Nascer é nascer num lugar, ser designado à residência. Nesse sentido, o lugar do nascimento é constitutivo da identidade individual” (AUGÉ, 2005, p. 52).

Para tratar do tema “O discurso das identidades étnicas: a negação do racismo no Brasil”, pretendo mostrar a seguinte tese: **no Brasil, o discurso de harmonia étnico-racial mascara práticas discursivas e sociais discriminatórias e racistas seculares que constroem identidades subalternas para os negros.**

Parto do princípio de que o racismo é um comportamento existente em todas as sociedades humanas. Mudam as formas de manifestação, no entanto ele não deixa de existir. No caso do Brasil, acredito que esse comportamento tem se repetido devido ao silenciamento de

grande parte das parcelas sociais sobre a existência de práticas discursivas e sociais racistas e sobre as possíveis formas de mitigá-las.

Considero ainda que esse racismo seja socialmente construído e fruto de ideologias produzidas por parcelas brancas da sociedade e por grupos que, mesmo não sendo brancos, trabalham no sentido do branqueamento (físico e ideológico) de nosso povo. Além disso, é relevante mencionar que esses discursos, práticas sociais e ideologias nada têm de cultural, uma vez que, concordando com Hall (2006, p. 44), entendo que a “cultura é uma produção. Tem uma matéria-prima, seus recursos, seu trabalho produtivo. (...) A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar”.

Uma vez apresentados os pontos que delineiam a tese defendida nesta pesquisa, passo ao detalhamento de seus elementos metodológicos.

1.3 Detalhamento do *corpus*

O *corpus* desta pesquisa é formado por três tipos de documentos:

I) textos de leis:

- a) Lei 1.390, de 3 de Julho de 1951 - inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor.
- b) Lei 7716, de 5 de janeiro de 1989 – define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

II) Notícias: notícias publicadas na Internet sobre casos de racismo no Brasil:

- a) Racismo no futebol: a justiça entra em campo, publicado no *site* <vermelho.org.br/diario/2005 retirado em 1º de abril de 2008>.
- b) RJ: administrador de hospital é preso por racismo, publicado no *site* <noticias.terra.com.br/brasil/interna e pesquisado em 1º de abril de 2008>.
- c) Racismo no trabalho: Depois de ser chamado de macaco e urubu, funcionário passa por "peregrinação" até conseguir denunciar ato racista do colega de trabalho, publicada em 21 de abril de 2007 no *site* <mundonegro.com.br/noticias e coletado em 1º de abril de 2008>.

III) **Questionários:** respostas a 100 questionários sobre a forma como as pessoas identificam sua cor, raça ou etnia. O instrumento de coleta de dados apresenta a questão: “Como você se classifica quanto a sua cor (etnia ou raça)?”. Além disso, no questionário, há possibilidade de a pessoa informar: idade, sexo, escolaridade, ocupação profissional, domicílio e religião². Eles foram aplicados no Setor Comercial Sul, área central de Brasília – Distrito Federal (DF), no Shopping Venâncio 2000, local em que circula grande número de pessoas das várias regiões do DF.

1.4 Sujeitos

Para coletar dados sobre a forma como os brasileiros representam sua etnia, cor ou raça apresentei o questionário a sujeitos abordados aleatoriamente entre as pessoas que frequentam o Shopping Venâncio 2000 (foto a seguir) e coletei as respostas de 100 deles. A coleta aconteceu nos meses de outubro e novembro de 2008, período da tarde, durante duas semanas (de segunda a sexta-feira).

Ilustração 1 – Setor Comercial Sul (SCS) – Distrito Federal (DF)



² Os fatores sócio-econômico-sociais não serão abordados nesta pesquisa.

Visão aérea do Setor Comercial Sul – Distrito Federal (DF)³.

O local (indicado na ilustração pela seta vermelha) foi escolhido tendo em vista a localização central na cidade de Brasília (ponto 5 do mapa abaixo).

Ilustração 2 – Mapa da área central de Brasília (DF)



Localização do Shopping Venâncio 2000, no Setor Comercial Sul – DF.

1.5 Questões

Esta pesquisa - “**A construção social de identidades étnico-raciais: uma análise discursiva do racismo no Brasil**” - analisa discursos e identidades étnico-raciais e a negação do racismo no Brasil. Para tanto, uso como *corpus* documentos, notícias e questionários. De posse desses dados, e, em busca de resultados, pretendo responder às perguntas:

1. Como são representados os atores sociais em notícias sobre racismo no Brasil?
2. Como o brasileiro se representa com relação à cor, à etnia ou à “raça”?

³ Foto disponível em <www.geocities.com> em 9 de fevereiro de 2009.

3. Como a ideologia presente nos discursos legais contribui para as práticas discursivas racistas no Brasil?

Para responder a esses questionamentos, definirei as metodologias e as categorias analíticas empregadas na análise de dados que formam o *corpus*.

1.6 Metodologia de análise

A pesquisa apresenta natureza qualitativa e quantitativa, uma vez que aliarei as duas modalidades de análise, no entanto o viés qualitativo será o mais empregado. A Análise de Discurso Crítica (ADC) é a teoria e a metodologia que sustenta a análise empreendida, e sua escolha se relaciona ao tema e aos objetivos que desejo alcançar. Para isso, é necessário um suporte teórico que me possibilite analisar a linguagem pelo viés crítico. Nesse sentido, a ADC constitui ferramenta extremamente útil para investigar ideologias, identidades e relações de poder.

Com o objetivo de alcançar resultados, os textos serão analisados sob duas naturezas, a qualitativa e a quantitativa: os textos legais e as notícias receberão tratamento qualitativo e as respostas dos questionários serão examinadas quantitativa e qualitativamente, com a intenção de estabelecer relações entre as respostas. Ao conjugar as duas modalidades, trabalharei na acepção proposta por Bauer e Gaskell (2003, p.19). Os autores acreditam que é impossível separá-las uma vez que a escolha qualitativa ou quantitativa é primariamente “uma decisão sobre a geração de dados e os métodos de análise, e só secundariamente uma escolha sobre o delineamento da pesquisa ou de interesses do conhecimento” e que “não há quantificação sem qualificação” (BAUER; GASKELL, 2003, p. 23).

1.7 Categorias analíticas

Uma vez estabelecidas a metodologia, passo às categorias analíticas. A análise seguirá a metodologia desenvolvida pela Análise de Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 1992, 2003)

para estudar as estratégias e as estruturas de texto, a fim de identificar discursos de dominação e de manipulação. Esse enfoque detalha como as formas de desigualdade são interpretadas, legitimadas e reproduzidas. É premente, portanto, entender o papel do discurso na interpretação e na reprodução da dominação e da resistência. Nesse sentido, o trabalho da ADC não é meramente descritivo, porquanto aponta conclusões, recomendações e intervenções práticas e funcionais, tornando-se um processo viável de investigação da realidade social.

As categorias analíticas aliam as propostas de Fairclough (1992, 2003) com as categorias que abordam os modos de operação da ideologia de Thompson (1995).

No estudo pormenorizado dos textos legais e das ideologias, serão usados os modos de operação da ideologia propostos por Thompson (1995): Legitimação, Dissimulação, Unificação, Fragmentação e Reificação.

Dando seguimento ao detalhamento das categorias analíticas, no que reporta à análise das identidades, Fairclough (1992, p. 100) afirma que, para analisar discursos, devemos considerar três dimensões de análise: texto, prática discursiva e prática social; e um conjunto de itens que podem ser abordados na análise textual: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. A **prática discursiva** envolve a produção, a distribuição e o consumo de textos. Nela, são abordados: a força dos enunciados, a coerência dos textos, a intertextualidade, a representação do discurso, a pressuposição e o controle interacional.

Fairclough (2003) desenvolve abordagem relacional para a análise de textos, visando aos vários níveis de análise e às relações entre eles. Distingue relações externas e internas de textos. No aspecto externo, foca suas relações com outros elementos de eventos, de práticas e de estruturas sociais. A análise das relações de textos com outros elementos de eventos sociais inclui a verificação de como eles figuram em ações, identificações e representações.

Há outra dimensão para as relações externas entre textos, nas quais o autor detalha aspectos como: relações entre um texto e outros externos a ele, como elementos de outros textos são incorporados intertextualmente, como esses textos podem ser de outras pessoas, como as vozes de outros são incorporadas; como outros são referenciados, compreendidos, dialogados e assim por diante. A análise das relações internas dos textos inclui:

- a) relações semânticas;
- b) relações gramaticais;
- c) relações de vocabulário (ou léxico); e

d) relações fonológicas⁴.

Para analisar as identidades sociais construídas pelas notícias, as categorias já descritas serão aplicadas, considerando a proposta de Fairclough (2003; 1992).

Voltando às categorias analíticas e pensando na segunda questão de pesquisa (“Como o brasileiro se representa com relação à cor, à etnia ou à raça?”), adotarei as categorias apresentadas por Theo van Leeuwen⁵ (1998) para a representação dos atores sociais no discurso. Ele parte de um inventário sociossemântico para mostrar como categorias sociológicas se realizam linguisticamente⁶. As categorias propostas são:

- 1) Exclusão;
- 2) Distribuição de papéis;
- 3) Genericização e especificação;
- 4) Assimilação;
- 5) Associação e dissociação;
- 6) Indeterminação e diferenciação;
- 7) Nomeação e categorização;
- 8) Funcionalização e identificação;
- 9) Personalização e impessoalização; e
- 10) Sobredeterminação.

Com a análise dos dados, pretendo chegar às respostas aos questionamentos iniciais, considerando três aspectos que, para Boyce (2003, p. 467), um pesquisador social deve considerar: ter a segurança de que os instrumentos de pesquisa possibilitam o surgimento das respostas; verificar se a lógica da análise apresentada não é circular; revisar o trabalho para evitar distorções e para chegar a evidências.

⁴ O aspecto grafológico não será, segundo Fairclough, abordado na obra de 2003.

⁵ O trabalho do autor é realizado sobre os modos como os atores sociais são representados no discurso inglês.

⁶ Apesar de desenvolver importante trabalho no campo da interpretação de imagens visuais, o autor ressalta que esse trabalho tem como foco a análise linguística (verbal). O trabalho do autor com relação à imagem não será aqui abordado por não fazer parte do escopo desta pesquisa.

1.8 Organização do trabalho

A tese será estruturada em cinco capítulos.

Capítulo 1 – Apresentação da tese, da antítese e das questões de pesquisa, bem como da metodologia adotada.

Capítulo 2 – Apresentação e discussão das manifestações de racismo em contextos da Espanha, da América Latina e do Brasil e análise de textos para verificar os usos dos termos e suas implicações.

Capítulo 3 – Discussão a respeito da Análise de Discurso Crítica (ADC) e análise de notícias sobre casos de racismo no Brasil.

Capítulo 4 – Discussão dos conceitos de identidade e análise dos dados coletados nos questionários sobre a forma como os brasileiros classificam-se com relação à sua origem étnico-racial.

Capítulo 5 – Discussão acerca do conceito de ideologia e sua interface com a construção de identidades étnicas no Brasil. Análise dos textos legais e das ideologias neles presentes.

Considero relevante mencionar que optei por uma estrutura textual que alia teoria e análise em cada capítulo. É uma tentativa de tornar a leitura dessas páginas mais amena e mais significativa para aqueles que se aventurarem pelos caminhos da pesquisa acadêmica.

1.9 Primeiras conclusões

As ideias apresentadas neste capítulo delineiam as partes que compoem a pesquisa, a metodologia e as categorias analíticas. Mais que a apresentação desses aspectos formais, este capítulo objetiva esclarecer a tese que norteia essa pesquisa: **no Brasil, o discurso de harmonia étnico-racial mascara práticas discursivas e sociais discriminatórias e racistas seculares que constroem identidades subalternas para os negros.**

Mudando o foco tradicional de começar os capítulos, iniciarei com uma ilustração e encerrarei com textos que abordam o tema desta pesquisa, significativos por sua beleza ou por seu caráter crítico. O primeiro deles – Canção do Mestiço - é de Francisco José Tenreiro⁷, um poeta nascido em São Tomé e Príncipe, em 1921, e falecido em 1963.

Canção do Mestiço

Mestiço!
Nasci do negro e do branco
e quem olhar para mim
é como se olhasse
para um tabuleiro de xadrez:
a vista passando depressa
fica baralhando cor
no olho alumbrado de quem me vê.
Mestiço!

E tenho no peito uma alma grande
uma alma feita de adição
como 1 e 1 são 2.
Foi por isso que um dia
o branco cheio de raiva
contou os dedos das mãos
fez uma tabuada e falou grosso:
— Mestiço!

A tua conta está errada.
Teu lugar é ao pé do negro.
Ah!
Mas eu não me danei...
E muito calminho
arrepanhei o meu cabelo para trás
fiz saltar fumo do meu cigarro
cantei do alto
a minha gargalhada livre
que encheu o branco de calor! ...
Mestiço!

Quando amo a branca
sou branco...
Quando amo a negra
sou negro.
Pois é...

⁷ O poema foi coletado em <www.astormentas.com/din/poemas> em 27 de dezembro de 2008.

O RACISMO NA CONTEMPORANEIDADE



Fonte: Ações Afirmativas. Este é o caminho. Fundação Cultural Palmares, MEC, junho de 2006, p. 15.

Nesta seção, serão discutidos o racismo e a discriminação racial na Espanha e na América Latina, em seguida, é apresentada uma análise da discriminação e do racismo no Brasil.

Pode parecer incomum começar por essa exposição geral, mas a escolha é intencional, pois preciso ressaltar a existência de racismo e de discriminação em todas as sociedades, inclusive na brasileira. Isso para não deixar espaço a uma pergunta que ouço recorrentemente desde que comecei a me dedicar ao tema: “Existe racismo no Brasil?”

Sim. Existe racismo no Brasil. E ele é fruto de uma configuração histórica, social e cultural particular.

A intenção não é classificar as formas de racismo nos contextos abordados, pois, como Fanon (1980, p. 117), acredito que “uma sociedade é racista ou não é”. Logo, não se deve criar escalas para estabelecer se ela é mais ou menos racista que outra. Fanon (ibid., p. 118) esclarece que é utópico procurar aquilo em que um comportamento desumano se diferencia de outro, uma vez que todas as formas de exploração e de discriminação assemelham-se, porque se aplicam ao mesmo alvo: o homem. É relevante considerar que cada contexto é complexo e resultante das relações que se estabelecem entre vários fatores (FIRTH, 1937, p. 110)⁸. No caso deste estudo, os contextos em que o racismo é forjado são resultantes de aspectos históricos, sociais e culturais diversos.

Em publicação a respeito do racismo na América Latina, van Dijk (2007) explica que é comum considerarmos que o racismo acontece com mais frequência na Europa, na América do Norte ou em locais em que há predominância de brancos. Entretanto, na América Latina, os povos indígenas e os descendentes de africanos são secularmente discriminados. Nesse contexto, racismo confunde-se com pobreza e com desigualdade social. Para o autor, a prática realiza-se por meio do discurso, por isso é relevante analisá-lo à luz da Análise de Discurso Crítica (ADC).

Na verdade, desigualdades sociais e pobreza não devem ser vistas como causa do preconceito e da discriminação, mas a pobreza é um dos vieses da discriminação. O negro não é discriminado por ser pobre, ele é pobre devido à discriminação. Isso acontece porque as práticas discriminatórias relegam o negro a lugar inferior e o colocam em situação sistemática e secular de pobreza.

⁸ Tradução livre.

Outro fato mencionado por van Dijk (2007, p. 21) diz respeito à reprodução de práticas de discriminação, de racismo e de exploração na América Latina, mesmo depois de extinta a escravidão. Principalmente no século XX, essas manifestações assumiram formas não explícitas, como no Brasil. No entanto, alguns ambientes, como os Estados Unidos da América (EUA), ainda eram explicitamente marcados pela segregação. Talvez por isso, o racismo latino-americano seja rotulado como ameno ou inexistente.

É importante mencionar que estudos (MELTZER, 2004; ANDRÉ, 2008) mostram que a exploração do homem pelo homem é tão antiga quanto a própria humanidade. Em todos os tempos e sociedades, houve exploração, escravidão ou servidão, mudaram apenas as formas e os motivos. No passado, a exploração era motivada por guerras, dívidas, fome, miséria. Esses fatos levaram povos, como babilônios, hebreus e egípcios – antes de Cristo - a estabelecer e a manter relações de escravidão, que não consideravam aspectos físicos ou étnico-raciais. Nesses contextos, qualquer cidadão, de qualquer etnia ou classe social, podia ser escravizado.

No período das grandes navegações, as relações de escravidão e de dominação pautavam-se por critérios de suposta superioridade de alguns povos e de inferioridade de outros. Nesse modelo, a escravidão era destino daqueles – negros e seus descendentes – que a ela eram relegados por características físicas e culturais.

Na modernidade, a escravidão assume outras formas, como ocorre com as mulheres ludibriadas com promessas de melhoria de vida, que são vítimas de traficantes de pessoas. Levadas para países estrangeiros, são prostituídas, exploradas e escravizadas em nome de supostas dívidas.

Acontece também com trabalhadores rurais escravizados, por exemplo, no Norte do Brasil. Em 2003⁹, um caso veio a público: 67 trabalhadores foram resgatados em Marabá, no Pará. Alguns não eram pagos há anos, recebendo apenas alimentação (arroz e feijão) e alojamento em barracas de lona nas quais se amontoavam. Os mecanismos de escravização são detalhados em uma reportagem sobre o caso:

⁹ Dados retirados de WWW.reporterbrasil.org.br em 11 de abril de 2008.

Quadro 1 – Escravidão moderna

Como alguém se torna um escravo¹⁰

A escravidão de hoje é diferente daquela existente no século 19, mas tão perversa quanto. Devido à seca, à falta de terra para plantar e de incentivos dos governos para fixação do homem no campo, ao desemprego nas pequenas cidades do interior ou a tudo isso junto, o trabalhador acaba não vendo outra saída senão deixar sua casa em busca de sustento para a família. Ao ouvir rumores de que existe serviço farto em fazendas, ele vai para esses locais espontaneamente ou é aliciado por gatos (contratadores de mão-de-obra que fazem a ponte entre o empregador e o peão).

Estes, muitas vezes, vêm buscá-lo de ônibus ou caminhão - o velho pau-de-arara. Já na chegada, o peão vê que a realidade é bem diferente. A dívida que tem por conta do transporte aumentará em um ritmo constante, uma vez que o material de trabalho pessoal, como botas, é comprado na "cantina" do próprio gato, do dono da fazenda ou de alguém indicado por eles. Os gastos com refeições, remédios, pilhas ou cigarros vão para um "caderninho", e o que é cobrado por um produto dificilmente será o seu preço real. Um par de chinelos pode custar o triplo. Além disso, é costume do gato não informar o montante, só anotar. Saber o valor correto não adiantaria muito, pois, na maioria das vezes, o local de trabalho fica em áreas isoladas e os peões não têm dinheiro. Cobra-se por alojamentos precários, sem condições de higiene.

No dia do pagamento, a dívida do trabalhador é maior do que o total que ele teria a receber - isso considerando que o acordo verbal feito com o gato é quebrado, tendo o peão direito a um valor bem menor que o combinado. Em outras situações, até os próprios gatos da fazenda são enganados pelo proprietário. Ao final, quem trabalhou meses sem receber nada acaba devedor do gato e do dono da fazenda, e tem de continuar suando para poder quitar a dívida. Um poço sem fundo.

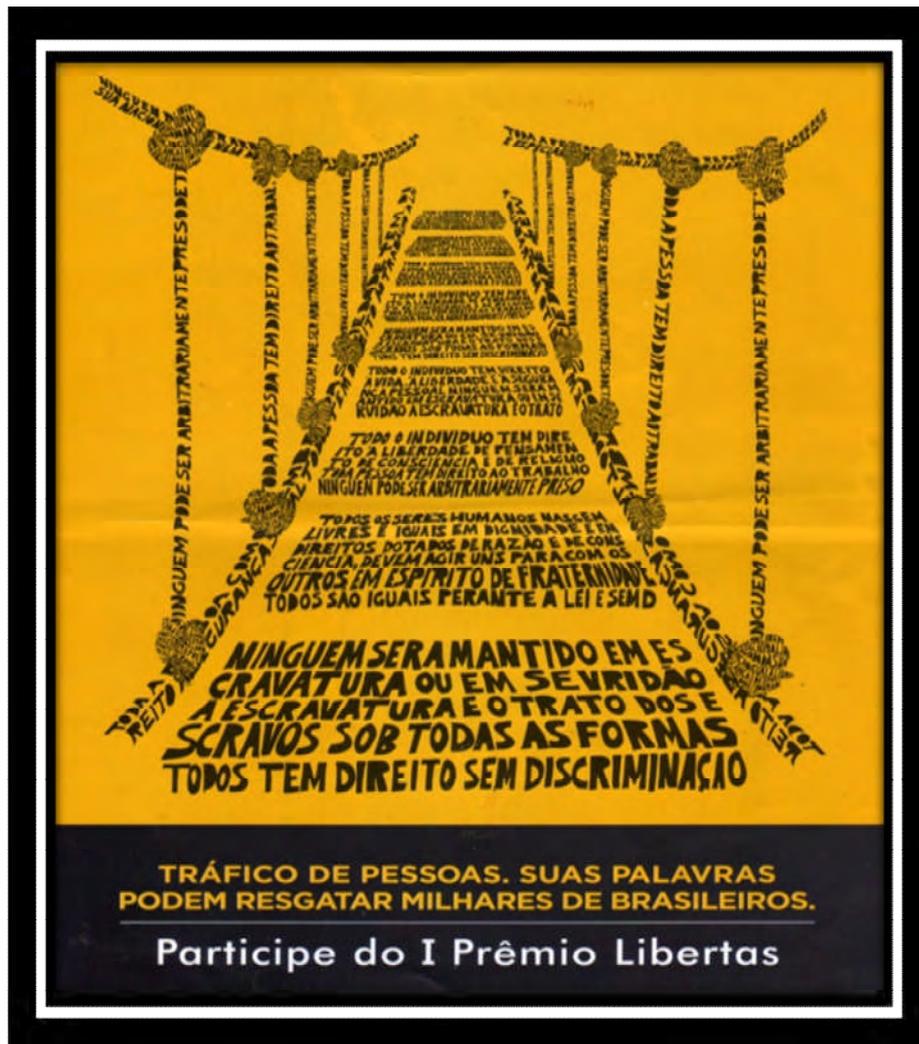
Outro exemplo ilustra a recorrência do tema na contemporaneidade: o concurso de redações, realizado pela Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça em 2008, cujo tema foi **“Tráfico de pessoas. Suas palavras podem resgatar milhares de brasileiros”**. O objetivo do concurso era divulgar o tráfico internacional de pessoas e fomentar o desenvolvimento de políticas públicas de prevenção e de repressão, que possibilitassem responsabilizar os envolvidos com esse tipo de crime.

O cartaz utiliza como recurso uma ponte, que tem tábuas de sustentação e cordas formadas por trechos de textos legais sobre direitos humanos fundamentais, como a liberdade. Além disso, a própria ponte constitui uma metáfora visual que liga dois polos: em um lado, está a liberdade e, no outro, a exploração e a escravidão, das quais as pessoas aliciadas pelo tráfico

¹⁰ Texto retirado de <www.reporterbrasil.org.br> em 11 de abril de 2008.

de humanos são vítimas. Por ser uma ponte de tábuas e cordas, remete à ideia de instabilidade, de insegurança, logo a liberdade é associada a essas concepções. Parece-me que, mesmo sustentada pela lei, a liberdade é facilmente usurpada. E a ponte faz o tráfego entre o tráfico, a liberdade e a escravidão.

Ilustração 3 – Tráfico de pessoas



Fonte: cartaz divulgado pelo Ministério da Justiça.

O texto usa um *slogan* significativo para este trabalho: “**Tráfico de pessoas. Suas palavras podem resgatar milhares de brasileiros**”. Essa construção ilustra a importância do discurso como ferramenta capaz de mudar práticas sociais.

Essas questões relacionadas ao racismo e à exploração, suas causas e suas consequências são reais. Por isso, a importância de entender sua existência, visto que a negação é uma forma discursiva, ideológica, histórica e social de naturalizar práticas seculares.

Para traçar um painel da existência do racismo e da forma como ele se manifesta, recorro às pesquisas de van Dijk¹¹ (2008; 2007; 2003; 1993); Belvedere (2007); Merino (2007); Zavala e Zariquiey (2007); Meltzer (2004); Ianni (2004); Rahier (2001); Johnson III (2000); Steyn (2004); Cashmore (2000) e outros.

2.1 Europa: o berço do racismo

Na Europa, o racismo dirige-se aos estrangeiros, imigrantes não europeus. Como na América Latina, é comum camuflar o racismo e ressaltar as diferenças de classe social. Assim, prevalece a noção de que as diferenças são aceitas e que as pessoas são cordiais (VAN DIJK, 2003). Para ilustrar a forma como se estruturam as relações racistas na Europa, apresentarei o caso da Espanha.

Ao tratar do racismo nesse contexto, Cashmore (2000) esclarece que, na década de 1980, se acentuou o racismo e a hostilidade contra imigrantes, o que é percebido pela organização de partidos políticos, os quais usavam a imigração como pano de fundo para conquistar a opinião pública.

Na Espanha, uma das propriedades do racismo relaciona-se à consciência histórica de o País ter sido obstáculo à entrada na Europa de mulçumanos, de africanos e de latino-americanos. Para van Dijk (2003), um dos fatores da disseminação de práticas racistas foi o catolicismo, usado para marginalizar, perseguir e expulsar povos (ciganos, judeus e outros) que não o professavam. A religião foi o quesito para classificar os povos não católicos como “Outro”.

O discurso racista volta-se aos latino-americanos, aos asiáticos e aos africanos na Espanha contemporânea. Como nos EUA, os imigrantes entram no País de forma ilegal, em pequenos barcos, que atravessam o oceano, vindo, principalmente, do Marrocos. Na travessia, muitos morrem; outros milhares chegam ao território ilegalmente e compõem o grupo dos *sin papeles*. No País, a ilegalidade é usada pelos empregadores como motivo para exploração, uma vez que os ilegais não podem recorrer à justiça (VAN DIJK, 2003).

¹¹ Os trabalhos de van Dijk, Belvedere (2007), Merino (2007), Zavala e Zariquiey (2007), Bolívar (2007) Meltzer (2004), Rahier (2001) foram escritos em espanhol e são aqui apresentados em tradução livre.

Um exemplo de como o racismo se estrutura na Espanha é relatado por van Dijk (2003, p. 26). Em 2000, em El Ejido, a população destruiu as casas dos imigrantes, após assassinato praticado por um estrangeiro que sofria de problemas mentais. Enquanto os estrangeiros eram perseguidos e sofriam violências – que culminaram em mortes - as forças policiais nada fizeram. Para van Dijk, poucos acontecimentos foram tão violentamente racistas como o de El Ejido, principalmente devido à cumplicidade das autoridades.

O autor ressalta que nem sempre os eventos racistas atingem esse grau de conflito, no entanto há violência diária praticada em vários âmbitos, como na dificuldade para conseguir e para manter emprego e moradia; na falta de acesso aos serviços sociais; na discriminação contra crianças estrangeiras nas escolas; e no fato de o grupo dominante tratar a imigração (e os imigrantes) como problema.

No âmbito do governo e das elites, o discurso dominante associa explicitamente a imigração e os estrangeiros à delinquência. Nesse contexto, o discurso não é abertamente racista, já que governo e elites adotam o discurso “politicamente correto” (VAN DIJK, 2003). Quando alguma personalidade explicita discurso racista, é criticada pelos seus pares e pela mídia. Logo, discurso racista é tabu.

No que tange aos partidos políticos, não há nenhum oficialmente racista. No entanto, é possível detectar modalidades tênues de racismo e de xenofobia nas vertentes conservadoras. A conduta racista, para muitos políticos, é uma forma de reforçar o nacionalismo, o que é visto positivamente por parte da população (VAN DIJK, 2003).

Quanto ao discurso espanhol sobre o racismo, van Dijk (2003, p. 37) ressalta que expressões comumente usadas para a imigração em outros países, como “avalanche”, ou termos que se referem a “trombas d’água” e a seus efeitos perigosos, são evitadas. Aparecem termos, como “fluxo”, que são menos negativos. Para se referir aos “Outros”, são utilizados os vocábulos “imigrantes”, “pessoas”, estrangeiros”, “cidadãos”; raramente “ilegal”, devido ao seu aspecto controvertido.

Para van Dijk (2003, p. 38), a situação na Espanha é amena. Mas o autor cita um fato que vai de encontro a essa avaliação: em julho de 1996, 104 africanos ilegais foram deportados. Na ocasião, para evitar reações indesejadas, foram sedados com medicamentos. Essa estratégia foi considerada legal e está prevista na *Lei de Imigração*. Na época, a atitude foi considerada benéfica e os imigrantes, vistos como ameaça aos empregos, à cultura e à segurança.

Logo, o discurso racista usa a tática de representação negativa do “Outro” e a autorrepresentação positiva do “Nós” (VAN DIJK, 2003, 2003a). Nesse caso, ocorre o que

Thompson (1995) denomina **Expurgo do outro**, ou seja, a construção de um inimigo que é retratado como coletivo, como mal ameaçador, ao qual o grupo deve combater. Esse é um dos modos de operação da ideologia apresentados por Thompson, uma forma de fragmentação do grupo minoritário e de fortalecimento do grupo e do discurso hegemônico.

Assim como o discurso oficial, os meios de comunicação não são abertamente racistas, apesar de geridos pela elite branca. Há, portanto, pouca representação das minorias. As pesquisas de van Dijk (2003; 1993) mostram que, durante a década de 1990, o discurso político oficial espanhol fez poucas referências explicitamente racistas, no entanto associou os imigrantes a: trabalho ilegal, violência e delitos. Indiretamente, o discurso construiu e naturalizou identidades negativas para os *sin papeles*.

Na mídia, os imigrantes aparecem em textos sobre mortes na travessia, formas ilegais de entrada no País, controle de fronteira, expulsão de ilegais. As notícias que enfocam o imigrante positivamente tratam de atividades do governo, de seus funcionários e de Organizações não Governamentais; assim como denunciam o racismo e a discriminação. Há artigos e notícias considerados neutros que abordam a legislação, a política governamental de imigração, as medidas oficiais e os temas sanitários (VAN DIJK, 2003).

Ilustração 4 – Racismo na Espanha¹²



¹² Texto disponível em <<http://forum.jogos.uol.com/lewis-sofreu-racismo-na-espanha>>, em 9 de junho de 2009.

Mesmo apresentando um quadro de racismo ameno (conforme descreve van Dijk, 2003), o contexto espanhol é palco de manifestações abertamente racistas como a da foto acima, na qual o alvo do racismo é o piloto de Fórmula 1, o inglês Lewis Hamilton (observar que o homem à esquerda da foto apresenta-se pintado de negro, com um dente também pintado de negro e com o volante do carro nas mãos, ridicularizando a imagem do piloto).

O modelo de racismo europeu é, como veremos, o mesmo verificado em grande parte do mundo: um comportamento que usa estratégias para apagar seus atos e que faz isso como forma de diminuir seus efeitos. Os alvos são imigrantes, em sua maioria negros.

2.2 América Latina: a continuação do racismo europeu

O racismo praticado na América Latina é, consoante van Dijk (2003, p. 99), similar ao europeu, devido à ascendência europeia da população e ao compartilhamento de ideologias comuns. No continente americano, o racismo tem como foco povos indígenas, africanos e seus descendentes.

Na América, a discriminação e o racismo recaem sobre aqueles que, mesmo mestiços, apresentam traços que os distanciam do padrão local. Para van Dijk, há variação em relação ao racismo europeu que diferencia mais rigidamente o grupo discriminado, o não europeu. Logo, ter características fenotípicas próximas do europeu associa o mestiço a qualidades e a valores como inteligência, educação, beleza, amabilidade. Ao contrário, o mestiço com características distantes do europeu é associado à feiura, à delinquência, à irresponsabilidade, à falta de cultura.

Na América Latina, o racismo é confundido com preconceito social, o que apaga ou dissimula a desigualdade racial. Mas, na verdade, há preconceito étnico-racial que afeta ameríndios, africanos e seus descendentes e gera danos socioculturais profundos: subordinação, marginalização, exclusão, distribuição desigual de recursos materiais e simbólicos. Vejamos alguns casos detalhadamente.

2.2.1 Argentina: *hermanos pero no mucho*

A Argentina construiu seu projeto de Estado-Nação sobre pilares explicitamente racistas. Nesse processo, houve “extermínio, invisibilização, transplante populacional e homogeneização” de grupos sociais considerados bárbaros. Na tentativa de homogeneidade, o padrão desejado era o branco (BELVEDERE *et al*, 2007, p. 37); o lugar de “Outro” foi relegado aos índios e aos imigrantes.

Segundo Belvedere *et al* (2007, p. 40), os imigrantes começaram a chegar ao território argentino no início do século XIX, originários da Europa pós-Primeira Guerra Mundial, de países asiáticos e de países vizinhos, como o Brasil. Entre os indígenas, são alvo de racismo a população indígena Mapuche, que foi vítima de genocídio histórico e que sofre racismo no presente; a população pobre e mestiça, denominada *cabezitas negras*; os imigrantes peruanos, bolivianos e paraguaios, que buscam emprego; e os coreanos¹³.

Ilustração 5 – Estilização de Índios Mapuche¹⁴



Na Argentina, uma forma de racismo relatada por van Dijk (2003, p. 105) refere-se aos judeus, vítimas de antissemitismo. Um exemplo singular do preconceito ocorreu em 1994, quando um centro cultural judeu foi alvo de atentado, no qual 86 pessoas morreram.

¹³ É relevante mencionar que van Dijk (2003, p. 135) relata a presença de 32000 coreanos no território argentino, número bastante expressivo.

¹⁴ Texto disponível em <<http://www.latinoamericano.jor.br/IMAGENS/mapuches>>, em 9 de abril de 2009.

O discurso racista manifesta-se em vários âmbitos: escolar, político, parlamentar e midiático. Menciona van Dijk (2003, p. 134) o trabalho de Victor Ramos, pesquisador do papel da mídia argentina na difusão de ideias racistas, que analisa o racismo em zonas de fronteira com relação aos habitantes de países, como Chile, Bolívia, Paraguai e Brasil. Lá, brasileiros, brancos ou negros, são alvo de preconceito e de discriminação.

Na Argentina, as vítimas de racismo são associadas com delitos, delinquência, agressões, violência, máfias, desordem e insegurança. Muitas vezes, esse discurso pauta-se pela manipulação de dados ou pela interpretação falaciosa da realidade e encontra respaldo no discurso das elites, da política e da mídia (VAN DIJK, 2003, 2008).

As estratégias do discurso racista visam à construção cotidiana de uma representação estigmatizante para os grupos vítima de preconceito e de discriminação. Um recurso muito usado são campanhas na mídia contra os imigrantes ilegais.

Assim, raça e cultura formam um amálgama. Essa relação transcende aspectos físicos e alcança os sociais e os morais, por isso a diferença é homogeneizada, e grupos distintos, como coreanos e brasileiros, são vistos como iguais. O racismo discursivo generaliza e considera todos os estrangeiros como o “Outro”.

2.2.2 Bolívia: construção da imagem de “Outro”

Na Bolívia, aproximadamente, 70% da população é indígena ou mestiça. Apesar disso, os dirigentes das instituições da elite e do poder são brancos de ascendência europeia. Tradicionalmente, os indígenas são relacionados à pobreza, à mentira, ao alcoolismo e ao atraso; algumas vezes, positivamente, são associados a uma cultura considerada exótica. Sobressai, entretanto, a imagem negativa (VAN DIJK, 2003, p. 183).

No discurso midiático, os indígenas são associados a aspectos negativos ou preocupantes, que lhes caracterizam como: ameaçadores, subversivos, irracionais, incultos, incivilizados e atrasados, por isso precisam ser ajudados pelos brancos (VAN DIJK, 2003, p. 184).

No cotidiano, as expressões de conteúdo racista anti-indígena são frequentes em meios de comunicação de massa, que sacrificam os princípios de objetividade e de imparcialidade em função de interesses partidários. Para as Nações Unidas (ONU), esse fato é preocupante, pois a

retomada do uso de expressões de racismo é inadequada em um Estado democrático. Segundo a ONU,

Os muitos casos registrados de agressão e ataques contra líderes indígenas e defensores dos direitos humanos, com apoio dos poderes econômicos e das autoridades locais, são fenômeno preocupante que reflete as dificuldades que enfrenta a construção de uma sociedade plural e democrática. Esse racismo está presente não só na Bolívia, mas também em outros países como Chile e México¹⁵.

Assim, como em outros contextos, na Bolívia, a maioria numérica é minoria, ocupa lugares menos importantes e é relegada à marginalização e à exclusão.

2.2.3 Chile: genocídio e pacificação

As relações étnico-raciais no Chile acontecem entre os descendentes de europeus (espanhóis, italianos, alemães e outros) e os Mapuche, aproximadamente 94% da minoria indígena. Há ainda racismo contra peruanos e bolivianos que entram no País com frequência desde 2000. Entretanto, o caso dos Mapuche é mais significativo (VAN DIJK, 2003, p. 145).

Os Mapuche foram colonizados pelos espanhóis após 300 anos de lutas. O processo de colonização teve como consequência seu genocídio, fato denominado de *La pacificación de la Araucanía*¹⁶ (VAN DIJK, 2003). Como se pode ver, um genocídio praticado pelo colonizador foi entendido como pacificação. Nesse caso, o processo violento historicizou-se de modo eufêmico, ameno.

O processo de exclusão Mapuche aconteceu, quando, por meio de discursos e de práticas sociais, a elite atribuiu-lhe a imagem de povo incivilizado, inculto e violento. Com o tempo, o povo tornou-se bode expiatório, devido à associação com a violência. É também considerado naturalmente inferior e subumano (MERINO *et al*, 2007).

Atualmente, grande parte do discurso – midiático e político - sobre o racismo no Chile refere-se às reclamações dos Mapuche pela retomada de suas terras. Como em outros contextos, há poucos jornais que noticiam os casos de racismo do ponto de vista da minoria, sobressaindo a visão das elites (VAN DIJK, 2003).

¹⁵Dados coletados em <www.praticaradical.blogspot.com/2007/12> em 29 de abril de 2008.

¹⁶O termo Araucanía faz referência às terras que eram ocupadas pelos índios Mapuche.

Merino *et al* (2007), ao tratarem do discurso midiático sobre os Mapuche, apontam que a temática dos textos da imprensa os associa à violência e à criminalidade. Além disso, é comum os relacionar ao desamparo, à pobreza material, às esmolas e às doações. Em trabalho anterior, Merino (2005) chama a atenção para a construção discursiva de identidades sociais negativas para os Mapuche, representados como ladrões, primitivos e violentos; tendo, como consequência, sua cultura discriminada e sendo alvo de preconceito por cerca de 80% dos habitantes do País.

Ilustração 6 – Índios Mapuche¹⁷



De outra ótica, San Martín (2005) analisou três jornais de grande circulação no Chile (*El Mercurio*, *La Tercera* e *La Época*) para verificar as representações atribuídas aos Mapuche. Em um ano, coletou 237 textos em que a etnia era mencionada e constatou que havia preponderantemente representações negativas. Em oposição, verificou a existência de estereótipos positivos do povo e da cultura dominante.

De modo análogo, Pilleux (2005) pesquisou e analisou as estratégias semântico-discursivas usadas por chilenos ao se referir aos Mapuche. Constatou estratégias que mascaram

¹⁷ Disponível em <veja.abril.com.br/idade/exclusivo/conheca-pais/chile/atual/galeria> em 9 de abril de 2009.

a intenção real do falante e que demonstram preconceito implícito e explícito sustentado por estereótipos e por atitudes de discriminação.

Também no Chile, os Mapuche são, no discurso político, associados a problemas: ações de ocupação de terras e violência. No passado, eram vistos como bárbaros; hoje, como terroristas e extremistas. Nos jornais, são associados a atraso, irracionalidade, irresponsabilidade, violência e delinquência. Evidentemente, os textos não apresentam o ponto de vista Mapuche, mas das elites, e os excluem do debate político, assim como é negada a existência do racismo (VAN DIJK, 2003).

2.2.4 Colômbia: discurso e práticas racistas

Castillo e Abril (2007, p. 182) acreditam que o racismo na Colômbia é determinado por fatores geográficos e regionais. O território é dividido em três grandes regiões:

- a) a andina: habitada por brancos e por mestiços;
- b) as costas sobre o Caribe e o Pacífico: habitada por mestiços e por negros;
- c) a Amazônia-Orinoquia: habitada por povos indígenas.

Os indígenas eram nativos da região e sofreram processo de genocídio, que destruiu sua cultura. Brancos e negros entraram no território no período colonial; brancos como colonizadores e negros como escravos.

Durante o período colonial, ideias que hierarquizavam os grupos sociais estavam em formação, criando justificativas para os lugares sociais ocupados por cada um deles. Essas concepções geraram a política da “limpeza de sangue”, que postulava a existência de castas fechadas, para evitar a mestiçagem. Disso resultam ideais de branqueamento, os quais se assentam sobre falsas noções a respeito dos negros, principalmente. Eles são associados à pobreza, à indolência, à estupidez, ao atraso e ao cinismo (CASTILLO; ABRIL, 2007). Os indígenas eram vítimas, em menor escala, do mesmo preconceito.

Esses pensamentos permaneceram no imaginário colombiano por séculos e foram responsáveis por grande parte do discurso contemporâneo sobre as identidades nacionais. Não podemos nos esquecer de que, pelo discurso, os grupos hegemônicos estruturam e disseminam

ideologias e exercem controle sobre os membros dos grupos minoritários, agindo por meio de representação falseada da realidade, da cultura e da sociedade.

A partir de 1980, organizou-se no País um movimento negro. Com isso, houve debates sobre os direitos dos povos negros e dos indígenas em vários âmbitos, como na preparação da Constituição de 1991. No passado, entretanto, a Colômbia foi palco de marginalização, de exclusão e de escravidão de povos indígenas e africanos (VAN DIJK, 2003, p. 177).

Apesar da abertura para discussão, negros e índios continuam com os mesmos problemas: são mais pobres, têm pouco acesso aos recursos controlados pelos brancos, sofrem com práticas cotidianas de racismo, são “invisíveis” no âmbito público, aparecem nos livros de história como parte da construção do País, mas não são mencionados no momento atual (VAN DIJK, 2003, p. 178).

2.2.5 Peru: retrocesso legal e progresso social

No Peru, a população é 40% mestiça, e de 6% a 10% é afrodescendente. Para van Dijk (2003), o racismo no País é resultante da combinação de etnia e de classe social. Nesse contexto, pele morena e características próximas do fenótipo indígena significam *status* social inferior. No País, diferentemente da Bolívia e do Equador, o povo indígena não é maioria numérica, o que problematiza ainda mais a relação.

No entanto, apesar da existência clara de práticas sociais discriminatórias, o racismo é tabu, por isso é pouco debatido e oficialmente considerado inexistente (ZAVALA; ZARIQUIEY, 2007, p. 334). Entretanto, apesar do silêncio sobre o tema, em 1993, uma nova Constituição foi promulgada e, contrariamente ao que acontece no restante do continente, os direitos concedidos aos indígenas foram limitados (VAN DIJK, 2003, p. 187), o que demonstra a existência do racismo e da discriminação.

Os negros peruanos, desde 1980, organizam-se para resistir ao discurso e às práticas racistas, para dar voz a um discurso consciente sobre seus direitos e para resistir à escravidão (VAN DIJK, 2003, p. 188). No entanto, pesquisa desenvolvida por Zavala e Zariquiey (2007) evidencia que as práticas sociais, principalmente dos grupos brancos abastados, são discriminatórias e racistas. Os autores citam as estratégias discursivas das elites para negar o racismo e justificar a inferioridade dos grupos minoritários, são elas: negações aparentes; uso de

termos pejorativos para designar o “Outro”; utilização de implicações, de suposições, de generalizações e de exageros para ressaltar aspectos das minorias considerados negativos; ênfase nos aspectos do grupo hegemônico que são considerados positivos e na relação pacífica e amena entre “Nós” e o “Outro”.

Em síntese, o racismo no Peru é representado por discursos e por práticas sociais. O discurso da elite nega a existência do racismo e constrói identidades superiores para si e inferiores para o “Outro”, que são responsabilizados por todos os problemas da nação.

2.2.6 Venezuela: a falácia da democracia racial

Para van Dijk (2003), o racismo na Venezuela pode ser historicamente definido em algumas expressões: escravidão de africanos, rebelião dos negros, opressão do indígena. Na atualidade, a Constituição reconhece os direitos dos indígenas e prega a igualdade étnica. No entanto, o racismo e a discriminação são práticas cotidianas, pois negros e indígenas não são representados na mídia; os apresentadores de televisão de primeira linha são brancos; os negros não frequentam universidades, altos postos nas empresas e as celebridades do País são brancas (VAN DIJK, 2003, p. 181).

Como em outros países americanos, o racismo se estabelece nas raízes históricas, no modelo de colonização e nos muitos anos de escravidão e de exploração europeia. Nesse contexto, pouco se fala ou se pesquisa sobre as práticas racistas; e o País, como o Brasil, se descreve como “democracia racial”, como território “café com leite”, que se orgulha de ser mestiço.

Como em outros contextos, há negação do racismo por parte da elite e há racismo velado que se expressa por meio de discursos estereotipados sobre os negros: “Negros são perigosos, ladrões, mal encarados...”. Entretanto, essas manifestações raramente acontecem abertamente (BOLÍVAR *et al*, 2007, p. 373).

2.2.7 Fechamento de ideias: o panorama da América

Como podemos ver, o racismo é um elemento constituidor das relações e das práticas sociais latino-americanas. Mudam as formas de expressão, mas sua existência é indiscutível. Esse panorama, mesmo breve, ilustra a existência do racismo nas sociedades pesquisadas. Uma vez apresentados os pontos principais que marcam a existência do racismo e da discriminação em países da América Latina, passo ao contexto brasileiro.

2.3 O paraíso racial brasileiro

Deste tópico em diante, apresentarei dados sobre a construção das relações raciais no Brasil, pois o País apresenta características próprias na construção das relações raciais. Foi o País que mais recebeu negros na condição de escravos e o último a abolir a escravidão. A abolição aparece nos livros de História como ato magnânimo da Princesa Isabel, mas foi, na verdade, ato político voltado à criação de um mercado consumidor para os produtos que a Inglaterra produzia, motivada pela Revolução Industrial.

A abolição aconteceu por pressões internacionais de países, como a Inglaterra, que se industrializavam e precisavam de consumidores. O negro, na condição de escravo, não participava de forma ativa da economia e da geração de renda; para fazer parte do grupo que consumia produtos, precisava ser livre e receber pagamento pelo seu trabalho.

A abolição resultou ainda de mudanças ocorridas na segunda metade do século XIX. Uma delas diz respeito à produção de café, atividade que mais empregava mão de obra escrava. Quando a fazenda de café se estruturou como empresa, o escravo tornou-se investimento oneroso. Naquele momento, era considerado “coisa”, investimento assim como a terra, as ferramentas e outros elementos de trabalho. No entanto, era investimento alto e de risco: podia fugir, adoecer, ficar inválido e morrer, o que causaria perda parcial ou total do montante investido.

Assim, “ao transformar o escravo em trabalhador livre, o que ocorre é a libertação da empresa do ônus da propriedade de um *fator*¹⁸ do qual agora só interessa sua capacidade de produzir valor” (IANNI, 2004, p. 30). Alia-se a isso a necessidade da criação de mercado de consumo baseado no trabalho livre e assalariado, posto que o homem livre é consumidor potencial ou real. A abolição acontece, então, com dupla função: cria o mercado consumidor e coloca o Brasil em condições de igualdade com outros países, que encerraram o regime escravista.

No entanto, a tão sonhada liberdade trouxe uma consequência cruel: não havia lugar na sociedade para o negro livre. Logo após a abolição (em 1888), na tentativa de branqueamento da população, ocorre a entrada maciça no País de imigrantes europeus (em 1891), que ocuparam os lugares no mercado de trabalho, com isso o negro assumiu posições marginais.

Ressalta Ianni (2004, p. 17) que, “quando a procura de ocupações foi maior que a oferta, ou quando esta foi seletiva, os negros e mulatos ficaram em último lugar”. Para o autor, todo o processo resume-se a um fato: “O escravo se torna operário” (p. 21). Ele deixa de ser explorado no sistema escravista e passa a ser explorado no sistema capitalista, no qual vende sua força de trabalho, mas o faz em condições desiguais, visto que entrou no mercado sem preparo e concorreu com imigrantes considerados mais qualificados. Esse quadro inicial resultou em uma situação social desigual para o negro na sociedade brasileira.

Na atualidade, o negro ainda ocupa os lugares marginais, os guetos. Quanto mais afastado é o local, maior a quantidade de negros e de pardos. Logo, a população negra é relegada aos locais afastados dos centros urbanos (IANNI, 2004, p. 54). “À medida que subimos na escala social, reduz-se rapidamente o coeficiente de indivíduos de cor”. A frase mostra outro fator importante: o negro no Brasil é pobre em sua maioria. Para o autor, o negro que consegue galgar melhores posições sociais acredita não ser vítima do preconceito, entretanto isso não acontece. Na verdade, há “ajustamento do mulato às situações sociais em que se encontram também brancos, o que lhe dá a impressão de que o preconceito diminuiu” (ibid, p. 62).

Para dar seguimento às ideias e analisar as práticas discriminatórias e racistas no contexto brasileiro, analiso os usos discursivos e sociais de termos relacionados ao tema.

¹⁸ Grifo do autor.

2.4 Construção de referências

Um aspecto que me causa inquietação diz respeito ao uso de uma profusão de termos para se referir à cor, à etnia e à raça no Brasil. Por isso, resolvi pesquisar as ideias e analisá-las, a fim de verificar a importância do uso desses termos para a formação das identidades étnicas e para demonstrar a existência de racismo e de discriminação no Brasil.

Para algumas reflexões, recorro aos trabalhos de Hall (2006), Vidich e Lyman (2006), Oliveira (2006), Ilari (2006), Mattos (2006), Hasenbalg (2005), Hernandez (2006), Barbalho (2005), Sodré (2005), Silva (2005), Meltzer (2004), Frankenberg (2004), Sheriff (2002), Norvell (2002), Fanon (1980), Vitorino (2000) e outros.

2.4.1. A construção social e linguística dos termos etnia, cor e raça

Penso que raça, etnia, cor ou o uso de qualquer característica física é fato irrelevante para avaliar e classificar pessoas. No entanto, esse critério foi usado, durante muitos anos, em muitas sociedades, inclusive na brasileira, para determinar quem era humano e livre e quem era objeto. Assim, na sociedade brasileira do século XIX, a desigualdade social e racial era juridicamente estabelecida, uma vez que uma pessoa podia tornar-se proprietária de outra e usufruir sua posse (VITORINO, 2000, p. 6).

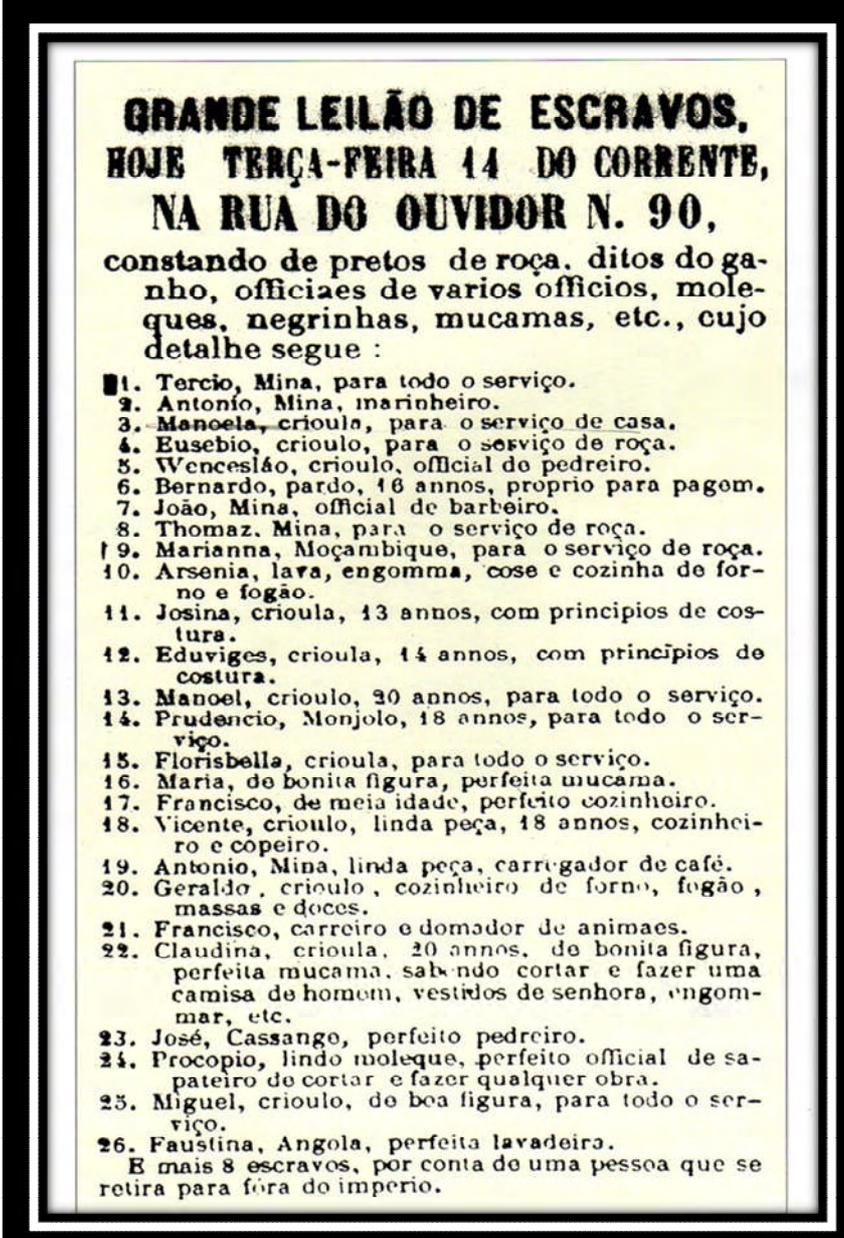
Escravo é, segundo Meltzer (2004, p. 17) “um homem que é propriedade de outro”. Já a propriedade é de alguém que tem um título legal. Assim, legalmente, o escravo não é pessoa, é coisa, bem, propriedade. E ser proprietário significa ter poder ilimitado sobre o bem possuído. Logo, a escravidão tira do homem seu caráter humano e o coisifica. Meltzer considera que essa relação é prejudicial para ambas as partes: “Ao negar a humanidade de um homem, a escravidão impede-o de desenvolver seu senso de dignidade humana. Quanto ao senhor, o hábito da dominação tende a envenenar cada aspecto de sua vida”.

A escravidão, para Queiroz (1993, p. 5), “é instituição tão antiga quanto o gênero humano e de amplitude universal, pois legitimada pelo direito do mais forte, ocorreu em todos os tempos e em todas as sociedades”. Na Era Moderna, a escravidão provoca controvérsias e é justificada pela história ou pela religião. Para a autora, no Brasil, a escravidão é um fenômeno original e particular, que articula as relações sociais. A autora aponta que o tráfico negreiro se iniciou como meio de fornecer mão-de-obra para a economia capitalista que se desenvolvia. No

entanto, com o tempo, passou a ser um fim em si mesma, devido à alta lucratividade que proporcionava aos seus investidores. Além disso, “os lucros dele (do tráfico) advindos beneficiavam não somente os traficantes, mas diversos outros segmentos sociais” (p. 15).

Na época da escravidão, comprar e vender pessoas eram negócios altamente lucrativos, pois os comerciantes de escravos alcançavam lucro de até 500% em suas transações e um bom escravo tinha o mesmo valor que uma casa pequena (VITORINO, 2000, p. 7). A figura 7 ilustra a rotina no comércio de escravos, o leilão.

Ilustração 7 - Cartaz de Leilão de negros



GRANDE LEILÃO DE ESCRAVOS.
HOJE TERÇA-FEIRA 14 DO CORRENTE,
NA RUA DO OUVIDOR N. 90,
constando de pretos de roça, ditos do ganho, officiaes de varios officios, moleques, negrinhas, mucamas, etc., cujo detalhe segue :

1. Tercio, Mina, para todo o serviço.
2. Antonio, Mina, marinheiro.
3. Manoela, crioulo, para o serviço de casa.
4. Eusebio, crioulo, para o serviço de roça.
5. Wenceslão, crioulo, official de pedreiro.
6. Bernardo, pardo, 16 annos, proprio para pagem.
7. João, Mina, official de barbeiro.
8. Thomaz, Mina, para o serviço de roça.
9. Marianna, Moçambique, para o serviço de roça.
10. Arsenia, lava, engomma, cose e cozinha de forno e fogão.
11. Josina, crioula, 13 annos, com principios de costura.
12. Eduviges, crioula, 14 annos, com principios de costura.
13. Manoel, crioulo, 30 annos, para todo o serviço.
14. Prudencio, Monjolo, 18 annos, para todo o serviço.
15. Florisbella, crioula, para todo o serviço.
16. Maria, de bonita figura, perfeita mucama.
17. Francisco, de meia idade, perfeito cozinheiro.
18. Vicente, crioulo, linda peça, 18 annos, cozinheiro e copeiro.
19. Antonio, Mina, linda peça, carregador de café.
20. Geraldo, crioulo, cozinheiro de forno, fogão, massas e doces.
21. Francisco, carreiro e domador de animaes.
22. Claudina, crioula, 20 annos, de bonita figura, perfeita mucama, sabendo cortar e fazer uma camisa de homem, vestidos de senhora, engommar, etc.
23. José, Cassango, perfeito pedreiro.
24. Procopio, lindo moleque, perfeito official de sapateiro de cortar e fazer qualquer obra.
25. Miguel, crioulo, de boa figura, para todo o serviço.
26. Faustina, Angola, perfeita lavadeira.

E mais 8 escravos, por conta de uma pessoa que se retira para fóra do imperio.

Fonte: Vitorino, 2000, p. 8.

Essa forma de compra e de venda atribuía ao negro a característica de não humano, de objeto, que podia ser negociado da forma que melhor interessasse ao seu possuidor legal, demonstrando uma das facetas mais cruéis da escravidão, que, além da liberdade, usurpa a humanidade. Essa coisificação ocorre em vários níveis que podem ser detectados no cartaz de leilão de negros:

- a) a inexistência de sobrenome, o que apaga a origem e a individualização;
- b) as pessoas são chamadas e listadas como “peças”;
- c) a descrição apresenta “detalhes” das “peças” a serem vendidas em vez de descrevê-las por características;
- d) a venda de adolescentes para o trabalho (o mais jovem tem 13 anos);
- e) a ênfase atribuída a características relacionadas à beleza (“linda peça”, “bonita figura”, “lindo moleque”, “boa figura”) que pode levar a duas interpretações: além de fazer bem o trabalho havia a necessidade da “boa aparência” ou a beleza seria mais um elemento de que o comprado poderia usufruir.

Além dos aspectos econômicos relacionados à escravidão, cruciais para a sustentação da sociedade brasileira colonial, Hasenbalg (2005, p. 35) aponta que o modelo social escravista é determinante da tradição cultural e dos padrões de organização social do grupo social subordinado. Para ele, o modelo atual de racismo está condicionado ao contexto da escravidão.

Nesse sentido, Hasenbalg (2005, p. 40) enfatiza que, no Brasil, o modelo escravista apresentava-se mais atenuado que em outras sociedades, como a norte-americana. Aqui, as chances de alforria eram maiores, e a aceitação dos negros e mulatos libertos acontecia de forma mais perceptível. Negros e mulatos libertos foram aceitos, segundo o autor, sem restrições na classe baixa da população, obtendo o *status* de brancos pobres.

Carneiro (2003, p. 15) refuta o ponto de vista de Hasenbalg ao expor que o negro e o mestiço dificilmente se igualavam ao branco. Para alcançar pequenas regalias, o escravo ou homem livre negro ocultava ou disfarçava traços de africanidade, porque o ideal de padrão moral e estético era branco. Daí a busca pelo branqueamento: casamento com brancos, alisamento dos cabelos entre outros. Esses elementos somaram-se para resultar em um modelo social de racismo.

Silva e Rosemberg (2007, p. 92) apontam práticas sociais que configuram a discriminação no Brasil:

- a) sofisticado sistema de classificação racial baseado na aparência, como resultado da assimilação de características físicas (cor da pele, traços faciais, tipo de cabelo), da condição socioeconômica e da região de residência;
- b) vocabulário racial que admite multiplicidade de termos;
- c) grande população de pele negra e parda (ou mulata) – 46% da população – que faz com que o Brasil seja o segundo País com maior população negra do mundo;
- d) convivência de padrões de relacionamento raciais que são simultaneamente verticais (produzindo desigualdade de oportunidade) e horizontais (já que não se registram hostilidades abertas ou ódio racial), o que pode levar à convivência amistosa em alguns espaços sociais.

Apesar dessa situação histórica e social, impera a ideia de paraíso racial no Brasil, o que apagou a discussão do racismo, de suas causas e de suas consequências para o negro após a escravidão. Adiante, veremos que se trata de estratégia de apagamento dos problemas interraciais. No entanto, a ideia já aparece em 1888, conforme mostra a figura 8. O desenho foi encomendado por uma empresa do Rio de Janeiro para ser estampado em seus tecidos como marco de libertação dos escravos.

Ilustração 8 – Cartaz comemorativo da Lei Áurea



Fonte: Carneiro, 2003, p. 17.

Muitos fatos relacionados à figura do negro já foram objeto de estudo e de debates. Muitos pontos são pacíficos; outros merecem pesquisa e análise. As diferenças conceituais entre os termos raça, etnia e cor, sobre seus usos e sobre as escolhas ideológicas que os determinam constituem um dos aspectos em aberto. Em função disso, sinto necessidade de retomar a discussão.

Segundo Rezende e Maggie (2002, p. 15), um aspecto importante do uso desses termos deve ser considerado:

Negro, branco, preto, moreno etc tornam-se atribuições que podem variar de acordo com quem fala, como fala e de que posição fala. As formas de manipular esse sistema de classificação não se dão, entretanto, por acaso. Há certas regras de classificação que deixam entrever um complexo jogo de relações de poder.

Cunha (2002, p. 115) corrobora esse posicionamento ao apontar que as expressões relacionadas à cor e à raça são construídas de modo relacional e situacional. Segundo a autora, a utilização de termos (como negro, mais escuro, preto, mulato, ou de termos vexatórios, como crioulo) é relacionada a afinidades entre os interlocutores, à posição social, à faixa etária e a valores, como respeito e autoridade. Discordo do posicionamento da autora, pois termos ofensivos são evitados entre amigos e, quando usados, têm como finalidade ofender e humilhar.

O Brasil adota, segundo Oliveira (2006, p. 11), o racismo mais eficaz do mundo: que não tem padrão, não é palpável, nem evidente. Ele é sofrido e praticado todos os dias, mas não pode ser mensurado, porque é mascarado. Esse racismo (encoberto) dá a ideia de convivência pacífica. Entretanto, a paz aparente desaparece quando as relações implicam algum tipo de concorrência: econômica, social, educacional. Essa questão ficou clara em minha pesquisa de Mestrado - **A Representação da “raça” negra no Brasil: ideologia e identidades**, na qual textos sobre a política de cotas para negros nas universidades brasileiras serviram como pano de fundo para a análise das representações sociais e das identidades construídas para o negro no Brasil¹⁹. Na análise, constatei que, para parte da população, oferecer cotas para negros é o mesmo que usurpar direitos da parcela branca da população.

O racismo no Brasil tem suas peculiaridades: não consideramos a ancestralidade, como ocorre nos EUA, mas a fenotípica. Nosso racismo é o “de marca”, no qual características como cor da pele e textura do cabelo são usadas para definir se o sujeito é ou não negro. Assim, temos “racismo em gradação”, que atinge em maior escala aqueles que se aproximam do fenótipo negro. Esse sistema é motivado por fatores históricos, sociais e políticos. Um deles é a miscigenação, que tornou a sociedade multirracial e dificultou a classificação por ancestralidade. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD-Brasil)²⁰ (2005, p. 13),

o discurso racial tem sido usado para manipular ideologicamente as diferenças fenotípicas entre os grupos humanos e legitimar a dominação de “raças” supostamente superiores sobre as “raças” supostamente inferiores.

O mesmo documento do PNUD-Brasil aponta as primeiras associações do termo raça ao gênero humano e como esse processo foi socialmente marcado. Revela a impossibilidade de

¹⁹Para mais detalhes: A Representação da “raça” negra no Brasil: ideologia e identidades. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 2005.

²⁰O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD-Brasil) é, segundo a Wikipedia, o órgão da ONU que promove o desenvolvimento para eliminar a pobreza no mundo.

eliminá-lo, uma vez que sua exclusão geraria a adoção de termo ou termos substitutos, como cor, etnia, fenótipo ou outros.

Adiante, os termos etnia, cor e raça serão analisados, considerando-se a importância de seu uso para a formação, fortalecimento ou enfraquecimento das identidades étnicas. Para verificar os usos, farei uma discussão teórica que não busca esgotar o tema, mas apresentar possibilidades de abordagem da questão.

2.4.2 Raça: a construção histórica e social da diferença

O termo “raça” vem do latim *ratio*, vocábulo usado para categoria, espécie ou descendência (SCHNEIDER, 2006, p. 78). Na Bíblia²¹, a história de Noé classifica a humanidade em três grupos, cada um representado por um de seus filhos: Jafet geraria o povo branco; Sem, o povo amarelo; e Cam, pai de Canaã, o povo negro.

Para explicar a supremacia de uma raça sobre outra, há um trecho da Bíblia que anuncia a diferença. Em dada passagem de Gênesis, Noé planta uma vinha, bebe vinho em excesso e aparece embriagado. Cam (o pai do povo negro) faz comentários pouco respeitosos ao pai. Ao saber do desrespeito, Noé o amaldiçoa e à sua descendência, dizendo que ele e seus filhos seriam escravizados por seus irmãos e pelos filhos de seus irmãos. E acrescenta: “Bendito seja o Senhor Deus de Sem, e Canaã seja seu escravo! Que Deus dilate a Jafet; e esse habite nas tendas de Sem, e Canaã seja seu escravo (Gênesis, 9)” (SCHNEIDER, 2006, p. 80).

O conceito de raça, no entanto, não é consensual, pois muitos estudiosos assumem posições que reforcem ideias racistas legitimadas em nossa sociedade. Um exemplo é a acepção apresentada por Carneiro (2003, p. 5) que o define como “a subdivisão de uma espécie, formada pelo conjunto de indivíduos com caracteres físicos semelhantes, transmitidos por hereditariedade: cor da pele, forma do crânio e do rosto, tipo de cabelo etc”. Raça, para o autor, é conceito biológico, relacionado a fatores hereditários, que não inclui condições culturais, sociais ou psicológicas. Para a espécie humana, segundo o autor, a classificação mais comum distingue três raças: branca, negra e amarela.

O uso do termo raça, na acepção que hoje conhecemos, é fruto da difusão do chamado “racismo científico” ou darwinismo social, conceito utilizado para explicar as diferenças de valores, de culturas, de graus de desenvolvimento tecnológico e de organização entre os povos.

²¹ A explicação para a origem humana apresentada na Bíblia liga-se ao Criacionismo, doutrina que atribui a origem do universo e da humanidade a um ato criador de Deus (CARNEIRO, 2003, p. 19).

Essa corrente de pensamento possuía três pontos principais de defesa do racismo (PNUD-BRASIL, 2005, p. 33):

- a) a crença na diferença entre grupos humanos, classificados como plantas ou animais;
- b) a defesa da continuidade entre aspectos físicos e morais, de modo que a divisão entre “raças” correspondia à divisão entre culturas;
- c) a crença de que aspectos raciais e étnicos determinavam o comportamento.

Do terceiro ponto, nasceu o conceito de eugenia (*eu*: boa; *genia*: geração), cunhado pelo cientista britânico Francis Galton, para quem a capacidade humana ligava-se à hereditariedade. No Brasil, esses postulados disseminaram-se principalmente nas áreas de Direito e de Medicina (PNUD-BRASIL, 2005, p. 33).

Não posso deixar de mencionar ainda que o termo “raça” é também usado como referência em pesquisas, em processos de formação de identidades e em luta por direitos de grupos diferenciados. Um bom exemplo da aceitação é a publicação da revista a *Raça Brasil*, que adota o vocábulo em seu nome e que se destina ao público negro.

Ilustração 9 – Revista Raça Brasil



Fonte: www.racabrasil.com.br.

Para Sheriff (2002, p. 216), após os anos 1990 e as discussões acadêmicas sobre o que se convencionou chamar de afro-brasilidade, chegamos a um ponto em que ficou impossível falar sobre raça e cor no Brasil de modo objetivo ou neutro, uma vez que não há consenso com relação à terminologia. Norvell (2002, p. 248), corroborando o ponto de vista de Sheriff, esclarece que o modo como o termo é usado abre um leque de significados, mais culturais que biológicos.

Quando pensamos os usos do termo “raça”, novas questões e novos posicionamentos surgem. Sheriff (2002, p. 222), em suas pesquisas em morros do Rio de Janeiro, concluiu que, de todos os termos existentes para representar etnia e cor, o mais forte do léxico é “negro”. Para a autora, “muitos estilos de discursos giram em torno de (ou comentam) tentativas de evitar ou dominar, de apropriar-se ou reapropriar-se do poder profundo e difuso dessa palavra” (ibid.). Essa constatação é relevante para esta pesquisa, já que considero que o apagamento ou a eufemização nos usos do termo “negro” são pistas significativas da existência do racismo no Brasil. Em nossa sociedade, o termo é tabu, causa desconforto e, por isso, é evitado.

Ainda segundo Sheriff (2002, p. 223), a palavra carrega dimensões físicas, “qualidades morais negativas e dimensões indiciais” às quais se associa. Nos depoimentos colhidos pela pesquisadora, o termo “negro” aparece como “ofensivo”, como “palavra suja”, como “palavra usada para humilhar”, como “palavra usada para criticar”, como “palavra preconceituosa” e como “palavra usada por racistas”. Além disso, é associada à escravidão. Como se pode ver pelos exemplos, a autora utiliza os termos etnia e cor lado a lado. Não fica claro, entretanto, se o faz por considerá-los equivalentes.

A palavra negro, para Frankenberg (2004), é vaga porque diz respeito a tudo e a nada, refere-se a uma “irrealidade”, que causa efeitos devastadores na construção de identidades. Logo, é uma constelação de processos e de prática sociais transformáveis e maleáveis, que auxiliam a criação e a manutenção de estereótipos letais em termos físicos, emocionais, afetivos e espirituais (esses estereótipos são fechados, imutáveis e não maleáveis, o que os diferencia do conceito de identidades). Isso lembrando que o autor não menciona aspectos sociais, políticos, financeiros, educacionais entre tantos outros.

Hall (2006, p. 69) esclarece que o termo raça, na Grã-Bretanha, é usado sempre com relação à cor da pele das pessoas, associação resultante de ideias derivadas da Biologia. Ressalta que a categoria raça não é científica, mas uma construção política, social e uma “categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de

exploração e exclusão – ou seja, o racismo”. Já o racismo age segundo lógica própria, para explicar as diferenças sociais e culturais, pautando-se por distinções biológicas e genéticas, como se elas fossem responsáveis pelos arranjos sociais. Para Hall (ibid.), “esse efeito de naturalização parece transformar a diferença em um fato fixo e científico, que não responde à mudança ou à engenharia social reformista”.

É necessário considerar que o discurso racista modificou-se ao tomar como base o discurso antirracista. Passou da noção universalista de que havia escala entre as diferentes raças, o que implicava considerar alguns homens mais humanos que outros; para a ideia de que os homens são culturalmente diferentes, de que cada comunidade tem a obrigação de preservar sua diferença, sua alteridade e de que, por isso, deve-se combater, em nome de suposta pureza cultural, a imigração, a mestiçagem, o sincretismo religioso ou artístico etc. (FIORIN, 2002, p. 44).

É relevante entender que o termo raça originou o termo racismo para representar o preconceito que se apoia em aspectos ligados a origem étnico-racial. Ao tratar da relação entre racismo e discurso, Wodak e Reisigl (2003, p. 372) evidenciam posicionamento muito importante para a tese aqui defendida. Para eles, o ponto de partida da discussão é o fato de o racismo ser fenômeno complexo, que alia práticas sociais e ideologias, e que se manifesta discursivamente. De um lado, as opiniões racistas são produzidas e reproduzidas no discurso, que as legitima. De outro, o discurso pode ser uma forma de reagir a essas práticas por meio de discursos e de práticas de resistência.

Para concluir a discussão, considero relevante uma reflexão de Gomes (2006, p. 33) ao ressaltar que "não se pode pensar em raça, numa perspectiva política, sem destacar o contexto e as contingências históricas nas quais os negros constroem as suas experiências sociais e identitárias". É importante apresentar essa reflexão porque muitas das ideias desenvolvidas a respeito do conceito de raça são realizadas em âmbito internacional, algumas são pertinentes e outras não, quando pensamos no contexto de constituição de identidades étnico-raciais do Brasil.

Portanto, considero necessário ressaltar que penso no termo raça de modo relacional, considerando os vários grupos étnico-raciais que existem no País e sua heterogeneidade. Aqui, quando o termo for usado, não estarei pensando no contexto biológico (determinista) que classifica os seres humanos de acordo com critérios pouco ou nada científicos e que dão margem à criação, à disseminação e à perpetuação de ideias discriminatórias e racistas.

Os dados apresentados acerca do termo raça mostram sua criação social e histórica quando relacionado a seres humanos, demonstra que a criação e as associações dela advindas fazem parte da construção de um discurso que retrata práticas sociais discriminatórias e enfraquecedoras da identidade negra.

Uma vez concluídas essas primeiras discussões, passo aos conceitos de etnia e de cor.

2.4.3 Etnia e cor: a interface da Biologia com a cultura

A palavra *ethnos* (do grego) significa povo, raça ou grupo cultural; já a etnografia é a “descrição científica social de um povo e da base cultural de sua consciência de unidade enquanto povo” (VIDICH; LYMAN, 2006, p. 52).

A etnografia desenvolveu-se como ciência com o interesse dos ocidentais por culturas de povos considerados primitivos ou menos civilizados. Essa modalidade de estudo surgiu nos séculos XV e XVI com as viagens de Colombo e dos demais descobridores e com as indagações provenientes da descoberta de novos povos.

A Bíblia era considerada, até então, a única fonte válida para entender os processos de criação do homem. Segundo ela, o homem originara-se no Jardim do Éden, de Adão e Eva. Mais tarde, após o dilúvio, todos os homens descenderiam de Noé. Após as descobertas de novas terras, habitadas por homens (diferentes fisicamente do europeu), as explicações bíblicas começaram a perder efeito e a gerar questionamentos. De modo geral, segundo Vidich e Lyman (2006, p.52):

A diversidade racial e cultural dos povos em todo o globo revelou aos europeus da pós-renascença o problema de como explicar as origens, as histórias e o desenvolvimento de uma multiplicidade de raças, de culturas e de civilizações.

Estudos etnográficos tiveram grande influência na forma como a negro foi constituído como “Outro” no mundo ocidental, pois, na pós-renascença, os ocidentais tinham necessidade de explicar sua existência. Isso porque

tamanha profusão de valores, culturas e modos de vida desafiaram o direito monopolizador sobre a legitimidade e a verdade das doutrinas do cristianismo. Práticas como o infanticídio, o canibalismo, o sacrifício humano, e o que, em

um primeiro momento parecia promiscuidade, reabriram o problema das contradições entre os valores culturais e a investigação de formas de tentar explicar e resolver essas contradições (ibid.).

Por alguns motivos, a postura descrita gerou problemas com os quais convivemos até hoje: primeiro, os europeus entenderam as diferenças como contradições. Na verdade, os povos descobertos com as grandes navegações eram apenas diferentes do europeu, pois tinham modos e culturas diversas, sendo essa diferença usada como fator valorativo e classificatório, consoante o qual o europeu era civilizado e os demais povos, não. Segundo, o europeu buscou, como salientam Vidich e Lyman, formas para resolver as contradições, e essas tentativas resultaram na destruição de povos e de sua cultura, ou na escravidão como forma de “europeizar” o “Outro”.

As primeiras descrições etnográficas foram realizadas por missionários, por exploradores, por bucaneiros²² e por administradores das colônias. Todos ocidentais. Muitas ofereciam detalhes exagerados das práticas dos povos chamados primitivos, que ganhavam proeminência em função da visão cristã do europeu. Esses primeiros relatos foram considerados tão tendenciosos que os etnógrafos não mais os utilizam como fonte. Hoje, novas linhas de pesquisa valorizam os relatos dos nativos, os quais apresentam sua cultura sem a perspectiva de “Outro”.

Ao propor o “método comparativo” como abordagem para compreender as relações dos modos de vida do Ocidente, Comte abriu espaço para pesquisas etnográficas que geraram influência sobre os estudos dos povos do mundo. Para Comte e seus seguidores, o entendimento da evolução da cultura e da civilização implicava a consciência da existência de três estágios e firmava-se na ideia de que “os povos e as culturas do mundo podem ser organizados diacronicamente, formando uma grande corrente do ser”. Esses estágios são entendidos como elos ordenados, marcando a passagem de uma cultura primitiva a uma civilização moderna (VIDICH; LYMAN, 2006, p. 54-55).

O relevante dessa perspectiva para o foco deste trabalho é que os estágios relacionados (e irreversíveis, segundo Comte) eram a selvageria, a barbárie e a civilização. E os povos apontados em cada um desses estágios eram classificados segundo a cor e a cultura, segundo um preconceito ocidental etnocêntrico (idem, 2006, p. 55). Nesse tipo de abordagem, a cultura analisada pelo etnógrafo é vista com base em pressuposições que anulam o respeito à cultura do

²² Bucaneiros eram piratas que viviam principalmente nas Antilhas (BUENO, 1994, p. 199).

“Outro”. São formas de usar a cor e a etnia como critério de classificação, o qual resulta na discriminação racial como conhecemos.

Modernamente, Sheriff (2002, p. 220) aponta a existência de uma variedade de termos usados para descrever as características físicas das pessoas, que contém associação racial, mas não apresentam noção concreta de identidade relacionada à etnia, são elas:

(...) palavras como preto, mulato, sarará, brancos e, é claro, moreno podem ser usadas para descrever a aparência das pessoas. A pele dos que não são considerados nem pretos nem brancos pode ser descrita como achocolatada, avermelhada, cor de canela, jambo, cor de índio ou simplesmente morena. As pessoas mais escuras são descritas como bem pretas, de cor fechada ou simplesmente escuras. As pessoas mais claras podem ser descritas como brancas, brancas de branco ou puxadas para o branco. O cabelo é descrito com palavras como crespo, ruim, duro, cacheado, razoável, liso ou bom. Os traços são descritos como grossos, chatos, finos e bem feitos.

A etnicidade, para Hall (2006, p. 70), gera um discurso em que a diferença se estabelece com base em características culturais e religiosas, contrapondo-se ao conceito de raça. No entanto, a definição de etnicidade é geradora de discriminação, porque considera características grupais como modo de estabelecer diferenças. Para ele, precisamos rever o conceito de racismo, uma concepção muito mais ampla que se pode imaginar.

Quanto ao uso, no Brasil, do termo “cor”, de suas variações e de seus usos, ressalta Sheriff (2002, p. 217) que “os brasileiros denominam quase qualquer combinação de traços faciais por meio dos termos moreno e mulato, com uma frequência elevada, porém que não obedece a um padrão”.

A cor é, para Sansone (2002, p. 166), fator onipresente na vida do negro, mas raramente mencionado. Para o autor, ser negro envolve elementos positivos e negativos. Um aspecto positivo é ser associado à força física e à garra de vencedor, por isso é visto como bom atleta. Roediger (2004, p. 43) concorda com esse posicionamento e mostra seu ponto de vista por meio de uma declaração a respeito do modo como brancos veem negros:

Todos detestávamos os negros no plano abstrato, mas nossos maiores heróis eram os astros negros dos grandes times de basquete do St. Louis Cardinals na década de 1960. O estilo e o talento de jogadores como Lou Brock, Bob Gibson e Curt Flood eram reverenciados. Com um pouco mais de má vontade, admirávamos Muhammad Ali como o melhor desportista de nossa geração.

Ouvíamos Chuck Berry e Tina Turner, ambos sediados na região de St. Louis... Alguns de nós tornaram-se fãs fervorosos da música de *Motown*²³.

Outro fator que pode ser pensado, nessa mesma linha de raciocínio, é a questão do casamento. Burdick (2002, p. 198) esclarece que as mulheres brancas casam mais cedo que as negras, que, mais frequentemente, permanecem solteiras. A maioria dos casamentos no Brasil é endógama (entre elementos do mesmo grupo). Quando os casamentos são exógamos (entre indivíduos de grupos diferentes), o comum é que o homem seja mais escuro e a mulher mais clara. Ou seja, as mulheres brancas aceitam casar com homens negros, entretanto os homens brancos aceitam menos as mulheres negras (BURDICK, 2002, p.198).

Fanon (1980, p. 209) esclarece que a figura do negro tornou-se alvo de associações negativas que lhe atribuem lugar de exclusão social. Assim, “o negro é símbolo do mal e do feio”. Além disso, “o carrasco é o homem preto, Satan é preto, fala-se de trevas, quando se está sujo está-se preto, - quer isso se aplique à sujidade física ou à sujidade moral” (ibid., p. 217). Assim, quer concretamente quer simbolicamente, o negro representa o feio e o mal.

Esse fato não é construção recente. Hernandez (2006, p. 6) afirma que, no período de escravidão, a dominação do negro era aceita, porque, no imaginário do branco, os africanos eram representados por seres monstruosos, gigantes, pigmeus, mulheres-pássaro, homens-macaco, povos deformados, sem nariz, sem língua, sem sentimentos, sem alma, com liturgias que cultuavam deuses próprios e um conjunto de crenças em que se destacava a fé na força dos amuletos. Assim,

Na Europa, o preto tem uma função: representar os sentimentos inferiores, as más inclinações, o lado obscuro da alma. No inconsciente coletivo do *homo occidentalis*, o preto, ou se, se prefere, a cor preta, simboliza o mal, o pecado, a miséria, a morte, a guerra, a fome. Todas as aves de rapina são pretas. Na Martinica, que é um país europeu pelo seu inconsciente coletivo, diz-se, quando um preto “azul” vos faz uma visita: “Que desgraça trará ele?” (FANON, 1980, p. 219).

Ao pesquisar sobre expressões usadas para ofender o negro em situações de crimes raciais, Guimarães (2000, p. 34) reflete sobre o uso do termo negro e de termos relacionados à cor negra ou preta e conclui que são tão pejorativos em nossa sociedade que podem ser usados sozinhos, sem acompanhamento de um adjetivo e já são entendidos negativamente. Para ele,

²³A Motown Records foi a mais bem sucedida na criação do estilo de *soul* e a mais importante lançadora de artistas negros desde seu surgimento. Seus artistas eram vestidos, penteados e coreografados de modo impecável, para exhibições ao vivo nas tevês e shows. (disponível em <www.wikipedia.com.br> em 24 de abril de 2008).

“negro ou preto passam a ser uma síntese verbal ou cromática para toda uma constelação de estigmas referentes a uma formação racial identitária”. Por isso, a cor negra/preta adquire função simbólica e estigmatizante, como definem os dicionários: “sujo, encardido, lúgubre, funesto, maldito, sinistro, nefando e perverso, entre outros”. Nesse contexto, a cor nem precisa ser mencionada. Sentenças como “mas também olha a cor do sujeito”, não mencionam a cor, mas são preconceituosas e causam reação em quem as ouve.

O termo “moreno” é pouco mencionado nas pesquisas, embora seja largamente usado nas práticas sociais e discursivas. Motta (2000, p. 115) menciona uma referência ao termo feita por Gilberto Freyre em **Casa Grande e Senzala**. O autor relata que “existe elevado número de homens de cor nas relações públicas, embora a proverbial cortesia brasileira prefira designá-los não como ‘negros’²⁴ (...) mas como ‘morenos’, ou seja, pessoas de pele mais ou menos escura”. Em outra obra²⁵, Freyre conclui que a ambiguidade dos usos do termo serviria para mostrar a reduzida importância das classificações raciais na sociedade brasileira.

As considerações de Freyre reforçam práticas sociais comuns na sociedade brasileira que foge dos designativos de cor. No entanto, acredito que o motivo em nada se relaciona com os motivos apontados pelo estudioso. A causa está atrelada ao racismo encoberto e à falta de identificação do negro com sua condição racial.

Ao tratar da constituição de identidades de mulheres negras, Oliveira (2006, p. 15) cita um depoimento relevante para essa discussão. Uma de suas entrevistadas, ao ser questionada sobre o racismo no Brasil, afirma que:

A primeira coisa que eu não concordo é com o termo “afrodescendente”. Não concordo. Eu acho que esse termo é uma construção acadêmica, linguística, é recente, esse termo deve ter em média cinco anos, no máximo. Em 95 ... 90 é a sua origem. Como ele foi construído, eu não conheço, eu não sei como foi originado esse termo epistemológico²⁶.

O depoimento da professora chamou-me a atenção por abordar a construção social do termo “afrodescendente”. O vocábulo foi criado para fugir do uso do termo negro e de todas as suas implicações sociais e ideológicas. Talvez em função disso, uma parcela da comunidade negra o rejeite, pois mais uma vez mostra eufemização do uso dos termos relacionados ao negro. O que considero importante é pensar que as denominações mudam, mas as práticas sociais continuam discriminatórias e racistas.

²⁴ Aspas do autor.

²⁵ A obra é *The racial factor in contemporary politics*, publicada em 1966.

²⁶ Oliveira (2006) pesquisou a constituição identitária de professoras universitárias negras.

2.4.5 Etnia, raça e cor: usos discursivos e sociais

Para ilustrar o uso dos termos raça, etnia e cor e como os contextos não obedecem a uma lógica aparente, alguns exemplos extraídos de panfletos institucionais serão apresentados. Os textos foram produzidos por instituições governamentais e coletados durante o “Seminário Internacional Gênero, Raça, Pobreza e Emprego: experiências e desafios”, realizado em Brasília – Distrito Federal –, de 26 a 28 de junho de 2006. O evento foi organizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), pelo Programa Gênero, Raça, Pobreza e Emprego (GRPE), pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR) e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e tinha como objetivos apresentar os resultados dos programas dos GRPE contra a discriminação e o preconceito.

O ilustração 10 é a capa de um *folder* da Prefeitura de Santo André²⁷, São Paulo. Tem como finalidade ajudar as pessoas da cidade a se identificarem em pesquisas sobre etnia, raça ou cor, a fim de que a prefeitura direcione programas e ações aos grupos, atendendo aos preceitos da igualdade de direitos. No panfleto, a sugestão é que as pessoas se identifiquem pela cor (*Só você pode dizer qual a sua cor!*), esse é o elemento usado para fragmentar a sociedade em grupos. É importante ressaltar que o fato de haver programas direcionados a diferentes estratos sociais, tendo como critério de planejamento e de aplicação sua cor, etnia ou raça é demonstração de que as cores, as etnias ou as raças não têm, naturalmente, acesso aos mesmos direitos.

²⁷ A campanha é parceria entre a Prefeitura de Santo André, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a Secretaria de Participação e Cidadania ADCN/DDDC e a Central de Trabalho e Renda (CTR).

Ilustração 10 – Só você pode dizer qual a sua cor!



Fonte: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, Secretaria de Participação e Cidadania e Central de Trabalho e Renda.

A ilustração 11 ilustra um *folder* da campanha do Consórcio Intermunicipal da Grande ABC, em conjunto com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que objetiva promover a igualdade e a proteção aos direitos de grupos raciais e étnicos afetados pela discriminação e por outras formas de intolerância. Nele, como na ilustração 10, a identificação dá-se pela cor da pele.

O texto ressalta a existência das diferenças físicas e legais: “direitos iguais”. A diferença é demonstrada pelas fotos que o panfleto apresenta: pessoas de diferentes idades e

com características fenotípicas variadas, representando a diversidade existente no País. Assim, mais uma vez, o foco da campanha é a população negra.

Ilustração 11 – Qual a sua cor?



Fonte: Consórcio Intermunicipal da Grande ABC e OIT.

É relevante mencionar que o *folder* mostrado na ilustração 11, em seu interior, apresenta texto explicativo, no qual os termos raça e etnia são usados, conforme pode ser visto na ilustração 12: “... a proteção e os direitos de grupos **raciais e étnicos** afetados pela discriminação e demais formas de intolerância...”. Parece-me que a forma como o texto foi

construído direciona a pensar raça e etnia como conceitos diferentes. Esse uso é revelador, uma vez que é a escolha de uma instituição de nível internacional, a Organização Internacional do Trabalho. No interior, são apresentadas novamente as fotos que ilustram a capa.

É necessário entender que as identidades étnico-raciais formam-se e se transformam pela atribuição de etiquetas e de discurso narrativo próprio, em que as elites políticas podem desempenhar papel decisivo (CHAVEZ, 2002, p. 47). Logo, quando uma instituição adota determinado uso, ela legitima os usos e práticas socialmente adotados ou estabelece novas formas que poderão fazer parte das práticas sociais.

Outro aspecto marcante e recorrente nos exemplos é a identificação étnico-racial como função do sujeito e não do corpo social. Os textos, como o ilustração 12, imputam ao indivíduo a escolha de sua etnia e não oferecem critérios para que as escolhas sejam feitas. Parecem-me sugerir que todos sabemos a que grupo pertencemos e, portanto, que não há necessidade de pensar como e porque vou definir minha “cor”.

Aliás, retomando a ideia, a grande questão não é “por que” ou “como”. A necessidade da classificação decorre da existência de desigualdades, os sujeitos precisam ser ordenados em grupos para que recebam tratamento em função do grupo a que pertencem e isso demonstra, mais uma vez, a presença do racismo no Brasil.

No entanto, poucos pensam sobre como se classificar, que critérios usar. Aliam-se a essa questão a existência do racismo e a vontade, mesmo inconsciente, de não ser alvo de discriminação e de preconceito. O resultado dessa equação é o silêncio social sobre o racismo e a incerteza do sujeito sobre como definir sua cor.

Ilustração 12 – Você é quem melhor pode definir sua cor!



Você é quem **melhor pode**

O Consórcio Intermunicipal, instituição que reúne as sete prefeituras da região do Grande ABC, está desenvolvendo o Programa Gênero, Raça, Pobreza e Emprego, coordenado pela Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal em parceria com a OIT (Organização Internacional do Trabalho). Este programa é uma das iniciativas do Governo Federal que tem por objetivo promover a igualdade e a proteção dos direitos de grupos raciais e étnicos afetados pela discriminação e demais formas de intolerância com ênfase na população negra.

Uma das finalidades do programa é aperfeiçoar as informações sobre o perfil e as características da população do Grande ABC para um melhor diagnóstico sobre a diversidade racial presente no mercado de trabalho e nas políticas públicas, de forma a contribuir para o fim das desigualdades de raça e gênero no país.

Fonte: Consórcio Intermunicipal da Grande ABC e Organização Internacional do Trabalho.

Outro panfleto, ilustração 13, produzido em conjunto pelo Consórcio Intermunicipal Grande ABC, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pelo Programa Gênero, Raça, Pobreza e Emprego (GRPE), traz a palavra raça, no mesmo tipo de situação em que os

panfletos anteriores apresentavam o termo cor. Novamente são ressaltados os conceitos de igualdade e de diferença nos mesmos planos adotados pela ilustração 10.

Ilustração 13 – Diferenças são naturais. Desigualdades não!



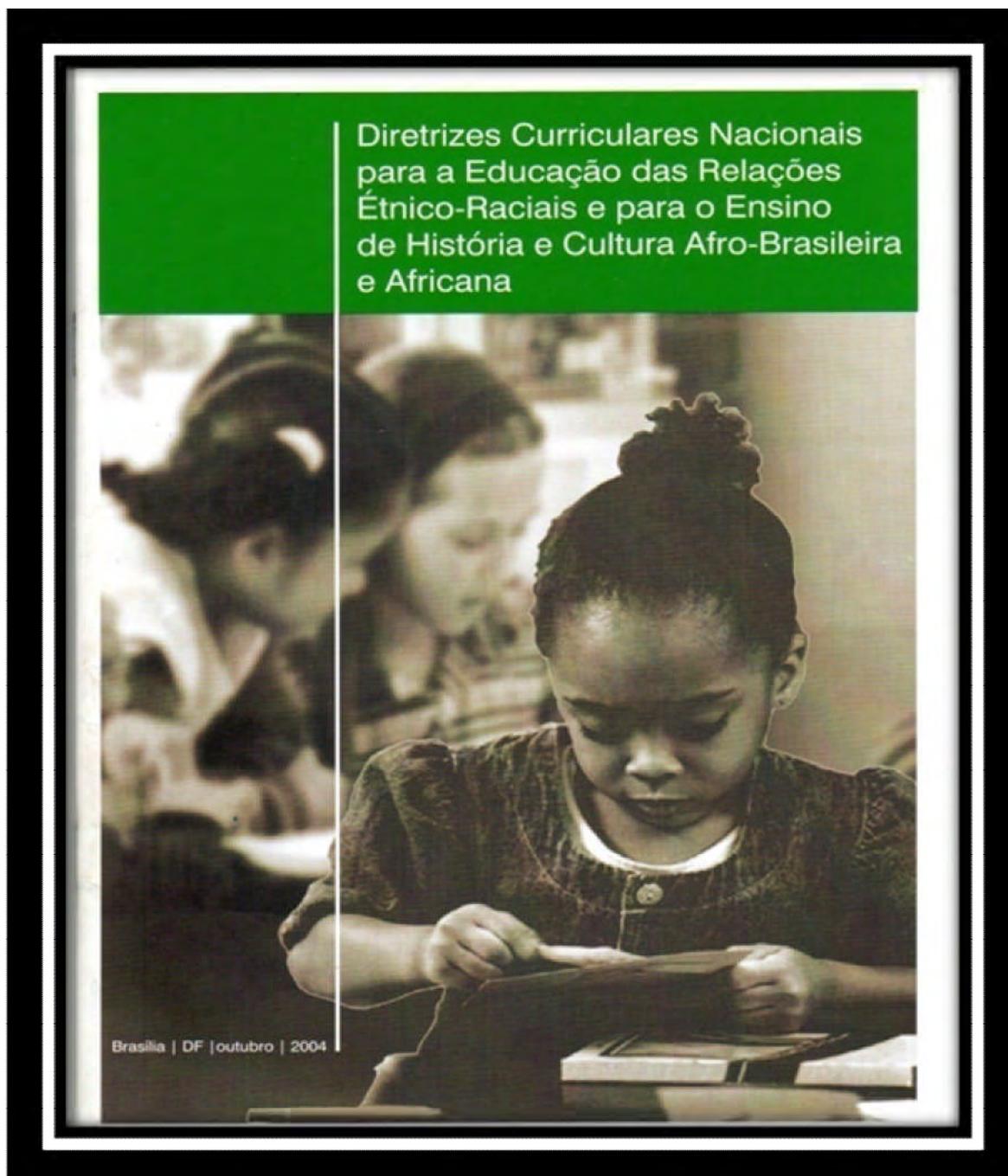
Fonte: Consórcio Intermunicipal Grande ABC, OIT e Programa Gênero, Raça, Pobreza e Emprego.

A ilustração 14 é a capa de um livreto informativo, elaborado pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), pelo Ministério da Educação (MEC), pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), publicado em 2004. Nele pode ser observada o uso da expressão “étnico-raciais” como referência a essas relações no contexto educacional.

Todos esses usos fazem parte do projeto social de construção das identidades étnico-raciais de negros no Brasil. São relevantes porque, conforme Chávez (2002, p. 48), “a identidade social não é dada; nem é unidirecional, mas resulta do trabalho do ator social que administra e organiza as diversas dimensões de sua experiência social e suas identificações”.

Nesse caso, temos, atuando como atores sociais, as secretarias governamentais que produziram os textos.

Ilustração 14 – Diretrizes curriculares



Fonte: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, e Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Outro panfleto (ilustração 15), produzido pelo Consórcio Intermunicipal Grande ABC, pela OIT e pelo Programa Gênero, Raça, Pobreza e Emprego (GRPE), traz a palavra raça. Nesse caso, trata-se do nome dado ao programa desenvolvido pelas entidades. Nesse contexto, é incomum encontrar construções como: “Brasil, Gênero e Cor” ou “Brasil, Gênero e Etnia”.

Ilustração 15 – Programa Brasil, Gênero e Raça



Fonte: Consórcio Intermunicipal Grande ABC, pela Organização Internacional do Trabalho e Programa Gênero, Raça, Pobreza e Emprego.

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em textos da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD)²⁸, para o critério cor e raça:

Consideraram-se cinco categorias para a pessoa se classificar quanto à característica cor ou “raça”: branca, preta, amarela (compreendendo-se nesta categoria a pessoa que se declarou de “raça” amarela), parda (incluindo-se nesta categoria a pessoa que se declarou mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou

²⁸ Sistema de pesquisas domiciliares, o programa Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) produz informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País.

mestiça de preto com pessoa de outra cor ou “raça”) e indígena (considerando-se nesta categoria a pessoa que se declarou indígena ou índia).

Como se pode ver, para o IBGE²⁹, cor e raça são conceitos equivalentes. A Universidade de Brasília (UnB), conforme Edital do segundo vestibular de 2006³⁰, ao tratar do sistema de cotas para negros aponta:

Quadro 2 – Sistema de cotas para negros da Universidade de Brasília

(...) 6. DO SISTEMA DE COTAS PARA NEGROS

6.1 Para concorrer às vagas reservadas por meio do Sistema de Cotas para negros, o candidato deverá ser negro de cor preta ou parda.

6.2 Para concorrer ao Sistema de Cotas para Negros, o candidato deverá efetuar a sua inscrição via Internet, conforme procedimentos descritos no item 3 deste edital e, ainda, comparecer a um dos postos relacionados a seguir, no período de **8 a 12 de maio de 2006, das 9 às 17 horas**, onde será fotografado e assinará uma declaração de opção para concorrer às vagas por meio desse sistema, na qual afirmará a sua adesão aos critérios e aos procedimentos inerentes ao referido sistema. (...)

6.2.1 O candidato deverá comparecer ao posto localizado na mesma cidade por ele escolhida, no momento da sua inscrição, para a realização das provas, munido de documento de identidade **original**, em bom estado, por meio do qual será identificado.

6.2.2 O candidato que se inscrever no Sistema de Cotas para Negros e não comparecer ao respectivo posto na forma do subitem 6.2 deste edital ou que comparecer sem o documento de identidade **original**, concorrerá apenas às vagas do Sistema Universal.

6.2.3 Para o candidato que já teve a sua inscrição homologada no Sistema de Cotas para Negros em vestibulares anteriores da UnB, não será necessário o comparecimento aos postos, devendo este apenas optar por concorrer nesse sistema no momento da sua inscrição.

6.3 O pedido de inscrição, incluindo a fotografia, será analisado por uma banca que decidirá pela homologação ou não da inscrição do candidato no Sistema de Cotas para Negros, com base no critério estabelecido no subitem 6.1 deste edital.

6.3.1 O candidato que não atender às condições descritas nos subitens 6.1 e 6.2 deste edital não terá sua inscrição homologada no Sistema de Cotas para Negros. (...)

6.3.3 O candidato poderá interpor recurso contra a não-homologação de sua inscrição, conforme procedimentos a serem divulgados na data estabelecida no subitem anterior.

6.3.4 O CESPE/UnB reserva-se o direito de convocar o candidato para entrevista, a fim de dirimir quaisquer dúvidas acerca de seu pedido de inscrição ou de recurso.

²⁹ Disponível em <www.ibge.gov.br/home/estatistica/população/trabalhoerendimento/pnad99>.

³⁰ Disponível em <www.unb.br> em 12 de fevereiro de 2007.

6.3.5 Os candidatos que não tiverem sua inscrição homologada no Sistema de Cotas para **Negros** concorrerão somente às vagas do Sistema Universal. (...)

Fonte: Edital de processo seletivo disponível em <www.cespe.unb.br>.

De forma geral, os termos raça e etnia são evitados. Talvez em função de sua imprecisão. O texto apresenta os termos “negro” e “cor preta ou parda” como elementos que caracterizam o candidato às vagas reservadas. Nesse caso, o critério adotado é a cor da pele. É relevante o fato de que o termo “negro” é usado no excerto nove vezes; dessas, oito são para mencionar o nome do programa (SISTEMA DE COTAS PARA NEGROS) e apenas uma vez para referir-se aos candidatos. Além disso, como nos casos anteriores, inicialmente, o próprio candidato é responsável por sua definição étnico-racial, devendo inclusive assinar um documento de responsabilização. Em momento posterior, a adesão ao sistema de cotas é homologada ou não pela universidade.

Sobre esse apagamento de termos relacionados ao negro, Oliveira (2006) aponta que discussões sobre o ser negro e sobre os temas relacionados são silenciadas em praticamente todos os ambientes: família, escola e sociedade em geral. Para a autora, o silêncio é prejudicial em todos os sentidos, pois encobre os reais problemas ligados ao tema e fragilizam a identidade dos negros.

2.4.6 Negro brasileiro: uma impossibilidade conceitual?

Busquei direcionamentos que me possibilitassem a análise que contribua para o entendimento do(s) sentido(s) de uso do termo “negro”, bem como da representação de identidades que esse(s) uso(s) estabelece(m). Para alcançar esse intento, mostrarei conceitos importantes para a análise do termo negro, associando aspectos semânticos à Análise de Discurso Crítica (ADC).

Por isso, considereei relevantes, inicialmente, dois conceitos apresentados por Ilari (2006, p. 68): elementos conceituais e elementos afetivos. Os **elementos conceituais** referem-se a características objetivas da realidade e contribuem para descrevê-la de maneira relativamente neutra. Eles realizam a função referencial da linguagem.

Os **elementos afetivos** apontam para as associações e para as reações que o uso das palavras provoca. “A presença de elementos afetivos no sentido de uma palavra obriga-nos a considerar as posições (políticas, religiosas etc.) de quem fala e a lidar com o preconceito” (ibid., p. 68). Para Ilari, associações afetivas são próprias de determinados grupos e realizam a função expressiva da linguagem, a qual se centra no locutor.

Menciono ainda outro conceito retirado de Ilari (2006, p. 201), a **vagueza**. Ele afirma que uma palavra é vaga “quando não existe um critério único e seguro para decidir a que objeto a aplicaríamos”. Ainda consoante Ilari, há algumas formas para evitar a vagueza:

- a) recorrendo a estipulações ou convenções;
- b) comparando o indivíduo em questão com outros dentro do grupo; e
- c) remetendo à media do grupo ao qual o indivíduo pertence.

Para ilustrar os significados associados ao termo “negro”, analisarei um texto publicado na revista **Discutindo Língua Portuguesa**. Ele é apresentado como tema polêmico, para motivar a produção de texto dissertativo. A escolha do texto deve-se ao fato de ele relacionar-se ao escopo desta tese e por ilustrar o uso social do termo “negro”. Para iniciar, considero relevante primeiramente apresentar o texto integralmente.

Quadro 3 – Negro quem, cara pálida?

Negro quem, cara pálida?

Cinquenta outdoors de uma campanha contra a proibição do uso de armas de fogo foram retirados das ruas de São Paulo sob acusação de racismo. A imagem de um rapaz de pele escura com uma arma na mão e uma tarja negra nos olhos foi considerada preconceituosa por duas procuradoras paulistas que convenceram a Justiça a recolher os painéis. O jovem que emprestou seu rosto à campanha colocou a decisão em xeque com uma declaração desconcertante. “Não sou negro”, avisou Deneilson Paulo, de 25 anos, motociclista da agência responsável pela campanha. A certidão de nascimento confirma: sua cor, oficialmente, é branca. O publicitário Ênio Mainardi, criador da campanha, discorda de Deneilson. “Seria fácil escapar dizendo que ele é branco. Mas ele não é. É da mesma “raça” vira-lata de todos nós, brasileiros”, diz Mainardi. O publicitário está convencido de que o racismo foi só uma desculpa. “Queriam atacar a campanha e arrumaram um argumento. Vou processar as duas procuradoras por danos morais. “Nunca fui racista”, afirma.

Fonte: Revista Discutindo Língua Portuguesa, 2007.

O texto chamou minha atenção porque vem ao encontro de reflexões que faço há algum tempo: quem é negro no Brasil? Como identificar quem é negro no Brasil? E como o negro identifica-se como negro?

Em nossa cultura, o termo “negro” é bastante problemático. Silva (2005) aponta que, no Censo de 1980, realizado pelo IBGE, houve 136 declarações diferentes de cor. Esse fato mostra a dificuldade de nossa sociedade ver-se e se identificar em uma etnia ou raça. Assim, para fugir à autoidentificação como negro, os entrevistados do Censo recorreram a metáforas para representar a sua cor ou etnia. A maioria dessas expressões metafóricas é utilizada para representar a cor negra. Das 136 expressões usadas, apresento as 55 que acredito remeter à etnia negra.

Quadro 4 – Denominações de cor e de raça

Acastanhada	alva escura	Alvarenta
amarela queimada	Amarelosa	amorenada avermelhada
Azul	azul marinho	bem morena
branca melada	branca queimada	branca suja
melada	mestiça	miscigenação
mista	morena bem chegada	morena bronzeadada
morena canelada	morena castanha	morena cor de canela
morenada	morena escura	morena fechada
morenã	morena prata	morena roxa
morena ruiva	morena trigueira ³¹	moreninha
mulata	mulatinha	negrota
parda	parda clara	pouco morena
preta	pretinha	quase negra
queimada	queimada de praia	queimada de sol
retinta	rosa queimada	roxa
sapecada	sarará ³²	saraúba
tostada	trigo	trigueira ³³
turva		

Fonte: elaboração da autora.

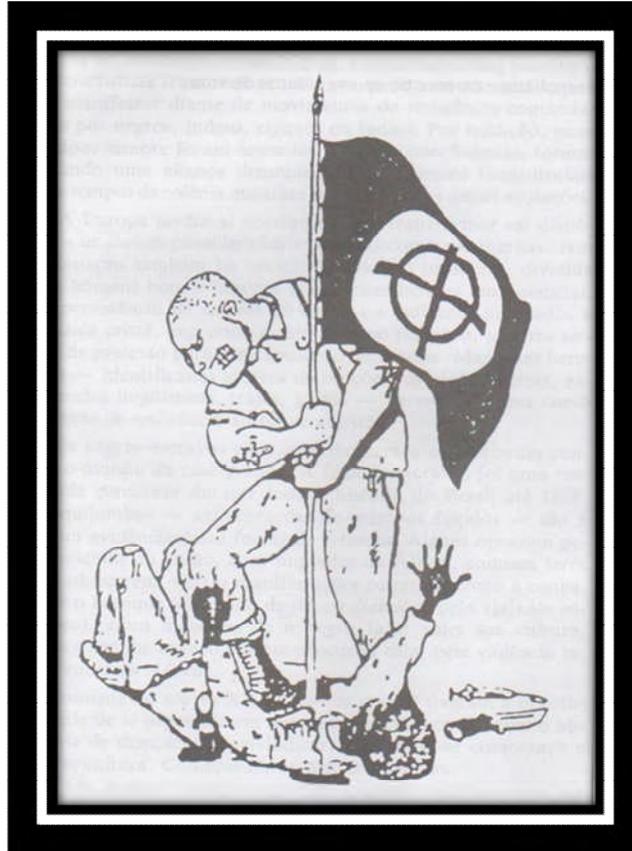
Esse discurso de incerteza quanto à identidade étnico-racial e de enfraquecimento da figura do negro legitima práticas sociais como a representada na figura a seguir, publicada em uma revista do grupo “Os Carecas contra os Negros” e reproduzido por Carneiro (2003, p. 53). A ilustração mostra o ódio étnico-racial levado ao extremo por grupos de *skinheads* (conhecidos, no Brasil, como carecas).

³¹ Trigueiro: que tem cor de trigo maduro; queimado; moreno (BUENO, 1994, p. 1149).

³² Diz-se da pessoa mestiça que, por pigmentação, tem o cabelo e a pele muito claros ou brancos; aço; albino (BUENO, 1994, p. 557).

³³ Que tem a cor do trigo maduro; moreno (BUENO, 1994, p. 619).

Ilustração 16 – Violência contra o negro



(Fonte: Carneiro, 2003, p. 53)

Isso explica a dificuldade que o negro tem de se autoidentificar como negro, uma vez que ser negro é estar sujeito a essas associações. Como vemos, é difícil assumir-se negro, ter identidade negra fortalecida, porque é penoso ser negro em uma sociedade que não consegue aceitar a condição de ser negro.

Por isso, o termo negro está circundado por elementos afetivos, que apontam para as associações e para as reações que o uso da palavra nos provoca. Nesse caso, a palavra é utilizada com base em uma posição social e ideológica com relação ao grupo, que, em nosso contexto histórico e social, é visto como minoria e como inferior. Ilari (2006) assevera que, aos elementos afetivos do sentido, relaciona-se o eufemismo, que é utilizado para minimizar as associações e as representações desagradáveis agregadas à certa realidade.

Ao relacionar esses conceitos, penso que existe visão equivocada sobre o termo negro. Inicialmente, qualquer falante de Língua Portuguesa pode dizer que conhece bem suas possíveis acepções, no entanto ele carrega elementos afetivos que levam o uso de outros em seu lugar, evitando-se, assim, o emprego de expressões que, por questões ideológicas e culturais, são

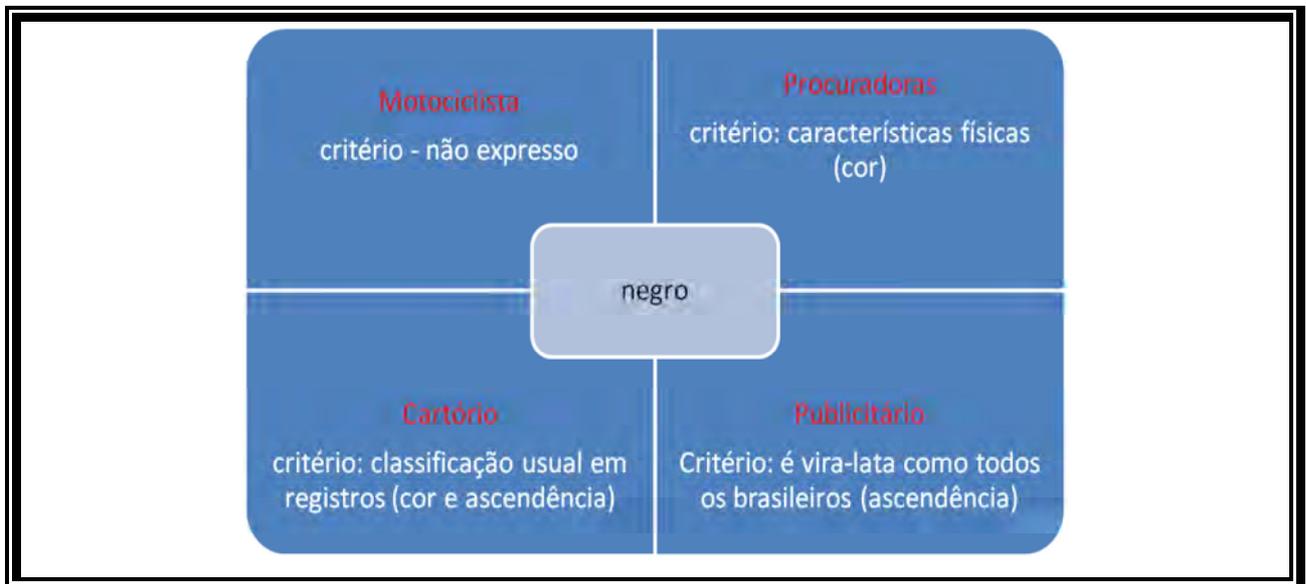
marcadas como negativas ou pejorativas. Talvez devido a isso, seja comum utilizar “eufemismos” como “moreninho”, “moreno”, “escurinho”. O termo negro não é usado porque nos obriga a considerar uma posição ideológica que não queremos declarar: o Brasil é racista.

Há ainda outra implicação relacionada ao uso: a vagueza. Conforme apresentado, Ilari (2006) afirma que uma palavra é vaga quando não existe critério único e seguro para decidir a que objeto a aplicaríamos e que, para evitar a vagueza, recorremos a estipulações ou convenções; comparações entre o indivíduo em questão com outros dentro do grupo; e análise da média do grupo ao qual o indivíduo pertence.

Os critérios apresentados por Ilari parecem atender às dúvidas, porém, quando analisamos o texto em questão, vemos que há indefinição com relação ao fato de o rapaz do *outdoor* ser ou não negro: para as procuradoras, ele é negro; para quem registrou seu nascimento, ele é branco; para ele mesmo, ele não é negro; para o publicitário, ele é negro.

Sinteticamente, observa-se que a classificação é motivada por critérios diferentes, em função disso há resultados paradoxais, que foram por mim esquematizados na ilustração a seguir.

Ilustração 17 – Vagueza do termo negro



Fonte: Elaboração da autora.

O que podemos pensar é que as estipulações e convenções que cada um deles emprega para definir o significado de negro são diferentes, assim como os critérios de comparação com outros elementos do grupo. Isso é facilmente entendido em um contexto em que pessoas com características físicas e tonalidades de pele diferentes são consideradas negras. Para alguns, a cor da pele é o fator determinante; para outros, outras características precisam ser consideradas, como boca, nariz, cabelo.

Parcialmente, entende-se que o termo negro está envolto em uma série de elementos afetivos que afetam sobremaneira seus usos. Também se depreende que o uso é marcado por eufemismos e por vagueza, já que as pessoas preferem recorrer a outros termos. Talvez isso ocorra devido à incerteza quanto ao significado que o termo traduz e, provavelmente, o que acredito ser mais provável, por posicionamentos ideológicos relacionados às identidades construídas e naturalizadas para o negro no Brasil.

É relevante considerar o quão prejudicial é para a formação, para a aceitação e para o fortalecimento da identidade do negro ser nomeado por um termo que apresenta tantas variações no uso. De certo modo, acredito que essas inconstâncias afetam negativamente o modo como o negro vê-se e como é visto. Para comparar, podemos pensar nas possíveis denominações usadas para o branco e em suas variações. A certeza da aceitação da identidade branca geraria a certeza de definição? O contrário estaria acontecendo com o negro que, para fugir na exclusão, foge da denominação “negro”?

Ressalto essa ideia de indefinição, de incerteza, de timidez frente ao uso do termo porque me vi, em determinado momento da pesquisa, frente à mesma indefinição, com medo de recorrer a ele e causar constrangimentos ou ser chamada de racista. Hoje, penso que o rótulo é tão significativo quanto o que o rótulo esconde (e quantas relações as palavras não costumam nos ajudar a esconder). Na verdade, temos receio de nossas ideias, posturas, pensamentos, conceitos e das palavras que usamos para denominá-las. As palavras, inocentemente, apenas revelam aquilo que, muitas vezes, queremos esconder.

2.4.7. Negro, raça, etnia, cor: convergências e divergências

Nos textos apresentados, há uso das expressões cor, raça e étnico-raciais. Em nenhum dos exemplos analisados, há construção do tipo:

“Só você pode identificar sua etnia”.

Logo, parece-me que o termo etnia só faz sentido quando associado ao termo raça, formando a expressão étnico-racial. Outro aspecto a ser mencionado é que o termo etnia é mais usado em sentido técnico, pouco sendo usado pela população em geral.

O termo raça é usado como referência à coletividade, a grupo de indivíduos. Surge em paralelo com “Brasil” e “Gênero”, que denotam sentido macro, amplo. Enquanto cor é usado para se referir ao indivíduo, de modo particular (“*Qual a sua cor?*” e “*Só você pode dizer qual a sua cor?*”). O termo cor, conforme a amostra apresentada, é usado mais frequentemente. Acredito que o uso seja determinado pelo fato de a cor ser mais evidente, enquanto aspectos conceituais relacionados à raça ou à etnia são mais abstratos ou subjetivos.

Além disso, o termo cor (quando associado ao negro) é circundado por elementos afetivos, que apontam associações e reações que o uso provoca. A palavra é utilizada com base em uma posição social e ideológica com relação a um grupo, que é visto como minoria e como inferior. Ao pensar o uso do termo cor (negra), o mais comum é o apagamento ou o silenciamento em relação à cor, à etnia e à raça, o que evidencia o racismo da ausência, do silêncio.

Enfim, acredito que o uso de “cor” carrega associações negativas se relacionado à identidade do negro. O vocábulo “raça”, por seu processo de construção histórico-social, carrega associações negativas relativas à ideia de hierarquia entre as supostas raças humanas. O termo “etnia”, a meu ver, é mais aceitável por associar aspectos físicos e culturais (não se restringindo a um deles), portanto seria o mais adequado, no entanto é pouco usado e pouco conhecido pela maioria das pessoas.

Uma saída razoável é o uso da expressão étnico-racial, que, embora redundante, se analisada mais profundamente, evidencia a conjunção de aspectos físicos e culturais. No entanto, em alguns contextos, a expressão parece não ser cabível, como em

“*Só você pode identificar sua étnico-raça!”³⁴

A palavra “etnia” (e variações) e a expressão étnico-racial (e variações) apontam para usos que acredito serem mais conscientes, mas estão condicionados ao contexto linguístico.

³⁴ O asterisco foi usado para indicar que a sentença é agramatical. Talvez uma possibilidade cabível seja “Só você pode identificar sua origem étnico-racial!”

Voltando ao ponto de partida, concluo que as escolhas são ideológicas e linguísticas. Os fatores estão imbricados, de modo que a linguagem determina a prática social e é por ela determinada. Com base nas ideias apresentadas, é importante chegar a algumas conclusões: primeiro, ao usar o termo negro, estarei considerando negros, mulatos, pardos e aqueles que recorrem a qualquer outro tipo de definição para se dizerem pertencente ao grupo negro. Segundo, o termo raça, apesar de seu teor e de seu uso marcadamente racista, quando usado neste trabalho, considerará sua construção discursiva, ideológica, linguística, histórica e social. Entenderei raça como construção social por meio do discurso.

Para concluir, um texto recebido por *e-mail* sobre a questão das cores e suas implicações, nesse caso para o branco.

Homem de cor

Quando eu nasci, era Preto;
Quando cresci, era Preto;
Quando pego sol, fico Preto
Quando sinto frio, continuo Preto
Quando estou assustado, também fico Preto.
Quando estou doente, Preto;
E, quando eu morrer, continuarei preto!
E você, cara Branco,
Quando nasce, você é **rosa**;
Quando cresce, você é Branco;
Quando você pega sol, fica **Vermelho**;
Quando sente frio, você fica **roxo**;
Quando você se assusta, fica **Amarelo**;
Quando está doente, fica **verde**;
Quando você morrer, você ficará **cinzento**.
E você vem me chamar de Homem de Cor??!!³⁵

³⁵ Texto escrito por uma criança africana, recebido por *e-mail*, sem o nome do autor.

ANÁLISE DE DISCURSO: APORTES TEÓRICOS



Fonte: Cartilha **Ações Afirmativas. Este é o caminho**, publicada pela Fundação Cultural Palmares/Ministério da Cultura, em junho de 2006, p. 13.

Pensar o racismo não é tarefa fácil, porque, em nosso contexto social, é um tema que se esconde em vários âmbitos, e um deles é o discursivo. Quando abordado, o racismo é entendido como problema social ou político; pouco se analisa seu aspecto discursivo. Um dos pesquisadores que adota esse posicionamento é van Dijk (1997), para quem o racismo precisa ser pensado como problema complexo que envolve aspectos cognitivos, sociais, psicológicos, históricos e discursivos, por isso deve ser analisado sob dimensões múltiplas.

Nesse tópico, minha intenção é abordar a Análise de Discurso Crítica (ADC) como teoria e como metodologia de análise e, em seguida, analisar textos, pensando em responder a primeira das questões levantadas nesta pesquisa:

- 1. Como a ideologia presente nos discursos legais contribui para as práticas discursivas racistas no Brasil?**
- 2. Como o brasileiro se representa com relação à cor, à etnia ou à “raça”?**
- 3. Como as identidades étnicas são construídas em notícias sobre racismo no Brasil?**

Adoto como referencial teórico-metodológico a ADC, uma vez que a intenção é analisar o racismo do ponto de vista discursivo. Para isso, são utilizados os trabalhos de Fairclough (1992, 1995, 1999, 2000, 2003, 2006); van Dijk (2008, 2007, 2005, 2004, 2003, 2002, 1997); Fowler (1996); Halliday (1994; 1985; 1978); Kress (1996, 1995); Wodak (1996); Abril (2007), Gracia (2004); Iniguez (2004); Pedro (1998); Gouveia (2002); Guimarães (2005); Vieira (2002) e de outros.

3.1 Análise de Discurso Crítica: linguagem e sociedade

Na visão da Análise de Discurso Crítica (ADC), o foco é examinar textos e eventos em práticas sociais. A perspectiva propõe teoria e método para descrever, interpretar e explicar a linguagem em seu contexto histórico-social, desenvolvendo o seu estudo como forma de prática social para enfrentar as mudanças na vida social (MAGALHÃES, 2003, p. 20).

Pela ótica da cognição social, para van Dijk (1997, p. 15-17), a Análise de Discurso Crítica (ADC) é um planejamento especial destinado a estudar os textos e a fala. Entretanto, é

uma área que apresenta princípios, práticas, teorias e métodos difíceis de delimitar. Na tentativa de caracterizá-la, o autor apresenta alguns critérios. Para ele, a ADC:

- a) trabalha mais com problemas ou temas que com paradigmas, pois estuda questões sociais relevantes, uma vez que é parte histórica e sistemática de amplo aspecto de estudos críticos sobre a humanidade e sobre as ciências sociais;
- b) é planejamento, posicionamento ou postura explicitamente crítica para estudar texto e fala, trabalha inter e multidisciplinarmente e se fixa na relação entre discurso e sociedade;
- c) atenta para as múltiplas dimensões semióticas dos atos comunicativos;
- d) centra-se nas relações de poder, de dominação e de desigualdade, assim como em sua reprodução ou sua resistência;
- e) trabalha estruturas e estratégias de dominação e de resistência que ocorrem no discurso ou são legitimadas por ele;
- f) estuda a ideologia e a forma como ela reproduz a resistência, a dominação e a desigualdade;
- g) busca descobrir, divulgar e revelar os implícitos das relações de dominação e das ideologias a elas subjacentes, assim como das estratégias de manipulação, de legitimação, de criação de consenso e de mecanismos que beneficiam os poderosos;
- h) opõem-se aos que ocupam o poder ou que fazem parte das elites, por isso se esforça por ser solidária com os grupos dominados.

Como se pode ver pelo levantamento de van Dijk (1997), a ADC é um campo de estudos abrangente, logo sua conceituação não é tarefa simples. Van Dijk (2008, p. 10) sugere que se ampliem as ideias expostas e se fale em Estudos Críticos do Discurso (ECD), em vez de Análise de Discurso Crítica (ou Análise Crítica do Discurso). Para ele, os ECD não são um método, mas uma área (uma “transdisciplina”) que usa “qualquer método que seja relevante para os objetivos dos seus projetos de pesquisa e esses métodos são, em grande parte, aqueles utilizados em estudos do discurso em geral”. Assim, vê a ADC não como área, mas como domínio de práticas acadêmicas, distribuído por todas as ciências humanas e sociais.

Concordo com o posicionamento do autor, pois o discurso, assim como seu estudo crítico, perpassa todas as áreas do conhecimento, configurando-se como interdisciplinar, multidisciplinar ou transdisciplinar³⁶. Além disso, com essas reflexões teóricas, van Dijk (2008) amplia um posicionamento já discutido por outros pesquisadores, como Fairclough.

³⁶ Van Dijk (1997) usa os termos inter e multidisciplinar. Na obra de 2008, o autor menciona transdisciplina.

Propõe, ainda, van Dijk (2008, p. 12) que há muitas maneiras de fazer a análise do discurso (análise gramatical, retórica, estilística, semiótica, conversacional ou outras) e que se pode recorrer a diferentes métodos, como observação participante, métodos etnográficos, experimentos e outros. Nessa perspectiva, o discurso não é entendido como “objeto verbal autônomo”, mas como prática social, cultural, histórica e política.

Ao especificar os campos de atuação dos ECD, van Dijk (2008, p. 13) esclarece que eles só fazem sentido em usos linguísticos em que há possibilidade de variação ou de escolha³⁷ motivada pela posição e pela ideologia do falante ou do escritor. Assim, os ECD concentram-se nos sistemas e nas estruturas da fala ou da escrita que “podem variar em função de condições sociais relevantes do uso linguístico ou que podem contribuir para consequências sociais específicas do discurso” como influenciar crenças e ações sociais; ou focar “propriedades do discurso que são mais tipicamente associadas com a expressão, a confirmação, a reprodução ou o confronto do poder social do(s) falante(s) ou escritor(es) enquanto membros de grupos dominantes”.

Para van Dijk (2008, p. 15), é necessário esclarecer o sentido do termo crítico, quando usado em Análise de Discurso Crítica. Ele assevera que ele deve ser entendido como:

- “relações de dominação são estudadas principalmente na perspectiva do grupo dominado e do seu interesse”;
- “as experiências dos (membros de) grupos dominados são também usadas como evidências para avaliar o discurso dominante”;
- “pode ser mostrado que as ações discursivas do grupo dominante são ilegítimas”; e
- “podem ser formuladas alternativas viáveis aos discursos dominantes que são compatíveis com os interesses dos grupos dominados”.

Ainda na perspectiva de van Dijk (2008, p. 27), para estudar o discurso, é necessário pensá-lo com base em um triângulo conceitual: discurso-cognição-sociedade, que se realiza em um momento histórico-cultural determinado. Logo, “os discursos e as maneiras como reproduzem o poder são diferentes em diferentes culturas, como também o são as estruturas sociais e as cognições sociais que estão envolvidas nesse processo de reprodução” (p.27).

³⁷ Como escolher entre terrorista e lutador pela liberdade, por exemplo.

Concordando com o ponto de vista de van Dijk (2003b, p. 9) de que a ADC necessita legitimar sua posição na sociedade, adoto nesta pesquisa o ponto de vista crítico (ADC), considerando que estamos vivendo um momento em que o estudo do discurso revela problemas fundamentais das sociedades, como o preconceito e o racismo. Por meio do discurso, entendido de modo crítico, podemos buscar respostas para questões que secularmente permeiam nosso contexto social.

Em outra obra, van Dijk (2003b, p. 10) assevera que a análise detalhada do discurso revela aspectos da reprodução do poder e da dominação, que são impossíveis de estudar por meio de outros campos teórico-metodológicos. Isso porque a ADC “está profundamente comprometida com a sociedade e a sociedade fundamentalmente presente no discurso”³⁸. Tendo em vista esses aspectos, reitero a ADC como linha que responde aos questionamentos levantados nesta pesquisa.

De outro ponto de vista, Vieira (2002, p. 152) caracteriza a ADC como proposta que “recusa a neutralidade da investigação e do investigador” e define seus objetos de análise por aspectos políticos, sociais, culturais e ideológicos. Além disso, afirma que essa linha de estudo se preocupa em tornar visíveis as representações ideológicas que se estabelecem por meio da construção de sentidos.

A fim de constituir seu arcabouço teórico, a ADC recorre a outras ciências, por isso atua como campo de estudos interdisciplinar. Com relação ao caráter interdisciplinar da ADC, Fairclough³⁹ (2003) aponta a existência de diálogo interdisciplinar⁴⁰ entre a ADC e outras áreas de pesquisa e de conhecimento, o que enriquece os processos de análise das mudanças nos discursos. Propõe que os textos sejam analisados de modo interdisciplinar, articulando diferentes discursos, gêneros e estilos que caracterizam um texto em particular. Tudo isso considerando que os textos são normalmente complexos - híbridos ou mistos. Para ele, a visão interdisciplinar contribui para a análise linguística detalhada de textos; e ajuda a mapear fronteiras e mudanças ocorridas em diferentes campos sociais, além de levantar suas diferenças semânticas, lexicais e gramaticais (ibid., p. 61).

Como exemplo desse posicionamento, podemos retomar o texto apresentado no capítulo dois deste trabalho, analisado com relação à escolha dos termos etnia, cor e raça.

³⁸ Tradução livre.

³⁹ Tradução livre do artigo no qual o autor discute o diálogo interdisciplinar entre a ADC e a “nova sociologia do capitalismo”.

⁴⁰ Fairclough usa o termo interdisciplinar, van Dijk (2008) opta por transdisciplinar e van Dijk (1997) recorre a inter e multidisciplinar. Entendo que essas escolhas são relevantes e poderiam abrir espaço para uma discussão produtiva, mas não a empreenderei, tendo em vista o foco do trabalho.

Quadro 5 – Negro quem, cara pálida?

Negro quem, cara pálida?

Cinqüenta *outdoors* de uma campanha contra a proibição do uso de armas de fogo foram retirados das ruas de São Paulo sob acusação de racismo. A imagem de um rapaz de pele escura com uma arma na mão e uma tarja negra nos olhos foi considerada preconceituosa por duas procuradoras paulistas que convenceram a Justiça a recolher os painéis. O jovem que emprestou seu rosto à campanha colocou a decisão em xeque com uma declaração desconcertante. “Não sou negro”, avisou Deneilson Paulo, de 25 anos, motociclista da agência responsável pela campanha. A certidão de nascimento confirma: sua cor, oficialmente, é branca. O publicitário Ênio Mainardi, criador da campanha, discorda de Deneilson. “Seria fácil escapar dizendo que ele é branco. Mas ele não é. É da mesma “raça” vira-lata de todos nós, brasileiros”, diz Mainardi. O publicitário está convencido de que o racismo foi só uma desculpa. “Queriam atacar a campanha e arrumaram um argumento. Vou processar as duas procuradoras por danos morais. “Nunca fui racista”, afirma.

O discurso presente no texto pode ser entendido ou analisado, inicialmente, por três perspectivas: linguística, legal e publicitária, uma vez que o discurso pertence a esses campos sociais. É viável também pensar o discurso pela perspectiva sociológica, pela psicológica ou pelo viés das representações sociais (quer amparado pela Sociologia, quer pela Psicologia), apenas para citar algumas possibilidades, que evidenciam a interdisciplinaridade do discurso e a necessidade de que sua análise também o seja.

Corroborando o ponto de vista de Fairclough, Abril (2007, p. 13) aponta a necessidade de reflexão sobre a ADC como campo disciplinar estratégico para a explicação e para a compreensão dos objetos de investigação das ciências sociais e humanas. Esclarece que os estudos recentes têm como resultado o fato de a ADC alcançar níveis de refinamento nos processos de análise e de interpretação dos conteúdos discursivos, logrando maior articulação entre o uso da língua, o sujeito que produz e interpreta a significação e as condições sociais e culturais que originam a estrutura do discurso (ibid., p. 14). Assim, para Abril (2007, p. 17), o discurso é objeto transversal a todos as ciências humanas e sociais.

Como mostrarei com a análise do texto “**Negro quem? Cara Pálida?**”, concordo totalmente com o posicionamento de interdisciplinaridade da ADC, defendido por Fairclough (1992, 2003), por van Dijk (1997, 2009) e corroborado por Abril (2007), e penso que somente por esse viés pode-se entender o quadro de discriminação e de racismo do Brasil.

3.2 Discurso: a prática social em ação

Para entender o discurso como prática social, é relevante considerar que, conforme Wodak (1998, p. 12), o termo discurso apresenta várias acepções. Para a autora, os conceitos têm em comum o fato de derivarem, em grande parte, dos trabalhos de Foucault. Entretanto, Gouveia (2008, p. 5) alerta que esse empréstimo não acontece sem alterações conceituais na proposta de Foucault e acrescenta que

Aliada às especificidades teóricas da área para que foi trazida, nomeadamente a validação do conceito de ideologia, que Foucault (1980) rejeita declaradamente, a noção de discurso adquire uma conceptualização diferente, mais precisa, permitindo, assim, que lhe sejam associadas, a partir de categorias independentes, questões de poder e de ideologia.

Assim, ao utilizar o conceito de discurso, é inevitável pensar nos conceitos de poder e de ideologia, fundamentais para esta pesquisa.

Ao teorizar sobre a ADC e o conceito de discurso, assim como Abril (2007) e como van Dijk (2008), Fairclough (2003) vê a ADC como a preocupação que atravessa as ciências humanas e sociais. Nessas áreas, o termo discurso é empregado como substantivo abstrato para o domínio das declarações; e como substantivo contável para grupos de declarações ou para as regras que governam esse grupo de declarações.

Fairclough (2003, p. 53) aprofunda os posicionamentos e acredita que muitos cientistas sociais veem o discurso de acordo com um “senso abstrato”, considerando-o como elemento social relacionado a elementos não-discursivos, ressalta que essa visão reduz o conceito e esclarece que a perspectiva, além de reducionista, gera confusão, pois o discurso no “senso abstrato” é entendido como *semiosis* e, nesse sentido, o termo é usado de três modos nos eventos e nas práticas sociais: como representação do mundo; como modo de ação e de interação (associado a relações sociais); e como modo de identificação (construindo identidades sociais e pessoais).

Fairclough (2003) entende discursos como modos de representar aspectos do mundo: processos, relações e estruturas materiais; aspectos mentais, sentimentos, crenças. Aspectos particulares do mundo devem ser representados diferentemente; assim, estamos geralmente na posição de precisar considerar a relação entre diferentes discursos.

Retomando o exemplo mencionado (“Negro quem, cara pálida?”), o discurso representa relações e estruturas sociais do mundo social ao apontar a necessidade de a justiça interferir para tolher uma ação considerada racista. Nesse sentido, estruturas e relações de poder são acionadas, quando procuradoras recorrem à justiça para impedir um ato que julgam ilegal (e que assim é considerado pela justiça, uma vez que os *outdoors* foram retirados por ordem judicial). Além disso, o discurso representa sentimentos e crenças a respeito do mundo. Sentimentos de pertença ou não a determinado grupo (o *motoboy* não se sente como membro do grupo dos negros; já o publicitário o vê como pertencente ao grupo de vira-latas brasileiros); e crenças a respeito das formas como podemos classificar um sujeito como negro ou branco em nossa sociedade. Esses aspectos são representados de modo particular, complementando ou refutando outros discursos que tratam do mesmo tema.

Assim, diferentes discursos revelam perspectivas diversas do mundo, associadas às relações que as pessoas têm com ele, que dependem de suas posições, identidades e das relações sociais com outros. Discursos não apenas representam o mundo como ele é (ou como é visto), são projetivos, imaginários, prospectivos. As relações entre discursos diferentes são elemento das relações entre pessoas, que podem complementar-se ou competir para mudar os modos como se relacionam.

Ao falar de discursos como diferentes *modos* de representação, Fairclough (2003) sugere um grau de repetição, uma vez que eles são divididos por grupos de pessoas e pela estabilidade ao longo do tempo. Em qualquer texto, provavelmente, encontraremos diferentes representações de aspectos do mundo, como ocorre no exemplo (“**Negro quem, cara pálida?**”), se compararmos a visão do *motoboy*, do publicitário e das procuradoras; mas não podemos entender cada uma delas como um discurso separado, pois os discursos transcendem a essas representações concretas e locais, porque produzem muitas representações específicas.

Os discursos, ainda consoante Fairclough (2003), podem ser vistos como combinações de outros discursos articulados de maneiras particulares. Assim, novos discursos emergem da combinação dos existentes em maneiras particulares. No exemplo, o discurso dos atores sociais (*motoboy*, procuradoras e publicitário) motivou o discurso do jornal que publicou a notícia, que, por sua vez, ocasionou a publicação na revista **Discutindo Língua Portuguesa** e motivou o meu discurso, apresentado nesta pesquisa.

Voltando no tempo, veremos que, em 1999, Chouliaraki e Fairclough lançavam contribuições para constituir esse conceito. No trabalho de Chouliaraki e Fairclough (1999), o discurso inclui a comunicação não-verbal e imagens visuais, antecipando desenvolvimentos

futuros no campo da multimodalidade. Assim, o discurso é visto como “perspectiva particular de diversas formas de semiose – entendendo-as como momentos das práticas sociais em sua articulação como outros momentos discursivos” (p. 38).

As práticas sociais são explicadas por Chouliaraki e Fairclough (ibid., p. 21) como “formas de hábito ligadas a tempos e lugares particulares, em que as pessoas aplicam recursos (materiais e simbólicos) para agirem juntas no mundo” (PAGANO; MAGALHÃES, 2005, p. 30).

Ao analisar o conceito de discurso pela ótica da Psicologia Social, para entender sua importância e aplicabilidade às ciências sociais, Iniguez (2004, p. 123) chama a atenção para a polissemia do termo e as inúmeras acepções possíveis:

- a) “enunciado ou conjunto de enunciados efetivamente falados por um(a) falante”;
- b) “conjunto de enunciados que constroem um objeto”;
- c) “conjuntos de enunciados falados em um contexto de interação – nessa concepção, ressalta-se o poder de ação do discurso sobre outra ou outras pessoas, o tipo de contexto (sujeito que fala, momento e espaço, história, etc)”.
- d) “conjunto de enunciados em um contexto conversacional (e, portanto, normativo)”.
- e) “conjunto de restrições que explicam a produção de um conjunto de enunciados a partir de uma posição social ou ideológica específica”.
- f) “conjunto de enunciados em que é possível definir as condições de produção”.

Acredito que todas as acepções são representativas do conceito, mas a definição apresentada em “c” é a que mais se aproxima dos postulados da ADC, embora não mencione a noção de ideologia que aparece na definição “e”. Esse posicionamento pode ser melhor entendido ao se considerar que Fairclough (1999, p. 144) reforça que o discurso é elemento constitutivo da prática social, conforme já desenvolvido em Chouliaraki e Fairclough (1999) e declara que “a prática social é constituída por elementos físicos, sociológicos, psicológicos e pela linguagem (discurso)”.

Ainda na perspectiva da ADC, Fairclough (1992) propõe pontos para pensar o discurso e sua relação com a prática social:

- a) o discurso é modo de ação sobre o mundo e sobre os outros, e modo de representação;
- b) o discurso e a estrutura social relacionam-se dialeticamente;

- c) o discurso é moldado e restringido pela estrutura social em todos os níveis;
- d) os eventos discursivos variam segundo o domínio social ou o quadro institucional em que são gerados;
- e) o discurso constitui as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem;
- f) o discurso é prática de representação e de significação do mundo, construindo e constituindo significados.

Uma vez concluído esse levantamento sobre discurso e sobre prática social e discurso como prática social, passo a examinar mais detidamente a relação entre texto e discurso.

3.3 Texto e discurso

Uma vez feita essa relação entre discurso e prática social, é relevante discutir os conceitos de texto e de discurso. O termo é usado por Fairclough (2003) como linguagem em uso. Os textos assumem importância central nos eventos sociais, pois provocam mudanças e geram efeitos. Como na obra de 1999, o texto é concebido como multissemiótico ou multimodal. O termo língua é usado para significar linguagem verbal, e discurso sinaliza o idioma em uso, como elemento da vida social conectado a outros elementos.

Retomando o exemplo citado (**Negro quem, cara pálida?**), podemos classificá-lo como texto, já que ilustra a linguagem em uso; é um exemplo de uso da linguagem verbal e um discurso que demonstra o uso da Língua Portuguesa do Brasil.

Ao pensar no estudo de textos, Hutchins⁴¹ (1997, p. 18) complementa o ponto de vista de Fairclough e esclarece que estudar sua estrutura é escolher os métodos a serem utilizados. O pesquisador afirma que podemos analisá-lo inicialmente por duas óticas: microestrutural e macroestrutural. E assevera que, nas duas abordagens, o texto deve ser visualizado como forma de interação.

O tipo de análise de texto detalhada por Fairclough (2003) é a social qualitativa, que pode ser complementada por análises quantitativas, como será realizado nesta pesquisa. Mesmo acreditando que a ADC pode empregar uma gama de abordagens de análise, como a semântica,

⁴¹ Tradução livre.

a gramatical, a fonológica e a de relações vocabulares, o autor enfatiza a gramatical e semântica como formas produtivas.

Textos têm efeitos causais mediados pela produção de sentido e um deles é o ideológico. Representações ideológicas reforçam relações de poder e de dominação, por isso a análise textual é também social, ao considerar os textos e seus efeitos nas relações de poder. As ideologias são postas em ação nas encenações sociais e inculcadas nas identidades dos agentes. Elas têm durabilidade e estabilidade que transcendem textos individuais ou corpos de texto (FAIRCLOUGH, 2003). Portanto, o interesse central da análise de discurso não é o texto, mas o processo de produção de significados, produzidos na interação. Para estudá-lo, devemos considerar posição institucional, interesses, valores, intenções, desejos dos produtores; relação entre os elementos em diferentes níveis de texto; posição institucional, conhecimento, propostas e valores dos receptores.

Quando analisamos textos publicados, os problemas ampliam-se, porque o momento da negociação do sentido perdeu-se. Além disso, o texto publicado é recontextualizado em diferentes processos de produção de significado, o que contribui para sua distorção, pois possibilita interpretações diversas. Isso posto, fica claro que a produção de significado depende do explícito e do implícito.

Interpretação é, em parte, questão de entendimento do que expressam as palavras, as orações ou os fragmentos de texto, do que os falantes ou escritores querem dizer. Porém, a interpretação também é julgamento e avaliação: julgar se o que alguém diz é sincero; se o que as pessoas dizem ou escrevem corresponde aos dados sociais, institucionais, relacionando ao contexto da fala ou como essas relações mistificam-se. Então, os efeitos sociais dos textos dependem da produção de sentido e são gerados por ela, logo os sentidos têm mais efeito que os textos em si.

Retomando o exemplo (**Negro quem, cara pálida?**), podemos analisar se as avaliações e os julgamentos presentes no texto são sinceros: os *outdoors* foram retirados da rua devido ao seu aspecto racista? O *motoboy* realmente não se considera negro ou fez a declaração para refutar a tese das promotoras? O publicitário realmente acha que os brasileiros são viralatas ou se posicionou assim para fugir da acusação de racismo? Ele realmente se vê como viralata? Esses questionamentos fazem sentido e produzem sentido em função de um posicionamento analítico que assumo para interpretar o texto. Outro leitor pode construir outros sentidos e fazer outras avaliações e julgamentos.

Voltando ao conceito de textos, Fairclough (2003) entende, como já dito, que são partes de eventos sociais e têm causas. Podem-se distinguir poderes causais que os moldam: a estrutura; a prática social; os agentes sociais. Agentes são socialmente restritos, mas suas ações não são, na totalidade, socialmente determinadas, pois eles têm liberdade para compor textos.

Complementarmente, Pedro (1998, p. 23) assevera que a ADC trabalha com

a intenção de compreensão de textos extensos, social, ou pelo menos, culturalmente situados e uma atenção a aspectos sociais, co-textuais e culturais que permitem a garantia de categorias de explicação para a descrição de textos.

Como se pode ver, o posicionamento de Pedro vai ao encontro das ideias de Fairclough, já que ambos veem os textos inseridos em práticas sociais. Se voltarmos ao exemplo (**Negro quem, cara pálida?**), vemos que a polêmica causada pelos *outdoors* relaciona-se a uma prática recorrente em nosso contexto: o silenciamento sobre as práticas racistas. Logo, o debate é decorrente de aspectos contextuais e culturais que envolvem atores e práticas sociais.

Ainda com relação ao conceito de texto, Fairclough (2003) discute a relação entre eventos sociais, práticas sociais e estruturas sociais. Estruturas sociais são entidades abstratas, potenciais e possíveis. No entanto, a relação entre o que é estruturalmente possível e o que acontece é complexa. Essa relação é mediada pelas práticas sociais, que são formas de controlar a seleção de certas possibilidades estruturais, a exclusão de outras e a retenção dessas seleções no tempo, em áreas da vida. Práticas sociais são estabelecidas em rede, de maneira particular.

Fairclough (1992, p. 101) criou, para a análise de discursos no viés crítico, a concepção tridimensional do discurso, assim, para analisá-lo, devemos considerar três dimensões: texto, prática discursiva e prática social. O autor ressalta que as fronteiras entre as dimensões não são rígidas e que é impossível analisar forma sem analisar significado, visto que o signo é socialmente motivado. Vejamos agora, mais detidamente, esse triângulo conceitual e analítico.

3.4 Prática discursiva: relações entre texto e sociedade

A prática discursiva reproduz a sociedade e pode transformá-la; a prática social é dimensão do evento discursivo, assim como o texto. Na análise textual, são abordados (FAIRCLOUGH, 1992, p. 103):

1. Vocabulário: trata das palavras individualmente por meio de:

- a) lexicalizações alternativas;
- b) b) relexicalizações;
- c) c) sentido da palavra;
- d) d) metáforas.

2. Gramática: trata das palavras em frases e orações, ao analisar:

- a) o tipo de oração;
- b) o tópico ou tema;
- c) o uso da voz ativa ou da passiva;
- d) se há ou não apagamento do agente da ação verbal.

3. Coesão: trata da ligação entre frases e orações e sua estrutura:

- a) uso do vocabulário do mesmo campo semântico;
- b) uso de sinônimos próximos, de conjunções e de repetição de palavras;
- c) referência;
- d) substituição (pronomes, artigos definidos, demonstrativos, elipse de palavras repetidas e outros).

4. Estrutura textual: trata das propriedades organizacionais do texto, como a ordem dos elementos ou episódios.

A prática discursiva envolve a produção, a distribuição e o consumo de textos e, em sua análise, são abordados aspectos formais e interpretativos, como:

a) A **força dos enunciados** trata dos tipos de atos de fala constituídos pelos textos (conselho, pedido ou outros) e varia com o contexto.

b) A **coerência dos textos** é a propriedade que faz com que o texto “faça sentido”, mesmo que haja pouca coesão explícita (FAIRCLOUGH, 1992, p. 113).

c) A **intertextualidade** é referência implícita ou explícita a outros textos (ibid., 1992, p. 114). O autor distingue dois tipos de intertextualidade: **intertextualidade manifesta** – menção explícita de outros textos; e **interdiscursividade** ou **intertextualidade constitutiva** – menção de elementos das ordens do discurso ou interdiscursividade. A interdiscursividade e a intertextualidade manifesta focalizam a produção de textos; e a melhor forma de justificá-la é pela análise, “mostrando que nossa interpretação é compatível com as características do texto, e mais compatível do que outras” (ibid., p. 282). Na intertextualidade manifesta, observam-se questões sobre a produção do texto e sobre as características de sua superfície, para especificar o que outros textos delineiam na constituição do texto analisado, e como isso ocorre (ibid., 1992, p. 285). Nesse tópico, verifica-se a representação discursiva e as pressuposições. A representação do discurso⁴² é uma forma de intertextualidade na qual partes de outros textos são incorporadas e explicitamente marcadas com recursos, como aspas e orações relatadas, e ocorre de modo direto ou indireto.

d) O **controle interacional** descreve as propriedades organizacionais das interações, já que é importante entender o poder de controlar as interações e o modo como acontecem. O controle pode ser exercido de modo colaborativo ou pode haver assimetrias, que são denotadoras das relações sociais e de poder. O controle interacional envolve:

- i. tomada de turnos;
- ii. estruturas de trocas;
- iii. controle de tópicos;
- iv. determinação e policiamento de agendas;
- v. formulação;
- vi. modalidade;
- vii. polidez;
- viii. *ethos*.

Fairclough (2003) retoma o conceito de intertextualidade e o relaciona a suposições. Defende que, na acepção mais comum, intertextualidade é a presença material de outros textos dentro de um texto, no entanto há várias maneiras de incorporar outros elementos. O vocábulo suposição é utilizado para abarcar termos de teor implícito como pressuposições, implicações

⁴² Fairclough (1992, p. 153) usa o termo “representação do discurso” a “discurso relatado” porque o primeiro capta melhor a ideia de representação que o segundo. Além disso, o autor considera o termo representação mais abrangente, pois inclui fala, escrita e organização discursiva.

ou acarretamentos lógicos, além das implicaturas. A questão fundamental são as pressuposições.

Suposição é tudo o que é dito, em contraste com o não-dito, mas tomado como dado, conectando um texto a outros. A diferença entre suposições e intertextualidade é que as suposições, geralmente, não são atribuídas ou atribuíveis. É questão de relação entre o texto e o que foi dito, escrito ou pensado em outro lugar (FAIRCLOUGH, 2003). Assim, intertextualidade e suposição podem ser vistas como alegações de que o material suposto havia sido dito ou escrito em outro lugar, que os interlocutores haviam ouvido ou lido. Essas alegações podem ou não ser relevantes.

Quando textos são intertextualmente incorporados, podem ou não ser atribuídos. Se há atribuição, pode ser a um grupo particular de pessoas ou apenas vagamente atribuída. Quando a fala ou a escrita do outro é relatada, dois textos diferentes, duas vozes diferentes são trazidas para o diálogo e possivelmente duas perspectivas, como acontece no texto “**Negro quem, cara pálida?**” em que a voz do *motoboy* e do publicitário são apresentadas para acentuar o contraste de posicionamentos sobre a polêmica. O *motoboy* afirma “Não sou negro”, já o publicitário declara “Seria fácil escapar dizendo que ele é branco. Mas ele não é...”. Como vemos, há tensão ou discordância entre as perspectivas.

3.5 Prática social: a relação dialética entre discurso e mudança social

Em 1999, Chouliaraki e Fairclough abordam as bases da ADC e suas correlações com a pesquisa social crítica. Os autores entendem o discurso como elemento de todo processo social, enfatizando que este não se restringe ao discurso. Apontam que a relação entre as estruturas sociais abstratas e as concretas é mediada por práticas sociais, que são formas relativamente estabilizadas de atividade social. Para os autores, as práticas sociais são articuladas em redes, que constituem campos sociais, instituições e organizações. Essas práticas são formadas por articulações de elementos dialeticamente relacionados.

As práticas sociais são, para Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 21), “as maneiras habituais, em tempos e espaços particulares, por que pessoas aplicam recursos – materiais ou simbólicos – para agirem juntas no mundo”. Os discursos são momentos das práticas sociais,

constituídas dialeticamente de: discursos; atividade material; relações pessoais e processos; fenômeno mental.

Abordar a linguagem como prática social é, para Fowler⁴³ (1996, p. 3), entender a palavra “prática” no sentido usado por Althusser (2001), e pensar nos casos em que a palavra retoma a produção e a reprodução de ideologia, a qual se relaciona ao conceito de discurso como prática social.

Retomando o conceito de prática social, Fairclough (2003, p. 29) afirma que os momentos constituintes das práticas sociais não são estanques, uma vez que articulam diversos elementos sociais relacionados a áreas particulares da vida social. E mesmo tendo relativa estabilidade, as práticas sociais mudam e com elas as sociedades. As mudanças afetam os elementos a elas articulados e incluem mudanças na estrutura, nas práticas e nos eventos sociais.

Chouliaraki e Fairclough (1999) apresentam a ADC como teoria e como método de análise das práticas sociais, o que a diferencia das demais pesquisas sociais críticas. Tratam a percepção de problemas relacionados ao discurso, considerando-o parte da vida social. Tais problemas residem nas práticas sociais, em suas atividades e na construção reflexiva dessas práticas pelas pessoas.

A análise empreendida pela ADC estuda as estratégias e as estruturas de texto e de fala, a fim de descobrir os padrões de dominação e de manipulação. Esse enfoque detalha como as desigualdades são interpretadas, legitimadas e reproduzidas. Para isso, é premente entender o papel do discurso na interpretação e na reprodução da dominação social e da resistência. Nesse sentido, o trabalho da ADC não pode ser meramente descritivo, deve apontar conclusões, recomendações e intervenções, tornando-se processo de investigação da realidade social.

No artigo *The Dialectics of Discourse*⁴⁴ (2001), Fairclough⁴⁵ explicava que a ADC é baseada em uma visão da semiose como parte irredutível dos processos sociais. Chama a atenção para o caráter essencial do conceito de práticas sociais tendo em vista a oscilação entre a perspectiva da estrutura social e a perspectiva da ação e da agência sociais (ambas necessárias para a pesquisa e para a análise social). Logo, não podemos pensar o discurso dissociado das práticas nas quais ele se materializa.

⁴³ Tradução livre.

⁴⁴ Disponível em <www.ling.lancs.ac.uk> em 16 de dezembro de 2008.

⁴⁵ Tradução livre.

Ressalta ainda que toda prática é a articulação de diversos elementos sociais em uma configuração relativamente estável, o que inclui elementos dialeticamente relacionados: atividades, sujeitos (em suas relações sociais, instrumentos, objetos, tempo e lugar, formas de consciência, valores e discurso. A ADC examina as relações dialéticas entre discurso (linguagem e outras formas de semiose) e outros elementos das práticas sociais, entendendo como os discursos relacionam-se com os processos de mudança social (FAIRCLOUGH, 2001).

A dialética do discurso é vista em termos históricos, em termos dos processos de mudança social. A relação entre o discurso e os outros elementos das práticas sociais é dialética, porque o discurso internaliza essas práticas e é internalizado por elas.

Tomando como base esse pensamento e os apontamentos teóricos apresentados, adoto como aporte teórico e metodológico a ADC, por considerar a necessidade de pesquisas linguísticas que tematizem discurso, práticas sociais e problemas sociais pelo viés reflexivo e crítico.

3.6 Linguagem e poder

A literatura a respeito da ADC trata da relação existente entre linguagem, ideologia e poder. Poder é um tema recorrente e pode ser entendido de vários modos: poder físico que uma pessoa exerce sobre outra, e formas de poder e de dominação simbólica, aspecto mais relevante para as pesquisas em ADC. O poder é exercido por meio de uma organização em rede, da qual os sujeitos participam de modo consensual e como elementos de sua articulação. No entanto, não é sempre uma estratégia do mais forte sobre o mais fraco, uma vez que não existe poder sem resistência e que ele permeia todo tipo de relação social (MAGALHÃES, 2003, p. 23).

Ao discutir o conceito de poder, Lebrun (2004) faz um panorama de termos a ele relacionados. O primeiro deles é potência, definida como “a capacidade de efetuar um desempenho determinado, ainda que o autor nunca passe ao ato” (p. 10). Ter potência significa ter força, que não é necessariamente a posse de meios violentos de coerção, mas de meios que permitam influir no comportamento de outra(s) pessoa(s). Assim, a força é “a canalização da potência, sua determinação. E é graças a ela que se pode definir a potência na ordem das relações sociais ou, mais especificamente, políticas” (ibid., p.10).

Os conceitos podem ser relacionados aos Aparelhos Ideológicos do Estado e aos Aparelhos Repressores do Estado, conceitos postulados por Althusser (2001), pois a potência pode agir pela ideologia ou pela força (coerção ou repressão) de acordo com a necessidade ou a ocasião. Assim, há poder quando a potência de certa força se explicita de maneira precisa: “sob o modo de ordem dirigida a alguém que, presume-se, deve cumpri-la” (LEBRUN, 2004, p. 12), isso qualifica um processo de dominação.

A dominação pode ser entendida como “a probabilidade de que uma ordem com determinado conteúdo específico seja seguida por um dado grupo de pessoas” (ibid., p. 13). E quando o sujeito se submete ao poder, às suas leis e aos regulamentos, é porque sabe que a infração acarreta punição. Assim,

a maior parte do tempo, os homens vão vivendo de uma forma ou de outra *com* o poder, resignam-se a ele, *reconhecem-no*⁴⁶. Contudo, será muito apressado concluirmos que a coerção não seja essencial para a obediência (LEBRUN, 2004, p. 17).

Lebrun (2004, p. 18) chama a atenção para um aspecto dicotômico do poder: “Só podemos o possuir às custas de outra pessoa” ou “o poder que possuo é a contrapartida do fato de que alguém não o possui”. No entanto, ressalta que o poder nem sempre é um “puro limite imposto à liberdade” (ibid., p. 20), já que ele se faz presente em todos os tipos de relação (econômicas, intelectuais, sexuais e em outras). Desse modo, reitera que não devemos entendê-lo apenas com base em relações binárias: dominado *versus* dominador.

Ao tratar o conceito de poder, Cashmore (2000, p. 418) associa-o à capacidade de “determinar exatamente o grau de aquiescência ou obediência a outros de acordo com a vontade de algo ou alguém” ou como a capacidade de “influenciar os outros a agir e talvez até pensar de acordo com as demandas de quem o detém”. O autor enfatiza que as lutas étnicas dizem respeito a relações de poder, por isso considero importante para a discussão desenvolvida nesta pesquisa entender que as relações étnico-raciais no Brasil são resultantes de configurações de poder que se desenharam histórica e socialmente.

Já van Dijk (2008, p. 9) considera que o estudo do poder deve ser um dos pontos centrais da ADC e, mesmo considerando a complexidade do termo, propõem-se a estudá-lo tendo como foco “a reprodução discursiva do abuso de poder e da desigualdade social”. Para ele, o poder social está ligado ao controle de um grupo sobre outros grupos e sobre seus

⁴⁶ Grifos do autor.

membros. “Se esse controle se dá no interesse daqueles que exercem tal poder, e contra os interesses daqueles que são controlados, podemos falar em *abuso*⁴⁷ de poder” (VAN DIJK, 2008, p. 17).

No mesmo estudo, van Dijk (2008) relaciona características do poder que considero relevantes:

- o poder social é característico da relação entre grupos, classes ou formações sociais; que se manifesta em interações;
- o poder social é geralmente indireto e age por meio da “mente” das pessoas;
- o poder precisa de base ou de recursos socialmente disponíveis (riqueza, posição, *status*, autoridade, conhecimento, habilidade, privilégios e outros) para se estabelecer, ou da aplicação de sanções, se houver desobediência;
- o grupo que domina precisa conhecer os desejos, as vontades, as preferências do grupo que não o tem;
- os agentes do poder podem detê-lo em apenas um domínio social (político, econômico, educacional e em outros);
- o exercício e a manutenção do poder social requerem uma estrutura ideológica;
- grupos dominados e seus membros raramente são totalmente impotentes, visto que há resistência.

Para van Dijk (2008, p. 23), o

poder social de grupos (classes, organizações) foi definido em termos de seu acesso preferencial a – ou controle sobre – recursos materiais específicos, tais como o capital ou a terra, recursos simbólicos, tais como o conhecimento, a educação ou a fama, ou a força física.

O poder simbólico é, para van Dijk (2008, p. 23), “em termos preferenciais – ou controle sobre – o discurso público”, o que, indiretamente, gera controle sobre o que o público quer e faz sem a necessidade de coerção, já que o domínio ocorre pela persuasão, sedução, manipulação ou doutrinação. Esse controle caracteriza as elites simbólicas (políticos, jornalistas, escritores, professores, advogados, burocratas e outros), que controlam o discurso

⁴⁷ Grifo do autor.

público (por meio do controle das mentes das pessoas) em todas as dimensões semióticas. Daí, conclui-se a relação íntima entre análise social e análise de discurso.

Fairclough (1992a) ressalta que a linguagem ganha espaço no estabelecimento de relações de poder e que é usada como controle e como poder. Há necessidade de explicitar como a linguagem age a serviço do estabelecimento e da manutenção de formas de poder. Cabe à Linguística assumir seu papel nesse contexto. Esse ponto de vista alinha-se com a abordagem social da linguagem sugerida por Kress (1996, p. 53).

Assim, um dos pontos de estudo da ADC é a natureza do poder social e do abuso de poder, em especial do modo como ocorrem em discursos falados ou escritos. Para van Dijk (1997, p. 19), que pesquisa a relação entre grupos dominantes e grupos excluídos, o poder é forma de controle que um grupo exerce sobre outro, podendo se estender a ações e a pensamentos do dominado, implicando benefícios para o dominador. Esse poder, segundo van Dijk (*ibid.*, p. 19), relaciona-se ao acesso a textos falados e escritos, pois, se a elite acessa número expressivo de discursos, domina-os e pode se servir deles para sobrepor-se. Essas formas de dominação precisam ser analisadas e evidenciadas; e a ADC é uma ferramenta que possibilita explicitar essas relações de dominação.

Ainda para van Dijk (*ibid.*, p. 21), a dominação do discurso falado ou escrito desenvolve-se e toma tamanha proporção que pode chegar à dominação do pensamento. Em outras palavras, “os atores sociais com poder, além de controlar as ações comunicativas controlam o próprio pensamento dos demais”. Esse processo ocorre porque o novo conhecimento adquirido afeta opiniões formadas e atitudes. No entanto, um receptor pode, em dado contexto, e considerando seu nível de conhecimento, rejeitar ideias de seu interlocutor, mesmo que ele esteja em situação de poder.

Os estudiosos da ADC, então, têm o objetivo de questionar as formas dos textos, seu processo de produção e de leitura, assim como as estruturas de poder que lhes permeiam. E a ADC tem como objeto de estudo os aspectos discursivos da mudança social contemporânea.

As ideias de Fairclough e de van Dijk são fundamentais para o desenvolvimento dessa pesquisa. Primeiramente, devido ao vasto arcabouço teórico que Fairclough constrói para que o pesquisador possa analisar o discurso e as práticas sociais, para, por meio delas, entender e desvelar as ideologias e as identidades sociais. Em segundo lugar, em função das relevantes pesquisas que van Dijk realiza com a intenção de explicitar a existência de práticas discriminatórias e racistas nos mais variados contextos sociais.

3.7 Linguagem e Representação Social

Para ampliar a abordagem da representação dos atores sociais, realizei uma breve incursão pela Teoria das Representações Sociais (TRS), a fim de examinar aspectos da relação entre linguagem e representação social.

A Teoria das Representações Sociais é um ramo da Psicologia Social, originado no Europa na década de 1960 (FARR, 2003, p. 31) e tem como objeto de estudo a relação entre indivíduo e sociedade, considerando que “o indivíduo tanto é um agente da mudança na sociedade como é um produto dessa sociedade” (p. 51). Percebe-se, nessa definição, a relação da Teoria das Representações Sociais com a ADC.

Nessa área, o termo social refere-se a “condições concretas de vida, que envolvem desde relações sociais de produção até mecanismos institucionais de várias ordens” (JOVCHELOVITCH, 2003, p. 66). Já as representações sociais são símbolos construídos de modo coletivo e compartilhados por uma sociedade.

O termo surgiu na obra de Serge Moscovici, em 1961, e pode ser estudado em dois níveis: o individual e o coletivo (JOVCHELOVITCH, 2003, p. 63). Essa divisão advém da crença que os fenômenos individuais são regidos por leis diferentes das relativas aos fenômenos coletivos (FARR, 2003, p. 34). Entretanto, Jovchelovitch (2003, p. 63) chama a atenção para o fato de que a relação indivíduo-sociedade está repleta de contradições e de dilemas que provocam interrogações.

G. H. Mead – pesquisador da Psicologia Social – foi, segundo Farr (2003, p. 41), o primeiro da área a dar ênfase à linguagem como forma de compreender a natureza humana. Para ele, nas sociedades modernas, a linguagem é, provavelmente, (quase) a única fonte de representação social. Ao refletir sobre a mesma perspectiva, Jovchelovitch (2003, p. 64) afirma que, ao mesmo tempo em que estamos atravessados pela violência concreta de relações sociais desiguais, também estamos atravessados “pela força impressionante da Palavra”, que, simbolicamente, auxilia a construção de máscaras para estruturas sociais desiguais. Nesse ponto, percebo clara intersecção entre os postulados da TRS e da ADC, posto que a desigualdade é um elemento comum às duas áreas de conhecimento. Nesse sentido, acredito que a linguagem é, para a Teoria das Representações Sociais, um conceito que se relaciona com conceito de discurso para a ADC.

Ao teorizar sobre as representações sociais, Moscovici (*apud* JOVCHELOVITCH, 2003) lança uma diferenciação importante para seu estudo: representação social e representação coletiva. Para o autor, no contexto moderno, é mais relevante estudar as representações sociais, visto que as sociedades modernas são caracterizadas pelo pluralismo e pela rapidez das mudanças.

Jovchelovitch (2003, p. 65) aponta que as representações sociais são símbolos construídos coletivamente de forma compartilhada por uma sociedade. São fenômenos psicossociais radicados no espaço público e nos processos pelos quais os seres humanos desenvolvem identidades (outro ponto de congruência com a ADC). Além disso, ressalta que a Teoria das Representações Sociais (TRS) assenta-se sobre uma teoria dos símbolos, uma vez que representações e símbolos são elementos indissociáveis (JOVCHELOVITCH, 2003, p. 71).

Quando se pensa as identidades pelo olhar da TRS, Jovchelovitch (2003, p. 68) aponta a existência do “Outro Generalizado”, que é quem dá ao sujeito a possibilidade de unidade do Eu, e, para isso, é necessária a internalização de Outros. Por isso, a vida em sociedade é importante, porque “ela evidencia um ‘nós’ necessário para a vida de cada ser humano, que atesta que vidas privadas não surgem a partir de dentro, mas a partir de fora, isto é, em público”. Toda essa construção leva à constatação de que, quando o sujeito questiona “Quem sou eu?”, sua resposta será: “Eu sou o Eu que os outros apresentam a mim!”.

Assim,

o fato de que os seres humanos podem interrogar a si mesmos e podem usar diferentes territórios para refletir sobre suas identidades demonstra claramente que, para além de qualquer tipo de isolacionismo e individualismo, a verdadeira possibilidade de acesso à individualidade reside na presença de Outros (JOVCHELOVITCH, 2003, p. 70).

Ao abordar o conceito de representação e de representação social, Jovchelovitch (2003, p. 76) recorre ao trabalho de Jodelet (1984), no qual a representação é definida como ato que

supera as divisões rígidas entre o externo e o interno ao mesmo tempo que envolve um elemento ativo de construção e reconstrução; o sujeito é autor da construção mental e ele a pode transformar na medida em que se desenvolver.

Finalmente, acrescenta que as representações são construídas por meio de símbolos e de construções coletivas de uma sociedade pensada em sua totalidade (p. 79). Então, Jovchelovitch (2003, p. 81) considera que, para entender as representações sociais, é preciso se

concentrar nos processos de comunicação e de vida que engendram a sociedade, e que se estruturam por meio da mediação social. Ou, se pensarmos no viés da ADC, por meio de práticas sociais. Aqui percebemos a importância da linguagem como mediadora das práticas sociais, que, por sua vez, engendram as representações sociais.

Assim, as mediações sociais geram as representações sociais, que são estratégias desenvolvidas por atores sociais “para enfrentar a diversidade e a mobilidade de um mundo que, embora pertença a todos, transcende a cada um individualmente” (ibid., 2003, p. 81). Nesse sentido, elas são parte de um “processo que ao mesmo tempo desafia e reproduz, repete e supera, que é formado, mas que também forma a vida social de uma comunidade” (p. 82).

Schultz (*apud* MINAYO, 2003, p. 95) chama a atenção para a existência de representações sociais do cotidiano, as quais chama de “senso comum”. Elas são conjuntos de abstrações, formalizações e generalizações construídos e interpretados com base no dia-a-dia. Para o autor, a existência cotidiana é repleta de significados e portadora de estruturas relevantes para os grupos sociais que vivem, pensam e agem em determinado contexto.

Ainda para Schultz (*apud* MINAYO, 2003, p. 97), o senso comum é responsável pela definição de cada ator social, uma vez que, por meio dele, esse ator identifica-se com grupos e com a estrutura social.

Bourdieu e Bakhtin (*apud* MINAYO, 2003, p. 103) referem-se às representações sociais por meio da fala como expressão das condições da existência. Bourdieu acredita que a palavra é símbolo por excelência da comunicação e que a fala revela condições estruturais, sistemas de valores, normas e símbolos e transmite as representações de determinados grupos em condições históricas, sociais, econômicas e culturais específicas. Bourdieu, nesse ponto, concorda com Bakhtin, que considera a palavra ideológica por excelência, por isso a fala é campo de expressão das relações e das lutas sociais e, ao mesmo tempo, sofre o efeito dessa luta.

Ainda segundo Bourdieu (*apud* MINAYO, 2003, p. 104), as representações são fruto de um meio social, uma vez que “cada agente, ainda que não saiba ou que não queira, é produtor e reproduzidor do sentido objetivo, porque suas ações são o produto de um modo de agir do qual ele não é o produtor imediato, nem tem o domínio completo”.

Examinando a ADC em suas relações com as representações sociais, percebe-se que o ponto comum entre as áreas é a convergência na cognição social como fonte estruturadora do conhecimento de um grupo humano. Assim, as representações sociais dão conta de um conhecimento social internalizado que guia e facilita o processamento da informação social, e a

ADC explora uma prática sociocognitiva (VAN DIJK, 2008) que estrutura e constrói formas de saber individual e coletivo que circulam socialmente como interações sociais.

As representações sociais são, de acordo com Abril (2003, p. 53), teorias que os indivíduos tecem sobre a natureza dos eventos, dos objetos e das situações do mundo social, que se relacionam com a forma como as estruturas de conhecimentos são usadas para familiarizar e para contextualizar a realidade social, o que pode ocorrer por comparações e por classificações usadas e conhecidas pelos indivíduos cuja experiência se insere na tradição cultural de sua comunidade.

Ressalta ainda que os processos classificatórios são avaliativos (ibid., p. 54). Esse ponto explica a impossibilidade da neutralidade da avaliação e da classificação, já que cada objeto tem valor positivo ou negativo, ocupa lugar hierárquico e, como consequência, é relacionado de modo específico a um grupo social (idem, p. 55). Assim, em uma notícia, por exemplo, associamos os fatos de acordo com pessoas, grupos, acontecimentos e fenômenos, e essa atitude mostra como as representações sociais são relevantes para os homens e para as sociedades. Tais avaliações moldam ou refletem os estereótipos sociais.

Nesse sentido, é relevante aplicar as categorias desenvolvidas por van Leeuwen (1998) para entender como os atores sociais são representados no Brasil em notícias que tematizam práticas racistas. Isso porque as formas como objetos, sujeitos ou grupos sociais são representados mostram a organização de crenças e de valores de uma comunidade, assim como as relações sociais estabelecidas entre os grupos, que se materializam nas ações, nos discursos e nas comunicações (ABRIL, 2003, p. 56). Essas representações passam por mudanças constantemente, processo que ocorre por meio de contínua negociação. E a ADC é um recurso teórico-metodológico que auxilia no exame e no entendimento dessas representações.

3.8 Análise de Discurso Crítica: visões, reflexões e conclusões

Para van Dijk (1997, p. 19), a ADC é crítica porque toma posições e descreve explicitamente seu posicionamento; dirige-se a temas ou problemas sociais, principalmente os vivenciados por grupos dominados; examina os mecanismos sociais, históricos, políticos e culturais que sustentam a reprodução do poder, principalmente as ideologias que alimentam, reproduzem ou legitimam o poder; aplica-se a fenômenos sociais, políticos e culturais. Esses

pontos resumem sua flexibilidade de aplicação prática. Assim a ADC, para van Dijk (1997, p. 17), caracteriza-se por ser estudo oposicional ao discurso das elites.

Para Pedro (1998, p. 27-28), a ADC caracteriza-se por entender a linguagem como a mais importante prática social; ver o texto como resultado da ação de falantes e de escritores socialmente situados, considerando as possibilidades de escolha que possuem, o poder e a dominação implícitos nessas escolhas; considerar que os participantes na produção dos textos desempenham papéis desiguais; prever que os significados que os textos veiculam dependem da interação entre leitores, ouvintes e texto; mostrar que os traços linguísticos são motivados socialmente; entender que a linguagem tem caráter histórico; empreender análises que se baseiem na materialidade linguística.

A perspectiva teórica adotada pela ADC permite estudar as ações sociais efetivadas pelo discurso, como o abuso de poder, o controle social, a dominação, a desigualdade, a marginalização e a exclusão. Para o analista da ADC, é fundamental entender e mostrar o discurso como ferramenta chave no exercício da dominação e da resistência. Trata-se, portanto, de acordo com Iniguez (2005, p. 119):

...de incrementar a consciência crítica dos sujeitos com relação ao uso linguístico e, além disso, de lhes proporcionar um método do tipo 'faça-o você mesmo', com o qual enfrentar a produção e a interpretação dos discursos.

Nesse sentido, Iniguez (2005, p. 119) se apoia nas ideias de Fairclough, ao apontar o discurso como prática social e sua condição de "prática tridimensional": texto, prática discursiva e prática social.

Tendo em vista as características apresentadas, a ADC é a base teórico-metodológica na qual esta pesquisa sustenta-se. Alguns elementos são essenciais para essa escolha: a criticidade na análise é a principal delas. Acredito que não se pode mais pensar em estudar língua fora de um contexto, nem em perspectiva que se diga neutra. Penso que temos de assumir posições, adotar posturas e defendê-las. Não de modo cego e irrefletido, mas analisando a realidade que nos cerca. A ADC é a teoria que me oferece os caminhos que possibilitam alcançar resultados que explicitam o discurso hegemônico como forma de poder, de abuso de poder e de marginalização.

Concluída essa primeira etapa em que a ADC foi tratada teoricamente, passo à segunda, na qual pretendo mostrar como, discursivamente, podemos desvelar o racismo e o

preconceito existentes em nossa sociedade por meio da análise de notícias sobre casos de racismo.

3.9 Representação de atores sociais em notícias sobre racismo

Neste tópico, três notícias sobre racismo no Brasil serão analisadas a fim de buscar respostas para a questão de pesquisa 1. Os textos são:

- a) Racismo no trabalho: Depois de ser chamado de macaco e urubu, funcionário passa por "peregrinação" até conseguir denunciar ato racista do colega de trabalho, publicada em 21 de abril de 2007 no *site* www.mundonegro.com.br/noticias e coletado em 1º de abril de 2008.
- b) RJ: administrador de hospital é preso por racismo, publicado no *site* www.noticias.terra.com.br/brasil/interna e coletado em 1º de abril de 2008.
- c) Racismo no futebol: a justiça entra em campo, publicado no *site* www.vermelho.org.br/diario/2005 retirado em 1º de abril de 2008.

Sugere van Dijk (2002, p. 133) um modelo de análise global da notícia e da organização de seus discursos. Alerta que a notícia apresenta uma "estrutura de relevância", que indica para o leitor as informações mais importantes. Nessa estrutura, a manchete tem papel primordial, já que costuma expressar o tópico mais proeminente. Sugere, ainda, que

as formas estruturais e os sentidos globais de um texto de notícia não são arbitrários, mas o resultado de hábitos sociais e profissionais de jornalistas em ambientes institucionais, de um lado, é uma condição importante para o processamento cognitivo eficaz de um texto noticioso, tanto por jornalistas como por leitores, de outro.

Formalmente, van Dijk (2002, p. 147-47) organiza a estrutura da notícia em:

- a) **sumário**: formado por manchete e *lead*, informa de modo geral sobre o fato noticioso;
- b) **background**: porções de texto que informam sobre eventos que não são parte do evento noticioso atual, mas fornecem o contexto social, político ou histórico geral ou as condições desses eventos;

- c) **evento principal**: a notícia propriamente dita;
- d) **eventos prévios**: fatos narrados para lembrar ao leitor o que aconteceu antes do fato noticioso (ou do evento principal);
- e) **consequências**: parte do texto que organiza todos os eventos descritos como decorrentes do evento principal;
- f) **comentário**: parte que contém conclusões, expectativas, especulações e outras informações sobre o evento principal.

Ao concluir esse detalhamento, van Dijk (2002, p. 150) esclarece que

algumas regras (da estrutura da notícia) são bastante rígidas e gerais, enquanto outras têm natureza muito mais opcional, não constituindo mais que “preferências”, que podem diferir de cultura para cultura, de jornal para jornal, de jornalista para jornalista.

Com relação à estrutura formal, aponta que manchetes e *leads* têm a função de exprimir a macroestrutura hipotética da notícia. Esse processo acontece porque o leitor constrói hipóteses antes da conclusão da leitura, apoiado nos conhecimentos sobre o tema, o contexto ou o tipo de texto. Nessa construção do sentido, manchete e *lead* são pistas "para fazer previsões eficazes sobre a informação mais importante do texto" (ibid., p. 133).

Concluído esse levantamento da estrutura da notícia, passo à análise estrutural das notícias selecionadas para análise.

3.9.1 A estrutura das notícias

Considero pertinente detalhar a estrutura dos textos analisados, de acordo com o que propõe van Dijk (2002).

O T1 apresenta a estrutura padrão da notícia, pois se organiza em manchete principal “**Racismo no trabalho**” e manchete secundária “**Depois de ser chamado de macaco e urubu, funcionário passa por ‘peregrinação’ até conseguir denunciar ato racista do colega de trabalho**”. A manchete secundária tem quase a função de *lead*, uma vez que apresenta o fato noticiado, os envolvidos, as causas e as consequências. Em seguida, os parágrafos apresentam

detalhamentos da manchete secundária, sendo que o terceiro e o quarto parágrafos apresentam o que van Dijk (2002) chama de *background* do fato; o sexto e último parágrafo apresentam um comentário de ator externo, que analisa e tece reflexões sobre o tema.

O T2 apresenta uma manchete que resume o conteúdo do texto: “**RJ: administrador de hospital é preso por racismo**” e não apresenta manchete secundária. Ele é estruturado em cinco longos parágrafos. O primeiro é o *lead* e situa o fato: quem, quando, onde, como e porquê, e tem a função de sumarizar o texto. Os demais parágrafos apresentam as consequências do evento principal.

O T3 – “**Racismo no futebol: a justiça entra em campo**” é composto de manchete principal e três longos parágrafos que detalham o evento principal. O primeiro parágrafo não é o *lead*, mas o comentário do evento noticiado, o qual, para van Dijk (1993), deveria vir no último parágrafo do texto. O segundo parágrafo detalha o evento principal e o terceiro mostra eventos prévios e consequências.

3.9.2 Categorias de análise das notícias

Nesse ponto, é importante apresentar as dez categorias que van Leeuwen (1998) detalha para a representação dos atores sociais⁴⁸:

1. **Exclusão**: os discursos podem incluir ou excluir atores sociais. Algumas exclusões podem acontecer ao se considerar que os elementos representados são conhecidos ou considerados irrelevantes. Elas podem não deixar marcas, por isso só são detectadas pela análise comparativa de mais de um discurso, embora em alguns casos, a exclusão radical deixe marcas pela ausência dos atores sociais. A “exclusão” pode acontecer por supressão ou por relegar atores sociais a “segundo plano”. Quando há supressão, os atores suprimidos não são mencionados no discurso. Nos casos de “segundo plano”, a exclusão é menos radical, pois os atores aparecem em partes do texto em relação a alguns fatos e apagados em relação a outros (eles perdem visibilidade) (p. 181). O mecanismo para colocar atores sociais em “segundo plano” é o uso de elipses. Os mecanismos de supressão são:

a) apagamento do agente da passiva;

⁴⁸ As categorias são detalhadamente apresentadas no capítulo 1.

- b) orações infinitivas usadas como participante gramatical;
- c) apagamento dos atores sociais beneficiários de uma ação;
- d) nominalizações e uso de nomes de processos; e
- e) realização de processos por meio de adjetivos.

A exclusão pode levar a duas possíveis interpretações: evita a redundância ao apagar as informações tidas como dadas ou sabidas; bloqueia o acesso a informações que não se quer tornar públicas.

2. **Distribuição de papéis:** refere-se aos papéis atribuídos aos atores sociais para serem desempenhados nas representações: quem é agente (ator) e quem é paciente (finalidade). Os atores ativos são representados como forças ativas e dinâmicas; os passivos, submetendo-se, recebendo ação. A distribuição acontece com: a) possessivização: uso de pronomes possessivos para ativar ou passivizar; e b) circunstacialização: uso de circunstâncias preposicionais.

3. **Genericização e especificação:** diz respeito à escolha entre referência genérica ou específica. A referência específica acontece quando há uso de número. A genericização acontece quando se usa:

- a) plural sem artigo;
- b) singular com artigo definido ou indefinido; e
- c) uso de tempo verbal que denote ações habituais ou universais.

4. **Assimilação:** é a forma como os atores sociais são mencionados: como indivíduos (individualização) ou como grupos (assimilação). A assimilação acontece por dois processos: agregação (quantifica grupos como dados estatísticos; é usada para regulamentar práticas e para produzir consensos) e coletivização. Comparativamente:

- a) a individualização realiza-se pela singularização; a assimilação, pela pluralização;
- b) a assimilação realiza-se pelo uso de substantivos contáveis ou que denotem grupos de pessoas (nação, povo, população);
- c) a agregação realiza-se pela presença de quantificador definido ou indefinido, que funciona como numerativo ou como núcleo de grupo nominal.

5. **Associação e dissociação:** a associação é menção a grupos formados por atores sociais ou grupos de atores sociais que não são classificados no texto. Pode realizar-se linguisticamente pelo uso de pronomes possessivos ou orações possessivas com verbos como “ter” e “pertencer” que fazem associação explícita sem classificar o grupo social resultante. A dissociação faz o contrário, separando os atores sociais.

6. **Indeterminação e diferenciação:** a indeterminação acontece quando os atores sociais são representados como indivíduos ou grupos não especificados ou anônimos. Realiza-se pelo uso de pronomes indefinidos ou de expressões como “muitos acreditam” ou “alguns dizem”. A determinação especifica a identidade de indivíduos ou grupos.

7. **Nomeação e categorização:** os atores são nomeados quando representados em termos de identidade única ou são categorizados quando identificados em termos de função ou identidade que partilham com outros. Essas nomeações ou categorizações são escolhas linguísticas que determinam aspectos ideológicos dos discursos.

8. **Funcionalização e identificação:** são tipos de categorização. A funcionalização ocorre quando atores sociais são referidos por uma atividade. A identificação, quando atores sociais são referidos em termos das principais categorias pelas quais uma sociedade ou instituição diferencia classes de pessoas (sexo, idade, origem, classe social).

9. **Personalização e impersonalização:** na impersonalização, os indivíduos são representados por meios não humanos. Pode ser por substantivos abstratos ou por termos concretos que não carregam o traço humano. Pode acontecer por abstração e por objetivação. Na abstração, os atores sociais são representados por meio de qualidade que lhes é atribuída pela representação (“pobres”, “malandros”). Na objetivação, eles são representados por referência a local ou coisa diretamente associada a sua pessoa ou a atividade a que estão ligados, realiza-se por referência metonímica. Pode acontecer de algumas formas:

a) **espacialização:** atores sociais representados por referência a lugar a que são associados;

- b) **autonomização do enunciado**: os atores sociais são representados pela referência a seus enunciados (quando são usados termos como “o relatório”, “as sondagens”, que dão autoridade impessoal aos enunciados);
- c) **instrumentalização**: os atores são representados pelos instrumentos com que desempenham a atividade a que estão ligados;
- d) **somatização**: os atores são representados por uma parte de seus corpos.

10. **Sobredeterminação**: os atores sociais são representados como se participassem de mais de uma prática social ao mesmo tempo. Pode ser de quatro tipos:

- a) **inversão**: os atores são associados a duas práticas que se opõem;
- b) **simbolização**: atores ou grupos de atores fictícios representam atores ou grupos reais. O ficcional geralmente pertence ao passado e representa o elemento do presente;
- c) **conotação**: ocorre quando uma determinação (nomeação ou identificação física) corresponde a uma classificação ou funcionalização.

Minha intenção é associar essas categorias de representação de atores sociais aos pressupostos da ADC (FAIRCLOUGH, 1992, 1995, 1999, 1999a, 2000, 2003, 2006). É pertinente esclarecer que, no viés qualitativo, as categorias adaptam-se ao texto e não o contrário, portanto analisarei as categorias que forem encontradas nos três textos selecionados.

Assumo também a recusa à “neutralidade da investigação e do investigador” (VIEIRA, 2007, p. 152), uma vez que, em ADC, a escolha do tema, dos objetos de análise, da metodologia, são posicionamentos do pesquisador frente ao tema e ao contexto em que discursos e práticas sociais ocorrem.

3.9.3. Racismo no trabalho: a representação dos atores sociais

Antes de começar a análise, é preciso apresentar o texto 1 (T1) integralmente. Os textos serão apresentados conforme publicados nas páginas em que foram coletados, respeitando-se o modo como estão escritos e publicados (nenhum aspecto será alterado ou corrigido).

Quadro 6 – Racismo no Trabalho

Racismo no trabalho

Depois de ser chamado de macaco e urubu, funcionário passa por "peregrinação" até conseguir denunciar ato racista do colega de trabalho.

Cansado de ser constantemente ofendido por seu encarregado, que ao lhe dirigir ordens e em conversas, nunca o chamava pelo nome, mas por termos racistas tais como: macaco e urubu, o funcionário Edson Dias da Silva, da empresa Denílson Lima/ ME, localizada no Bairro de Sapopemba em São Paulo, resolveu ir atrás de seus direitos e por um fim nesta história. Ele procurou na quarta-feira (22 de setembro) a 69ª delegacia que recusou-se a abrir o B.O, limitando-se a solicitar o comparecimento do agressor e da vítima dois dias depois.

Desapontado Edson compareceu na a 70ª Delegacia de Polícia, na manhã de 24 de setembro, para denunciar o ato racista. Por recusa do delegado de plantão, Carlos José de Oliveira Zanuto, o Boletim de Ocorrência não foi lavrado como racismo e sim como injúria qualificada.

Edson, que vinha há aproximadamente dois meses recebendo tratamento impróprio de seu encarregado geral, indivíduo conhecido como “ Careca”, procurou o Sr. Denílson de Lima, dono da empresa, que ao invés de tomar as devidas providências, deu gargalhadas. Segundo a vítima, não havia por parte dos seus colegas de trabalho, nenhuma indignação.

Numa ocasião, em que houve um incidente diante da empresa envolvendo um funcionário que foi atacado por um cachorro da raça Pet Bull, o encarregado dirigiu-se a Edson dizendo “negão por que você não matou o cachorro”. Respondeu Edson esclarecendo que o cachorro não lhe pertencia, momento em que o encarregado tirou do bolso um revólver calibre 38 , dizendo que o próprio mataria se fosse o caso.

Em 22 de setembro depois de ser humilhado pelo encarregado e devido ao nervosismo, Edson passou mal, devido aumento de pressão arterial, verificada por um farmacêutico, e ficou sem condições de retornar ao trabalho.

Segundo Cláudio Thomas, ativista do Sankofa – Centro de Cultura e Formação Afro-descendente “Não se pode ignorar o racismo, o preconceito, a discriminação, aceitando os estereótipos que marginalizam, oprimem, humilham e matam o povo negro. A Constituição de 1988 soube repudiar a marginalização do negro, tipificando o racismo como crime em seu artigo 5º, inciso XLII. Mesmo assim, ainda imperam no país diferentes formas de discriminação racial, velada ou ostensiva, que afetam mais da metade da população brasileira, constituída de negros ou descendentes de negros privados do pleno exercício da cidadania. Os casos de discriminação racial que vêm acontecendo durante anos neste país merecem uma apreciação mais cuidadosa por parte das autoridades, correndo o risco de se transformar (se é que já não se transformou) num ato de omissão diante do dever do direito em realizar a justiça, ao menos a justiça dos homens.”

O preconceito racial se constitui em um grave obstáculo ao exercício do direito à igualdade, conclui.

Começarei pela **exclusão**, que explicita como os discursos podem incluir ou excluir atores sociais. Essa relação de inclusão ou de exclusão se relaciona com aspectos da reprodução de relações de poder e de dominação que, segundo van Dijk (2003b, p. 10), somente podem ser desvelados quando analisados pela perspectiva da ADC. Conforme essas ideias, “a análise do discurso está profundamente comprometida com a sociedade e a sociedade fundamentalmente presente no discurso”. Vejamos, então, que atores são incluídos e quais são excluídos.

O texto “Racismo no trabalho”, doravante T1, apresenta seis atores sociais envolvidos no caso noticiado.

(1) ...o **funcionário Edson Dias da Silva**, da empresa Denilson Lima/ME ...

O fragmento 1 mostra o primeiro momento em que a vítima de racismo é mencionada. Em outras passagens, a menção é repetida, o que se justifica pelo fato de as ações noticiadas relacionarem-se a ele.

(2) Por recusa do delegado de plantão, **Carlos José de Oliveira Zanuto**, o Boletim de Ocorrência não foi lavrado como racismo e sim como injúria qualificada.

Nesse caso, o segundo Delegado é mencionado na notícia. O primeiro não é nomeado, sendo representado pela forma metonímica “a 69ª delegacia que recusou-se a abrir o B.O.”. O fato, a meu ver, não tem lógica aparente, uma vez que ambos os delegados (ou as delegacias) recusaram-se a lavar o Boletim de Ocorrência, não atendendo à queixa prestada.

Essa atitude dos delegados se relaciona com a negação do racismo, abordada por van Dijk (1993). Para o autor, o protótipo dessa negação se materializa em sentenças como “*Eu não tenho nada contra negros, mas...*”. Afirma van Dijk (1993) que essa negação ocorre de várias outras formas:

- a) negação do preconceito e da discriminação por parte do grupo racista, como forma de o racista preservar sua face no grupo ou na comunidade;
- b) separação das pessoas em dois grupos: “Nós” (grupo dominante ou elite, branca) *versus* “Eles” (membros da minoria ou os outros);
- c) ataques à integridade moral do grupo, afastando o foco da questão étnico-racial;

- d) uso de eufemismos para descrever as ações racistas e para fugir do termo racismo, que é substituído por discriminação, por ressentimento ou por xenofobia com a intenção de amenizar os atos racistas;
- e) negação do próprio racismo, transferindo-o para outras pessoas (*Eu não tenho nada contra negros, mas meus vizinhos...*);
- f) o grupo racista acusa a vítima de racismo de ser racista contra seu próprio grupo.

No caso do Brasil, a negação acontece, a meu ver, em maior escala, já que há comportamento discursivo e ideológico assumido por grande parte da população para negar a existência do racismo. Mais que a negação em pequenos atos, no Brasil, o racismo é negado em todos os âmbitos. Daí, talvez se entenda o posicionamento dos delegados: se não há racismo, como lavrar Boletim de Ocorrência que denuncia ato racista?

Voltando aos atores sociais incluídos no T1:

- (3) Edson, que vinha há aproximadamente dois meses recebendo tratamento impróprio de seu encarregado geral, individuo conhecido como “ Careca”, procurou o **Sr. Denílson de Lima**, dono da empresa...
- (4) Edson, que vinha há aproximadamente dois meses recebendo tratamento impróprio de **seu encarregado geral, indivíduo conhecido como “ Careca”**, procurou o Sr. Denílson de Lima, dono da empresa...
- (5) Cansado de ser constantemente ofendido por **seu encarregado**, que ao lhe dirigir ordens e em conversas, nunca o chamava pelo nome, mas por termos racistas [...].

Nos exemplos de 3 a 5, aparecem os atores sociais ligados ao ato de racismo: o encarregado e o dono da empresa. Os dois são incluídos por estarem diretamente ligados à questão noticiada.

- (6) Segundo **Cláudio Thomas**, ativista do Sankofa – Centro de Cultura e Formação Afrodescendente...

Em 6, aparece uma voz externa, um agente social incluído para avaliar o ato e dar legitimidade à queixa de Edson, a vítima. É relevante mencionar que a escolha de um ativista do movimento negro (representante do Centro de Cultura e Formação Afrodescendente) está

vinculada ao tipo de *site* que publicou a notícia, no caso o portal **MundoNegro**, que se define como “O maior portal da comunidade afro-brasileira”. Se publicada em outro veículo, a notícia poderia incluir outros atores, como sociólogos, juristas ou outros.

(7) Segundo a vítima, não havia por parte dos **seus colegas de trabalho**, nenhuma indignação.
(8) Numa ocasião, em que houve um incidente diante da empresa envolvendo **um funcionário** que foi atacado por um cachorro da raça Pet Bull...

São mencionados ainda, mas sem nomeação específica, “colegas de trabalho” da vítima; “um funcionário” que fora atacado por um cachorro. Considero relevante me deter no uso do termo “**colegas**”. Colega é “companheiro de escola” ou “pessoa que faz parte de um mesmo corpo, que exerce as mesmas funções ou a mesma profissão que outra ou outras pessoas” (ABL⁴⁹, 2008, p. 320). O uso do termo sugere que os demais funcionários deveriam ficar ao lado de Edson, contra o encarregado e o patrão, no entanto a reação esperada não acontece.

(9) Edson passou mal, devido aumento de pressão arterial, verificada por **um farmacêutico**, e ficou sem condições de retornar ao trabalho.

É ainda mencionado um “farmacêutico” que atendeu a vítima quando passou mal. Essa indefinição pode ser motivada por se considerar que os elementos representados não são conhecidos ou por serem considerados irrelevantes (VAN LEEUWEN, 1998, p. 180).

Até aqui temos os atores sociais que são incluídos no T1, resta verificar os excluídos. A meu ver, a principal exclusão é a relacionada em 10.

(10) Ele procurou na quarta-feira (22 de setembro) a 69ª delegacia que recusou-se a abrir o B.O, limitando-se a solicitar o comparecimento do agressor e da vítima dois dias depois.

Em 10, há apagamento do agente responsável pela ação. O texto apresenta como agente a “69ª delegacia”, uma instituição e não uma pessoa. Alguém (provavelmente o Delegado) se negou a lavrar o Boletim de Ocorrência, mas esse ator é excluído do texto. Aqui

⁴⁹ Dicionário da Academia Brasileira de Letras (ABL).

acontece uma “exclusão radical”, que deixa marcas pela sua ausência (VAN LEEUWEN, 1998, p. 180), já que as demais ações são relacionadas aos agentes por ela responsáveis.

A **distribuição de papéis** refere-se aos papéis atribuídos aos atores para serem desempenhados nas representações: quem é agente ou ator, e quem é paciente ou finalidade. Vejamos, agora, como acontece.

Nesse texto, como nos demais⁵⁰, a noção de agente e de paciente será analisada considerando dois grupos: o grupo que agride e o sujeito que é agredido. Há quatro fragmentos em que Edson (o agredido) é agente das ações praticadas:

- (11) ...**Edson Dias da Silva** [...] resolveu ir atrás de seus direitos...
- (12) **Ele** (Edson) procurou na quarta-feira (22 de setembro) a 69ª delegacia...
- (13) **Edson** compareceu na 70ª Delegacia [...] para denunciar o ato racista...
- (14) **Edson** [...] procurou o Sr. Denílson de Lima, dono da empresa...

Nos casos 11 a 14, são relatadas as ações do agredido para conseguir se fazer ouvir e para punir seus agressores; nesses casos, o agredido é ativo, representa um ator que age frente à realidade que deseja modificar. Há três casos, no entanto, em que Edson aparece como paciente da ação ou como agente e paciente ao mesmo tempo. Neles, o funcionário sofre ações, é submetido pelo poder do encarregado que se aproveita da função para discriminá-lo.

- (15) (Edson) depois de ser humilhado pelo encarregado...
- (16) **Edson** passou mal...
- (17) ...(Edson) ficou sem condições de retornar ao trabalho

Em 15, Edson é alvo da humilhação praticada pelo encarregado. Em 16 e em 17, Edson sofre ações (sem agente explícito), que são desencadeadas pelas agressões praticadas pelo encarregado, que, por meio do assédio moral, pratica o racismo.

Nesse sentido, é relevante considerar que o discurso preconceituoso, segundo Pinsky (2006, p. 21), procura enquadrar as diferentes minorias em prejulgamentos decorrentes de generalizações não comprovadas. Esse discurso atribui características negativas ao outro e

⁵⁰ Essa delimitação foi pensada tendo em vista que os três textos giram basicamente em torno das ações empreendidas por quem pratica e quem sofre racismo.

ressalta os aspectos positivos do grupo discriminador. Ele é tão forte e tão disseminado que pode, inclusive, ser assimilado por suas vítimas.

Para ilustrar essa possibilidade, Burdick (2002, p. 203) apresenta um exemplo que é muito relevante para pensar como o racismo, o preconceito e a discriminação são interiorizados a tal ponto que os agredidos não se veem nesses papéis. A fala ilustra como, ao ser tratado como igual em determinado ambiente, o sujeito percebe que era vítima de discriminação e declara que:

Não pude mais fingir que a discriminação não acontece fora da igreja. Durante o tempo em que você está na igreja, você é tratado de outra maneira. Até entrar para a igreja, eu não tinha visto como o preconceito era grave: o contraste é realmente incrível.

Há ainda nos fragmentos o que se caracteriza como assédio moral, que é, segundo a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT)⁵¹, a exposição dos trabalhadores(as) a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções, comuns em relações hierárquicas autoritárias e assimétricas, em que predominam condutas negativas, relações desumanas e aéticas de longa duração, de chefe(s) dirigidas a subordinado(s), desestabilizando a relação da vítima com o ambiente de trabalho e a organização, forçando-a a desistir do emprego. Caracteriza-se pela degradação deliberada das condições de trabalho em que prevalecem atitudes e condutas negativas em relação aos subordinados, constituindo experiência subjetiva que acarreta prejuízos práticos e emocionais ao trabalhador e à organização.

No caso de Edson, as práticas racistas resultaram em problemas físicos, no caso, hipertensão, conforme cita o texto analisado: “Em 22 de setembro depois de ser humilhado pelo encarregado e devido ao nervosismo, Edson passou mal, devido ao aumento de pressão arterial, verificada por um farmacêutico, e ficou sem condições de retornar ao trabalho”.

Retomando a **distribuição de papéis**, temos os casos em que os agressores são agentes das ações noticiadas.

(18) ...o Sr. **Denílson de Lima** [...] deu gargalhadas...

(19) ...o **encarregado** dirigiu-se a Edson dizendo “ negão por que você não matou o cachorro...”

(20) ...o **encarregado** tirou do bolso um revólver calibre 38...

⁵¹ Cartilha Assédio Moral no Trabalho, produzida pela Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), em 2006.

(21) ...dizendo (o **encarregado**) que o próprio mataria se fosse o caso.

(22) (o **encarregado**) nunca o chamava pelo nome...

Nesses casos, os agentes das ações são o encarregado e o dono da empresa; o paciente é a vítima (Edson) e, no exemplo 21, é o cachorro que atacou um funcionário da empresa na qual Edson trabalhava. Como se pode notar, o encarregado é agente das agressões mais frequentemente, o que deve ser motivado pelo fato de ele lidar com os funcionários diretamente. O dono da empresa só é acionado em casos mais importantes. Como reportado em 18, ao receber a reclamação da vítima, o empresário limita-se a “dar gargalhadas”.

No fragmento 18, há exemplo de inferiorização do negro na atitude de gargalhar diante da reclamação do funcionário. Gargalhar é mais que rir simplesmente, é rir muito e em voz alta, de modo explícito (ABL, 2008, p. 624). Esse comportamento do dono da empresa mostra o modo como ele vê a reclamação do funcionário, ela é mais que risível. Nesse sentido, Fanon (1980, p. 184) esclarece que é recorrente a ideia de que o negro se inferioriza, mas, para o autor, “o inferiorizam”, como ocorre em 18.

Quanto à **genericização** e **especificação**, as categorias dizem respeito à escolha entre referência genérica ou específica dos atores sociais. A **referência específica** acontece quando há uso de número. A genericização quando se usa:

- a) plural sem artigo;
- b) singular com artigo definido ou indefinido;
- c) tempo verbal que denote ações habituais ou universais.

No caso de T1, temos:

[23] Segundo a vítima, não havia por parte **dos seus colegas de trabalho**, nenhuma indignação.

No caso de 23, os demais funcionários são referenciados de modo genérico, por meio do artigo definidos “os” (no caso em contração com a preposição “de”). Nesse fragmento, os demais funcionários são mencionados como grupo, aparentemente homogêneo, que não se indigna com a discriminação sofrida pelo colega.

O que podemos notar é que, no caso desse funcionário, a exclusão começa pelo encarregado (chefe e superior) e chega aos “colegas de trabalho” (iguais hierarquicamente).

Entretanto, essa exclusão pode ganhar outros âmbitos e se manifestar em diferenças salariais; silenciamento social em relação ao preconceito; negação ou diminuição da beleza negra e invisibilidade do negro (MOURA, 2005, p. 49-51).

Essas formas de exclusão materializam-se pelo discurso ou por práticas sociais naturalizadas e reificadas pelas pessoas, pela mídia e pelas instituições, para reforçar relações de poder e de dominação. Por isso, é relevante usar a ADC como ferramenta para desvelar essas relações de poder, de dominação e de discriminação, assim como as formas como são reproduzidas e as estratégias de resistência que ocorrem no discurso ou são por ele legitimadas (VAN DIJK, 1997, p. 16).

Voltando às referências genéricas ou específicas:

[24]...houve um incidente diante da empresa envolvendo **um funcionário** que foi atacado por um cachorro da raça Pet Bull (sic)...

Novamente, como em 23, um funcionário da empresa é mencionado de modo genérico, pelo uso de artigo indefinido “um”. Nesse caso, os demais funcionários são elementos secundários no evento noticiado, logo sua referência não precisa ser específica.

[25] ...mais da metade da população brasileira, constituída de **negros** ou descendentes de **negros** privados do pleno exercício da cidadania...

Em 25, temos nova ocorrência de genericização, quando o termo “negros” é usado no plural, sem estar antecedido de artigo, o que torna o uso genérico. Nesse exemplo, o uso aparece repetido. No fragmento, aparece a ideia de “pleno exercício da cidadania”, um dos postulados da democracia. Ao pensar a relação entre democracia e relações raciais, são inegáveis as contradições entre os conceitos no contexto brasileiro.

Isso ocorre porque nosso conceito de democracia é, em grande parte, herança dos ideais da Revolução Francesa, movimento que adotou como lema: Igualdade, Liberdade e Fraternidade. Hoje, um Estado democrático é aquele que incorpora todos seus indivíduos como cidadãos, desconsiderando aspectos individualizantes como credo, cor, raça, classe social e outros.

Barbalho (2005), discordando do ponto de vista dominante, acredita que é impossível pensar um contexto em que liberdade e igualdade convivam sem se excluir. Para ele, um

preceito anula o outro, pois, se há liberdade, há fracos e fortes, e há desigualdade. De outro prisma, se pensamos a igualdade, excluimos (ao menos minimamente) o direito à diferença.

Ao analisar a democracia, Silveirinha (2005, p. 41) ressalta que é preciso considerar de que forma ela pode respeitar as diferenças sem causar marginalizações, tornando-se inclusiva. Assim, para a democracia fazer sentido, “as decisões têm de ser percebidas como representando de uma forma justa os interesses de todas as partes afetadas e não apenas das que podem constituir maioria”. Ressalta o autor que, em sociedades multi-identitárias, as democracias passaram a enfrentar desafios especiais para garantir a representação e a participação das minorias.

Por último, temos o exemplo 26:

[26]...merecem uma apreciação mais cuidadosa por parte **das autoridades**...

Nesse fragmento, o termo “autoridades” aparece antecedido de artigo, mas em um uso que não especifica, não aponta que autoridades devem tomar as rédeas e resolver o problema dos crimes de discriminação e de racismo. O fragmento ilustra uma prática social recorrente em textos jornalísticos, o apagamento do agente que deveria ser responsável por desempenhar uma ação. Ela tem como consequência a falta de posicionamento daqueles que deveriam agir para punir os criminosos, como os delegados que, no caso, negam-se a lavrar Boletim de Ocorrência, registrando o crime de racismo. Não há um apagamento do agente, mas sua menção de forma genérica é tão vaga quanto o apagamento, já que não sabemos a que autoridade(s) se faz referência.

A **assimilação** diz respeito à forma como os atores sociais são mencionados: como indivíduos (individualização) ou como grupos (assimilação). Essa categoria se aproxima da especificação e da genericização. No T1, temos, cinco atores sociais mencionados como indivíduos:

[27] ...o funcionário **Edson Dias da Silva**...

[28] ...do delegado de plantão, **Carlos José de Oliveira Zanuto**...

[29] ...seu encarregado geral, individuo conhecido como “**Careca**”...

[30] ...o **Sr. Denílson de Lima**, dono da empresa...

[31] ...**Cláudio Thomas**, ativista do Sankofa...

Como se pode constatar, são tratados como indivíduos os atores sociais mais relevantes (ou personagens principais) do fato noticiado. Aqueles que são secundários para o esclarecimento das ações são mencionados indireta ou genericamente (funcionários, um funcionário), sem que sejam individualizados. E há três casos de assimilação:

[32] ... que marginalizam, oprimem, humilham e matam **o povo negro**.

[33] ...constituída de **negros** ou **descendentes de negros** privados do pleno exercício da cidadania...

[34] ... uma apreciação mais cuidadosa por parte das **autoridades**...

Nos exemplos, ocorre **assimilação** em decorrência do uso de substantivos que denotam grupos de pessoas: “povo”, “negros”, “descendentes de negros” e “autoridades”. No caso do T1, esses são os atores que não ganham voz no texto, são mencionados, mas não são ouvidos. Logo, a assimilação é utilizada como estratégia para apenas mencionar grupos.

Com relação à **associação e dissociação**, a **associação** diz respeito à menção a grupos formados por atores ou grupos de atores sociais que nunca são classificados no texto. Em T1, há a uma **associação** e uma **dissociação**, que ocorre em:

[35] ...mais da metade da população brasileira, constituída de negros ou descendentes de negros privados do pleno exercício da cidadania...

Em 35, temos uma **associação**, na qual o uso do verbo “constituir” associa mais da metade da população brasileira ao grupo negro⁵². Há também um exemplo de discurso que mostra uma representação (função representacional⁵³) do mundo segundo um posicionamento amplamente divulgado (mais da metade da população do Brasil é negra ou parda), mas pouco aceito como identidade pelo povo brasileiro.

[36] Segundo a vítima, não havia por parte dos seus colegas de trabalho, nenhuma indignação.

⁵² Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicados no **Correio Braziliense**, o Brasil apresenta a seguinte composição populacional: 761 mil amarelos; 91,2 milhões de brancos; 734 mil indígenas; 63,3 milhões de pardos; 10,5 milhões de negros.

⁵³ A função representacional refere-se aos modos como os discursos representam o mundo, seus processos, entidades e relações.

No fragmento 36, há **dissociação**. A vítima faz parte do grupo de funcionários, no entanto não se vê associada a ele, tendo em vista a postura inerte dos colegas frente aos problemas por ele enfrentados. Essa **dissociação** pode ser decorrente de dois fatos: os colegas não querem se envolver, por temer represálias, ou eles não se envolvem porque pensam que o problema de discriminação afeta (ou pode afetar) unicamente a Edson. Nesse segundo ponto, a **dissociação** pode ser motivada pelo fato de os outros funcionários não serem negros ou por não se verem como negros, por isso podem pensar que jamais serão alvo do mesmo tipo de prática discriminatória.

A **funcionalização** e a **identificação** são tipos de categorização. A **funcionalização** ocorre quando atores sociais são referidos por uma atividade. A **identificação**, quando atores sociais são referidos em termos das principais categorias pelas quais uma sociedade ou instituição diferencia classes de pessoas (sexo, idade, origem, classe social). Em T1, há **funcionalização** em quatro momentos:

[37] Cansado de ser constantemente ofendido por seu **encarregado**...

[38] ...um **funcionário** que foi atacado por um cachorro da raça Pet Bull...

[39] ...depois de ser humilhado pelo **encarregado**...

[40] ...verificada por um **farmacêutico**...

Nos casos de **funcionalização**, um ator social é mencionado pela função em que atua e não por uma forma individual de identificação. Os agentes categorizados não ganham voz no texto, são apenas mencionadas por fazer parte, indiretamente, do fato noticiado.

Na primeira notícia analisada, o ponto de vista central do texto é o do agredido. Ele tem voz e dá sua versão do fato. Essa escolha é motivada pelo direcionamento do *site* que publicou o texto: um portal destinado a, entre outras funções, denunciar casos de racismo e de discriminação.

É relevante considerar que T1 é o único dos textos analisados que coloca o agredido como vítima. Essa vitimização pode ser vista como estratégia para tornar menos aceitável o ato racista e reforçar o caráter agressivo ou criminoso de quem o pratica. Mas pode também ser usada contra o negro (não somente o que foi agredido, mas o negro de modo geral), pois reforça a ideia de submissão, de passividade, de inferioridade (mesmo não sendo essa a postura do funcionário em questão). De qualquer modo, considero que assumir essa postura de vítima não ajuda a construir identidades étnico-raciais fortalecidas.

3.9.3. Administrador preso por racismo: representação dos atores sociais

Antes de passar à análise, apresento o T2 na íntegra:

Quadro 7 – Administrador de hospital é preso por racismo

RJ: administrador de hospital é preso por racismo

O administrador do Hospital Estadual Pedro II, em Santa Cruz (RJ), Anibal Santana Dutra, 58 anos, foi preso em flagrante na tarde de ontem por crime de racismo. Anibal teria ofendido com expressões racistas a estudante Elisa de Olinda da Silva, 24, que reclamava da demora no atendimento da unidade. Em seguida, expulsou-a da unidade.

Segundo a polícia, Anibal teria dito a frase: "Negrinha, aqui você não entra". "A estudante conta que, exaltado, ele repetiu a expressão várias vezes, chegando até a chamá-la de "negra safada", explicou o delegado titular da 36ª DP (Santa Cruz), Marcos Neves, ao jornal *O Dia*.

Acompanhada de uma amiga, a estudante tinha começado a reclamar com outro funcionário do hospital, mas o administrador acabou se envolvendo na discussão. Depois de ser expulsa do hospital aos gritos, Elisa, que procurava atendimento para cuidar de uma inflamação de garganta, foi direto para a delegacia prestar queixa.

Anibal foi preso por policiais civis dentro do Pedro II. Duas testemunhas foram ouvidas na delegacia e confirmaram as denúncias. De acordo com o delegado, outras pessoas que presenciaram a discussão também poderão ser convocadas para depor.

O administrador admitiu que discutiu com a paciente, mas negou que tenha ofendido a estudante. O crime é inafiançável e ele pode ficar preso por até três anos. A Secretaria Estadual de Saúde vai abrir sindicância para apurar o caso.

Pensando na inclusão e na **exclusão** de atores sociais, em T2 (RJ: administrador de hospital é preso por racismo), são incluídos:

[41] O administrador do Hospital [...] **Anibal Santana Dutra...**

[42] ...a estudante **Elisa de Olinda da Silva...**

[43] ... o delegado titular da 36ª DP (Santa Cruz), **Marcos Neves...**

São mencionados apenas três atores sociais, aqueles essenciais ao fato noticiado: o agressor, a vítima e o delegado responsável pelo caso. Esse texto tem a característica de ser mais objetivo e de se ater somente ao evento principal.

Em T2, a **distribuição de papéis** será analisada pensando nos dois principais envolvidos no fato: o administrador do hospital e a estudante. Inicialmente, temos cinco casos em que o administrador é agente da ação expressa pelo verbo:

[44] Aníbal **teria ofendido** com expressões racistas a estudante...

[45] ...[Aníbal] **expulsou-a** [a estudante] da unidade...

[46]...Aníbal **teria dito** a frase...

[47]...ele **repetiu** a expressão várias vezes...

[48]...chegando até a **chamá-la** de "negra safada"...

Direta ou indiretamente, a ação empreendida pelo administrador como agente afeta a estudante como paciente. O agressor pratica ações de ofender, expulsar, dizer, repetir e chamar. Todas direcionadas à estudante e, no contexto, ofensivas. Logo, a estudante é alvo ou paciente, diretamente, das ações de: ser ofendida, ser expulsa, ser chamada (de negra safada).

Como vemos em 48, a igualdade como princípio constitucional ajuda a mascarar a desigualdade. O administrador sente-se no direito de expulsar a estudante do hospital, pautando-se apenas em uma característica étnico-racial “ser negra (safada)”. De outro lado, a postura do administrador demonstra que seu posicionamento com relação aos negros é explicitamente racista, já que há testemunhas para os fatos noticiados, e isso não o impede de praticá-los. Além disso, esses atos são públicos, o que demonstra que o administrador não se preocupa com sua atitude, talvez por saber que ela não é uma exceção. E, como afirma Gomes (2006, p. 202), “as escolhas individuais são realizadas em determinado contexto que as influencia”.

A análise de discursos permite, segundo Abril (2007, p. 104), entender o que é significativamente estável e permanente para uma cultura em determinado momento histórico, ou seja, aquilo que é consensual. A autora ressalta que, para identificar os consensos, é necessário reconhecer as contradições, as negações e as fragmentações presentes nos discursos. Para ela, o consenso é um tipo de acordo que existe sobre temas diversos entre os indivíduos que compõem um grupo.

Com relação à estudante, ela atua como agente em três momentos:

[49] ...Elisa de Olinda da Silva, 24, que **reclamava** da demora...

[50] ...a estudante **tinha começado a reclamar** com outro funcionário...

[51] Elisa [...] **foi** direto para a delegacia prestar queixa.

Nesses fragmentos, a estudante é agente e desempenha, em 49 e 50, as ações que desencadearam o comportamento racista do administrador, o ato de reclamar. Em 52, a estudante é paciente do ato de “ser expulsa”, ação praticada pelo administrador. E temos, atuando como paciente em T2, a estudante e o administrador:

[52] Depois de **ser expulsa** do hospital aos gritos...

[53] O administrador [...] **foi preso** em flagrante na tarde de ontem...

[54] Aníbal **foi preso** por policiais civis dentro do Pedro II.

Em 53 e 54, aparecem os momentos em que o administrador é alvo da ação expressa. Nesses casos, o agente é a polícia, que efetua a prisão. Já a estudante é alvo das ações (racistas) do administrador, mas não age diretamente contra ele. Quando paciente, ele recebe a ação da polícia que o prende por crime de racismo. Assim, as representações de T2 giram em torno de dois atores: o administrador e a estudante, agressor e vítima.

Na **genericização** e **especificação**, há referência específica no trecho 55 em que as testemunhas são mencionadas pelo número específico. Em seguida, há referência genérica em 56 e em 57, fragmentos nos quais o número de policiais ou de pessoas que presenciaram a discussão não é específico.

[55] **Duas testemunhas** foram ouvidas na delegacia...

[56] Anibal foi preso por **policiais civis** dentro do Pedro II...

[57] ...**outras pessoas** que presenciaram a discussão ...

No caso de 55, o número de testemunhas foi específico porque as pessoas já haviam prestado depoimentos. Em 56, a meu ver, o número de policiais não é definido porque a ação de prender é mais importante, a ação é ressaltada. E em 57, a menção genérica torna indefinida a quantidade de pessoas que presenciou o fato, o que pode ser resultado da falta de número específico ou da intenção de esconder essa informação.

Ao analisar a **associação** e a **dissociação**, ocorre um caso de dissociação no T2, no fragmento:

[58] "Negrinha, aqui você não entra".

No caso 58, há **dissociação** dos atores sociais em dois grupos: os que podem e os que não podem entrar no hospital. Essa separação baseia-se no aspecto étnico-racial. A atitude corrobora o pensamento de Martins (1995, p. 35), segundo o qual a cor de um indivíduo “nunca é somente uma cor, mas um enunciado repleto de conotações e de interpretações, articuladas socialmente, como um valor de verdade que estabelece marcas de poder, definindo lugares, funções e falas”.

No fragmento 58, a cor (ou de modo mais amplo, o fenótipo étnico-racial) é determinante da **associação** e da **dissociação** entre atores sociais, agrupando-os pelas semelhanças e opondo-os por diferenças.

Com relação à **indeterminação** e à **diferenciação**, há ocorrências de indeterminação em T2:

[59] ...**outras pessoas** que presenciaram a discussão também....

No caso 59, as testemunhas são apontadas de modo indefinido, o que se confirma pelo uso do pronome indefinido “outras”. Quanto aos casos de **nomeação** e **categorização** em T2, temos:

[60] ... Segundo a **polícia**, Aníbal teria dito a frase...

[61] Aníbal foi preso por **policiais civis** dentro do Pedro II.

[62] Acompanhada de uma **amiga**...

[63] A **Secretaria Estadual de Saúde** vai abrir sindicância para apurar o caso.

Em 60, a declaração é atribuída à “polícia” e não a uma pessoa que faça parte da polícia. Em 61, novamente ocorre **categorização**, quando o termo “policiais civis” é usado no plural para indeterminar as pessoas, a sua quantidade e enfatizar a ideia de corporação. Em 62, há menção à amiga que acompanhava a vítima, que também não é diferenciada. E em 63, há indeterminação do agente do Estado que será responsável pela sindicância contra o agressor.

Nesse caso, a menção da instituição, em vez de explicitar os responsáveis por ela, atenua a responsabilidade de agir contra o agressor.

Em 60 e 61, ocorre a **funcionalização** (um tipo de categorização), pois os atores sociais são mencionados em função da atividade que exercem.

Há **nomeação** – quando a referência é feita pelo nome – de atores envolvidos no fato: o administrador do Hospital Estadual Pedro II, Aníbal Santana Dutra; a estudante Elisa de Olinda da Silva; o delegado titular da 36ª DP, Marcos Neves.

Em síntese, T2 é um texto mais objetivo, em que os atores são representados dentro do estritamente necessário. Há também uma característica que o diferencia do T1, o predomínio do discurso indireto, o que tira a voz dos atores sociais e a direciona aos jornalistas. Isso porque nem sempre os jornalistas estão presentes nos acontecimentos, assim “notícias são o que as pessoas dizem, não o que as pessoas fazem”; dessa forma, uma característica linguística frequente é o uso de recursos estudados pela gramática tradicional como discurso direto, indireto e indireto livre (SOBHIE, 2007, p. 5).

Logo, nesse caso, o fato noticiado passou pelo filtro de uma agência de notícias (*site Terra*) que, teoricamente, deve se manter neutra ao noticiá-lo. No entanto, como analista de discurso, tenho de considerar a impossibilidade da neutralidade ideológica, uma vez que noticiar ou não um evento como esse já é uma escolha ideológica.

3.9.4 – Racismo no futebol: representação dos atores sociais

Primeiramente, apresento o terceiro texto a ser analisado (T3). Ele trata do racismo no futebol, uma área de atuação em que a ocorrência deveria inexistir, devido ao grande número de jogadores negros e mulatos. Entretanto, conforme mostra o texto, é palco de manifestações de racismo, de preconceito e de intolerância. Vejamos o texto.

Quadro 8 – Racismo no futebol

Racismo no futebol: a justiça entra em campo

Por Osvaldo Bertolino

Alguns momentos valem muito mais pelo símbolo que encerram do que por qualquer outra coisa. A exemplar prisão do jogador argentino Leandro Desábato por atitude racista contra o atacante Grafite, do São Paulo Futebol Clube, após o jogo com o Quilmes Athletic Club na noite de quarta-feira válido pela Taça Libertadores da América, tem extraordinária relevância. Mais do que os efeitos que o fato tem para quem sofreu a ofensa racista ou mesmo para o ofensor, ali, precisamente no momento da prisão, flagrou-se o retrato de um comportamento que resiste ferozmente a qualquer idéia de justiça e progresso social: o racismo.

De ontem para hoje, Desábato passou a segunda noite numa cadeia na cidade de São Paulo. Os advogados não conseguiram pagar a fiança a tempo e, por isso, o jogador continuou preso. O juiz Marco Aurélio Zilli arbitrou em R\$ 10 mil a fiança e o pagamento deveria ser feito em espécie até às 19 horas de ontem, quando terminou o horário de funcionamento do banco do Fórum localizado no bairro da Barra Funda. "É inadmissível que um atleta estrangeiro venha aqui e cometa um ato como esse", disse o delegado Osvaldo Gonçalves, conhecido como Nico, que prendeu o jogador argentino.

Desábato foi enquadrado no artigo 140 parágrafo terceiro do Código Penal, por injúria qualificada com agravante de preconceito racial — só o Ministério Público poderia detê-lo por racismo. Por isso, a Justiça pôde estabelecer uma fiança — se tivesse sido enquadrado pelo crime de racismo, o jogador não teria direito a fiança. O presidente da Confederação Sul-Americana de futebol (Conmebol), Nicolas Leoz, que visitou o Distrito Policial onde o jogador está preso, anunciou que vai abrir inquérito para apurar o caso e Desábato pode ser banido de competições sul-americanas.

Custódio (2005, p. 17), em artigo intitulado “O futebol brasileiro como instrumento para a inclusão social do negro: algumas considerações”, retoma a entrada do futebol no Brasil, no século XIX, quando o esporte era proibido para negros e para pardos, porque era esporte elitizado. A prática esportiva com o tempo popularizou-se, no entanto o negro ainda não era aceito como jogador em times oficiais. Para serem aceitos, até 1923, “usavam toucas a fim de camuflar os cabelos crespos e se maquiavam com pó-de-arroz para clarear a pele”.

O primeiro time nacional a aceitar negros como jogadores foi o Bangu, e o Vasco da Gama foi o primeiro a colocar um time misto etnicamente em campo, em 1923. Quando o Vasco da Gama ganhou o campeonato carioca com time miscigenado, foi criada uma cláusula nas normas do campeonato que proibia a presença de negros nos times. A diretoria do Vasco

resolveu, como forma de protesto, deixar a competição. Assim, a norma foi revista e os negros foram novamente aceitos no esporte.

Toda essa luta por inclusão no futebol não resultou na eliminação do preconceito, que ainda é bastante comum, embora seja o retrato de um imenso paradoxo, uma vez que os grandes nomes do futebol brasileiro são negros ou pardos. Ademais, o futebol é um esporte popular e mais da metade da população brasileira é negra ou parda.

Passo à análise de como os atores sociais são representados na notícia “Racismo no futebol: a justiça entra em campo”, T3. Na categoria **inclusão de atores sociais**, são incluídos os principais envolvidos no fato:

[64] ...o jogador argentino **Leandro Desábato**...

[65] ...o atacante **Grafite**, do São Paulo Futebol Clube...

[66] O juiz **Marco Aurélio Zilli**...

[67] ...o delegado **Oswaldo Gonçalves**, conhecido como Nico, que prendeu o jogador argentino.

[68] ...O presidente da Confederação Sul-Americana de futebol (Conmebol), **Nicolas Leoz**...

Como nos textos 1 e 2, são incluídos o agressor, a vítima e os representantes legais envolvidos no fato. Nesse caso, se há exclusões, elas não deixam marcas visíveis, o que, segundo van Leeuwen (1998) pode acontecer. Para desvelá-las, seria necessária uma análise comparativa de outros textos que noticiassem o mesmo fato.

Quanto à **distribuição de papéis**, atuando como agente:

[69] ...**Desábato** passou a segunda noite numa cadeia na cidade de São Paulo...

[70] ... o **jogador** (Desábato) continuou preso.

Em 69 e 70, o agente é o jogador Desábato, preso por injúria qualificada. Nos dois casos, o jogador é sujeito da voz ativa, embora as ações não sejam diretamente desempenhadas por ele; além de agente, ele é paciente das ações. Além disso, são agentes de ações verbais ainda:

[71] O **juiz Marco Aurélio Zilli** arbitrou em R\$ 10 mil a fiança...

[72] ...disse o **delegado Osvaldo Gonçalves**, conhecido como Nico, que prendeu o jogador argentino.

[73]...o **delegado Osvaldo Gonçalves** [...] que prendeu o jogador argentino.

[74] O **presidente da Confederação Sul-Americana de futebol** (Conmebol), Nicolas Leoz [...] anunciou que vai abrir inquérito...

Nos fragmentos 71 a 74, são expressas ações de terceiros envolvidos no fato ou chamados a emitir sua opinião. Como se pode ver, o agressor e a vítima têm papel secundário ou sequer aparecem como agentes. Há ainda três casos em que o agressor, **Desábato**, aparece como paciente de ações verbais:

[75] **Desábato** foi enquadrado no artigo 140 parágrafo terceiro do Código Penal...

[76] ...**Desábato** pode ser banido de competições sul-americanas.

[77] ...o **jogador (Desábato)** não teria direito a fiança.

Nos três casos, há ações que o agressor sofreu ou poderia sofrer em função de sua atitude contra o jogador Grafite, assim aparece como alvo de “ser enquadrado”, “ser banido”, “não ter direito”, sintagmas que se referem a ações relacionadas ao campo disciplinar ou legal.

O discurso legal auxilia a criação e a legitimação da estrutura social e é tão relevante que todas as notícias recorrem a representantes da lei de um modo ou de outro. No entanto, só o discurso não é suficiente, porque prevalece a ideia de que o racismo é normal, que não pode ser combatido porque faz parte da sociedade. Além disso, não podemos nos esquecer de que a lei foi criada por brancos para brancos.

Na categoria de **genericização** e **especificação**, constatee que não há casos de especificação (ocorre quando há uso de referência numérica) no trecho analisado. Quanto à **genericização**, temos os seguintes casos:

[78] **Os advogados** não conseguiram pagar a fiança a tempo...

[79] ...“É inadmissível que **um atleta estrangeiro** venha aqui e cometa um ato como esse”...

Nos dois casos, há uso de termos que não especificam, mas genericizam os elementos mencionados.

Na categoria da **nomeação**⁵⁴ e **categorização**, há exemplos de categorização (indivíduos identificados em termos da função que exercem), temos o fragmento 78 (os advogados) e também:

[80] ...o **jogador** continuou preso...

No excerto 80, o agressor Desábato é referido pela atividade que exerce, o que é, ao mesmo tempo, um caso de **categorização** e de **funcionalização**.

Em síntese, o T3 é um texto mais curto, apresenta uma estrutura semelhante ao T2, é mais objetivo e apresenta a predominância de discurso indireto. Há nele um ponto que o diferencia dos demais, que é o apagamento da figura da vítima, que é apenas mencionada no texto.

3.10. Notícias e representação de atores sociais

Para concluir essa análise, seguirei uma sugestão de Fairclough (1995, p. 5). Ao tratar a relação entre mídia e linguagem para estabelecer representações, identidades e relações, sugere três questões para serem analisadas:

- a) Como as palavras, eventos, relações etc. são representadas?
- b) Que identidades são envolvidas (incluídas nos termos de van Leeuwen) na história narrada (repórteres, espectadores, terceiros chamados a dar sua opinião)?
- c) Que relações são estabelecidas entre os envolvidos?

As escolhas vocabulares são representativas dos pontos de vista expressos nos textos, isso fica claro quando observamos que todos eles apresentam o termo racismo no título:

Quadro 9 – Comparativo dos títulos das notícias

T1 – **Racismo** no trabalho;

T2 – RJ: administrador de hospital é preso por **racismo**; e

T3 – **Racismo** no futebol: a justiça entra em campo.

⁵⁴ Há casos de nomeação e de identificação, listados nos exemplos 64 a 68.

No entanto, é importante notar que o termo aparece topicalizado apenas em T1 e T3; em T2, o primeiro termo é o local do fato (RJ) e não o fato em si. Essa escolha é denotadora da importância que se quer atribuir ao fato.

Com relação ao vocabulário, em T1, chamam a atenção o uso de termos mais contundentes. Na manchete secundária, aparecem os termos: “macaco”, “urubu”, “peregrinação” e “denunciar”. No caso, os termos usados para ofender o funcionário não são atenuados, mas colocados explicitamente para chocar o leitor e para retratar a realidade de modo incontestável.

Fairclough (1995, p. 27) chama a atenção para a escolha vocabular nos processos de categorização. Não podemos deixar de lado o fato de, ao usar termos como “macaco” e “urubu” para fazer referência ao negro, o sujeito está lhe atribuindo caráter não humano e, se ele não é humano, não precisa ser visto, tratado, respeitado como humano.

Essa ideia não é nova, uma vez que justificou a escravização do negro durante séculos. Assim, o negro é primitivo como o macaco, que, embora primata como os humanos, não alcançou o mesmo nível de desenvolvimento intelectual. E é também como o urubu, um animal negro, de mau agouro, que vive dos restos dos outros. Como já tratado detalhadamente no capítulo 2, a cor negra está, em muitas culturas, associada ao mal, ao pecado, primitivismo. Ou conforme Fanon (1980, p. 173), “O pecado é preto como a virtude é branca”. Assim, a escolha dos vocábulos “negro” e “urubu” não é gratuita; ao contrário é feita com a intenção de ofender, de humilhar e de deixar clara uma postura de exclusão. Ela reflete um discurso, uma prática social e um modo de ver e de representar o mundo.

Há ainda, na manchete secundária do T1, o uso do termo “peregrinação”. Segundo a ABL (2008, p. 974), peregrinação é “uma viagem por lugares longínquos” ou “viagem, em romaria, a lugares santos”. O termo é utilizado para representar o percurso que o funcionário teve de fazer para ter atendida sua denúncia. Logo, para o negro ser ouvido e atendido em caso de crime de racismo, ele precisa passar por um caminho tão longo e árduo que, muitas vezes, é mais fácil desistir. Assim, toda a estrutura do sistema não facilita a punição; ao contrário, ela dificulta.

O texto usa ainda os termos “agressor” e “vítima” para deixar claros os papéis de cada sujeito no texto. O agressor é caracterizado como: “indivíduo” e pela alcunha “Careca”. Em outros trechos, são destacadas as ações do agressor:

(81) ...nunca o chamava pelo nome, mas por termos racistas tais como: macaco e urubu...

(82)... (dispensa) tratamento impróprio (ao funcionário)...

(83)...tirou do bolso um revólver calibre 38 , dizendo que o próprio mataria se fosse o caso.

Como se pode perceber, o encarregado é representado como homem racista; agressivo; violento, já que andava armado; mostra-se mal preparado para desempenhar sua função, posto que dispensava tratamento impróprio aos funcionários. Com relação à “vítima”, o funcionário é caracterizado como:

(84) Cansado de ser constantemente ofendido por seu encarregado...

(85)...resolveu ir atrás de seus direitos e por um fim nesta história...

(86) Desapontado Edson (com a justiça)...

(87)...depois de ser humilhado pelo encarregado...

(88) Edson passou mal [...] e ficou sem condições de retornar ao trabalho.

Edson, a vítima, é representado com homem ofendido, humilhado, ao ponto de sofrer fisicamente, mas persistente, uma vez que não se deixou abater pelas dificuldades de sua peregrinação. Além disso, como agressor, aparece ao lado do encarregado, o dono da empresa, que, ao receber a reclamação da vítima, “ao invés de tomar as devidas providências, deu gargalhadas”.

Ao pensar as relações estabelecidas, constato conflito entre agressores e vítima. Ele se estabelece e se mantém em função do poder que o encarregado detém, em função do cargo que ocupa e que usa para ofender e humilhar o funcionário, com anuência do dono da empresa.

Essa relação conflituosa e violenta gera estresse, nervosismo, alterações de saúde na vítima, o que a coisifica e a desumaniza, pois, segundo Fanon (1980, p. 250)

Um homem não é humano senão na medida que quer impor-se a um outro homem, a fim de se fazer reconhecer por ele. (...) É deste outro, é do reconhecimento por este outro que dependem o seu valor e a sua realidade humanos. É neste outro que se condensa o sentido de sua vida.

Quanto às identidades estabelecidas pelo T1, temos duas que se destacam e se opõem: a identidade de agressor e a de vítima.

Quadro 10 – Atores sociais do T1

Identidade	Representação
De agressor	É marcada pelos aspectos que caracterizam os sujeitos (encarregado e pelo dono da empresa) como: homem, branco, agressivo, violento, desumano, despótico, racista.
De vítima	Caracterizada como: homem, negro, ofendido, humilhado, desqualificado, nervoso; mas também persistente.

Ao pesquisar as identidades de operários de classes baixas em contextos variados, Dubar (2006, p. 47) chega a uma espécie de classificação que me parece relevante para se pensar as identidades dos negros. São elas: contestatório, integrado e resignado. O **contestatório** atua em militâncias e em organizações que buscam mudanças ou revoluções, é a minoria e, geralmente, jovem. O **integrado** busca se adequar ao grupo dominante, quer aceitação e ascensão, tendo como objetivo que seus descendentes pertençam à classe dominante. O grupo dos **resignados** se caracteriza pelo medo da exclusão ou da marginalização, é carente da aceitação do grupo dominante e do familiar. Acredito que o funcionário do texto analisado seja um caso de identidade contestatória (ameno), mas não poderia ser visto como integrado ou resignado.

As identidades⁵⁵ de agressor e de vítima interagem em relações assimétricas, marcadas pelas funções que os sujeitos desempenham no ambiente em que trabalham (chefe e subordinado). Entretanto, as relações extrapolam o âmbito laboral e ganham o pessoal, sendo marcadas pelo abuso de poder do encarregado, que, por exemplo, chama o funcionário de “negão”, um tratamento impróprio para o ambiente de trabalho.

No T2 – **RJ: administrador de hospital é preso por racismo** – os vocábulos usados demonstram maior tentativa de neutralidade do produtor do texto, pois não são tão contundentes quanto os usados no T1. Novamente se estabelece relação de oposição entre quem pratica e quem sofre o ato de racismo. No entanto, eles agora são representados como:

- a) Quem pratica ato de racismo: administrador, Aníbal.

⁵⁵ As identidades serão melhor detalhadas no capítulo 4.

b) Quem sofre ato de racismo: estudante, Elisa, paciente.

Como se pode ver, não aparece oposição entre agressor e vítima, mas entre duas pessoas, caracterizadas por seus nomes ou por funções que exercem. Com relação aos eventos em que eles se envolvem, o administrador aparece em:

- (89) O administrador do Hospital Estadual Pedro II [...] foi preso em flagrante na tarde de ontem por crime de racismo.
- (90) Anibal teria ofendido com expressões racistas a estudante...
- (91) .. (a administrador) expulsou-a (a estudante) da unidade...
- (92) Anibal teria dito a frase: "Negrinha, aqui você não entra.
- (93)...ele repetiu a expressão várias vezes, chegando até a chamá-la de "negra safada".
- (94) ...o administrador acabou se envolvendo na discussão...
- (95) O administrador admitiu que discutiu com a paciente, mas negou que tenha ofendido a estudante.”

O administrador é responsável pela maior parte dos eventos relatados no texto, desencadeando as ações. É relevante mencionar que, nesse caso, aparece o uso do futuro do pretérito em duas construções. Em “teria ofendido” e “teria dito”, o autor não afirma categoricamente as ações, colocando-as de modo hipotético. A escolha do modo verbal contribui para desacreditar as ações noticiadas, que passam a ser narradas como possibilidades e não como fatos.

Como no T1, ocorre reprodução literal das ofensas proferidas pelo administrador: “Negrinha, aqui você não entra” e “negra safada”. No primeiro caso, ocorre diminutivo como modo de ofensa e de diminuir a pessoa que é seu alvo: “negrinha”. No segundo caso, o uso de “negra safada” explicita o preconceito, pois o administrador qualifica a estudante com adjetivo que, em nosso contexto cultural, apresenta carga semântica negativa. Safado é definido como cínico, desavergonhado, devasso e obsceno (ABL, 2008, p. 1153).

Já a estudante, é responsável ou envolve-se diretamente na menor parte dos eventos. O mais importante deles é “reclamar”, fato que desencadeia a ação racista do administrador.

- (96) Elisa de Olinda da Silva, 24, que reclamava da demora no atendimento da unidade...
- (97) ...a estudante tinha começado a reclamar com outro funcionário do hospital...

(98) Elisa [...] foi direto para a delegacia prestar queixa.

Com relação às identidades, continua havendo oposição entre aquele que agride e aquela que é agredida. Assim,

Quadro 11 – Atores sociais do T2

Quadro	
Identidade	Representação
De agressor	homem, branco, agressivo, exaltado, racista
De vítima	mulher, negra, ofendida.

A relação que se estabelece entre as identidades é assimétrica, porque, em nosso contexto cultural, homens costumam se sentir e ser considerados superiores às mulheres; além disso, a função de administrador do hospital dá autoridade ao seu ocupante naquele ambiente. Tanto que ele se sente no direito de expulsar a estudante e de lhe negar entrada no hospital.

É importante ressaltar que, mesmo havendo assimetria, a estudante não é tratada como vítima. No entanto, o tratamento a ela dispensado pelo administrador (principalmente, os termos usados para desqualificá-la) é revelador, já que, por meio da linguagem, os significados são constituídos, assim como significamos e somos significados. Nessa relação, nossa identidade é formada “à medida que começamos a nos ver através dos olhos dos outros” (FERREIRA JÚNIOR, 2005, p. 60).

Comparando o T1 ao T2, vemos que o primeiro texto faz uso de representações sociais naturalizadas pelo discurso hegemônico branco, amparando-se em símbolos construídos de modo coletivo e compartilhados pela sociedade (JOVCHELOVITCH, 2003, p. 66), quais sejam: branco dominador e negro dominado, ou nos termos do próprio texto: branco agressor e negro vítima.

Essa relação de representações se estabelece principalmente por meio da linguagem (T1 – negro é urubu e macaco e T2 – negra safada, negrinha), que, de acordo com Farr (2003, p. 41), é, nas sociedades modernas, “provavelmente a (quase) única fonte de representação social”.

No T3, as escolhas vocabulares denotam o ponto de vista do autor do texto: contra a atitude racista do jogador de futebol. Essas escolhas ficam claras no título, ao usar a palavra

“justiça” em oposição a “racismo”, o autor constrói um binômio: racismo no futebol X justiça em campo.

É marcante o uso da palavra “exemplar”, no trecho “A exemplar prisão do jogador argentino Leandro Desábato”. Ao usar o adjetivo, o autor deixa marcado seu posicionamento frente ao fato noticiado. Essa postura é reforçada pelo uso de “A exemplar prisão do jogador argentino Leandro Desábato [...] tem extraordinária relevância”. Além disso, qualifica o racismo como “ato que resiste ferozmente a qualquer ideia de justiça e de progresso”, opondo o racismo à justiça e ao progresso. Vemos, portanto, pelas escolhas vocabulares, que o autor deixa bem marcada sua posição.

Nesse texto, aquele que pratica o ato racista é tratado como “ofensor”, em oposição a “**quem sofreu a ofensa racista**”. Novamente, não se estabelece a relação entre agressor e vítima, mas entre “ofensor” e “ofendido”.

Com relação ao ofensor, são usados termos e expressões como “atitude racista”, “atleta estrangeiro”, “jogador argentino”, “enquadrado”. É relevante considerar que esse fato acontece em um contexto marcado por relações conflitantes: a eterna rivalidade entre Brasil e Argentina no futebol. É fato conhecido que os dois Países alimentam essa rivalidade e, talvez, ela tenha sido a motivadora do ato racista e da atitude exemplar da justiça com relação ao jogador.

Levanto essa hipótese porque, nos dois outros casos, noticiados no T1 e no T2, a justiça não agiu com tanta veemência na punição dos agressores. Meu ponto de vista é corroborado pela declaração do Delegado que prendeu o jogador “É inadmissível que um atleta estrangeiro venha aqui e cometa um ato como esse”. Parece-me que a declaração do delegado sugere que o fato é menos aceitável por ter sido praticado por um estrangeiro (argentino).

Daí surgem outros questionamentos: se fosse um jogador brasileiro, ele não precisaria ser punido? A punição foi pelo ato racista ou por ele ter sido praticado por um jogador argentino?

Pensando nas identidades do T3, as representações voltam-se para a pessoa do ofensor e nada é mencionado sobre o jogador que sofre a ofensa. Assim,

Quadro 12 – Atores sociais do T3

Quadro	
Identidade	Representação
De agressor	Homem, branco, jogador de futebol, argentino, estrangeiro, racista.
De vítima	É apagada.

As relações estabelecidas entre as identidades acontecem entre o jogador ofensor e o povo brasileiro ofendido (na figura do jogador Grafite). E nada é mencionado sobre a relação entre os jogadores, nem mesmo a forma como aconteceu a agressão, uma vez que o texto é lacônico nesse ponto: “A exemplar prisão do jogador argentino Leandro Desábato por **atitude racista** contra o atacante Grafite, do São Paulo Futebol Clube...”.

Enquanto T1 e T2 mencionam claramente a forma como se configurou a agressão, T3 cita apenas “atitude racista” que pouco ou nada diz sobre o que realmente aconteceu. A meu ver, ocorre, no âmbito das representações sociais, a reprodução de uma percepção retida na memória do brasileiro com relação ao argentino, conforme sugere Minayo (2003, p. 89). Essa percepção armazenada serve como forma de expressar a indignação de todos frente ao comportamento do argentino e da justificativa para a punição exemplar.

Comparando os três textos, fica claro que o racismo é uma prática social recorrente no Brasil, que não é fácil denunciar e que, na maior parte dos casos, os agressores são punidos (quando são) por outros crimes ou contravenções e não por racismo:

(99) Ele procurou na quarta-feira (22 de setembro) a 69ª delegacia que recusou-se a abrir o B.O, limitando-se a solicitar o comparecimento do agressor e da vítima...” (T1).

(100) Por recusa do delegado de plantão, Carlos José de Oliveira Zanuto, o Boletim de Ocorrência não foi lavrado como racismo e sim como injúria qualificada” (T1).

(101) Desábato foi enquadrado no artigo 140 parágrafo terceiro do Código Penal, por injúria qualificada com agravante de preconceito racial — só o Ministério Público poderia detê-lo por racismo” (T3).

Mais difícil que sofrer o crime de racismo é conseguir que alguém seja punido por crime de racismo.

Com relação à credibilidade de textos jornalísticos, Zanchetta Junior (2004, p. 12) lista critérios utilizados pelos meios de comunicação para angariar a credibilidade dos leitores:

- a) utilização de estratégias que conferem objetividade às informações;
- b) abrangência, atualidade, dinamismo e atenção diante de um universo amplo de questões sociais;
- c) simultaneidade, sugerindo que o veículo dispõe das informações possíveis acerca dos fatos;
- d) imparcialidade para aparentar distanciamento, observando e dando espaço aos diversos agentes e ângulos que interferem em determinado fato;
- e) concretude na seleção de elementos para compor as notícias, mostrando-se “desapaixonado” e ancorando-se em dados e aspectos visíveis, concretos e de algum modo observáveis;
- f) apuro na linguagem de acordo com a noção de que a expressão em linguagem padrão é prova de correção da mensagem.

De algum modo, os textos 1 e 3 desobedecem a algum(ns) dos critérios. Vejamos: eles pecam na objetividade e na imparcialidade, pois noticiam os fatos de modo apaixonado e parcial, apresentando apenas um lado da questão. O texto 1 não atende ainda ao critério “f”, uma vez que contem vários desvios da norma-padrão (que não foram e nem serão analisados porque esse não é o foco da pesquisa). O texto 2 é mais objetivo; dá voz aos dois envolvidos no fato; é também mais imparcial na construção dos fatos; além de cuidar da correção com a linguagem.

De modo geral, os textos exemplificam preconceitos. São discursos que refletem práticas sociais negadas em nossa sociedade, que insiste em se afirmar como não preconceituosa e não racista. Entretanto, o fato de encontrarmos notícias como essas desmentem essa falácia secularmente construída, pois pertencemos a um País que não sabe lidar com as diferenças étnico-raciais.

Os atores sociais representados nos textos são os indispensáveis aos fatos noticiados. Além disso, com exceção do T1, os textos pouco apresentam a voz dos atores sociais envolvidos no evento. São quase sempre reprodução dos fatos pela voz teoricamente parcial do jornalista que os relata. No entanto, sei que essa neutralidade é aparente e que as vozes são silenciadas para não dar andamento ao tema, porque ele não é considerado relevante. De outro

ângulo, não posso esquecer que a elite branca controla a mídia, o que interfere na forma como os textos são publicados e até mesmo no que é publicado.

Um dos fatores que chama a atenção para a construção da desigualdade no Brasil diz respeito ao lugar social do negro: margem, favela, pobreza, subemprego são algumas das heranças históricas. Tudo consequência de um longo período de escravidão seguido de uma libertação burocratizada que atendeu aos anseios da elite e apagou o grupo negro do processo.

Pensando no aspecto legal do racismo e da discriminação, Santos (2005, p. 17) propõe que muito mais que regras punitivas de natureza penal, é preciso buscar compromissos do Governo e da sociedade que alimentem a consciência do racismo e as formas para combatê-lo com políticas que lhe dêem visibilidade. Santos (2005, p. 17) cita Martin Luther King que afirmou que “a lei não pode fazer com que a pessoa me ame, mas pode fazer com que não me elimine”.

Ao pensar no racismo no Brasil, devemos considerá-lo em um contexto social e legal. O discurso legal prega a igualdade entre os cidadãos. Além disso, o Brasil, no artigo 1º da Constituição Federal de 1988, afirma-se como Estado Democrático de Direito, o que pressupõe diretrizes e princípios orientadores do ordenamento jurídico e implica garantir direitos e igualdade, que possibilitem o exercício da cidadania. No entanto, para entender e ampliar essa discussão, é necessário relativizar o conceito de igualdade, pois, em alguns casos, ela inclui a aceitação da diferença. Nesse sentido, Habermas (apud SANTOS, 2005, p. 28) afirma que

uma teoria dos direitos, se entendida de forma correta, jamais fecha os olhos para as diferenças culturais (...) uma teoria dos direitos entendida de maneira correta vem exigir exatamente a política de reconhecimento que preserva a integridade do indivíduo.

Por tudo isso, é importante pensar o modo como essas representações são construídas pelo e no discurso. Ou conforme Pedro (1998a, p. 293), a vertente crítica, ao ultrapassar a descrição das estruturas linguísticas, explicita e interpreta as escolhas contextualizadas não apenas de natureza linguística, “mas de cariz social, político, cultural e ideológico e explicitam quer as representações ideacionais dos produtores textuais, quer as relações e as identidades de produtores e consumidores textuais”. Assim, as escolhas textuais são estratégias ideológicas que revelam um posicionamento frente aos interlocutores.

3.11. Voltando ao princípio

Esse percurso pela ADC, pelas representações sociais e pela análise das notícias sobre racismo foi realizado para responder a um questionamento: “**Como são representados os atores sociais em notícias sobre racismo no Brasil?**”

Após o exame dos textos, pude perceber que as categorias propostas por van Leeuwen (1998) levam a detectar atores sociais colocados em situação de oposição. Nela, os agentes das ações de racismo são caracterizados como agressores e os pacientes como vítimas. Normalmente, os demais envolvidos são mencionados de modo genérico ou apagados da ação, que se restringe a agressor, vítima e agentes da lei.

Percebi ainda que o ponto de vista central do texto muda de acordo com o meio em que ele é publicado, podendo se deslocar para a pessoa do agredido ou manter-se parcialmente neutro. Em nenhum dos exemplos, o ponto de vista do agressor foi o principal. É relevante mencionar que o texto 1 – publicado em *site* que milita em favor da causa negra – foi o que mais acentuadamente se voltou para a pessoa agredida, deixando claro seu posicionamento de defesa da vítima. No texto 3 – **Racismo no futebol: a justiça entra em campo** –, a vítima é apenas mencionada, e o agressor é o tema da notícia. Fato que serve para acentuar a rivalidade entre Brasil e Argentina no futebol.

Por fim, as representações variam, mas servem ao objetivo dessa pesquisa: mostrar a existência de racismo no Brasil. Como se pode perceber, nos mais variados contextos, o racismo é uma prática discursiva e social existente em nossa sociedade e que precisa ser mostrada para que o Brasil assuma seu preconceito e possa começar a evitá-lo.

Para concluir, um texto de Solano Trindade⁵⁶, poeta, pintor, teatrólogo, ator e folclorista, nascido em 1908, em Pernambuco. Era filho de um mestiço, sapateiro e de uma quituteira. Solano Trindade foi o poeta da resistência negra por excelência.

⁵⁶ Disponível em www.palmares.gov.br em 13 de janeiro de 2009.

Sou Negro

À Dione Silva

Sou Negro
meus avós foram queimados
pelo sol da África
minh'alma recebeu o batismo dos tambores atabaques, gonguês e agogôs.

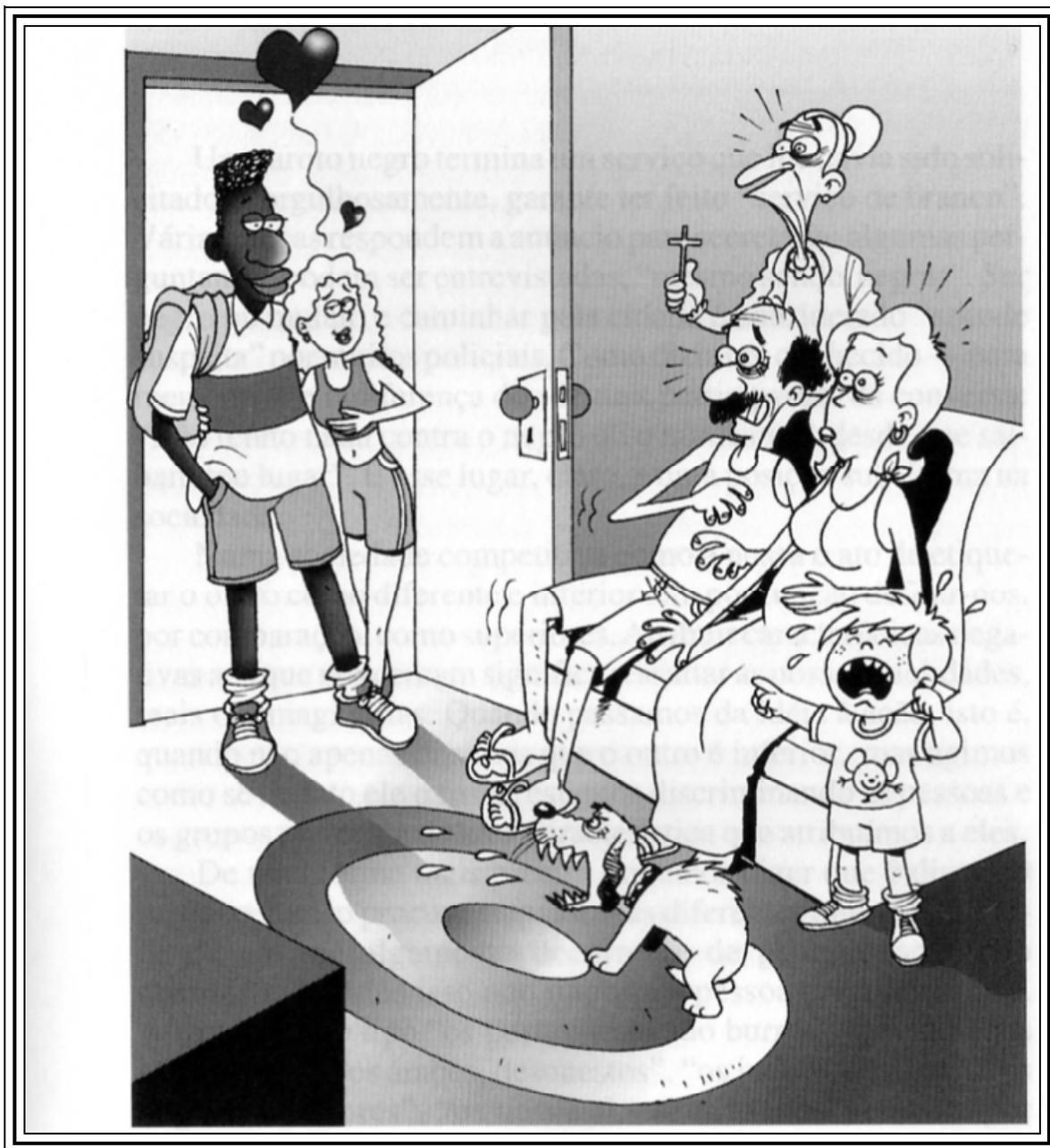
Contaram-me que meus avós
vieram de Loanda
como mercadoria de baixo preço
plantaram cana pro senhor do engenho novo
e fundaram o primeiro Maracatu.

Depois meu avô brigou como um danado
nas terras de Zumbi
Era valente como quê
Na capoeira ou na faca
escreveu não leu
o pau comeu
Não foi um pai João
humilde e manso.

Mesmo vovó
não foi de brincadeira
Na guerra dos Malês
ela se destacou.

Na minh'alma ficou
o samba
o batuque
o bamboleio
e o desejo de libertação.

IDENTIDADES: PRIMEIRAS PALAVRAS



Fonte: PINSKY, Jayme (Org.). **12 faces do preconceito**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 19.

Esta pesquisa objetiva analisar discursos para verificar o modo como eles silenciam sobre o racismo no contexto brasileiro, verificar a constituição de identidades e as ideologias relacionadas ao discurso étnico-racial no Brasil.

Para esta seção, utilizo os trabalhos de Hall (2006), Woodward (2000), Bauman (2005), Oliveira (2006), Sovik (2005), Gracia (2004), Ware (2004), Steyn (2004), Roediger (2004), Jacobson (2004), Chávez (2002), De La Torre (2002), Ferreira (2002), Silva (2000), Santos (2000) e outros.

A teoria será aplicada no estudo de uma questão que norteará a análise de identidades étnico-raciais. O *corpus* analisado é composto de 100 respostas coletadas no centro comercial Venâncio 2000, localizado no Setor Comercial Sul (SCS) DF. Compunham o questionário dados pessoais: idade, sexo, escolaridade, ocupação profissional, religião e local onde mora. Além de uma questão: “1. **Como você se classifica quanto a sua cor (etnia ou raça)?**”

4.1. Identidades étnico-raciais

Para refletir sobre como as identidades étnico-raciais são construídas no Brasil, é importante considerar que esse conceito ganha relevância em um momento histórico e social de “desenraizamento das antigas matrizes de sentido”, de fim dos grandes movimentos ideológicos (marxismo, socialismo etc.), de fragmentação de valores e de dispersão das referências da vida cotidiana (LE BRETON, 2004, p. 15).

Coracini (2003, p. 13) acredita que estudar as identidades é importante no momento em que vivemos, quando questionamentos e problematizações dos conceitos (aparentemente) estabelecidos e justificados acontecem em todas as áreas de conhecimento. Já Bauman (2009, p. 178) afirma que as identidades são agora o prisma por meio do qual outros aspectos tópicos da vida contemporânea são localizados, agarrados e examinados.

Pensando no interesse pelo estudo das identidades, De La Torre (2002, p. 29) atribui sua importância à necessidade humana de saber quem somos, como somos, de onde viemos, para onde vamos e a que grupos pertencemos. As identidades oferecem sentimento de pertença, são elemento regulador de nossos comportamentos “na medida em que motivações,

sentimentos, valores, conceitos e atitudes devem se expressar em atuações congruentes” com nossas identidades.

A análise das identidades é, então, uma forma de expressar os múltiplos e complexos processos sociais que ocorrem nas sociedades, assim como uma tentativa de organizar os atores sociais que surgiram dos novos paradigmas políticos e econômicos; é também a necessidade de nova relação “indivíduo-coletivo-nação” que explique essa interconexão e ofereça soluções possíveis para a existência social de todos os povos (CHÁVEZ 2002, p. 44). Esses aspectos geram a exigência de refletir sobre o conceito de identidade e sobre sua realização na prática discursiva e social.

De La Torre (2002, p.26) acredita ainda que o interesse pelo estudo e pelo entendimento das identidades, bem como a importância que adquiriu na modernidade não são frutos de uma necessidade cognitiva (fazer e conhecer nosso lugar no mundo) e prática (necessidades econômicas, sociais e políticas); ao contrário, é necessidade existencial, comprovada pelos processos de repressão, de manipulação e de troca súbita ou de desestruturação intencional das identidades. Acredita, além disso, que o debate sobre as identidades relaciona-se ao estudo de seus processos de formação, à influência de instituições sociais sobre essa formação, à instauração e à manutenção de práticas sociais que contribuem para a crença e para a manutenção de sentimentos de pertença a um grupo social.

As identidades atuais, segundo Bauman (2005), pertencem à época “líquido-moderna” e são parte de um processo que comporta identificação e pertencimento. O autor alerta que esses processos não são sólidos como rochas, nem garantidos para toda a vida, uma vez que são negociáveis e reversíveis. Em uma série de escolhas, o sujeito precisa agir com determinação e manter-se firme para afirmar suas identidades e seu pertencimento. No entanto, em muitos casos, apesar da firmeza, o indivíduo sente-se deslocado em parte ou totalmente, o que é uma experiência desconfortável e perturbadora, porque as identidades “flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às segundas” (BAUMAN, 2005, p. 19).

Além disso, Bauman (2005, p. 26) caracteriza as identidades como frágeis, provisórias, como tarefa incompleta, um estímulo, um dever e um ímpeto à ação; elas são resultantes de ideias humanas, de fatos da vida. Assim,

A ideia de “identidade” nasceu da crise do pertencimento e do esforço que esta desencadeou no sentido de transpor a brecha entre o “deve” e o “é” e ergue a

realidade ao nível dos padrões estabelecidos pela ideia – recria a realidade à semelhança da ideia.

Alerta ainda que uma suposta identidade coesa, “firmemente fixada e solidamente construída seria um fardo, uma repressão, uma limitação da liberdade de escolha. Seria um presságio da incapacidade de destravar a porta quando a nova oportunidade estiver batendo” (BAUMAN, 2005, p. 60). Ao contrário, a identidade é “inescapavelmente ambígua” (ibid., p. 82), é constituída de “luta simultânea contra a dissolução e a fragmentação; uma intenção de devorar e ao mesmo tempo uma recusa resoluta a ser devorado” (ibid., p. 84).

O pertencimento, um conceito atrelado ao de identidades, é alimentado constantemente pela prática da exclusão; ele integra os sujeitos ao mesmo tempo em que impõe e policia a fronteira entre “Nós” e “Eles”. Enquanto isso, o “identificar-se com” é dar abrigo a um destino desconhecido que não se pode influenciar, nem controlar (BAUMAN 2005, p. 28). Por isso, Bauman (2005) afirma que é mais prudente portar identidades, que são como um manto leve e pronto a ser despido a qualquer momento. Isso porque o pertencimento investido em grupos como família, classe, vizinhança e outros, já não desperta a mesma confiança, “não aplaca o medo da solidão e do abandono”.

Bauman (2005, p. 44) assevera, além disso, que a identificação é fator poderoso na estratificação, uma de suas dimensões mais divisivas e fortemente diferenciadoras. Em um dos polos da hierarquia global estão aqueles que constituem e desarticulam as suas identidades mais ou menos à própria vontade, escolhendo-as no leque de ofertas extraordinariamente amplo e de abrangência planetária. No outro polo, abarrotam-se aqueles que tiveram negado o acesso à escolha da identidade, que não têm direito a manifestar suas preferências, que são oprimidos por identidades aplicadas e impostas – identidades de que eles próprios se ressentem, mas não têm permissão de abandonar nem das quais conseguem se livrar. Identidades que estereotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam.

Ao tratar das identidades na pós-modernidade, Hall (2006) afirma que a identidade do sujeito pós-moderno é uma “celebração móvel”, formada e transformada em relação às maneiras pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. Falar da “celebração móvel” e das formas pelas quais somos representados é trazer à tona o jogo político na questão da identidade. Toda identidade é arquitetada em prol de interesses socioeconômicos e políticos poderosos, e a mídia tem papel central nesse processo, posto que as identidades sociais construídas pela mídia assumem grande importância, pois

condicionam e refletem a forma como os membros da sociedade categorizam os sujeitos e como a sociedade em si é reproduzida ou modificada.

Nesse primeiro momento, vimos que as identidades, na atualidade, são um conceito fundamental, mas estão envoltas em inconclusões, uma vez que pensá-las é trabalhar com multiplicidade de lugares sociais, sua interface e sua efemeridade. Nesse contexto, as classificações binárias perdem lugar em função da multiplicidade de experiências que perpassa a cultura contemporânea.

Vejamos, então, alguns aspectos do conceito de identidades para entender a construção identitária étnico-racial no contexto do Brasil do século XXI.

4.2 Identidade: identificação e diferença

Para muitos estudiosos, o conceito de identidades transita entre a identificação e a diferença, por isso considero relevante iniciar por esse ponto. Silva (2000, p. 74) entende a identidade como conceito que se estabelece por meio de diferenças e de conceitos socioculturalmente construídos por atos de linguagem. Hall (2006, p. 330) acrescenta que “a diferença, sabemos, é essencial ao significado, e o significado é crucial à cultura”.

Hall (2006, p. 85), ampliando esse ponto de vista, afirma que “cada identidade é radicalmente insuficiente em termos de seus ‘outros’”. E que as identidades atuais são perpassadas pelos efeitos de fenômenos como o pós-colonialismo e a diáspora por que passam as culturas mundiais. Nesse sentido, acentua que a forma como a diferença é vivenciada nas sociedades colonizadas, como o Brasil, é decisivamente distinta daquela que teria se essas culturas tivessem se desenvolvido isoladamente.

Pensando na diferença como formadora das identidades, De La Torre (2002, p.27) ressalta que ela não é apenas a suposição de que o indivíduo é ele e não outro, mas a consciência de ser ele mesmo. Então, o conceito alia-se com igualdade e com diferença, com a possibilidade de identificar-se ou não (não em relação binária, mas múltipla, já que o sujeito porta identidades e não apenas uma identidade). A identidade se constrói por meio de processo contrastivo, dialético ou dialógico, relacional e discursivo, em que nasce não das diferenças, mas da consciência sobre as diferenças (OLIVEIRA, 2006, p. 87).

Wodak (1998, p. 379) trata dos “discursos das diferenças”,⁵⁷, que são constituidores de práticas racistas por estabelecer práticas sociais, políticas e econômicas que privam grupos de recursos materiais e simbólicos, tornando-se uma forma de exclusão. A autora assevera que é necessário entender em que aspectos os “discursos das diferenças” distingue-se do racismo. Aponta, apoiando-se nas ideias de Taquieff (1992), que o racismo é

uma ideologia, cujo cerne consiste na afirmação de uma desigualdade fundamentada nas diferenças naturais entre grupos (raças). Um conceito em que estão implícitas práticas de exclusão, discriminação, perseguição e aniquilamento e que é precedido, e acompanhado, por formas de ódio e de desdém (WODAK, 1998, p. 380).

O racismo, ainda segundo a autora, pode ser de três tipos:

- a) **racismo ideológico**: conjunto estruturado de representações e pontos de vista;
- b) **racismo baseado em preconceitos**: esfera de opiniões, atitudes e crenças;
- c) **racismo de comportamento**: uso de práticas de discriminação, perseguição e aniquilamento.

Já os alvos do racismo podem ser estigmatizados por vários fatores, como:

- traços físicos reais ou atribuídos;
- traços espirituais ou culturais adquiridos sócio-historicamente;
- traços sociais;
- traços econômico-sociais, como pertencer a grupo próspero ou não;
- traços políticos que integram ou excluem o grupo ao sistema de poder;
- religião;
- nacionalidade, no sentido de integração a grupo étnico específico; e nacionalidade, no sentido de pertencer a determinado país (WODAK, 1998, p. 381).

Assim, os “discursos das diferenças” estabelecem distinção entre dois grupos – “Nós” e os “Outros” – com base em uma seleção de traços específicos atribuídos a um grupo.

De outro ponto de vista, Chávez (2002, p. 48) acredita que as identidades se constroem, se fortalecem com base no sentimento de pertença a determinado grupo, e se

⁵⁷ Ideia inicialmente desenvolvida por Stuart Hall (1989).

realizam pela comparação e pela oposição a outro(s) grupo(s). Nesse processo de construção, entram em jogo as referências sociais positivas e negativas geradas pela identificação. Logo,

perguntar ‘quem você é’ só faz sentido se você acredita que possa ser outra coisa além de você mesmo; só se você tem uma escolha, e só se o que você escolhe depende de você; ou seja, só se você tem de fazer alguma coisa para que a escolha seja ‘real’ e se sustente (BAUMAN, 2005, p. 25)⁵⁸.

Diferenças coletivas ou grupais são, de acordo com Pierucci (1999, p. 105), componentes inevitáveis das sociedades humanas, resultantes de um processo de estratificação que é dúplice, posto que alia diferenciação e avaliação, “Porquanto não há diferença, nos quadros culturais de qualquer sociedade, que não esteja sendo operada como *valor*, como *diferença de valor*⁵⁹”. Além disso, ressalta que

Diferenças coletivas, traços distintivos reais ou inventados, herdados ou adquiridos, genéticos ou ambientais, naturais ou construídos, partilhados vitalícia ou temporariamente por determinados indivíduos com outros determinados indivíduos, comuns a eles, mas não a todos os humanos, grupos de pertença ao longo de linhas demarcatórias de raça e cor, etnia e procedência [...] linhas que sempre falam de superioridade e inferioridade, de inclusão e de exclusão, algumas delas fortes, sublinhadas, outras tênues, quem dera invisíveis, atributos que quase sempre se acham fora do controle dos próprios indivíduos por eles identificados, mais ainda, cujo significado positivo ou negativo também escapa do controle individual apesar do eventual empenho em afastar a valoração negativa aderida ao traço coletivamente partilhado, marca sensível, o mais das vezes visível, de uma *diferença significativa*⁶⁰ (PIERUCCI, 1999, p. 104-105).

Ademais, para Pierucci (1999, p. 106), a diferença convive com um dilema: mostrar-se ou esconder-se. E esse dilema pode levar a duas posições aparentemente antagônicas: tratar as pessoas diferentemente e enfatizar suas diferenças, o que pode estigmatizá-las (e excluí-las em matéria de emprego, educação, benefícios e outras oportunidades na sociedade); do mesmo modo que tratar de modo igual os diferentes pode nos deixar insensíveis às suas diferenças, e isso uma vez mais termina por estigmatizá-los e barrá-los socialmente em um mundo que foi feito para certos grupos e não para outros. Assim, para o autor, “Ser diferente é um risco de qualquer maneira”.

⁵⁸ Aspas do autor.

⁵⁹ Grifos do autor.

⁶⁰ Grifo do autor.

Ainda no âmbito de identidades étnico-raciais e de sua relação com identificação e com diferença, Pierucci (1999, p. 26) vê o racismo de um ponto de vista bastante particular. Para ele, o racismo não é a rejeição da diferença. É, na verdade, a obsessão pela diferença, seja ela constatável, suposta, imaginada, atribuída. Assim, afirma que a rejeição da diferença vem da afirmação enfática da diferença. Para tanto, esclarece que

entre a afirmação da diferença (constatada ou inventada) e sua rejeição (que é onde o racismo se consuma), medeia uma série de procedimentos discursivos tendentes a aumentar a distância entre os signos, a exacerbar a diferença, a fazer funcionar a diferença, radicalizando-a no ato mesmo de enraizá-la no dado biológico (racismo clássico) ou no dado cultural dito ‘irredutível’ (neo-racismo). Mas o importante é que o passo inicial é dado toda vez que a diferença é dita enfaticamente, toda vez que os discursos sobre a sociedade, os imaginários sociais, são “recentrados”⁶¹ sobre a certeza das diferenças, agora enunciadas (ibid., p. 27-28).

De outro posicionamento, complementar ao de Pierucci, Hall (2006, p. 60) ressalta a “proliferação subalterna da diferença” na modernidade. Para explicar o processo, recorre ao conceito de *Différance* de Derrida. Explica que não há divisões binárias de diferença entre o que é absolutamente o mesmo e o que é o outro, mas uma “onda de similaridades e diferenças, que recusa a divisão em oposições binárias fixas”. Nesse sentido, os indivíduos e suas identidades estão cada vez mais “hibridizados” (ibid., p. 76). Em nossa cultura, por exemplo, pensando na relação étnico-racial, o negro assume, por exemplo, o cabelo crespo como forma de valorizar a estética e a beleza negra, mas, para ser aceito no mercado de trabalho, vê-se, muitas vezes, obrigado a se adaptar ao padrão de cabelo socialmente valorizado: cabelo liso.

É relevante mencionar que, no mundo contemporâneo, essas fronteiras entre identidades são fluídas, em função de crises de identidades que caracterizam a pós-modernidade e de rápidas mudanças sociais que afetam os papéis e as identidades sociais. Nesse sentido, De La Torre (2002, p. 28) aponta que “os limites não são sempre essenciais, estáveis ou totalmente objetivos, mas quase sempre relativos, cambiantes, emergentes e socialmente construídos”. Além disso, eles podem ser mais ou menos objetivos e reais, ou mais ou menos subjetivos, reforçados ou manipulados por relações de poder ou pela mídia.

Portanto, ao pensar identidades e ao analisá-las, considerarei que o conceito transita entre esses dois polos: identificação (igualdade, semelhança, pertença) e diferença (diferenciação, oposição), que não constituem as únicas possibilidades, posto que fazem parte

⁶¹ Aspas do autor.

de um rol de posições pelas quais os sujeitos transitam. Esse movimento é socialmente construído por práticas e por discursos.

4.3 Identidades pessoais e sociais

Uso o conceito de identidades no plural por concordar com teóricos, como De La Torre (2002), que acreditam que portamos identidades múltiplas. Por isso, é necessário pensá-las em dois âmbitos: o pessoal e o social.

Quanto à construção das identidades pessoais, Dubar (2006, p. 149) afirma que elas são de vários tipos, que se constroem de maneiras que podem partir do sujeito ou dos outros, ou pode haver combinações de formas identitárias. Assim, “a identidade pessoal resume-se a um ‘espelho da identidade social’⁶², organizada a partir duma identificação principal” (DUBAR, 2006, p. 149). Com base nessas formas de identificação do outro, as pessoas constroem identidades para si que podem estar ou não de acordo com as precedentes. Duas ocorrências podem suceder: a identidade do outro e a de si coincidem e há desenvolvimento do sentimento de pertença e de aceitação; ou a identidade do outro e a de si são discordantes, o que gera uma crise inevitável. No segundo caso, o sujeito cria nova identidade “para si” ou busca reconhecimento e aceitação em outro grupo que valida sua identidade “para si” (p. 150).

No caso das identidades étnicas no Brasil, a sensação de pertença relaciona-se ao compartilhamento de práticas culturais como capoeira, candomblé, samba, assim como às referências sociais positivas (por exemplo, Zumbi dos Palmares) e negativas (por exemplo, a escravidão). Essas manifestações atribuem ao negro o pertencimento ao grupo e o opõem ao não-negro e a seus valores e práticas.

Por isso “o processo de separação de um grupo e integração a outro, ainda quando desejado, não deixa de provocar crise de pertença e de identidade frente à mudança de *status* ou de cultura” (CHÁVEZ, 2002, p. 48). Assim, a identidade é instrumento de poder que influencia frente ao outro grupo, é opção que corresponde mais ao propósito da opção que a opção em si mesma. Nesse contexto,

⁶² Termo cunhado por Erving Goffman na obra **Stigmaté. Les usages sociaux des handicaps**, de 1975, e adotado por Dubar.

As afiliações sociais – mais ou menos herdadas – que são tradicionalmente atribuídas aos indivíduos como definição de identidade: raça... gênero, país ou local de nascimento, família e classe social agora estão [...] se tornando menos importantes, diluídas e alteradas nos países mais avançados do ponto de vista tecnológico e econômico. Ao mesmo tempo, há a ânsia e as tentativas de encontrar ou criar novos grupos com os quais se vivencie o pertencimento e que possam facilitar a construção da identidade. Segue-se a isso um crescente sentimento de insegurança. (BAUMAN, 2005, p. 31).

Essa crise de pertença, no caso brasileiro, é reflexo da situação de *status* vivenciada pelo branco e negada ao negro. Quando assume sua pertença ao grupo, o negro enfrenta *status* inferior, demonstrado em aspectos variados: desvalorização de sua beleza, cultura, história, inteligência.

A questão racial é, portanto, um obstáculo a que o homem se emancipe das amarras que o reduzem à condição de coisa, de animal de trabalho, de ser que não desfruta plenamente as possibilidades de libertação que o próprio homem cria. Temos uma questão racial porque é em nome dela que um número enorme de seres humanos está privado de igualdade e de direitos. A questão racial aprisiona e imobiliza a própria condição humana possível, a virtualidade que não se cumpre em relação a todos, não só ao negro (MARTINS, 2007, p. 98).

Corroboram esse pensamento as ideias de Chávez (2002, p. 47), ao postular que “a identidade sempre muda, alarga-se e se adapta segundo os diferentes contextos, em um movimento de continuidade e de descontinuidade, de unidade e de diferença”. As identidades podem ser entendidas como elemento que dá ao indivíduo caráter de continuidade e de integridade que o diferencia dos outros e mantém sua estabilidade por meio de circunstâncias diversas, de transformações e de trocas.

De La Torre (2002, p.29), como Woodward (2000), afirma que as identidades não são para sempre e que a diferença ocorre com relação aos outros e a elas mesmas, devido às transformações no tempo. Assim, “a continuidade e a ruptura são dimensões fundamentais das identidades”, uma vez que trocas e mudanças sempre acontecem.

Para Charles Taylor (apud GRACIA, 2004, p. 40), estudioso da identidade ou do *self*, “nossa identidade está fundamentalmente determinada pela linguagem que utilizamos para referir-nos a nós mesmos e para forjar nosso autoconceito”. E as expressões linguísticas que o indivíduo usa para se descrever são constituintes e constitutivas de sua forma de ser:

elas não explicitam ou explicam minha maneira de ser, ao contrário, a conformam. Em outras palavras, o meu ‘eu’ não é independente de como vivencio quanto o interpreto linguisticamente; ao contrário, ele é resultado dessa interpretação. Outra forma de ‘me dizer’ a mim mesmo implica outra concepção de mim mesmo, e isso é importante porque ocorre que minha concepção de mim mesmo é constitutiva daquilo que sou (GRACIA, 2004, p. 40).

Pensando nessa construção no contexto da modernidade líquida, Bauman (2009, p. 183) acredita que “a incompletude das identidades e a responsabilidade individual para sua conclusão estão intimamente relacionadas a todos os outros aspectos da condição moderna”, porque a individualidade (identidades individuais) não é questão privada, pois é socialmente construída. O processo de individualização consiste, portanto, em transformar a identidade humana em um processo, no qual os atores sociais têm responsabilidade pelas escolhas e pelas consequências. Assim, na vida moderna, temos a “necessidade de nos transformar no que somos”.

Pensando nessa construção de identidades étnico-raciais, tanto no aspecto pessoal, quanto no social, resolvi elaborar, aplicar e analisar um questionário em que 100 pessoas declararam sua etnia/raça/cor. A intenção é investigar a forma como essa autodefinição acontece (como os sujeitos se transformam [ou se transformaram] no que são) e quais elementos são usados para justificar as escolhas. Considerando, conforme Taylor (apud GRACIA, 2004, p. 40), a importância da linguagem na formação e na formulação desse autoconceito.

É relevante mencionar que, ao analisar as respostas, entendi as identidades étnico-raciais como construtos pessoais e sociais, visto que o sentimento de pertença étnico-racial desenvolvido pelo sujeito relaciona-se tanto ao seu modo individual de lidar com as identidades étnico-raciais, como ao modo como vê e é visto pelo grupo social.

4.4 Crise de identidades étnico-raciais

As identidades são fragmentadas e apresentam contradições com as quais o sujeito precisa lidar para negociar os diferentes papéis que exerce. Essas contradições desencadeiam crises de identidade.

A crise de identidade é, consoante Dubar (2006, p. 14), uma

perturbação de relações relativamente estáveis entre elementos estruturantes da actividade (produção e consumo, investimentos e resultados, etc.). A actividade aqui posta em causa é a identificação, isto é, o facto de categorizar os outros e a si próprio.

Ao abordar a construção e a crise das identidades pessoais, Dubar (2006, p. 142) menciona que, nas sociedades pós-modernas, a depressão é o exemplo mais comum dessa crise, advinda da mudança de modelo cultural com o qual homens e mulheres são confrontados. Acrescenta que “o imperativo de ser si próprio, de se realizar, de construir sua identidade pessoal, de se ultrapassar, de ter um bom desempenho, engendra esta doença identitária às vezes crônica”. Hoje, para ele, o indivíduo é “trajetória à conquista de sua identidade pessoal”. Dubar acredita que as crises de identidade perturbam a imagem que o sujeito faz de si, sua auto-estima, a definição que a pessoa dava de “si a si própria”, assim a antiga configuração identitária torna-se “insustentável, impossível, corporalmente insuportável” (DUBAR, 2006, p. 144) e pode levar o sujeito a fechar-se em si mesmo. Uma das consequências possíveis dessa crise é a busca de culpados; nesse processo, podem aparecer os bodes expiatórios.

No contexto social brasileiro, um aspecto da crise de identidade étnico-racial diz respeito à aceitação étnico-racial e à negação da identidade inferiorizada construída para o negro. E, como afirma Bauman (2001, p. 48), “Viver diariamente com o risco da auto-reprovação e do auto-desprezo não é fácil”.

As crises de identidade são motivadoras, também, de um fenômeno estudado por Fanon (1980, p. 105): o casamento entre brancos e negros como forma de o negro livrar-se (e aos seus descendentes) dos estigmas vividos em decorrência de sua origem étnico-racial. Ele acredita que

No que se refere ao casamento rigorosamente inter-racial, pode perguntar-se em que medida ele não é algumas vezes para o cônjuge de cor uma espécie de confirmação subjetiva do extermínio em si mesmo e aos seus próprios olhos do preconceito de cor de que durante muito tempo sofreu.

Em muitos casos, Fanon (1980, p. 105) afirma que o homem e a mulher negra aceitam casar-se com cônjuge considerado socialmente inferior (mas branco) devido à possibilidade de “desracialização” que o matrimônio oferece, assim “o facto de desposar uma pessoa de raça branca parece ter preponderado sobre qualquer outra consideração. Aí encontram o acesso à igualdade total”.

Há, nesse movimento, uma faceta da crise de identidade étnico-racial, marcada pela dificuldade de aceitação e de superação das características e dos papéis sociais atribuídos ao negro. Essas crises são resultantes também da cultura da globalização que propõe a

homogeneidade e a padronização de tudo e de todos. Devido a isso, as diferenças tornam-se meios de exclusão social e de autonegação, uma vez que todos querem pertencer à aldeia global.

A construção das identidades e suas crises ocorrem por meio da linguagem, porque o “mundo é linguagem e nós somos linguagem” (SCHERER et al, 2003, p. 23). Para entender essa relação, precisamos pensar as identidades como “processo que não acaba nunca, que está o tempo todo se modificando e que constitui a complexidade do sujeito” (CORACINI, 2003, p. 219). É esse aspecto processual que mantém nossas identidades em eterna revisão, reconfiguração, na qual os papéis que, parecem fixos, tornam-se fluidos e nos levam a repensar os lugares e não-lugares. Daí, resultam as crises de identidade que perpassam o sujeito.

Nesse contexto de crise, a luta pelo reconhecimento de nossas identidades ocorre em dois níveis: um externo e um interno. No interno, elaboramos nosso encontro com o outro. No externo, na esfera pública, trabalhamos a aceitação das diferenças. Isso ocorre porque as identidades

são construídas no interior das relações de poder. Toda identidade é fundada sobre uma exclusão e, nesse sentido, é um ‘efeito de poder’⁶³. Deve haver algo ‘exterior’ a uma identidade. Esse ‘exterior’ é constituído por todos os outros termos do sistema cuja ‘ausência’ ou falta é constitutiva de sua presença (HALL, 2006, p. 80).

As identidades individuais e sociais são conceitos culturalmente definidos. Essas representações incluem as práticas de significação e os sistemas simbólicos, que produzem sentidos e posicionam os sujeitos. Na modernidade, as identidades são perpassadas por fatores comuns, motivados pela globalização, causando o aparecimento de identidades “sem pátria”, as quais não são formadas por uma única realidade cultural, o que corresponde ao fenômeno de *diáspora* (WOODWARD, 2000, p.17).

Hall (2006, p. 26), ao abordar o fenômeno da diáspora, afirma que “as nações não são apenas entidades políticas soberanas, mas ‘comunidades imaginárias’”. Enfatiza que “na situação de diáspora, as identidades tornam-se múltiplas, e que, contrariamente ao que se possa pensar, em muitos casos, são fortalecidas”. É o que ocorre com comunidades que, mesmo distantes de sua origem, mantêm traços de sua identidade local.

O conceito de diáspora relaciona-se ao de identidade cultural, que carrega traços de unidade essencial, de unicidade primordial, de indivisibilidade e de mesmice. Além disso,

⁶³ Aspas do autor.

“presume-se que a identidade cultural seja fixada no nascimento, seja parte da natureza, impressa através do parentesco e da linguagem dos genes, seja constitutiva de nosso eu interior” (HALL, 2006, p. 27).

Ao tratar do fenômeno da globalização, Hall (2006, p. 58) aponta que ela é marcada pelo “desarraigamento irregular das relações sociais e por processos de destradicionalização”. O fenômeno, além de ser uma novidade contraditória, tem como tendência cultural dominante a homogeneização como fato natural e inevitável; e como um sistema de “co-formação da diferença”.

As identidades étnico-culturais formam-se e transformam-se pela atribuição de etiquetas e de discurso narrativo próprio, em que as elites políticas podem desempenhar papel decisivo (CHÁVEZ, 2002, p. 47). Corroborando esse posicionamento, West (2002, p. 9) esclarece que o repúdio às minorias, diretamente ligado ao discurso étnico, é secularmente manifestado pelos que tratam os indivíduos a elas pertencentes como seres degradados, odiados, oprimidos, explorados, marginalizados e desumanizados.

Analisando o panorama nacional, Martins (2007, p. 97) afirma que a consciência negra no Brasil se propôs e se afirma pelo modo branco de ver o negro. Para ele, “no fundo, a história branca desta sociedade negra não deixou ao negro senão a alternativa de ser branco”. Esse fato é, a meu ver, o grande desencadeador da crise identitária étnico-racial vivida pelo negro no Brasil: ser negro em um contexto que exige a branquura. Para mim, todas as demais crises são decorrentes dessa imposição da branquidade a um povo que não a possui.

4.5 Identidades em crise

Para ilustrar a crise identitária vivenciada pelo negro brasileiro, alguns aspectos de nossa realidade podem ser analisados para mostrar a exigência de branquidade ou o apagamento do sujeito negro de nosso discurso e de nossas práticas. Serão aqui apresentados três aspectos: o apagamento do sujeito negro da História do Brasil; a negação do estereótipo físico e da beleza do negro; e a construção estigmatizante do negro pelo viés sexual.

4.5.1 Apagamento histórico

Ribeiro (2004, p. 36) pesquisou o discurso raciológico na construção das representações da nação nos manuais escolares de História do Brasil, adotados a partir da segunda metade do século XIX e ao longo do século XX. Seu objetivo era analisar as permanências e as transformações ocorridas nas práticas discursivas que forjam as imagens do Brasil como país *racializado*, relacionando-as às contribuições dos estudos das Ciências Humanas, às reformas curriculares e aos movimentos sociais e étnicos.

Ribeiro (2004, p. 37) ressalta que o manual escolar é rico por se constituir como espaço privilegiado de disputas políticas de constituição de identidades.

Nele, há diferentes personagens e modelos de interpretações em jogo – *o jogo das identidades*. Assim como o currículo, o manual escolar é lugar, espaço, território. Objeto de relações de poder por ser trajetória, viagem, expedição, percurso na formação de gerações de *leitores-alunos*. É um documento de identidade, uma *colônia identitária*; objeto de desejo de vários grupos, projetos e políticas.

Na análise dos manuais de História que, durante anos, foram modelos explicativos da História do Brasil, Ribeiro (2004) constata que, com relação ao negro, os manuais esboçam a visão do Brasil como lugar de prática de escravidão amena por parte dos senhores, versão que ocuparia o imaginário de intelectuais abolicionistas, tanto brasileiros como estrangeiros, em especial norte-americanos.

Essa construção naturalizou-se no discurso, mesmo com a ocorrência de casos como o descrito por Queiroz (1993, p. 35), que apresenta um anúncio retirado do **Diário de São Paulo**, de 27 de fevereiro de 1870, o qual ilustra a coisificação e a negação de subjetividade ao negro durante o período de escravidão. Dizia ele: “Vende-se escrava (...) bonita peça sem defeitos, próprio para todo e qualquer trabalho ou ofício”. Nesse modelo de exploração, o negro era objeto pertencente ao seu senhor e a sua sujeição era necessária para a manutenção do *status quo*, para isso era preciso “coagir o escravo a obedecer cegamente às exigências dos senhores e reprimi-lo duramente quando se insurgisse contra tal coação” (p. 36). Esse sistema de coação e punição era tão severamente construído que a Lei Geral, de 10 de junho de 1835 estabelecia a pena de morte para os escravos que matassem, ferissem, propinassem venenos, ofendessem homem ou mulher branca (p. 37). No entanto, mais comumente o castigo ao negro infrator era o

çoite, que vigorou como lei até 1886 (dois anos antes da abolição). As punições podiam chegar a 300 chibatadas (até 50 chibatadas por dia) e eram ministradas em locais públicos como forma de exemplo para os demais.

Assim, no período de escravidão:

O negro é tratado como uma peça na engrenagem econômica dos senhores de engenho. O próprio trabalho é corrompido no regime escravista, pois se torna o resultado da opressão, da exploração. O trabalho é concebido como escravidão e não como o elemento de distinção e referenciação na sociedade, unindo os homens em colaboração, passa a ser, no sistema escravista, desagregador, desonroso, humilhante, torturante, por que a ideia de trabalho carregava consigo um indício de degradação, inferioridade, fortalecendo, a naturalização do lugar a eles atribuído” (ANDRÉ, 2008, p. 68).

Esse cenário de terror ilustra a escravidão (dita) amena que vigorou no Brasil e que é descrita como um momento sem conflitos pelos livros de História do Brasil. Nossa História, de certo modo, ameniza a escravidão, diminui a importância do negro para o desenvolvimento do País, assim como o coloca em posição de quase aceitação amigável da escravidão imposta.

4.5.2 Negação do estereótipo e da beleza

A construção de identidades acontece, desenvolve-se e se fortalece em múltiplos âmbitos, um deles é o estético, por isso considero relevante pensar a beleza negra.

Gomes (2006)⁶⁴ pesquisou a constituição de identidades negras com base em dois aspectos: cabelo crespo e corpo, como elementos que, além de dados biológicos, são aspectos culturais que, aliados a outros, resultam em um dos conflitos que perpassam a formação da identidade do negro no Brasil. Para a autora, esses dois fatores são essenciais em um processo de formação identitária que se dá pelo contraste, pela negociação, pela troca, pelo conflito e pelo diálogo com o outro. Esses elementos participam do processo de "tornar-se negro". Segundo Gomes (2006, p. 21), para “entender o 'tornar-se negro' num contexto de discriminação, é preciso considerar como essa identidade se constrói no plano simbólico”, no qual são considerados valores, crenças, rituais, mitos e linguagem.

⁶⁴Pesquisa foi realizada em salões de Belo Horizonte, Minas Gerais; dois estão localizados no centro da cidade e dois em regiões periféricas.

Gomes (2006) ressalta a ideia de que as identidades não se constroem em isolamento, é necessária a participação do outro para intermediar a construção, para negociá-la e, principalmente, para reconhecê-la.

Pensando a relação entre belo e feio, Novaes (2006, p. 28) vai além e aponta que a importância do binômio beleza-feiúra ultrapassa o aspecto físico e adentra a avaliação moral, chegando à atribuição de características morais positivas aos considerados mais belos, pois “eles são vistos como mais amáveis, sensíveis, flexíveis, mais confiantes neles mesmos”, assim como força, equilíbrio, sociabilidade, prestígio profissional, vida bem-sucedida e casamento feliz são predicados associados aos avaliados como belos e, conseqüentemente, negados aos considerados feios.

No Brasil, há um conflito com relação ao conceito de beleza, pois há um padrão ideal (branco) e um padrão real (negro, pardo, mestiço). Nesse contexto conflituoso, vários aspectos entram em cena: corpo, pele, altura, cabelos... Isso em uma sociedade que, cada vez mais, valoriza a estética e a beleza. Logo, não pertencer ao padrão pode gerar dois tipos de comportamento: a autoaceitação (consciência como relação ao próprio corpo) ou a autonegação (encobrimento dos aspectos que caracterizam o sujeito como não pertencente ao grupo considerado padrão).

No caso do negro um dos grandes problemas é o cabelo. Para Gomes (2006, p. 27), ele pode ser entendido como forma de camuflar o pertencimento étnico-racial ou como modo de representar o reconhecimento das raízes africanas, servindo como reação, resistência e denúncia contra o racismo. Pensado nesse sentido, Gomes (2006, p. 22) afirma que "para o negro, a intervenção no cabelo e no corpo é mais que uma questão de vaidade ou de tratamento estético. É identitária". Esse aspecto é tão relevante no Brasil porque usamos cabelo e cor da pele como critérios para classificar as pessoas nas várias etnias existentes no País.

Gomes (2006, p. 34) reflete ainda sobre as estratégias individuais desenvolvidas por negros e negras para construir suas identidades. Afirma que “o fato de estar integrado ou de se reconhecer pertencente a um grupo étnico-racial não elimina os conflitos diários e os dramas pessoais vividos pelos negros na esfera da subjetividade”. Logo,

A rejeição do corpo negro pelo negro condiciona até mesmo a esfera da afetividade. Toca em questões existenciais profundas: a escolha da parceira, a aparência dos filhos que se deseja ter. Nesse caso, estamos diante de uma rejeição que se projeta no futuro, nos descendentes que poderão vir. A melhor forma de se precaver contra essa possibilidade é ‘clarear a raça’ desde já, na escolha da parceira branca. O tipo de cabelo é o que orienta a escolha. Nesse

caso, o cabelo simboliza a possibilidade do embraquecimento ou seu impedimento (ibid., p. 140).

Esse processo conflitivo é construído socialmente, vivido e aprendido no grupo e na família. Assim, a rejeição ou a aceitação do ser negro é construída social e historicamente e permeia a vida do sujeito em todos os ciclos: infância, adolescência, vida adulta e velhice.

Quando a sociedade brasileira olha para o negro e para a negra e os destitui do lugar da beleza, ela afirma uma determinada proposição, um julgamento em relação ao negro e sua pertinência étnico/racial, o que pode ou não ser internalizado pelo sujeito. Contraditoriamente, ao tentar destituí-los do lugar da beleza, essa mesma sociedade reconhece-os como negros, uma vez que, para se rejeitar, é preciso antes reconhecer (GOMES, 2006, p.146).

O negro vive, ainda de acordo com Gomes (2006, p. 147), um processo de “negação/aceitação” de sua condição de negro. Para a autora, “o sentimento de negação é um componente do processo identitário do negro brasileiro ao longo da história”. No entanto, há também negação do ser negro, que, para ela, é um processo mais danoso e mais complexo, pois envolve “negar-se a si mesmo e ser totalmente ignorado”. Essa negação produz-se em um contexto de violência que perpassa a vida do negro “a ponto de se constituir em representações negativas do negro sobre si mesmo e sobre o grupo étnico/racial” (ibid., p. 149). Essa negação é resultante do processo de escravidão no qual o negro perde o *status* humano e é visto como coisa. Nesse sentido,

A coisificação social se chocava com a pessoa do escravo (pessoa = subjetividade humana). Ferida, humilhada, comprimida, a pessoa do escravo não era anulada (exceto em casos patológicos). A contradição entre ser coisa e ser pessoa constituía a vivência do escravo durante toda a sua existência” (GOMES, 2006, p. 153).

O processo de coisificação resultava em grande violência física e simbólica, assim ser negro era

ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarar o corpo e os ideais de ego do sujeito branco e de recusar, negar e anular a presença do corpo negro (ibid., p. 168).

Como outra estratégia de coisificação e de dominação, o escravo e a escrava tinham, em muitos casos, o cabelo raspado, como forma de mutilação e de dominação imposta pelo

dono. Esse fato era também uma mutilação cultural, pois muitas etnias africanas consideravam o cabelo como marca de identidade e de dignidade (GOMES, 2006, p. 27). Esse processo teoricamente teve fim com a abolição da escravatura, no entanto o negro brasileiro continua vivendo uma tensão entre ser coisa e ser pessoa, agora com matizes diferentes, já que a sociedade se diz uma democracia racial. Assim, “a contradição rejeitar-se e aceitar-se como negro e, mais ainda, rejeitar-se como negro para ser aceito socialmente, constitui a vivência cotidiana” dos sujeitos negros (ibid., p. 154). Ademais, Gomes (ibid., p. 162) ressalta que o negro se constrói como sujeito em uma “tensão entre uma imagem socialmente construída em um processo de dominação e a luta pela construção de uma auto-imagem positiva. Não permitir que tal imagem social destrua a auto-imagem positiva é um desafio”.

Hoje, mudar o cabelo pode ser uma forma de sair do lugar de inferioridade (ibid., p. 21). Assim, para alguns homens e mulheres negras, a manipulação do corpo e do cabelo pode ter o sentido de aproximação do estereótipo branco e de afastamento do negro (idem, p. 142). Tal comportamento é decorrente do fato de a sociedade brasileira hierarquizar grupos étnicos e estéticos, minimizando e desprezando os negros por considerá-los distantes do padrão ideal.

A conjunção desses fatores mostra que as ideologias da supremacia branca, de modo geral, atacam a inteligência, a beleza, a capacidade e o caráter do negro, que precisa reagir a essa construção discursivo-social (WEST, 2002, p.10). Assim as práticas de supremacia branca, sustentadas pelas autoridades culturais, pela mídia e pelos meios científicos, promovem a inferiorização do negro e constituem-se como pano de fundo que leva às lutas por sua identidade (respeito, confiança e estima) e por recursos econômicos.

De outro ponto de vista, Roger Bastide, em estudo da representação do negro na literatura brasileira, lista elementos associados ao negro que auxiliam na construção de identidades subalternas: o negro (de modo genérico) é feio, ruim, cruel, grotesco, risível, feiticeiro, mágico, supersticioso; é um animal sensual e sexual; tem caráter infantil ou excessivamente inocente (que o liga ao primitivismo); relaciona-se à sujeira e à embriaguez; a negra (a mulher especificamente) é cheia de manhas, tagarela, preguiçosa; ama o prazer e o luxo.

Essas representações são encontradas em obras de vários autores, principalmente nos ligados ao Romantismo. Da pesquisa empreendida, Bastide apresenta alguns estereótipos (apud CASTRO, 2007, p. 23):

- a) o negro bom (estereótipo da submissão);
- b) o negro ruim (estereótipo da crueldade nativa e da sexualidade sem freios);
- c) o africano (estereótipo da feiúra, da brutalidade, da feitiçaria ou da superstição);
- d) o crioulo (estereótipo da astúcia, da habilidade e do servilismo enganador);
- e) o mulato livre (estereótipo da vaidade pretensiosa e ridícula); e
- f) a crioula ou mulata (estereótipo da volúpia).

Gomes (2006), ao pesquisar cabelo e corpo como símbolos da identidade negra, concluiu que eles se destacam como veículo de expressão e de resistência social e cultural, mas também como formas de opressão e de negação. Assim, o cabelo crespo pode ser visto como sinal diacrítico que imprime a marca da negritude no corpo ou como forma de rejeição da própria imagem.

Essas oposições entre cabelos crespos e lisos são acentuadas pela mídia, que reforça a existência de apenas duas possibilidades extremas entre as milhares de configurações que os cabelos podem assumir em um País miscigenado como o nosso. Quando esses tipos de cabelo são comparados, o crespo é associado a desleixo, a desarrumação, a descontrole. Assim, o cabelo negro usado de modo natural (crespo) precisa ser domado para atender às expectativas sociais.

Exemplos significativos são apresentados nas ilustrações 18 e 19, que compõem uma campanha da Seda, destinada a promover a venda de produtos para cabelos crespos. As principais qualidades do produto são o controle do volume e a ação anti-frizz⁶⁵, que promete domar fios rebeldes e eletrizados⁶⁶. Logo, a vantagem dos produtos é neutralizar as principais características do cabelo negro e, com isso, adequá-lo ao padrão branco.

⁶⁵ Frizz do inglês significa encrespar ou frisar.

⁶⁶Dados retirados, em 26 de junho de 2009, do site WWW.unilever.com.br/ourcompany/newanmidia/pressreleases/2006/antifrizz

Ilustração 18 – Cabelo antes



(Revista Corpo a corpo, ano XIX, n. 209, p. 10)

A forma indesejada deve ser domada, harmonizada por meio de tratamentos e de produtos para atingir o ideal socialmente almejado. Entretanto, “Harmonia não é uniformidade; é sempre uma ação recíproca de vários motivos diferentes, cada um mantendo sua identidade separada e sustentando a melodia resultante dessa identidade” (BAUMAN, 2009, 123).

Segundo Bauman, a harmonia somente será alcançada quando as identidades separadas não almejem exclusividade, não se recusarem a coabitar com as outras e isso “requer abandonar a tendência de suprimir outras identidades em nome da auto-afirmação de uma em particular e aceitar que proteger as outras identidades é o que mantém a diversidade na qual nossa própria unicidade pode florescer” (ibid., p. 123).

Para atender aos ideal socialmente estabelecido, o cabelo da ilustração 18, deve ser tratado para chegar ao resultado apresentado em 19.

Ilustração 19 – Cabelo depois



Fonte: Revista Corpo a corpo, ano XIX, n. 209, p. 10.

Outro exemplo ocorre no texto publicitário (ilustração 20), em que a relação entre o antes e o depois é marcada pela desarrumação dos cabelos e pela expressão facial da modelo: cabelos naturais são associados a rosto sério, entristecido; e cabelos liso são acompanhados de rosto alegre e sorridente.

Ilustração 20 – Cabelos antes e depois

Transformação
AmaciHair
Confiance

Viva a beleza que existe em você.
Confie em sua própria beleza. Quando você se sente bonita e de bem consigo mesma, **cada** segundo de sua vida se torna o mais importante. Porque **acreditar** em sua própria **beleza** é trazer a **felicidade** para bem perto de VOCÊ. E se sentir confiante, pronta para transformar seus sonhos em **realidade**.

Transforme seus cabelos difíceis e rebeldes em fios lisos e sedosos ou em ondas soltas, macias e com menos volume. Alise ou relaxe com muita segurança e suavidade. Além de Hydramel e Extrato de Ginseng, **AmaciHair Confiance** tem o exclusivo Reestruturador Capilar que fornece uma Carga de Queratina durante a transformação. **AmaciHair Confiance** é um tratamento para relaxamento e alisamento feito para você aproveitar toda a beleza que a vida pode lhe oferecer.

Com Carga de Queratina

Antes

Uma criação
EMBELLEZE
Beleza é a força da vida
www.embeleze.com • SAC 4033 2667 • 0800 8812667

Fonte: Revista Corpo a Corpo, ano XIX, número 209, maio de 2006.

Essas transformações ocorrem nos salões de beleza, que são entendidos por Santos (2000) como locais que auxiliam o negro(a) a criarem uma estética “alternativa”, elaborando e reelaborando uma autoimagem que vai de encontro ao modelo de representação dominante nas sociedades ocidentais. Nesses locais, o ideal de beleza é uma unidade por ser oposto ao ocidental, mas é fragmentado por apresentar traços e detalhes que retomam o modelo branco de estética do mercado.

Em entrevista ao **Jornal Conexões Urbanas**⁶⁷, uma proprietária de salão de beleza para o público negro afirmou que o cabelo é um símbolo para as mulheres negras, que reforça a auto-estima e confirma a beleza. Ao contrário, socialmente, se não corresponde ao padrão desejado, gera depressão, baixa auto-estima, e até dificuldade para conseguir e manter empregos.

Como parte importante para a composição da beleza, os cabelos crespos são submetidos a tratamentos como ferro quente, pastas alisantes, *dread locks*, tranças *rastafari* e outros processos químicos para atingir o aspecto ideal: lisos e compridos e para refletir o ideal branco de beleza. Para Santos (2000, p. 56), isso acontece porque “deixar o cabelo crescer naturalmente significa reconhecer a origem africana”; já que o cabelo negro é diferente do modelo eleito pela mídia, logo ter cabelos que são aparentemente mais secos, que têm pouco brilho, que não são maleáveis remete à ideia de pouco cuidado com a aparência.

Entretanto, o salão pode ser um local de afirmação da beleza negra, de suas características e escolhas. Os locais podem ser pontos de reflexão para a criação ou a disseminação da “consciência negra” e da afirmação da identidade negra. Ou o salão pode “mais que fazer o cabelo, fazer a cabeça” (SANTOS, 2000, p. 58).

Com relação ao modelo de beleza negra, Santos (2000, p. 51) esclarece que a “beleza negra” teve sua formação nos anos de 1970 e se solidificou nos 1980. Nessa época, um dos fatores mais relevantes foi a criação de bonecas negras. Essa produção é significativa para a formação da identidade de crianças negras, visto que, nas brincadeiras, elas podem se identificar com um modelo e se verem representadas de forma natural, descartando as bonecas tipo “Barbie”, que reforçam o padrão de beleza europeu e branco. De outro lado, somente no mesmo período (1970–1980), apareceu a preocupação das indústrias em produzir maquiagens e produtos de beleza para a estética e as necessidades da mulher negra.

No entanto, durante muito tempo, a beleza foi um atributo negado ao negro. Nesse sentido, Barbujani (2007, p. 20) ressalta que, na construção da imagem do negro para o mundo ocidental, era comum a associação do negro com a feiúra, como destaca o comentário de Arthur de Gobineau: “Os povos da Ásia e da África são uma concentração deveras triste, é preciso convir, de não poucas feiúras”. Ao povo branco, ao contrário, eram associados padrões de beleza compatíveis com modelos europeus, com Vênus, Apolo e Hercules.

⁶⁷ O **Jornal Conexões Urbanas** é produzido em parceria pelo grupo AfroReggae e a CJD edições. A reportagem foi extraída do número 9, publicado em janeiro de 2008, páginas 16 e 17.

4.5.3 O viés sexual

Um dos fatos que motivou a construção dessa tese foi pensar a situação da mulher negra em nossa sociedade. No Brasil, assim como em grande parte do mundo, nascer mulher é receber um pacote fechado de características que classificam no rol das minorias: fragilidade física, baixa representatividade política, educação diferenciada, salários desiguais, entre outros.

Quando se pensam essas questões relacionando gênero social e aspectos étnico-raciais, o problema social e identitário enfrentado pela mulher em geral ganha dimensões ampliadas na vida da mulher negra. Ela enfrenta duplo bloqueio social: o gênero e a raça. Para Oliveira (2006, p. 10), a construção da identidade de negras é “acompanhada de conflitos entre consciência de classe, raça e gênero, levando-as ora a se perder na ambiguidade do racismo à brasileira, ora ao encontro de si mesmas e do ‘nós’ coletivo *negra e mulher*⁶⁸”.

Ao abordar a relação entre branquidade e negritude e suas implicações sexuais, Ware (2004) aponta que essas relações, quando envolvem homens negros e mulheres brancas, são responsáveis por interpretações de feminilidade branca e de masculinidade negra que permeiam a cultura popular. Nesse sentido, a mulher branca é posta em uma espécie de altar ao qual o homem negro não deve ter acesso. No entanto, a mulher negra deve ser acessível ao homem branco.

Essas constatações resultam de estereótipos sexuais, bem como da legitimação de discursos machistas e racistas. Ware (2004, p. 285) cita uma passagem muito esclarecedora dessa mentalidade, que naturalizou práticas sexuais durante séculos:

Contei como um senhor branco antes da guerra (da Secessão) manipulava sua própria mulher, de maneira até mesmo diabólica. Ele a convencia de que ela era “pura demais”⁶⁹ para seus torpes “instintos animais”. Com esse estratagemas “nobre”, tapeava a própria esposa, fazendo-a a desviar os olhos de sua evidente preferência pela negra “animalesca”. Assim, a “senhora delicada” ficava sentada, olhando as criancinhas de aparência mestiça no *plantation*, obviamente geradas por seu pai, seu marido, seus irmãos e seus filhos varões.

Esse tipo de discurso e de prática perpetuou discursos e práticas racistas com relação ao comportamento e às preferências sexuais de homens e de mulheres negras. Além disso, para

⁶⁸ Grifo da autora.

⁶⁹ Grifos do autor.

os negros, ter relação amorosa ou sexual com brancos é uma forma de aceitação e, em alguns casos, de se sobressair junto ao grupo social. No entanto, ao sustentar relações em função da aquisição de *status*, o negro nega sua identidade étnico-racial.

No aspecto das representações eróticas e sexuais, Castro (2007, p. 25) esclarece que as mulheres negras, na literatura, são associadas à licenciosidade e aos amores cálidos; quanto aos homens, a linha que separa o erótico-sexual dos conflitos raciais é muito tênue. De modo geral, as menções erótico-sexuais caminhavam pelo campo do preconceito e da discriminação.

Nas Antilhas, historicamente, segundo Fanon (1980, p. 60), o negro que seduzia mulher branca era castrado, mas ganhava *status* social e sexual entre seus congêneres, tanto quanto uma negra ao casar-se com branco. Essa representação sexual dos negros faz com os homens e mulheres brancas pensem que eles representam o instinto sexual (não educado), encarnando a potência sexual acima da moral e dos interditos. As mulheres brancas, por sua vez, veem “habitualmente o preto na porta impalpável que dá para o reino dos Sabbat, dos bacanais, das sensações sexuais alucinantes” (FANON, 1980, p. 206).

Portanto, as identidades sexuais de homens e mulheres brancos e negros são constituídas por oposição – branco é puro; negro é animalesco. Nessa linha de raciocínio, mulheres brancas que se envolvem com negros são vítimas vulneráveis que sucumbiram aos apelos sexuais e à magia da cor negra. E, nesse universo, é inevitável o aparecimento de comentários e tabus a respeito do órgão sexual do negro e de seu vigor para o desempenho de atividades sexuais.

Fanon (1980, p. 190) relata os possíveis comportamentos que circundam as relações sexuais entre brancos e negros. No contexto europeu, aponta que, na maior parte do tempo, as mulheres, frente a homens negros, esboçavam movimento de fuga, de retraimento, “exibindo no rosto um terror não fingido”. Aponta ainda que as mulheres negrófobas, em geral, tinham vida sexual anormal,

os seus maridos desleixavam-nas; eram viúvas, e não ousavam substituir o defunto; divorciadas, e hesitavam diante de um novo investimento objectal. Todas dotavam o preto de poderes que os outros (marido, amantes esporádicos) não possuíam. E em seguida, intervém um elemento de perversidade, persistência da estrutura infantil: só Deus sabe como fazem amor? Deve ser aterrador (ibid., p. 192).

Acrescenta Fanon (1980, p. 191) a ideia de excessiva sexualidade associada aos homens negros, comentando o senso comum de que “os negros têm potência sexual”. Aponta

que, nas Antilhas, é normal pensar e dizer que os negros “parece que se deitam por todo o lado e a todo momento. São uns genitais. Têm tantos filhos que já nem os contam” ou ainda que “o preto tem uma potencia sexual alucinante”. Fanon (p. 193) acredita que

se se quer compreender psicanaliticamente a situação racial, não globalmente concebida, mas sentida nas consciências particulares, é preciso atribuir uma grande importância aos fenômenos sexuais. A respeito do judeu, pensa-se no dinheiro e nos seus derivados. A respeito do preto, no sexo”.

Aponta ainda que um castigo muito comumente imputado ao negro é castrá-lo, com isso “o pênis, símbolo da virilidade, é destruído, ou seja, é negado” (ibid., p. 194). O autor explica que essas associações sexuais não são facilmente assumidas pelos brancos e que, mesmo para aqueles que se confessam não racistas, elas são fortemente marcantes. Relata o caso de não racistas que perguntados se dariam suas filhas brancas para se casarem com negros comportam-se de modo constrangido, porque preferem não responder que não, mas, ao mesmo tempo, não conseguem dizer que sim. Isso porque, para o pai branco das Antilhas, “o preto induzirá sua filha num universo sexual de que (o pai) não possui a chave, as armas, os atributos”.

Então, devido a esses e a outros fatores, os brancos quando pensam ou ouvem a palavra negro/preto, segundo Fanon (1980, p. 197), associam-na a termos como “biológico, sexo, forte, desportista, *boxeur*, (...) selvagem, animal, diabo, pecado”. Para explicar o termo biológico, esclarece que, para os antilhanos, o negro é visto como aquele em quem “a puberdade começa aos nove anos, têm filhos aos dez; são quentes, têm sangue forte; são robustos”. Além disso, impera entre os brancos a ideia de que “uma branca que dormiu com um preto aceita dificilmente um amante branco”. Tal crença leva-o a seguinte constatação: “o ciúme racial incita a crimes de racismo: para muitos homens brancos, o negro é precisamente a espada maravilhosa com a qual trespassadas as suas mulheres ficariam para sempre transfiguradas” (ibid., p. 201).

Durante o período da escravidão no Brasil, as relações entre brancos e negros foi um assunto polêmico: os escravos e escravas eram considerados objetos também nesse sentido, servindo aos senhores e suas famílias de modo passivo ou sendo vítimas de estupros. Nas senzalas, era comum o estupro de negras jovens por homens (negros) mais velhos, o que podia acontecer ainda durante a puberdade. Conforme Soares Filho (2008, p. 34) foram

milhares de estupros e de outras formas igualmente repugnantes de violência sexual praticados contra as mulheres e crianças escravizadas pelos senhores de escravos e integrantes de suas famílias.

Esses fatos contribuíram para cunhar um estereótipo sexual racista para negros e negras. Elas são vistas como mulheres “fogosas”, sedentas por sexo e dispostas a prestar todos os tipos de favores sexuais, em oposição à mulher branca, formada para o casamento. Assim, boa parte da violência sexual praticada contra mulheres negras ganhou outra conotação: o europeu foi, na verdade, seduzido ou “enfeitiçado” pelo apelo sexual das africanas e de suas descendentes.

Para tornar esse quadro ainda mais repulsivo, quando as negras engravidavam de seus senhores, normalmente, a gravidez era motivo de mais sofrimento uma vez que:

- a) a criança poderia ser vendida como escravo;
- b) o filho podia permanecer escravo junto à mãe; e
- c) o bebê era assassinado pelo pai ou por sua esposa, inconformada com a traição.

Para evitar isso, muitas mulheres negras ingeriam chumbo derretido para matar o feto (SOARES FILHO, 2008, p. 6).

Em outro contexto, Ware (2004) analisa relações sexuais entre brancos e negros em dois casos relacionados ao envolvimento de brancas com negros: uma matéria publicada no jornal inglês **Sun** e outra na revista **Marie Claire**, na Inglaterra, em 1994. As matérias relatam envolvimento de mulheres – de 40 a 60 anos – com jovens da Gâmbia. Os relacionamentos são baseados em sexo e na suposta satisfação sexual alcançada com o parceiro mais jovem e de outra etnia. Nos dois casos, as mulheres são vistas como vítimas e os jovens como predadores, como aproveitadores. Apesar desses julgamentos e das identidades deles oriundas, as relações são consensuais e muitas mulheres vão ao País à procura de sexo fácil e barato. Para os rapazes, esses romances tornam-se um modo de sobrevivência.

Essa mudança de comportamento corrobora postulados de Hall (2006, p. 45) acerca da configuração das identidades no mundo globalizado. Para ele, as identidades concebidas como estabelecidas e estáveis estão naufragando. Por todo o globo, os processos das migrações livres e forçadas mudam de composição, diversificando as culturas dos antigos Estados-nação dominantes, das antigas potências imperiais e do próprio globo.

Talvez em função disso, seja comum saber que senhoras mudam de continente à procura de experiências sexuais socialmente inaceitáveis em seus países, por causa das diferenças de idade e de etnia. Isso se relaciona ainda com as ideias de Chávez (2002, p. 47), ao sugerir que “a identidade é um fenômeno dinâmico e hierarquizado que se desenvolve em um processo permanente de construção e desconstrução, em termos individuais, grupais e comunitários”.

Ao tratar do estudo da formação das identidades em diferentes contextos, Gonçalves (2003, p. 77) esclarece que

se trata sempre, mesmo nos grupos mais homogêneos, de tomar elementos heterogêneos oferecidos pela cultura, pelo social, pelo ambiente, pelo corpo, a tradição etc, e agenciá-los de modo que constituam uma coerência que é necessariamente dinâmica. Toda identidade é um ponto de vista que se constrói com base no que se encontra disponível no contexto.

No entanto, para o autor, a identidade é ponto de vista e variação. Para ele, identidade é síntese única e singular de elementos heterogêneos, síntese que não é definitiva.

4.5.4 Crises identitárias étnico-raciais: o bônus e o ônus

Uma vez analisados esses aspectos constitutivos da crise de identidades étnico-raciais no Brasil, é necessário sistematizar algumas ideias.

Primeira, identidades e crises são indissociáveis, logo passar por essas crises não é particularidade de negros, nem da construção das identidades étnico-raciais. Todas as identidades que assumimos ou negamos são resultantes de crise(s) (que não necessariamente acabam).

Segunda, a crise não necessariamente é ruim. Ela, na verdade, é parte do processo de constituição, de aceitação, de negociação e de negação das identidades; e é necessária para que os valores, discursos e práticas associados a cada uma delas sejam avaliados, aceitos, negociados ou negados. Nesse sentido, a crise pode ser vista positivamente, uma vez que oferece a possibilidade de transitar entre as possíveis identidades que o sujeito tem à sua disposição.

4.6 Branquidade e negritude: outra face das identidades étnico-raciais

Concluídas essas reflexões, é necessário abordar ainda um ponto antes de passar à análise: relações entre branquidade e negritude.

4.6.1 A branquidade: a ausência de marcação

Ware (2004, p. 7) entende a construção do poder da branquidade como um “problema a solucionar”. É um dos problemas relativos a “reinscrever categorias de raça” na cultura brasileira é o fato de que se criou e se naturalizou no País a ideia (positiva) de mistura de raças com a qual o povo se identifica. Para o autor (p. 7-8), uma das consequências dessa postura é que

O sistema complexo e filigranado de classificação “racial” no Brasil, como parte do mito da “democracia racial”, foi responsável por mascarar a verdadeira divisão bipolar dos brasileiros em brancos e negros. A realidade inescapável de a branquidade estar associada ao prestígio social, econômico e político, nessa formação binária, liga os modos de funcionamento do racismo no Brasil às hierarquias “raciais” de outras sociedades fundadas pelo colonialismo europeu⁷⁰.

A construção de nosso modelo de sociedade é resultante do colonialismo europeu e, embora movimentos anticolonialistas de libertação tenham ocorrido, a história resultante do colonialismo apresenta vestígios sociais e culturais desse período, os quais são perceptíveis em uma profunda divisão social entre brancos e negros. Nesse sentido, Ware (2004, p. 9) questiona as forças históricas e sociais que sustentam as formações particulares da branquidade e as estratégias anti-racistas necessárias e apropriadas para subvertê-las. Indo além, poderíamos pensar na forma como essas forças constroem a negritude no Brasil.

Para adentrar nessa seara, é necessário conhecer, questionar e refletir sobre o termo branquidade. Por ser um conceito que pertence a um campo de difícil determinação, o vocábulo não é facilmente definível. Vejamos algumas abordagens possíveis.

Ware (2004, p. 9) esclarece que o termo é impreciso em virtude de abordagens metodológicas e ideológicas divergentes utilizadas para o estudo de raça, de racismo e sujeitos

⁷⁰ Aspas do autor.

raciais⁷¹. No trabalho de 2004 (p. 312), Ware levanta elementos para entender a branquidade e suas implicações:

- é um lugar de vantagem estrutural nas sociedades pautadas pela dominação racial;
- é um ponto de vista, lugar a partir do qual nos vemos e vemos aos outros e às ordens nacionais e globais;
- é *locus* de elaboração de práticas e identidades culturais, muitas vezes não marcadas e não denominadas, ou denominadas como nacionais ou “normativas”, em vez de raciais;
- é comumente redenominada ou deslocada dentro das denominações étnicas ou de classe;
- é um marcador de fronteira;
- é um lugar de privilégio, mas não é absoluto, pois é atravessado por outros eixos ou por privilégios de subordinação relativos;
- é produto da história e categoria relacional com significados socialmente construídos;
- é causadora de efeitos materiais e discursivos.

Na abordagem do *Critical Whiteness Studies*⁷² (*Estudo Crítico da Branquidade*), linha de pesquisa em voga nos Estados Unidos e no Reino Unido desde 1990, a noção de branquidade abarca a tentativa de descobrir vínculos entre formas diferentes de manifestação de racismo, como: a ideologia disseminada pela *Ku Klux Klan*; a prática policial de investigar mais comumente sujeitos que não sejam brancos; o uso de livros didáticos que potencializam a segregação racial; a postura de imaginar que ser branco é a norma e que somente as demais pessoas são racializadas (WARE, 2004, p. 9).

Para outra vertente, o conceito de branquidade relaciona-se à necessidade de expurgar das sociedades a inclinação dominadora dos brancos, forjando uma identidade racial isenta da noção de branquidade como padrão a ser seguido (ibid., p.9). Nesse caso, a formação racial é resultante de processos histórico-sociais, e a noção de raça é entendida como prática ou construto social e não como característica estática e imutável. Essa perspectiva considera o

⁷¹ Os termos “raça” e “sujeitos raciais” são mantidos por serem escolhas do autor.

⁷² Em oposição ao *Critical Whiteness Studies*, há defensores da supremacia organizados em grupos denominados de White Unity, os quais, em páginas na Internet, divulgam pensamentos e ações. A Internet revitalizou a atuação de grupos racistas, que, pela rede, disseminam propagandas e trocam informações com outros grupos (WARE, 2004, p. 12).

racismo inevitável nas sociedades humanas, posto que é causado por práticas sociais e por discursos que não podem ser mudados.

A branquidade é resultante, para Steyn (2004, p. 116), do mundo presumido como real pelos brancos, no qual identidades sociais moldadas para “raça” têm como base categorias sociais de destaque. Para ele, a branquidade fundamenta-se no “eurocentrismo”, que é o “discurso que normaliza as relações hierárquicas de poder geradas pelo colonialismo e pelo imperialismo, sem necessariamente chegar a sequer tematizar essas questões”. A branquidade é entendida como “posição social ocupada pelas pessoas de ascendência europeia, como consequência das ideologias raciais do colonialismo e do imperialismo europeus”. O autor pesquisa e desenvolve os conceitos com base na realidade da África do Sul, no entanto acredito que eles são aplicáveis ao contexto brasileiro, assim como a outros.

Steyn (2004, p. 120) pondera que os brancos são incapazes de reconhecer a existência da branquidade e que isso “permite que os indivíduos brancos ignorem o modo como a raça molda sua vida e, por extensão, como acumulam privilégios raciais”. Criados com essa ideia, são insensíveis à noção de raça e à sua importância.

A questão é que todos somos socialmente racializados por discursos com os quais convivemos. Isso para o negro é negativo e, para o branco, positivo. No entanto, os brancos se negam a enxergar as duas realidades, até porque assumir uma significa aceitar a outra.

Ware (2004, p. 12) enfatiza que a branquidade precisa ser entendida como “sistema global interligado, com diferentes inflexões e implicações, dependendo de onde e quando ela é produzida”. Somem-se a isso fenômenos como a teoria da diáspora (HALL, 2006), as transformações geopolíticas do mundo pós-colonial e da globalização das tecnologias de informação que permitiram a formação de novas identidades ou a mudança das existentes, bem como a divulgação dinâmica de culturas, que permitem a globalização dos fenômenos e das características culturais. Além disso, esse contexto cria a necessidade de se analisar a branquidade sob diversos prismas. Assim,

Uma coisa é estar atento aos modos como a supremacia branca funciona nos circuitos transnacionais. Às vezes, porém, é mais difícil acompanhar as conversas à distância que abordam a persistência do privilégio e do poder dos brancos em países que se afirmam multiculturais e democráticos (WARE, 2004, p. 12).

Logo, a branquidade pode ser entendida como “a corporificação do privilégio racial” e como “aspecto integrante do anti-racismo radical”. Para Ware, mais que entender o conceito de branquidade, é preciso trabalhar *sobre* a branquidade e *contra*⁷³ a branquidade.

4.6.2 A incorporação da branquidade: o apagamento racial do branco

Ao refletir sobre a branquidade, Roediger (2004, p. 45-46) apresenta pontos que desejo discutir. Primeiramente, o autor cita Cyril Briggs, pesquisador negro norte-americano, que afirma que “a raça, nos EUA, não era um problema negro, mas um problema de brancos”. Nesse contexto, não eram os negros que não aceitavam sua negritude, mas os brancos tinham dificuldades para aceitá-la. Assim, a negritude não seria um fardo para os negros, mas a branquidade era um fardo para os brancos.

Em segundo lugar, Roediger (p. 46) apresenta o pensamento de W. E. B. Du Bois, estudioso que postulava que

Já era suficientemente ruim que as consequências do pensamento (racista) recaíssem sobre as pessoas de cor do mundo inteiro, mas acabou sendo pior ainda, se considerarmos o que essa atitude fez com o trabalhador (branco) (...) que começou a querer não o bem-estar para todos os homens, mas o poder sobre outros homens. (...) Não amava a humanidade e odiava aos negros.

Du Bois escreve, em 1903⁷⁴, que o negro (afro-americano) vivia situação de ambivalência, entre “duas almas, dois pensamentos, duas batalhas irreconciliáveis” (apud LADSON-BILLINGS, 2006, p. 262). O estudioso coloca o negro em transcendência que lhe permite enxergar a inclusão e a exclusão. Essa noção de dupla consciência aplica-se a qualquer povo que viva à margem do paradigma dominante.

Um terceiro ponto de vista é apresentado por Coco Fusco (apud ROEDIGER, 2004, p. 46): “As identidades raciais não são apenas negra, latina, asiática, índia norte-americana e assim por diante; são também brancas. Ignorar a etnicidade branca é redobrar sua hegemonia, tornando-a natural”. Esse apagamento da etnicidade branca resultou no fato que, durante muito tempo, falar em raça ou etnia significava tratar de pessoas de cor negra. É recente a consciência de que os brancos são racializados.

⁷³ Grifo meu.

⁷⁴ No livro **The Souls of black folk**, publicado em 1903.

Já para Sovik (2005, p. 205), a branquidade é uma categoria de análise, um “conjunto de fenômenos locais complexamente arraigados na trama das relações socioeconômicas, socioculturais e psíquicas, [...] um processo e não uma coisa”. No Brasil, para o autor, a branquidade é patologia social, modelo de identidade das elites nacionais. Nesse sentido, para o branco, a branquidade pode ser “muleta social para se firmar como pessoa”. Logo, é um problema histórico e socialmente construído tanto quanto a negritude. Nessa perspectiva, a relação de exploração do negro pelo branco, que se constituiu no Brasil durante o período de escravidão, é resultado da construção da branquidade:

a minoria dominante de origem europeia recorria não somente à força, à violência, mas a um sistema de pseudojustificações, de estereótipos, ou a processos de domesticação psicológica. A afirmação dogmática da excelência da brancura ou a degradação estética da cor negra era um dos suportes psicológicos da espoliação (SOVIC, 2005, p. 209).

Du Bois (apud ROEDIGER, 2004), em trabalho intitulado **Reconstrução negra** (1935), chama a atenção para a divisão das classes trabalhadoras em brancas e negras. Para o autor, a classe trabalhadora branca apropria-se das ideias racistas das elites, porque, com elas, obtém vantagens: remuneração, ocupação de cargos, possibilidade de ascensão. Além disso, há outro fator, não-mensurável, mas igualmente revelador, o salário público e psicológico. Esse aspecto considera *status* e ganhos sociais reais associados à branquidade. O autor afirma (apud ROEDIGER, 2004, p. 55) que

Eles (os brancos) recebiam consideração pública (...) por serem brancos. Tinham livre acesso, com todas as classes de pessoas brancas, às funções públicas [e] aos parques públicos. (...) Os policiais eram extraídos de suas fileiras, e os tribunais, que dependiam de seus votos, tratavam-nos com brandura. (...) Seus votos escolhiam os ocupantes dos cargos públicos e, embora isso tivesse pouco efeito na situação econômica, surtia um grande efeito em seu tratamento pessoal. (...) Os prédios das escolas brancas eram os melhores da comunidade, situados em locais visíveis, e custavam de duas a dez vezes mais (...).

Assim, a branquidade funcionava como um salário a mais, um valor simbólico que agregava ao aspecto financeiro vantagens que os negros, mesmo com dinheiro, não poderiam adquirir. No entanto, Du Bois (apud ROEDIGER, 2004) acrescenta que, quando comparados pelos critérios dos salários ou das condições de trabalho, negros e brancos encontravam-se em idêntica situação de exploração. Mesmo assim, os brancos julgavam-se superiores.

Nesse contexto de exploração, os trabalhadores brancos criaram um discurso de afirmação de sua branquidade, no qual pregavam que não podiam ser escravizados pelo

trabalho, já que somente negros poderiam ser escravos (RACHLEFF, 2004, p. 99). Há aí uma estratégia das elites ao fragmentar os grupos de trabalhadores, opondo-os e, conseqüentemente, enfraquecendo-os. Se os dois grupos se unissem, teriam mais forças para lutar por condições dignas de trabalho. Entretanto, naquele momento, a questão étnica era mais importante.

Du Bois afirmou que a supremacia branca solapou não só a união da classe trabalhadora, mas a própria visão de muitos brancos. Ele ligou o racismo entre brancos ao desdém pelo próprio trabalho árduo, à busca de satisfação fora do emprego e a um desejo de fugir da exploração, em vez de enfrentá-la. Du Bois sustentou que esta nação (a norte-americana) e este mundo seriam melhores e mais conscientes das classes, se a herança da escravidão e do racismo não tivesse levado a classe trabalhadora a valorizar a branquidade (ROEDIGER, 2004, p. 56).

Para evidenciar as vantagens da branquidade, Rachleff (2004, p. 103) aponta elementos ligados a essa condição: acesso à habitação, às hipotecas, à educação, às oportunidades de emprego e à transferência de riqueza herdada entre as gerações. Nesse sentido, a branquidade é uma forma de propriedade que gera acesso a outras propriedades. Se não bastassem essas vantagens, a branquidade legitima a desigualdade quando se reveste de invisibilidade e naturaliza essas práticas sociais.

Assim, “a incapacidade de reconhecer explicitamente a branquidade permite que os indivíduos brancos ignorem o modo como a raça molda sua vida e, por extensão, como se acumulam os privilégios raciais” (STEYN, 2004, p. 120).

Roediger (2004, p. 45) relata que durante a infância, conviveu com questões que, de modo indireto, ajudaram-no nessa reflexão, algumas delas são:

o papel da raça na definição de como os trabalhadores brancos veem não só os negros, mas a si mesmo; o caráter disseminado da raça; a mistura complexa de ódio, tristeza e anseio no pensamento racista dos trabalhadores brancos; a relação entre raça e etnicidade.

Isso serve para ilustrar a questão da cognição social (VAN DIJK, 1998, 2000, 2002, 2003, 2005, 2007, 2008) na construção da identidade branca e da forma como o branco vê a si e ao negro.

No Brasil, estudos de Adler entendem a branquidade como forma de patologia-protesto. O branco brasileiro, que não é branco no padrão europeu, recorre à branquidade como forma de autoafirmação. Para isso, afirma seus antepassados europeus – brancos – e estuda o negro, ao lado de quem sua brancura é ressaltada (apud SOVIC, 2005, p. 210).

Além disso, Sovic lembra que “ser branco” é questão de imagem, pois “no plano ideológico, é dominante ainda a brancura como critério de estética social”. “Ser branco” é corresponder a esse padrão estético: pele clara, feições europeias, cabelo liso. Esses elementos conferem ao sujeito um papel social que outorga autoridade, permitindo trânsito livre e derrubando barreiras.

Em função desse ideal de beleza que adota as características brancas (europeias) como padrão, durante muito tempo, eram comuns textos publicitários como o abaixo, que vendiam, aliado a produtos estéticos, o padrão branco de beleza (CARNEIRO, 2003, p. 39). O texto⁷⁵ anuncia um produto que tem como vantagens proteger a “pele clara” da brasileira dos efeitos nocivos do sol. O Leite de Colonia⁷⁶ promete:

Resguardar sua pelle alva⁷⁷ e delicada de queimaduras, sardas e manchas causadas pelo rigor do sol”, pois o produto “refresca a cútis, neutralizando as injurias do sol. Leite de Colonia limpa, alveja e amacia a pelle.

Produtos como esse propagavam a ideia de que a beleza está atrelada a um modelo que prega a homogeneidade dos aspectos fenotípicos brancos e acenavam com a possibilidade de seu usuário, com o uso do produto, fazer parte do grupo considerado ideal e padrão, de acordo com critérios naturalizados pelo discurso do cinema, da propaganda, das revistas. Nesse modelo, o ideal era ser branca, loura e elegante como as grandes divas do cinema.

O estudo de textos como esse deve ser objeto de interesse da ADC porque ele expressa o poder e a dominação das elites simbólicas, principalmente aquelas que têm acesso facilitado às esferas públicas do discurso, como a mídia (VAN DIJK⁷⁸, 2005, p. 88).

Ademais, “o poder é exercido e expresso diretamente pelo acesso diferenciado aos vários gêneros, conteúdos e estilos de discurso” (VAN DIJK, 2008, p. 45). Uma elite simbólica (jornalistas, diretores, acadêmicos, artistas e outros) controla o modo de produção da articulação do discurso com base em um capital simbólico, posto que

Eles são fabricantes do conhecimento, dos padrões morais, das crenças, das atitudes, das normas, das ideologias e dos valores públicos. Portanto, seu poder

⁷⁵ Publicado na revista **Vamos Ler!**, no Rio de Janeiro, em 1942.

⁷⁶ Grafia do nome do produto, sem acento.

⁷⁷ Grifos meus.

⁷⁸ Tradução livre.

simbólico e também uma forma de poder ideológico” (VAN DIJK, 2008, p. 45).

Assim, essas elites simbólicas sustentam o aparato ideológico que permite o exercício e a manutenção do poder em sociedades da informação e da comunicação. Por meio desse poder, estabelecem e reificam padrões estéticos, comportamentais, morais e outros.

Ilustração 21 – Leite de Colônia



**Não fuja da vida
ao ar livre, receiosa
pela sua cutis!**

**Defenda sua pelle contra
sardas e manchas com
LEITE DE COLONIA.**

Não se furtie ao prazer dos sports e da vida ao ar livre, receiando as inclemências do Sol. Basta resguardar a sua pelle alva e delicada de queimaduras, sardas e manchas causadas pelo rigor do Sol.

Assim, sempre que sahir em excursões ou para a pratica do seu sport predilecto, faça uma leve massagem com Leite de Colonia sobre o rosto, collo e braços. Repita a mesma applicação quando regressar ao seu lar. De uso facil e commodo, o Leite de Colonia refresca e protege a cutis, neutralizando as injurias do Sol. Leite de Colonia limpa, alveja e amacia a pelle.

Leite de Colonia

STAFIX fixa o penteado e dá brilho ao cabelo de senhoras e cavalheiros.

Na modernidade, esses padrões estéticos perduram e ganham força com a tecnologia que cria produtos para adaptar aspectos que não se coadunam ao padrão estético oficial: pele

clara, cabelos lisos, corpo magro. E possibilitam a identificação com uma identidade ideal, principalmente para as mulheres.

Ao retomar a construção da branquidade e da negritude, vemos como variados aspectos são parte dessa constituição e como é complicado (senão impossível) pensá-los separadamente, pois, para tratar da beleza branca, adentramos na negra e vice-versa.

Ao tratar da relatividade e da instabilidade da raça, Jacobson (2004, p. 65) afirma que os estudiosos do assunto cometem alguns equívocos ou esquecimentos. Primeiro, centram-se na relação entre raça e classe social e se esquecem de outros aspectos:

- Quais são os pontos significativos de divergência e de alinhamento entre categorias como branco e negro?
- Como funcionam essas ideias (branco e negro) em um dado momento?
- Em que elas diferem?
- O que realiza cada uma delas na ordem social e para quem?
- O que está em jogo nessas versões opostas da realidade racial?

Ao questionar o que torna uma pessoa negra ou branca, o uso do verbo “tornar” confere ao questionamento a ideia de raça como construção social, uma vez que o “tornar” denota que as identidades étnico-raciais não são herdadas, mas assumidas pelo sujeito. Portanto, elas podem ser livremente assumidas ou rejeitadas, quase como opção de vida, como estilo a seguir. Nesse aspecto, Augé (2005, p. 23–24) assevera que a representação do indivíduo precisa ser pensada, porque ela é uma construção social que reproduz um vínculo social que lhe consubstancia. Assim, o social começa com o indivíduo.

4.6.3 Negritude: tornar-se ou reconhecer-se negro

Nesse ponto, considero relevante questionar, concordando com Ware (2004, p. 14), se haveria no discurso sobre raça um significado convergente do que é ser negro que atingiria a todos os negros (em todos os lugares)?

Estaria esse conceito migrando pelo mundo ajudado pelo cinema, pela Internet, pelas músicas, pelas propagandas e por outros discursos orais, escritos ou imagéticos?

Em alguns momentos históricos no Brasil e no mundo, o que tornava o sujeito negro era a falta de direitos, o confinamento a determinados espaços sociais, a falta de instrução, a obrigatoriedade do trabalho forçado, o uso da força para obrigar ao trabalho, a falta de condições sanitárias e de saúde, a coisificação. Nesse momento, o ser negro construía-se pela negação e pela segregação.

Nesse momento, ser negro era ser subclasse, o que significa ter negado o direito à identidade (BAUMAN 2005, p. 46), posto que o significado da subclasse é a *ausência de identidade*⁷⁹ ou a negação da individualidade, de um rosto. Essa subclasse é um grupo heterogêneo de pessoas que teve seu “bios” reduzido a “uma vida puramente animal, com todas as ramificações reconhecidamente humanas podadas ou anuladas”.

De outro ponto de vista, ao tentar explicar o que é ser negro, Fanon (1980, p. 16) aponta que

A experiência vivida pelo negro é uma experiência-limite; se ele tenta resumi-la para lhe esclarecer o sentido, é preciso antes de tudo reproduzir de uma maneira ou de outra, a fase de desintegração: passagem pelo nada, descida aos verdadeiros infernos que é o ser negro.

A dificuldade envolvida no “ser negro” é tão marcante e decisiva que Fanon (1980, p. 37) diz que “O negro não é um homem... O negro é um homem negro”. Ele pertence a outra “categoria” ou “classificação” (ou subclasse de acordo com Bauman, 2005), diferente daquela a que pertence o homem branco, o “homem normal”. Assim como afirma que “de um homem (as pessoas) exigiam uma conduta de homem. De mim, (homem negro) uma conduta de homem negro – ou pelo menos uma conduta de preto (...)” (FANON, 1980, p. 147).

Nesse sentido, afirma Fanon que outras minorias, como os judeus, são perseguidas, mas a perseguição se dá por comportamentos assumidos ou pela caracterização como membro da minoria. No entanto, no caso do negro, essa possibilidade não existe. Segundo ele, o negro é escravo não da ideia que os outros dele têm, mas escravo de sua aparência. Assim, continua, “quando gostam de mim, dizem-me que á apesar da minha cor. Quando me detestam, acrescentam que não é por causa da minha cor. Sou em ambos os casos prisioneiro do círculo infernal” (FANON, 1980, p. 149).

De certa forma, os papéis sociais, as identidades sociais, as diferenças estabelecidas entre brancos e negros estão tão enraizadas e profundas que Fanon (1980, p. 20) acredita que “a morbidez psíquica e as anomalias afectivas (...) encerram o branco na sua brancura, o negro na

⁷⁹ Grifo do autor.

sua negrura, e os tornam tanto a um como ao outro incapazes de qualquer passagem universal” (FANON, 1980, p. 20).

É importante ainda considerar o que afirma Steyn (2004, p. 124): “a identidade se constrói no diálogo que o indivíduo mantém com a compreensão que as outras pessoas têm de quem ele é”. Por isso, acredito que o ser branco ou ser negro é mais que se olhar no espelho e ver características fenotípicas. É olhar e reconhecer-se no olhar do outro, que confirma ou nega sua identidade. Complementando essa ideia, Britzman⁸⁰ (2004, p. 162) expõe que

As realidades da diferença, em si mesmas, são neutras. É o narcisismo que transforma a diferença num espelho. Nesse espelho, o narcisista não vê os outros em si e por si mesmos: só os vê tais como se refletem nele ou como o julgam. Aquilo que é diferente é rejeitado, quando não confirma a opinião que o narcisista tem de si mesmo.

Enfim, ao refletir sobre os conceitos de branquidade e de negritude, uma das conclusões a que se pode chegar é que eles não podem ser analisados separadamente. Conforme Ware (2004, p. 17 – 18),

Uma leitura crítica, cuidadosa, da reluzente cultura global confirma a necessidade de manter as definições da negritude e da branquidade relacionadas entre si, analisando-as como abstrações, sem perder de vista as situações e contextos específicos em que a raça é posta em jogo. [...] é necessário sustentar uma dimensão internacional no estudo da branquidade que direcione o foco para a identidade racial dominante, as maneiras como o racismo escora a injustiça social e estrutura a desigualdade, e os modos pelos quais aqueles que são categorizados como brancos podem fazer um trabalho consciente para se rebelar contra a branquidade. Em vez de se perguntar o que torna as pessoas negras ou brancas, talvez devesse haver foros públicos organizados em torno de pergunta: o que torna você NÃO-branco?

Na verdade, ao pensar nesses aspectos conceituais em uma sociedade miscigenada, é extremamente relevante considerar a separação conceitual como elemento didático, que nos auxilia a ver os dois lados – branquidade e negritude -, mas que não deve nos levar a dicotomizá-los como opostos.

⁸⁰ O autor apresenta a ideia ao tratar da questão do narcisismo, segundo Freud, como uma característica psicológica que provoca a agressividade em relação ao outro.

4.7 Fechamento das idéias

Para concluir esse levantamento teórico, é preciso considerar que, no mundo moderno, as culturas nacionais constituem uma das principais fontes de identidade cultural. Mas longe de ser algo espontâneo e natural, toda identidade é construída e fabricada em processos linguísticos e sociais de natureza ideológica. É inegável que o local onde nascemos condiciona nossa nacionalidade ou naturalidade. No entanto, não podemos deixar de constatar que a identificação de um sujeito com determinada região geográfica (país, estado ou cidade), antes de ser um dado que lhe é natural, é, de fato, fruto de um processo de construção social e discursiva. Há estratégias representacionais acionadas para construir um senso comum acerca do pertencimento a um grupo.

Identidade, portanto, é uma questão discursiva. Ou seja, diferentemente do que o senso comum costuma acreditar, a identidade social não é algo dado, algo peculiar a um indivíduo ou grupo porque ele é naturalmente como é (nordestino, *gay*, negro, judeu etc.). Ao contrário, as identidades são realizadas como trabalho simbólico dos indivíduos em sua cultura e com sua cultura. Não existe uma relação direta entre atribuições de identidade e o mundo “real”. Entre um e outro existe uma mediação, constituída pelos processos de apreensão e elaboração simbólica, que inclui, em especial, estratégias de mediação linguístico-discursivas. A forma como falamos de nós mesmos, dos outros e com os outros representa uma prática identitária com um *ethos* próprio (MAGALHÃES, 2001).

Enfim, como ressalta Hall (2003, p. 18),

A identidade é definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas [...] A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia.

4.8 O brasileiro em frente ao espelho

Para dar seguimento ao trabalho, passo à análise de questionários aplicados para responder ao segundo questionamento: **“Como o brasileiro se representa com relação à cor, à etnia ou à raça?”**

Antes de passar à análise, é importante explicar que ela será realizada considerando que as identidades formam-se em processos perpassados por escolhas individuais e por convenções sociais em que o indivíduo exercita a pertença a grupos sociais os quais serão fundamentais para seu posicionamento como sujeito. Não é um processo sem crises, uma vez que elas são componentes das identidades principalmente na pós-modernidade. É processo dinâmico, em que sujeitos controem-se, são construídos e reconstruídos continuamente.

Para esse trabalho analítico, serão verificadas as formas como os sujeitos se identificam quanto à etnia, à cor ou à “raça” nas respostas aos questionários, empregando as categorias propostas por Fairclough (1992, 2003).

4.8.1 Aplicação de questionário: ser ou não ser?

A aplicação do questionário aconteceu nos meses de setembro e outubro de 2008. A abordagem deu-se de modo espontâneo, momento em que as pessoas eram informadas sobre a pesquisa e solicitadas a preencher o questionário. Poucas se negaram a participar, mas muitas demonstraram incerteza quanto à resposta a ser dada. Foi muito comum o fato de as pessoas me perguntarem o que eu achava que elas eram (como deveriam se identificar). Nesses casos, eu dizia que meu modo de ver não era importante, mas o modo como elas se identificam.

Também foi frequente as pessoas entregarem o questionário e pedirem para que ele fosse colocado no meio dos outros, para que, naquele momento (ou seja, na frente delas), eu não visse o que havia sido respondido. Considerei que esse comportamento demonstra insegurança com relação à resposta dada ou medo da minha possível avaliação, mesmo considerando que os questionários não pediam identificação.

Passo então ao levantamento quantitativo dos elementos coletados.

4.8.2 Os sujeitos

Dos 100 questionários aplicados, 30 (30%) foram respondidos por homens e 70 (70%) por mulheres com idades que variam de 18 a 55 anos. A diferença numérica entre homens e mulheres, constatada na tabulação dos dados, pode ter sido motivada por alguns fatores:

- a) maior presença de mulheres no local, o que não é motivado por nenhum elemento objetivamente encontrado, já que os serviços oferecidos no local são procurados por homens e mulheres;
- b) uma tendência da pesquisadora a abordar mais mulheres que homens, o que não foi percebido no momento da coleta de dados;
- c) o fato de não ter estabelecido *a priori* que o número de homens e de mulheres deveria ser igual.

Uma vez aplicados os questionários, optei por trabalhar com os dados coletados, e com o universo que se formou.

4.8.3 Identidades étnico-raciais: como os sujeitos se veem

Passo agora à análise das respostas à questão: **Como você se classifica quanto a sua cor (etnia ou raça?).**

Penso que cabe uma explicação sobre a forma como a questão foi formulada. No primeiro momento, pensei em usar apenas o termo etnia; logo depois, conclui que ele é pouco conhecido pelas pessoas, o que se constatou na aplicação dos questionários, quando muitas questionaram o seu significado. No entanto, considerava inadequado usar cor ou raça, tendo em vista a discussão desenvolvida no capítulo 2 deste trabalho. Por isso, após reflexões, optei por colocar da forma apresentada.

Para proceder à análise, as repostas serão abordadas em grupo, de acordo com a seguinte divisão: branco, pardo, moreno e negro.

4.8.3.1 “Sou branco(a)”

Dos 100 questionários, 25 apresentavam respostas que os relacionava à etnia branca. Dessas, 17 responderam apenas “branco” ou “branca”; e oito deram respostas com alguma variação:

- | |
|-----------------------------------|
| [1.1] Branca – raça (três vezes). |
| [1.2] Minha cor é branca – raça. |
| [1.3] Branco caucasiano. |
| [1.4] Branca (caucasiana). |
| [1.5] Branco-amarelada |
| [1.6] Branca, levemente morena. |

Como se pode perceber, há objetividade do sujeito ao declarar-se branco, uma vez que 17 pessoas (68%) pertencentes ao grupo apontaram como resposta apenas “branco(a)”. Em quatro casos, aparece a colocação da palavra “raça” como forma, a meu ver, de o sujeito apontar que sua resposta relaciona-se a esse conceito e não ao de cor ou de etnia que constavam da pergunta. Esse fato pode ser consequência do uso corrente do termo em nossa sociedade, e do fato de ele ser mais familiar ao entrevistado.

Outra possível explicação para o uso do termo seria, porque a palavra raça

faz parte da linguagem (e do pensamento) de muitos e se isso não atesta a validade do conceito, o torna fácil de compreender e difícil de substituir por outros conceitos, mais adequados para descrever a diversidade humana” (BARBUJANI, 2007, p. 13).

Cashmore (2000) sugere pensar o termo raça em três aspectos: como classificação, como significante e como sinônimo. Primeiramente, raça com classificação implica a ideia de um grupo ou categoria de pessoas conectadas por uma origem comum ou ainda características comuns apresentadas em virtude de uma mesma ascendência. A raça como significante entende que o termo é mutável e

significa diferentes coisas para diferentes pessoas em diferentes lugares na história e desafia as explicações definitivas fora de contextos específicos. A

maneira pela qual o significante raça é decodificado e lido pelos sujeitos é conhecida como significado e isso, mais uma vez, só é possível pelo uso das regras do discurso (ibid., p. 451).

Já o sentido de raça como sinônimo refere-se a uma “variedade de espécies que desenvolveram características distintas por meio de isolamento, mas ainda não perderam a capacidade de procriar e produzir híbridos férteis com outras subespécies da mesma espécie” (ibid., p. 453).

A meu ver, nos depoimentos coletados nos questionários, o uso do termo refere-se ao conceito de raça como classificação, relacionando-se a origem ou a características partilhadas pelo grupo.

Em outras respostas, o termo “caucasiano” aparece em duas construções e, se comparado ao sentido dicionarizado, apresenta vagueza no uso (ILARI, 2006). Segundo Ferreira (1996, p. 371), caucasiano é termo relativo ao Cáucaso, usado para referir-se às línguas não indo-europeias faladas no Cáucaso ou ao natural ou habitante do Cáucaso. Já o termo “caucasóide” designa

a maior divisão étnica da espécie humana, que tem características distintivas, tais como a cor da pele (que varia de muito clara à morena), cabelos finos (de lisos a ondulados ou crespos). Essa divisão inclui povos nativos da Europa, norte da África, sudoeste da Ásia e subcontinente indiano; ou qualquer habitante dessas regiões e os seus descendentes que habitam outras partes do mundo.

Caucasóide é um termo cunhado por Friedrich Blumenbach⁸¹, ao propor a existência de cinco raças humanas: caucasóide, mongolóide, etiópica, americana e malaia. Para ele, caucasóide era a raça humana perfeita e incluía os nativos da Europa, do Oriente Médio, do Norte da África e da Índia. Sua classificação vigorou até o século XX, quando a análise do fenótipo foi substituída pela do genoma (PENA, 2007, p. 38).

Com base nas definições, podemos entender que a expressão “branco caucasiano” é ampla e denomina boa parte dos brasileiros. No caso, o adjetivo “caucasiano”, que deveria restringir ou especificar o substantivo que acompanha, na verdade, abre uma série de possibilidades de interpretações. Sendo, inclusive, equivalente ao termo “branca, levemente morena”, que seria um tipo de “branco caucasiano”, por isso considere que as duas expressões são, nesse contexto, equivalentes. Aqui, temos, ao considerar as categorias de Fairclough (1992), um exemplo em que o **sentido da palavra** é aberto a interpretações diversas. Segundo

⁸¹ Antropólogo alemão.

Fairclough (1992, p. 103), “o significado de um forma é geralmente heterogêneo, um complexo de significados diversos, sobrepostos e algumas vezes contraditórios”, mas o autor assevera que “os intérpretes geralmente reduzem essa ambivalência potencial mediante opção por um sentido particular, ou um pequeno conjunto de sentidos alternativos”, o que, a meu ver, nesse caso, não aconteceu.

Resta ainda pensar o termo “branco-amarelado”, usado pelo sujeito como termo composto. Nesse caso, penso que equivale ao uso nos questionários do “branco caucasiano”, pois ambos referem-se a um tipo de branco que não seria o “puro” (se é que podemos usar o termo), uma vez que precisa ser especificado pelo adjetivo que o acompanha. Nesse caso, já estou reduzindo o **sentido da palavra** a uma interpretação particular.

Penso que, nos casos (1.3), (1.4), (1.5) e (1.6), o sujeito classifica-se como branco, mas essa classificação é parcial, talvez por incerteza, por insegurança, ou por essa classificação não ser condizente com o olhar do outro. Daí, a necessidade de especificação pelo uso do adjetivo.

A análise deste primeiro grupo já deixa claro um aspecto que será recorrente nas respostas coletadas: a diversidade na unidade, pois, quando comparadas ao montante de 100 respostas, essas guardam uma unidade, um elemento unificador que as agrupa: o ser branco. Entretanto, nessa unidade, também reside a diversidade: branco, caucasiano, branco-amarelado. Logo, somos únicos, mas também somos plurais; ou como afirma Arendt (2005, p. 16), “A pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir”.

4.8.3.2 “Classifico-me como parda”

Dentre os entrevistados, 36 pessoas declararam-se pardas. Delas, 25 usaram apenas o termo “pardo” ou “parda”. As demais, 11, recorreram aos seguintes termos:

- [2.1] Cor parda.
- [2.2] Etnia – pardo.
- [2.3] Raça (cor parda).
- [2.4] Sou parda (duas ocorrências).
- [2.5] Sou de cor parda.

[2.6] Parda (amarela).

[2.7] Classifico-me como parda (duas ocorrências).

[2.8] Misturada, mas acho que é parda.

[2.9] Me considero parda por obrigação e morena por ser.

A variação no uso de termos relacionados ao “pardo” aumenta, se comparado ao grupo “branco”. É relevante considerar a variabilidade de usos dos termos “cor”, “etnia” e “raça” nas declarações, o que, a meu ver, demonstra incerteza quanto aos seus sentidos e usos.

O termo “cor” aparece três vezes, uma delas, em (2.5), ao lado de “raça”, usado como explicação para o termo “Raça (cor parda)”, ou podemos pensar em incerteza - “cor” ou “raça” parda? – e, na dúvida, o declarante opta pelo uso de ambas. Poder-se-ia pensar ainda em uma lexicalização alternativa (FAIRCLOUGH, 1992), por causa da implicação ideológica da escolha do par.

O termo “etnia” aparece apenas uma vez, em (2.2) e “raça” também uma vez, em (2.3). Nesses casos, o termo usado como mais recorrência é “cor”.

Chamam a atenção os depoimentos (2.8) - “Misturada, mas acho que é parda” - e (2.9) - “Me considero parda por obrigação e morena por ser”. O (2.8) demonstra incerteza quando ao modo de classificação. Esse sujeito provavelmente não se vê como “pardo”, visto que, diferentemente de outros que declaram “sou pardo”, ele declara “**acho** que sou pardo”. A escolha do verbo “achar” evidencia a incerteza e o fato de a escolha ser pessoal. Além disso, no campo da **coesão** ou das **relações gramaticais** (FAIRCLOUGH, 1992, 2003), o uso da conjunção adversativa “mas” estabelece a oposição entre as ideias.

Interessante notar que, mesmo com a aparente contração, em que o sujeito primeiro afirma “Misturada” e depois aponta uma oposição “mas acho que é parda”, o texto apresenta **coerência** (FAIRCLOUGH, 1992, 2003), pois suas partes estabelecem um sentido entre si por meio da parataxe.

Entretanto, o depoimento “Me considero parda por obrigação e morena por ser” abre um leque de interpretações das **relações semânticas** (FAIRCLOUGH, 2003):

a) o sujeito vê de modo diferente os conceitos de “pardo” e de “moreno”; ou

b) há contradição entre o ser e o dever ser (obrigação). Logo, esse sujeito divide-se entre dois grupos: considera-se pertencente a um – o grupo dos morenos; e obrigado a ver-se como pertencente a outro – o grupo dos pardos. A ideia de “obrigação” não é explicada, mas pode ser

decorrente do modo como o indivíduo é socialmente classificado, visto que o termo “pardo” é usado nas certidões de nascimento como classificação étnico-racial e pode decorrer desse fato a obrigação de considerar-se no grupo dos “pardos”.

No entanto, aparentemente, não é essa identidade étnico-racial que o sujeito assume, uma vez que se entende e se representa como “moreno”. Nesse depoimento, temos a representação da crise identitária étnico-racial decorrente dos usos sociais dos termos relacionados à cor negra e também a clara incompatibilidade entre a construção identitária individual e a social. Essa questão é abordada por Barbujani (2007, p. 53), ao apontar que o debate sobre raças nos obriga a fazer perguntas essenciais sobre nós mesmos, perguntas que seria mais simples evitar.

Em biologia, o termo raça é usado tradicionalmente para definir grupos de indivíduos distintos no interior de uma mesma espécie (BARBUJANI, 2007, p. 54). O problema surge quando, no âmbito de seres humanos, precisamos definir “grupos de indivíduos distintos”. Para buscar uma solução, Barbujani (2007, p. 54) – apoiando-se em estudos de Ernst Mayr – propõe que se considere três aspectos: a) em uma espécie pode haver ou não raças; b) cada raça está associada a uma dimensão espacial, a uma região geográfica bem definida pelos menos de início; c) é necessário haver divisas nítidas entre os grupos, marcantes o suficiente para que um grupo esteja bem circunscrito em relação ao outro.

Ainda biologicamente falando, a raça é resultado do isolamento de duas populações da mesma espécie que começam a acumular diferenças. As mutações que acontecem em uma não acontecem na outra devido ao isolamento. Não havendo trocas, depois de algum tempo, as duas populações terão características diferentes (inclusive geneticamente). Assim, formarão dois grupos distintos, ou seja, duas raças. Se a divisão permanecer, poderão derivar duas novas espécies. Logo, a raça é o estágio intermediário na formação de espécies distintas (ibid., p. 61).

Voltando ao aspecto étnico-racial, é preciso questionar se essas diferenciações são perceptíveis ou significativas em grupos humanos? E mais importante ainda, essas diferenciações são pertinentes em uma sociedade altamente miscigenada como a brasileira?

Pensando na formação das identidades pessoais, Larrain (2005, p. 324) considera que as identidades individuais somente se constroem na interação simbólica com os outros. Essa identidade constitui-se de um processo em que os indivíduos se definem a si mesmos em estreita interação com as outras pessoas. Nesse movimento, o sujeito não experimenta a si

mesmo de modo direto, mas indireto. É objeto de si mesmo e o faz ao considerar as atitudes dos outros em um processo simbólico e também contextual.

No caso do grupo pardo, temos duas respostas – (2.8) e (2.9) – que apresentam uma justificativa à declaração apresentada.

4.8.3.3 Me considero moreno. Me considero mulato.

Parto para a análise de dois tipos de respostas: moreno e mulato. As classificações foram agrupadas devido à baixa incidência de respostas. Para “moreno”, houve dez ocorrências. As declarações foram: quatro pessoas disseram apenas “morena”; duas pessoas declaram-se como “morena clara”; as demais foram:

- | |
|---|
| [3.1] Eu sou morena.
[3.2] Pele morena clara.
[3.3] Morena (branco + negro)
[3.4] Me considero morena. |
|---|

As respostas diferentes variaram a forma de fazer a declaração, exceto a resposta “Morena (branco + negro)”, que mostra os fatores que resultaram na classificação. Nesse caso, há uso de uma **metáfora** (FAIRCLOUGH, 1992) para expressar a classificação, e, no lugar do texto convencional, aparece uma fórmula matemática.

Para “mulato”, temos duas declarações: “mulato” (ocorre duas vezes) e “mulata/negra”. A primeira, mais direta, demonstra certeza quanto ao uso do termo. A segunda mostra indecisão, uma vez que os termos “mulato/negro” aparecem juntos, como equivalentes, apesar de sabermos que, no senso comum, para o brasileiro, o “mulato” é diferente do “negro”. É relevante ainda pensar que o termo “mulato” topicalizado, aparece antes de “negro”, o que deixa entrever a possibilidade de que o sujeito se sinta mais mulato que negro.

O termo mulato é definido como “aquele que descende de brancos e negros; mestiço de negro, índio ou branco, de pele morena clara ou escura, pardo, fulo; pessoa mulata” (ABL, 2008, p. 886). Pela definição, fica claro que os termos não deveriam ser usados como equivalentes.

Assim, mais que pensar no uso dos termos, é necessário pensá-lo no contexto brasileiro, o qual determinará a formação de uma cognição social específica. A cognição social é, para van Dijk⁸² (2003c, p. 89), um sistema de estruturas mentais e de operações adquiridas, usadas e modificadas em contextos sociais por atores sociais e por membros de grupos sociais, organizações e culturas. Esse sistema é composto de subsistemas, como o conhecimento, as atitudes, as ideologias, as normas e os valores, que afetam o discurso e as práticas sociais. Para o autor, há relações complexas entre conhecimento, texto e contexto, que podem ser explorados por meio da Análise de Discurso, como está sendo feito nesta pesquisa.

4.8.3.4 Sou negro.

Vejam agora as ocorrências do termo “negro”. Houve 20 no total, delas 13 declarações que adotaram apenas o termo “negro” ou “negra”. Sete pessoas declararam-se negras, mas elaboraram respostas diferentes das anteriores, são elas:

- (4.1) Raça (negra).
- (4.2) Afrodescendente (negro).
- (4.3) Afro-descendente – negro.
- (4.4) Quanto a cor, me considero negro.
- (4.5) Negro (embora seja definido na identidade como “pardo”).
- (4.6) Negra, apesar de não ter todos os traços da raça negra.
- (4.7) Analisando o histórico de minha família me considero negra.

Inicialmente, há declaração de pertença à raça negra em (4.1). Os exemplos (4.2) e (4.3) apontam o uso do termo “afrodescendente”, que, nos dois casos, aparece explicado pelo termo “negro”, o que sugere a necessidade de informação adicional para que a resposta seja compreendida.

Para Soares Filho (2008), o período pos-escravagista foi responsável pelo surgimento do racismo contra o afrodescendente recém-liberto, uma vez que as elites intelectuais e científicas – por meio de um discurso pseudocientífico – divulgaram a ideia de inferioridade física e intelectual da etnia negra, julgando-a como empecilho para o desenvolvimento do País e

⁸² Tradução livre.

criando a necessidade de embranquecimento do povo brasileiro. Assevera que o termo “afrodescendente” é hoje utilizado para a quase totalidade dos brasileiros que possui características fenotípicas (cor da pele, traços fisionômicos, textura do cabelo etc.) ou identidade (cultural, religiosa etc.) exclusiva ou predominantemente africana.

Em (4.4) “Quanto a cor, me considero negro”, há aparente intenção de explicitar que a declaração é relativa à cor e não um dos outros aspectos sugeridos. Isso porque a pergunta era **“1. Como você se classifica quanto a sua cor (etnia ou raça)?”**. Nesse caso, a classificação é apenas da cor e não inclui os elementos “etnia” e “raça”. O exemplo demonstra que, para esse declarante, os conceitos são diferentes.

Os exemplos seguintes são significativos por construírem a definição (classificação) com base em oposição; “(4.5) Negro (embora seja definido na identidade como “pardo)” e “(4.6) Negra, apesar de não ter todos os traços da raça negra”. Novamente, as relações gramaticais (FAIRCLOUGH, 2003) entre as orações se estabelecem de forma harmoniosa, sendo estes dois dos poucos exemplos em que ocorre a hipotaxe.

No caso de (4.5), o sujeito declara-se negro, assume a identidade negra, em oposição ao discurso oficial que o define como “pardo” (provavelmente na certidão de nascimento e não na identidade). Nesse caso, são mais relevantes os critérios pessoais que os oficiais. Embora o esperado seja a aceitação do discurso oficial, o sentimento de pertença é desenvolvido com relação ao grupo negro.

Em (4.6), a negação é da própria classificação: “Negra, apesar de não ter todos os traços da raça negra”. Nesse caso, a declarante classifica-se como negra, mas nega a pertença total ao grupo, quando afirma que “apesar de não ter todos os traços da raça negra”. Acredito que a declaração iniciada com “apesar de” (conjunção subordinativa concessiva) apresenta um elemento que tenta atenuar a declaração anterior “Negra”: “sou negra, mas não como os outros negros”. Além disso, é relevante o uso do termo “todos”, pois dá a entender que será negro somente aquele sujeito que apresentar todas as características do grupo. A meu ver, esse trecho, novamente, aponta a crise de identidade étnico-racial.

Para aprofundar o ponto, é digno de menção o pensamento de Pena (2007, p. 40) ao afirmar que o pensamento racista agrega todos os membros do grupo diferente como se fossem iguais e gera a dificuldade de reconhecer a individualidade de cada pessoa em outros grupos étnicos. Esse tipo de postura pode ser expressa em frases como “Eles parecem todos iguais, mas nós somos todos diferentes uns dos outros”. Quando se nega a individualidade, os membros do grupo são objetivados e desumanizados. É como se se afirmasse: “Eu sei a raça dele(a),

portanto sei como ele é”. Talvez, a resposta (4.6) seja uma forma de o sujeito se excluir desse grupo homogeneizado pelo discurso racista e dominante.

Em (4.7), temos o único caso em que a resposta sustenta-se na ancestralidade “Analisando o histórico de minha família me considero negra”. Nesse caso, o sujeito desenvolve o sentimento de pertença devido ao histórico de seu grupo familiar, ou, como em (4.6), busca uma forma de diferenciar-se: minha família é assim, por isso me classifico assim, mas não sou assim.

No grupo autoclassificado como negro, aparecem três respostas – (4.7), (4.8) e (4.9) – que apresentam justificativa. Esse fato pode ser entendido como mera coincidência ou, como penso, ser resultado da necessidade do grupo negro de explicar-se, justificar-se quanto à origem étnico-racial.

Parece-me que essa postura tem relação com a construção social das identidades negras e com o fato de o sujeito negro estar constantemente em situação de ter de afirmar e autoafirmar sua identidade étnico-racial, mesmo quando isso é feito como forma de optar pela etnia negra, como ocorre em (4.5).

4.8.3.5 Os divergentes

Dentre as respostas coletadas, há quatro declarações que serão consideradas a parte, por não pertencerem a nenhum dos grupos anteriormente analisados. São elas:

- | |
|--|
| (5.1) Caucasiano.
(5.2) Mameluco.
(5.3) Mestiço, feliz e realizado.
(5.4) Amarela, aparentemente. Mas olhando a fundo sou colorida. |
|--|

Em 5.1 (Caucasiano), como vimos na definição do termo, a resposta poderia ser substituída por uma forma como “moreno” ou “pardo”, no entanto o declarante optou pela forma apresentada. A resposta gerou, então, uma dúvida: o sujeito utilizou o termo caucasiano, como nas demais respostas em que ele aparece, de modo equivocado ou o usou pensando no conceito de moreno ou de pardo?

À primeira vista, a opção pelo termo demonstra desconhecimento em relação ao seu significado ou em relação à sua autoclassificação.

Em (5.2), há a única resposta em que o termo mameluco é apontado como classificação. O mameluco é “o mestiço de branco com índio ou de branco com caboclo”⁸³ (ABL, 2008, p. 815). Nesse caso, a classificação provavelmente tenha sido decorrente de análise da ancestralidade.

As respostas (5.3) e (5.4), a meu ver, as mais insólitas, mostram facetas que, sinceramente, eu não esperava encontrar. Relembrando que a pergunta era “Como você se classifica quanto a sua cor (etnia ou raça)?”, em (5.3), temos “Mestiço, feliz e realizado”, resposta em que o sujeito aponta, além da autodefinição étnico-racial, dois adjetivos “feliz” e “realizado”. Acredito que o uso mostre a relação entre esses estados (feliz e realizado) e a identificação étnico-racial, ressaltando que o sujeito mestiço pode ser realizado e feliz.

Em (5.4), aparece “Amarela, aparentemente. Mas olhando a fundo sou colorida”. Na verdade, há duas classificações – amarela e colorida – que se relacionam paradoxal ou complementarmente, dependendo de como analisamos. Se, de um lado, considerarmos o paradoxo, entenderemos que o ser amarela (ter apenas a cor amarela) exclui o ser colorida (que implicaria ter várias cores). De outro lado, complementarmente, podemos pensar que ser colorida é ter cor, logo amarelo e colorido não se opõem; na verdade, se completam, pois o ser amarela é ser colorida (ter uma cor).

No entanto, o uso da conjunção “mas” (**relação gramatical**, segundo Fairclough, 2003) entre as duas ideias estabelece relação de oposição. Além disso, temos de pensar em outros usos:

- o amarelo é aparente (“Amarela, aparentemente”), é aquilo que primeiro se vê; é apenas a aparência e não a essência;
- o colorido é aquilo a que chega quem analisa com mais cuidado, quem “olha a fundo” e vê a essência.

Assim, penso que o sujeito pode ter usado o termo colorido não como referência a cores simplesmente, mas para mencionar todas as cores e etnias existentes no Brasil. Como já vimos no capítulo 2, o termo cor é usado como muita frequência para representar identificação étnico-racial, logo não seria inusitada a relação entre colorido e miscigenado. Um sujeito

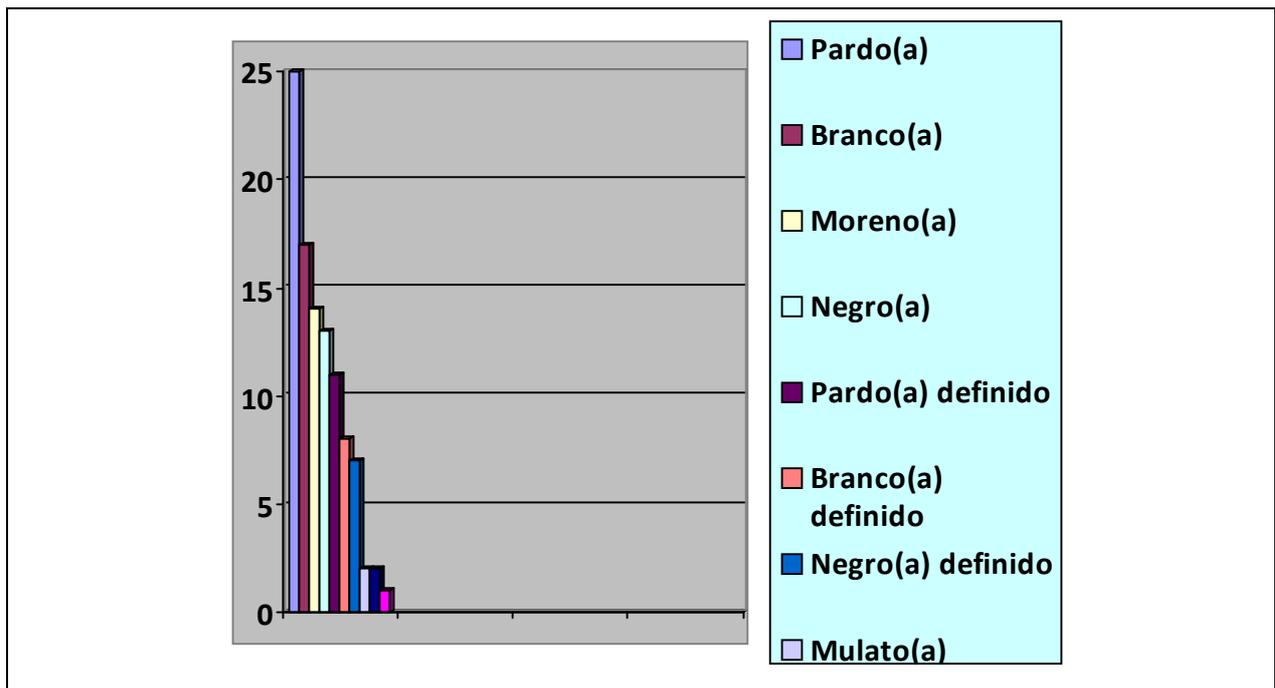
⁸³ Mestiço de branco com índio (ABL, 2008, p. 242).

miscigenado seria um sujeito colorido (um sujeito que carrega um pouco de cada uma das etnias que compõem o Brasil).

4.9 Estabelecendo as relações

Para sintetizar as ideias analisadas até este ponto, vejamos em um gráfico o comparativo entre as respostas apresentadas para a questão. Elas foram apresentadas de dois modos: aquelas que deram respostas diretas - branco(a), negro(a), mulato(a), pardo(a) – e aquelas que, de algum modo, justificaram a respostas dada, nesses casos aparece a palavra “definido”.

Ilustração 22 – Comparativo das respostas



Fonte: elaboração da autora

Pela leitura do gráfico, constatamos que:

- a) **Com relação aos brancos:**
 - 17 pessoas recorreram apenas a branco(a);

- 8 sujeitos definiram o termo branco.
 - 47% dos que se declararam brancos precisaram justificar sua classificação.
- b) **Com relação aos pardos:**
- 25 pessoas se declararam pardas e não restringiram, qualificaram ou especificaram o termo;
 - 11 pessoas assumiram o pardo definindo-o com algum outro termo;
 - 44% dos que se declararam pardos precisaram justificar sua classificação.
- c) **Com relação aos morenos:**
- 14 pessoas se declararam mulatos(as);
 - 1 pessoa usou o termo acompanhado de elemento definidor;
 - 7,1% dos que se declararam morenos precisaram justificar sua classificação.
- d) **Com relação aos negros:**
- 13 usaram apenas negro(a);
 - 7 usaram negro e uma palavra ou expressão para defini-lo;
 - 2 recorreram ao par mulato/negro;
 - 53,8% dos que se declararam negros precisaram justificar sua classificação.

Esse capítulo tem como objetivo responder a seguinte questão; “**Como o brasileira se representa com relação à cor, à etnia e à raça?**”. Após essa parte da análise, considero que os dados já delineiam algumas constatações sobre as identidades étnico-raciais do brasileiro:

- O grupo moreno, aparentemente, encontra-se muito seguro em sua definição, havendo baixíssima taxa de uso de termo definidor.
- O grupo pardo está em espaço mais indefinido, buscando, por isso, mais recorrentemente o uso do termo definidor.
- O grupo branco, assim como o pardo, encontra-se em terreno pouco definido, pois recorreu mais que o anterior ao termo definidor.
- O grupo negro, de acordo com os dados, é o que mais incerteza tem com relação a sua definição étnico-racial, uma vez que foi o que mais usou termo definidor.

Com relação às categorias analisadas de Fairclough (1992, 2003), podemos constatar que, no vocabulário, apareceram poucas metáforas, lexicalizações alternativas e casos de dubiedade no sentido da palavra. Com relação à gramática e às relações gramaticais, há algumas contradições (ideológicas) marcadas pelo uso de conectivos que expressam oposição ou concessão, não há apagamento do agente das sentenças, nem uso da voz passiva, logo prevalece a ativa. Ainda nas relações gramaticais, percebeu-se o uso adequado dos elos de coesão (mesmo para marcar as contradições identitárias ou ideológicas), o que contribuiu para a coerência dos enunciados.

Nesse ponto, retomando o aspecto de uso do vocabulário, cabe ressaltar que o uso do termo definidor pode apontar duas possibilidades: incerteza com relação à própria identidade étnico-racial (por isso ela precisa ser explicada, justificada) ou crise com relação à identidade étnico-racial construída pelo outro para si.

O primeiro caso pode ser decorrente da configuração étnico-racial do País, que recebeu povos de muitas origens, teve processo ímpar de miscigenação e secularmente silenciou-se com relação às diferenças étnico-raciais. Nesse cenário, não é difícil encontrar sujeitos que, como no momento de resposta ao questionário aplicado para essa pesquisa, procuram no olhar ou na opinião do outro a resposta para sua classificação e sua pertença. Acho que não é uma crise de identidade, eu diria um vazio de identidade, uma falta de lugar étnico-racial.

Esse vazio é motivado pela pouca importância dada à questão étnico-racial no Brasil. Aqui, é mais comum se falar de classe social e atrelar a ela todos os problemas sociais por que passam os sujeitos. Tudo é decorrente das diferenças socioeconômicas. O resto não tem importância, porque, afinal, vivemos em um paraíso racial. Nesse contexto, não é preciso pensar em posicionamentos étnico-raciais, principalmente porque, por trás deles, há uma hierarquia classificatória, da qual não se fala, na qual não se pensa, a qual não se discute.

Tudo isso, quando combinado, gera um quadro de vazio identitário étnico-racial, no qual não nos entendemos como sujeitos (também) étnico-racialmente definidos. É mais simples ser brasileiro, ser católico, ser classe média, ser flamenguista, ser petista...

Some-se a isso o segundo ponto: a crise com a identidade étnico-racial construída pelo outro para si. O primeiro ponto explica o segundo, pois, nessa hierarquia classificatória, todos sabemos (apesar de silenciarmos) que algumas identidades são mais valorizadas que outras, daí a necessidade de justificar, para dizer que sou, mas não queria ser; que sou, mas não deveria ser; que sou, mas meu documento (o discurso legal) diz que não sou.

Retomando a questão norteadora deste capítulo (**Como o brasileiro se identifica com relação à cor, à etnia ou à raça?**), acredito que a análise me possibilita afirmar que a identificação étnico-racial de boa parte dos brasileiros ainda acontece de modo inseguro; que, como os dados mostram, a construção configura-se sem uma expressão (uma face) definida.

Conforme explicitado anteriormente, estou considerando que as identidades são processuais e que sua formação é perpassada por escolhas individuais e por convenções sociais, nas quais o sujeito vê-se ou não como pertencente a grupos sociais, os quais colaboraram para seu posicionamento como sujeito em todos os âmbitos, inclusive no étnico-racial.

Mas não posso deixar de retomar um apontamento de Bauman (2005, p. 44), anteriormente citado, no qual ele afirma que a identificação fragmenta de forma divisiva e fortemente diferenciadora, opondo aqueles que constituem suas identidades de modo mais ou menos autônomo àqueles que não têm o acesso à escolha da identidade, que não podem manifestar suas preferências e que são oprimidos por identidades imputadas, das quais se ressentem, mas não podem abandonar. Conforme o autor, essas identidades impostas estereotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam.

Os dados analisados permitem ainda verificar as crises que permeiam essas identidades, as incertezas e até mesmo o vazio identitário. Em meio a esse turbilhão, os sujeitos continuamente se constroem, são construídos e reconstruídos continuamente.

Acredito ainda que nos falta – como brasileiros – mais certeza e mais orgulho de nossas origens. Acredito que é determinante desse vazio identitário étnico-racial o parco balizamento histórico de nossa real origem, com dados e fatos que mostrem a realidade e não uma versão falseada, romantizada e branca (europeia) de nossas origens. Além disso, é preciso ter consciência que “A construção de si próprio é uma atividade que nunca conhece descanso” (LE BRETON, XXXX, p. 22).

Para concluir, um texto de Jorge Aragão, coincidentemente denominado “Identidade”⁸⁴, que ilustra um discurso representativo de resistência às práticas sociais racistas existentes em nossa sociedade.

⁸⁴ Texto disponível em www.letras.terra.com.br, em 13 de maio de 2008.

Identidade - Jorge Aragão

Elevador é quase um templo
Exemplo pra minar teu sono
Sai desse compromisso
Não vai no de serviço
Se o social tem dono, não vai...
Quem cede a vez não quer vitória
Somos herança da memória
Temos a cor da noite
Filhos de todo açoite
Fato real de nossa história
Se o preto de alma branca pra você
É o exemplo da dignidade
Não nos ajuda, só nos faz sofrer
Nem resgata nossa identidade

IDEOLOGIAS NO DISCURSO LEGAL: O PARADOXO DA EXPLICITAÇÃO
E DA NEGAÇÃO



Fonte: WWW.revistaepoca.com.br.

Este capítulo tem como objetivo apresentar apontamentos teóricos acerca do conceito de ideologia e, com base nesse levantamento conceitual e nos modos de operação da ideologia propostos por Thompson (1995), analisar as ideologias presentes em dois textos legais:

- a) Lei 1.390, de 3 de Julho de 1951 – inclui, entre as contravenções penais, a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor; e
- b) Lei 7716, de 5 de janeiro de 1989 – define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

Para isso serão usados como base os trabalhos de Thompson (1995), Mannheim (1972), van Dijk (1999, 1998, 1997), Mézsáros (2004), Chauí (2001), Althusser (2001), Adorno (1999), Žižek (1999), Queiroz (2009), Guimarães (2000) e outros.

5.1 Contexto de surgimento das leis

Em 1951, é promulgada a Lei 1390/51 que pune atos abertos de discriminação racial. No mesmo período, paradoxalmente, os Governos militares, que conduziam o Brasil, consideravam subversiva a militância explícita em favor de temas relacionados ao negro (JOHNSON III, 2000, p. 11).

Em 1988, é promulgada a nova Constituição, até esse período, havia passado pelo Congresso Nacional e pelo Senado Federal dois políticos eleitos que eram negros ou que tinham como causa principal a defesa dos direitos dessa parcela da população: Adalberto Camargo (São Paulo) e Alceu Collares (Rio Grande do Sul) – eleitos Deputados Federais na década de 1970.

É importante frisar que, com a promulgação da nova Constituição (1988), o negro passou a ser entendido pelos políticos como eleitor (porque foi permitido o voto dos analfabetos), o que mudou a forma como eram vistos. No entanto, uma situação não mudou com a nova Constituição e nem depois dela: os negros continuaram sendo pouco votados e pouco eleitos, logo são sub-representados no Senado e no Congresso. Paradoxalmente, os estados do Norte e do Nordeste são os que menos elegem políticos negros, em oposição ao Sul,

que mais representantes já elegeu. Outro aspecto relevante dessa baixa representação é o fato de que os poucos negros eleitos são homens. Apenas três mulheres negras foram eleitas para o Congresso desde 1983 (JONHSON III, 2000). Esses dados confirmam que os líderes no Brasil têm sido homens e brancos.

Em 1989, a Lei 7716 definiu o crime racial no Brasil. O que era para ser um avanço; de certo modo, causou retrocesso: a discriminação racial passou a ser legalmente confundida com injúria ou infâmia. No ano de 1997, o assunto atingiu seu apogeu e a pressão de ativistas causou modificação no Código Penal Brasileiro (Lei 9459) para que a injúria racial fosse punida com o mesmo rigor aplicado aos crimes raciais (GUIMARÃES, 2000, p. 32). A questão é que, no caso de discriminação racial, a ofensa normalmente é verbal, por isso é interpretada com injúria ou infâmia e não como racismo. Mas afinal qual a diferença?

Segundo Queiroz (2009)⁸⁵, o Capítulo V do Título I da Parte Especial do Código Penal Brasileiro trata “Dos Crimes Contra a Honra”. Nele, o conceito de honra abrange tanto aspectos objetivos, como subjetivos: aqueles representariam o que terceiros pensam a respeito do sujeito (sua reputação), e estes representariam o juízo que o sujeito faz de si mesmo (seu amor próprio). Assim, a honra “*é o conjunto de atributos morais, físicos e intelectuais de uma pessoa, que a tornam merecedora de apreço no convívio social e que promovem a sua autoestima*”.

O mesmo capítulo apresenta três modalidades de crimes que violam a honra: a calúnia, a difamação e a injúria. A calúnia consiste em atribuir, falsamente, a alguém a responsabilidade pela prática de um fato definido como crime. Na jurisprudência: “*a calúnia pede dolo específico e exige três requisitos: imputação de um fato + qualificado como crime + falsidade da imputação*”⁸⁶.

A difamação ocorre quando se atribui a alguém fato determinado ofensivo à sua reputação. Assim, se “A” diz que “B” foi trabalhar embriagado semana passada, constitui crime de difamação. A injúria, por sua vez, consiste em atribuir a alguém qualidade negativa, que ofenda sua dignidade ou decoro. Assim, se “A” chama “B” de ladrão pratica crime de injúria.

A calúnia se aproxima da difamação por atingirem a honra objetiva de alguém, por meio da imputação de um fato, por se consumarem quando terceiros tomarem conhecimento de tal imputação e por permitirem a retratação total. Porém se diferenciam pelo fato de a calúnia

⁸⁵ Disponível em www.advogado.adv.br/artigos em 24 de maio de 2009.

⁸⁶ Disponível em www.advogado.adv.br/artigos em 24 de maio de 2009.

exigir que a imputação do fato seja falsa, e, além disso, que este seja definido como crime, o que não ocorre na difamação.

A difamação se distingue da injúria, porque a primeira é a imputação a alguém de fato determinado, ofensivo à sua reputação, e se consuma quando um terceiro toma conhecimento do fato, diferentemente da segunda em que não se imputa fato, mas qualidade negativa, que ofende a dignidade ou o decoro de alguém, além de se consumir com o simples conhecimento da vítima.

Temos, em comum, entre as três modalidades de crime contra a honra os seguintes fatos:

a) a possibilidade de pedido de explicações, ou seja, quando a vítima ficar na dúvida acerca de ter sido ou não ofendida ou sobre qual o real significado do que contra ela foi dito, ela poderá fazer requerimento ao juiz, que mandará notificar o autor da imputação a ser esclarecida e, com ou sem resposta, o juiz entregará os autos ao requerente, de maneira que se, após isso a vítima ingressa com queixa, o juiz analisará se recebe ou rejeita, levando em conta as explicações dadas; e

b) o fato, regra geral, gera a ação penal privada.

Voltando aos textos analisados, eles foram escolhidos devido a sua importância como marcos das ações políticas e legais contra a discriminação e o racismo, conforme será tratado a seguir.

5.2 Ideologias: conceitos norteadores

Um dos objetivos deste trabalho é analisar como a ideologia presente em textos legais – Lei 1390 e Lei 7716 – contribui para a constituição, a naturalização e a perpetuação de práticas sociais racistas no Brasil. No entanto, é relevante mencionar que não importa para este objeto de pesquisa rever a origem da ideologia, sua evolução histórica e nem a revisão das diversas abordagens contemporâneas do termo nas ciências sociais. É oportuno conceituar ideologias e as formas como elas, por meio do discurso, se manifestam.

5.2.1 Reflexões acerca do conceito de ideologia: pequeno diálogo teórico

A intenção, neste tópico, não é esgotar o conceito de ideologia, mas apresentar um levantamento dos aspectos estudados por alguns teóricos, antes de abordar a teoria proposta por John Thompson (1995), a qual dará suporte à análise desenvolvida neste capítulo. Historicamente, o conceito de ideologia liga-se a autores como Marx, Althusser e outros, portanto vou retomá-los brevemente.

O nascimento do termo ideologia ocorreu na França, em 1801, no livro **Eléments d’Ideologie**, escrito por Destutt de Tracy, que pretendia “elaborar a ciência da gênese das ideias, tratando-as como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano, enquanto organismo vivo, com o meio ambiente” (apud CHAUI, 2001, p. 25). Em 1812, o termo ideologia ganhou sentido negativo, quando Napoleão Bonaparte declarou que todas as desgraças da França eram resultantes da ideologia. Posteriormente, Marx conservou o sentido negativo de ideologia, atribuído por Napoleão. Para Marx, o ideólogo é “aquele que inverte as relações entre as ideias e o real” (CHAUI, 2001, P. 25). Daí, a ideologia enraizar-se com um sentido negativo, de uma ciência fora da realidade.

Marx e Engels postulam que a ideologia nasce da divisão entre trabalho material e trabalho intelectual (apud CHAUI, 2001, p. 25). Essa divisão divide a sociedade em dois grupos: o que vende sua força de trabalho e o que detém os meios de produção. Assim, a ideologia produz nos indivíduos a impressão de que sua situação social é resultado de um arranjo imutável e auxilia para que aceitem seus papéis sociais, ou seja, a ideologia leva a crer que a classe social é um fato que não resulta de ações humanas.

Thompson (1995 p. 77) critica Marx quando aponta que ele, ao estudar a ideologia, supervalorizou a luta de classes e negligenciou aspectos que também compõem a ideologia, como as relações entre os gêneros masculino e feminino, as relações étnicas, as relações entre os indivíduos e o estado, e outras significativas para a sociedade.

Assim, para Marx, a “ideologia é resultado da luta de classes e tem como função esconder a existência dessa luta”, acrescentando que a eficácia da ideologia aumenta se sua capacidade para ocultar essa luta e se essa divisão é otimizada. Quanto mais ela consegue ocultar, mais é eficiente (CHAUI, 2001, p. 82).

A dominação da classe dominante perpetua-se por dois instrumentos: o Estado e a ideologia. O Estado é poder de coerção e de repressão, que usa leis para regular as relações sociais, assim as determinações são cumpridas porque são lei. A ideologia tem o papel de legitimar a lei. Para Althusser, a ideologia é “um sistema de ideias, de representações que domina o espírito de um homem ou de um grupo social”. Ela é onipresente, sob sua forma imutável em toda história – sendo história usada aqui como relativa às formações sociais de classe. Althusser (2001, p. 96) afirma que “toda ideologia interpela os indivíduos concretos enquanto sujeitos concretos, através do funcionamento da categoria de sujeito”. Assim, a interpelação dos indivíduos como sujeitos é a própria ideologia, por isso “os indivíduos são sempre/já sujeitos”.

E aponta a existência de aparelhos que fazem com que o Estado se perpetue como força dominadora. São eles os Aparelhos Repressores do Estado – ARE – e os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) que agiriam pela força, eventualmente, e pela ideologia (sempre). Interessam especialmente os AIE, que são como igreja, escola, família, direito, política, força sindical e outros. É importante ressaltar que Althusser afirma que é nas instituições (AIE) que as ideologias se realizam e se confrontam, mas elas ultrapassam esses AIE, vão além deles, já que não se originam neles, mas nas classes que elas representam. Além disso, essa realização não ocorre sem conflitos entre as classes.

Para dar seguimento à discussão, trazendo-a para terrenos mais contemporâneos, começarei com uma definição de Slavoj Žižek (1999, p. 9) que, em lugar de esclarecer o conceito, acrescenta combustível para a discussão, criando quase um paradoxo:

Ideologia pode designar qualquer coisa, desde uma atitude contemplativa que desconhece sua dependência em relação à realidade social, até um conjunto de crenças voltadas para a ação; desde o meio essencial em que os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social até as ideias falsas que legitimam o poder político dominante. Ela parece surgir exatamente quando tentamos evitá-la e deixa de aparecer onde claramente se esperaria que existisse.

Adiante, o autor chama atenção para as várias acepções do termo e esclarece que

em vez de avaliar diretamente a adequação ou a “veracidade” das diferentes noções de ideologia, deve-se interpretar essa própria multiplicidade de determinações da ideologia como um indicador de diferentes situações históricas concretas (ibid., p. 14).

Nesse ponto, podemos pensar na existência ou não de racismo no Brasil e na sua negação por parte de muitos setores da sociedade. A própria negação já não seria a confirmação da existência?

Voltando ao conceito de ideologia, Mannheim (1972) vê o seu surgimento associado a ideias falsas ou, pelo menos, a crença de sua existência. Acredita Mannheim (1972, p. 87), na obra **Ideologia e Utopia**, que a ideologia sempre existiu, apesar de, durante muito tempo, não ter sido nomeada. Para ele, o conceito advém da descrença e da suspeita do homem com relação a seus adversários, o que permeou toda a história humana. Quando essa descrença e essa suspeita tornam-se explícitas e são explicadas com base em fatores sociais, elas ganham contornos de ideologia, como hoje entendemos. Logo, nessa visão, a ideologia só existe quando as ações delas decorrentes são motivadas por fatores sociais, ou seja,

estamos dentro de um espaço ideológico propriamente dito no momento em que esse conteúdo – verdadeiro ou falso (...) – é funcional com respeito a alguma relação de dominação social (poder, exploração) de maneira intrinsecamente não transparente: para ser eficaz, a lógica de legitimação da relação de dominação tem que permanecer oculta (ZIZEK, 1999, p. 14).

Ainda nessa perspectiva, afirma que “o indivíduo submetido à ideologia nunca pode dizer, por si mesmo, ‘estou na ideologia’; ele sempre requer outro corpo de opiniões, para deste distinguir sua própria postura, ‘verdadeira’” (ibid., p. 25).

Para definir ideologia, Mannheim (1972, p. 81) aponta que devemos considerar que o termo pode ser entendido de duas perspectivas: particular ou total. Na concepção particular, a ideologia é usada para denotar ceticismo com relação às ideias e às representações apresentadas por nosso opositor. Elas são disfarces da realidade que variam desde mentiras conscientes até estratégias semiconscientes ou dissimuladoras. No sentido total, a ideologia refere-se a uma época ou a um grupo histórico e social concreto.

No entanto, chama a atenção para o fato de que a ideologia total (social) não é fruto da soma das ideologias particulares (individual) (MANNHEIM, 1972, p. 84). Quando consideramos a noção total de ideologia, é preciso ter em mente que “nem os indivíduos concretos nem o seu somatório abstrato podem ser legitimamente considerados como portadores desse sistema ideológico” (p. 85). As duas concepções “fazem das chamadas ideias uma função de quem as mantém e de sua posição em seu seio social” (ibid., p. 82).

De outro ponto de vista, Zizek (1999) pensa a ideologia em três aspectos: ideologia em-si, ideologia para-si e ideologia em-si-e-para-si. A **ideologia em-si** é a noção imanente da

ideologia como doutrina, como conjunto de ideias, crenças, conceitos e outros, destinada a nos convencer de sua veracidade, mas servindo a alguma forma de poder. A **ideologia para-si** aponta para a existência material da ideologia em práticas, rituais e instituições religiosas (Aparelhos Ideológicos do Estado de Althusser). Na **ideologia em-si-e-para-si**, acontece a desintegração, a autolimitação e a autodispersão da noção, que deixa de ser entendida como mecanismo homogêneo que garante a reprodução social, como cimento da sociedade e se transforma em conjunto de processos vagamente interligados e heterogêneos.

A ideologia é, segundo Mézsáros (2004, p. 65), não uma forma de ilusão, como veem aqueles que assim a conceituam, mas “uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada”, que não pode ser separada da sociedade de classes. Isso acontece porque

as ideologias conflitantes de qualquer período histórico constituem a consciência prática necessária em termos da qual as principais classes da sociedade se inter-relacionam e até se confrontam, de modo mais, ou menos, aberto, articulando sua visão da ordem social correta e apropriada como um todo abrangente.

Como outros autores, van Dijk (2008, p. 47) entende que o conceito de ideologia é amplo e complexo. Apresenta, portanto, um conceito que não ignora a existência de outras visões:

o termo refere-se à ‘consciência’ de um grupo ou classe, explicitamente elaborada ou não em um sistema ideológico, que subjaz às práticas socioeconômicas, políticas e culturais dos membros do grupo, de tal forma que seus interesses (do grupo ou da classe) materializam-se (em princípio da melhor maneira possível). Tanto a ideologia em si quanto as práticas ideológicas derivadas dela são frequentemente adquiridas, exercidas ou organizadas por meio de várias instituições, como o Estado, os meios de comunicação, o aparato educacional, a Igreja, bem como por meio de instituições informais, como a família.

Devemos entender que a ideologia “em si” não é o mesmo que essas práticas sociais e institucionais. Para van Dijk (2008, p. 48), a ideologia deve ser entendida como “uma forma de cognição social”, como uma estrutura cognitiva complexa que controla a formação, a transformação e a aplicação de outros tipos de cognição social, como o conhecimento, as opiniões, as posturas, as representações sociais e os preconceitos sociais.

As ideologias proporcionam coerência às atitudes sociais, que, por sua vez, determinam as práticas sociais; e o “discurso e a comunicação desempenham papel central na (trans)formação da ideologia” (VAN DIJK, 2008, p. 50). E acrescenta que o “exercício

discursivo do poder dá-se predominantemente pela via persuasiva” (idem, p. 53). Apenas em última instância, os grupos ou instituições precisam prescrever o que os dominados devem fazer; normalmente, o convencimento dá-se pelos argumentos (políticos, econômicos, sociais, morais).

Acrescenta ainda que a elite simbólica e os discursos produzidos por ela controlam os tipos de discurso, os tópicos, os tipos e as quantidades de informação, bem como a seleção e a censura dos argumentos e a natureza das operações retóricas (VAN DIJK, 2008, p. 51). Além disso, elaboram manobras para controlar a dissidência e a resistência, impondo formas de censura, recorrendo a campanhas de difamação e a outros mecanismos para silenciar os opositores e seus meios de comunicação (ibid., p. 51).

Assim, historicamente, a ideologia foi entendida como conceito (e como elemento) negativo ou positivo. Atualmente, com os estudos de Thompson (1995) entende-se também o termo de modo crítico, viés adotado nesta pesquisa.

5.2.2 Discurso, cognição e estrutura social: uma interface das ideologias

Ao estudar a ideologia, principalmente em suas interconexões com o racismo, van Dijk (1999) apresenta algumas possíveis concepções de ideologia, elas são: crenças falsas; crenças que têm os outros; modos de esconder as relações sociais verdadeiras para enganar os outros; e conceito que pressupõe definições de verdade e mentira cuja natureza serve social e politicamente a seus próprios interesses.

Em estudo posterior (1997, p. 227), o autor aponta outras tentativas de definição para ideologia, considerando-as como:

- a. “conjunto de interesses variados dos grupos sociais, como sua ideologia, suas tarefas, objetivos, valores, posição e recursos sociais”;
- b. “conjunto de esquemas de que dispõem um grupo e que trata de si mesmo e de suas posições na estrutura social”;
- c. elementos que apontam a base avaliativa das práticas sociais, incluindo o discurso, ainda que sua influência seja, por definição, indireta”;

d. fator que “controla o desenvolvimento, a troca e a organização de um conjunto de atitudes compartilhadas socialmente que, por sua vez, controla opiniões sobre os eventos sociais representados por modelos pessoais dos atores sociais”.

e. “sistema abstrato de crenças avaliativas que normalmente compartilha um grupo social e que subjaz às atitudes desse grupo”.

Nos vários enfoques, a ideologia se associa com noções variadas de poder e de dominação, e van Dijk (1998, p. 18) acrescenta que uma teoria que trabalhe com a ideologia deve ser multidisciplinar (uma vez que perpassa várias áreas de estudo) e crítica (pois articula uma posição explicitamente fora do debate acadêmico para explicar e entender as relações de dominação e desigualdade social).

Fugindo dos enfoques tradicionais, van Dijk (1998) não quer entender a ideologia somente como instrumento de dominação, porque não as vê como inerentemente negativas, porquanto existam ideologias que negam a dominante (ideologias de oposição ou de resistência, ideologias de competição entre grupos igualmente poderosos e outras).

Acrescenta que pensar que o poder é sempre ruim é um mal-entendido, visto que ele pode ser usado para propósitos variados. À ADC interessam os usos que são abusivos, quando o poder é utilizado de modo negativo, gerando injustiça e desigualdade. Dentre esses abusos, devem ser pesquisados pelo analista do discurso, em especial, aqueles que geram “a manipulação, a doutrinação ou a desinformação”. No entanto, ressalta que não é simples discernir entre uso e abuso (VAN DIJK, 2008, p. 28). E conclui que “abuso de poder é o uso *ilegítimo*⁸⁷ do poder”, significa “a violação de normas e valores fundamentais no interesse daqueles que têm o poder e contra os interesses dos outros”, ou ainda “a violação dos direitos sociais e civis das pessoas” (ibid., p. 29).

Para van Dijk (1998, p. 21), é essencial encarar a ideologia com base um triângulo conceitual e disciplinar que envolve **cognição, sociedade e discurso**. Para propor esse enfoque teórico, o autor considera que:

- a) “as ideologias pertencem ao “campo simbólico do pensamento” e das crenças, a que o autor associa a ideia de cognição.
- b) “as ideologias são indubitavelmente de caráter social e com frequência estão associadas com interesses, conflitos e lutas de grupos”.

⁸⁷ Grifo do autor.

c) A ideologia é associada ao uso da linguagem e ao discurso, visto que as funções primordiais das ideologias (ocultamento, legitimação e outras) são também práticas sociais discursivas.

Dessa tentativa de definir ideologia, van Dijk (1999, p. 21) propõe-se a fazer um estudo que formulará um novo enfoque conceitual para o tema: ideologia como interface entre cognição social e estrutura social. Nesse enfoque, as ideologias são “a base das representações sociais compartilhadas por membros de um grupo”. Portanto, “permitem as pessoas, como membros de um grupo, organizar a variedade de crenças sociais acerca do que se sucede de bom ou de mal, correto ou incorreto, *segundo eles*⁸⁸, e agir em consequência disso”.

Para van Dijk (1998, p. 22), mais importante que definir ideologia é entender as estruturas mentais que são utilizadas pelos membros dos grupos sociais para compreendê-las. Mais que uma definição, é necessária uma teoria que explique o seu funcionamento. Pensando em postular essa teoria, van Dijk (1998, p. 23) aponta que

as ideologias são construídas, utilizadas e trocadas pelos atores sociais como membros de um grupo, em práticas sociais específicas e, frequentemente, discursivas. Não são construtos individuais, idealistas, mas construtos sociais compartilhados por um grupo.

Por isso, o autor considera uma integração entre o aspecto cognitivo, o social, o individual e o coletivo, concentrando-se no seu aspecto cognitivo, considerando que

não se pode desenvolver nenhuma teoria adequada do discurso e da ideologia sem examinar o papel do conhecimento sociocultural e outras crenças compartilhadas que oferecem a *base comum*⁸⁹ de todo discurso e interação social (VAN DIJK, 1998, p. 23).

Para ele, essas representações são sociais e mentais e, mesmo dando especial enfoque ao aspecto mental (individual) da ideologia, o autor ressalta que só esse aspecto não abrange o estudo da ideologia.

Assim, podemos entender as ideologias como “crenças sociais” (VAN DIJK, 1998, p. 49), visto que são compartilhadas, adquiridas e reproduzidas por grupos ou coletividades (embora possam ser utilizadas individualmente e variavelmente pelos membros do grupo; para van Dijk,

⁸⁸ Grifo do autor.

⁸⁹ Grifo do autor.

cada membro do grupo possui uma versão pessoal da ideologia do grupo que varia de acordo com a história de vida de cada um).

Um fator relevante desse aspecto social das ideologias é que os membros do grupo sabem que crenças são conhecidas e aceitas pelo grupo. Para o autor (ibid., p. 50), isso significa que

as crenças sociais podem estar pressupostas pelo falante e não se necessita afirmá-las explicitamente como informação nova. Nesse sentido, o discurso é como a proverbial ponta do *iceberg*: a maior parte de seus significados implícitos ou pressupostos permanecem escondidos (mentalmente falando).

As ideologias são então crenças sociais gerais que constroem a base das crenças grupais. “E as crenças culturais formam a base comum de (praticamente) todas as crenças sociais de (praticamente) todos os grupos de uma cultura dada” (ibid., p. 63). Para ele, as ideologias não podem ser definidas apenas como “sistema de crenças” (ibid., p. 63), uma vez que as crenças são não ideológicas. Acredita que as ideologias fazem parte da mente social, porque são “crenças individuais, contextualizadas, *ad hoc*, mas socialmente compartilhadas por coletividades de algum tipo” (ibid., p. 63). Assim,

são uma classe de representações mentais (básicas) compartilhadas pelos membros de grupos e, portanto, firmemente localizadas nas mentes das pessoas (...) as ideologias não estão *por cima de* ou *entre* as pessoas, os grupos ou a sociedade, mas são parte das mentes dos seus membros (ibid., p. 63).

O autor conclui que as ideologias são tanto sociais quanto mentais, daí a necessidade de um enfoque sociocognitivo. Entende van Dijk (1998, p. 90) que uma teoria sobre as ideologias deve explicar como suas expressões são adaptadas pelos atores sociais individuais e ajustadas a cada situação em particular, visto que elas estão presentes nas práticas sociais e serão “variavelmente provocadas e contextualmente manejadas”, embora necessitem ter um componente que seja relativamente estável, uma vez que são práticas socialmente compartilhadas. Para tanto, as ideologias valem-se de roteiros, que são “o conhecimento que as pessoas têm acerca de acontecimentos estereotipados de sua cultura”.

Para concluir, van Dijk (1998, p. 95) aponta a seguinte definição

as ideologias podem ser usadas para legitimar ou para velar o abuso de poder ou, contrariamente, para resistir ou denunciar a dominação ou a desigualdade. As ideologias, portanto, são para organizar nossas práticas sociais de tal modo que sirvam a nossos melhores interesses e impeçam que os outros atrapalhem tais interesses.

Depois de acompanhar o intrincado percurso traçado por van Dijk, é preciso entender por que ele é relevante. Em primeiro lugar porque o autor considera a ideologia como uma relação entre o aspecto o social e o mental e acredito que essa relação está diretamente ligada à forma como incorporamos visões e posturas preconceituosas. Penso que há um forte componente social na incorporação, na naturalização e na reificação dos preconceitos, mas há também, acredito, um componente cognitivo que nos impede, racionalmente, analisar esses pensamentos, posturas e os critiquemos. Pode ser ainda que o componente social impeça a realização do cognitivo, uma vez que, ao racionalizar e constatar que os preconceitos não têm base científica, eu posso estar abrindo mão das pseudovantagens que pensar ao contrário me propicia.

Em segundo lugar, as pesquisas de van Dijk são capitais para essa pesquisa porque o autor associa o seu trabalho à questão étnica, ao tratamento das minorias e à forma como a ideologia é utilizada para perpetuar pensamentos e posturas preconceituosas. Penso que a forma como van Dijk aborda a ideologia, além de inovadora, abre espaço para que repensemos a própria ideologia e a importância do fator social na sua criação e reprodução.

5.3 Ideologia como poder: o poder da ideologia

De posse desse levantamento sobre o conceito de ideologia, não podemos esquecer que os modos como as ideologias operam resultam em relações de poder e de dominação. Por isso, ao pensar em ideologia não se pode renunciar a pensar em poder.

Mészáros (2004, p. 13) aponta que nunca foi tão necessário examinar criticamente a ideologia quanto em nossos dias. Isso ocorre, porque, no sistema capitalista ocidental, o discurso ideológico domina a determinação dos valores a tal ponto que as pessoas não questionam o conjunto de valores dominantes, rejeitando a possibilidade de visualizar os valores implícitos e os pressupostos ocultos (ibid., p. 58). Para tanto, é necessário negar ou ocultar argumentos racionais que facilmente implodiriam os pilares da ideologia hegemônica.

Ressalta Mészáros (2004, p. 64) que não podemos superestimar o poder da ideologia, uma vez que ele afeta aos que negam sua existência tanto quanto aos que a reconhecem abertamente, assim como aos seus interesses e valores intrínsecos. Para ele, a ideologia é “uma

forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada” (p. 65) inevitável nas sociedades de classes.

A ideologia é marcada pela formação social cujas práticas dominantes ela adota como referência e é determinada pela época em dois sentidos: primeiro, porque a consciência social prática dessas sociedades é ideológica; segundo, porque o caráter específico do conflito social fundamental surge do caráter historicamente mutável das práticas produtivas e distributivas da sociedade (MÉSZAROS, 2004, P. 67).

Mézsáros (2004, p. 109) aponta a fase de trinta anos que sucedeu a Segunda Guerra Mundial como o período que intelectualmente “favoreceu a ampla difusão de uma ideia que era apenas a racionalização de um desejo”: o “fim da ideologia”. Mas alerta que “prever o fim da ideologia ou atribuir conotação negativa a toda ideologia sempre foi algo totalmente irrealista e continuará sendo por um longo período histórico”. Isso porque as ideologias não deixarão simplesmente de existir enquanto houver conflitos sociais aos quais elas estão ligadas. Assegura ainda que proclamar o “fim da ideologia” já é um comportamento em si ideológico que objetiva tornar ideológicos os conflitos sociais reais.

Para entender os temas ideológicos dominantes nos climas intelectuais de dado momento histórico, Mézsáros (2004, p. 116) aponta que se deve considerar três aspectos (que não variam no mesmo ritmo, nem simultaneamente):

- a) os parâmetros socioeconômicos da fase;
- b) os principais movimentos políticos e suas necessidades ideológicas e intelectuais;
- c) as teorias e práticas científicas importantes, assim como as várias filosofias e as autorreflexões da ciência referentes à sua função reguladora no complexo total das atividades humanas. Segundo ele, a junção desses elementos torna definível “a fisionomia intelectual de determinadas fases históricas”.

Fairclough (1989, p. 85)⁹⁰ acresce que a ideologia é mais efetiva quando é menos visível. Quando ganha visibilidade, ela deixa de sustentar relações desiguais de poder e pode perder sua potencialidade, logo deixa de funcionar ideologicamente. Assim, cada espaço social produz o seu tipo de relação social, e isso é particular de cada um, mas a desigualdade e a disputa entre as pessoas ou instituições - os agentes sociais - é comum a todos os espaços sociais (MARTINHO, 2003, p.28). Essas constatações são importantes para se entender o conceito de “campo”⁹¹, que é “um espaço estruturado de posições, ocupadas por agentes em

⁹⁰ Tradução livre.

⁹¹ Conceito estruturado por Bourdieu.

competição, cuja lógica de funcionamento independe desses agentes”. Um campo fundamenta-se na circulação de bens simbólicos que são reconhecidos por todos os seus concorrentes. E a acumulação desse bem por determinado agente pode levá-lo à hegemonia no grupo.

Martinho (2003 p.74) acrescenta ainda que o mundo social é constituído de ações sociais e que essas ações são aprendidas na vida em sociedade. Esse aprendizado é um contínuo da prática social, na qual “atitudes, ideias e valores são constantemente interiorizados pelo indivíduo como maneira de agir corretamente”. Quando aprendidos, esses comportamentos tendem a se reproduzir.

Quando naturalizadas pelo indivíduo, as ações sociais passam a compor o *habitus*⁹² do sujeito, que é “um princípio estruturador de ações, percepções e comportamentos” (ibid., p.75). Martinho (2003) afirma, ainda, que esse *habitus* é reproduzido devido a sua aparente ilusão de naturalidade. Ele é tomado como fato e não como comportamentos aprendidos.

Acredito que uma das formas de tornar ações naturais acontece por meio da instituição de leis, que ditam comportamentos aceitáveis e reprováveis, e, paralelamente, estabelecem princípios estruturadores das ações e comportamentos dos indivíduos no meio social. Portanto, ao analisar textos legais, acessamos ideologias naturalizadas e também ações, percepções e comportamentos naturalizados.

5.4 Ideologia e racismo

No campo dos estudos da linguagem, Teun A. van Dijk, no livro **Racismo y análisis crítico de los medios** (1997, p. 266), aponta algumas definições para ideologia (sempre considerando a dificuldade de conceituar pontualmente o termo), assim sugere que as ideologias “representam o conjunto de interesses variados dos grupos sociais, como suas tarefas, objetivos, valores, posição e recursos sociais”; além disso “são um conjunto de esquemas de que dispõe um grupo e que trata de si mesmo e de suas posições na estrutura social”; ademais elas “apontam a base avaliativa das práticas sociais, incluindo o discurso, ainda que sua influência seja, por definição, indireta” (ibid, p. 226). Ao tratar de ideologia (no singular), afirma que uma ideologia controla “o desenvolvimento, a troca e a organização de um conjunto de atitudes compartilhadas socialmente que, por sua vez, controla opiniões sobre

⁹² O conceito de *habitus*, assim como o de campo, é tomado dos trabalhos de Bourdieu.

os eventos sociais representados por modelos pessoais dos atores sociais” e que “é um sistema abstrato de crenças avaliativas que normalmente compartilha um grupo social e que subjaz às atitudes desse grupo” (ibid., 226).

Em **Ideología** (1998), van Dijk argumenta que é comum comentar o quanto o conceito de ideologia é vago, porque ele apresenta dicotomias entre marxistas e não marxistas, entre críticos e não críticos, e essas divisões são ideológicas. Argumenta que a vagueza de sentido é comum a outros termos das ciências humanas (grupo, poder, sociedade, mente etc.), mas que o vocábulo ideologia tem de incomum o fato de carregar, na maioria das vezes, sentido negativo, que existe quase há tanto tempo quando o próprio termo⁹³.

O autor aponta ainda que, somente no século XX, conceitos menos pejorativos foram desenvolvidos, ao considerar as ideologias como “sistemas políticos ou sociais de ideias, valores ou preceitos de grupos ou outras coletividades que têm a função de organizar ou legitimar as ações de grupos” (VAN DIJK, 1998, p. 16).

Acredita van Dijk (1998, p. 14) que os estudos sobre ideologia vinculam-se a teóricos clássicos, como Althusser, Lukács, Gramsci, Durkheim e Mannheim, o que impede “o desenvolvimento de novos conceitos e compreensões derivadas de enfoques contemporâneos nas ciências humanas e nas ciências sociais”. Para o autor, esse enfoque clássico está “cristalizado no uso cotidiano do termo ideologia, isto é, um sistema de crenças errôneas, falsas, distorcidas ou mal intencionadas, tipicamente associadas a nossos opositores sociais ou políticos” (VAN DIJK, 1998, p. 14).

Para tentar explicar o modo como as ideologias normalmente são vistas pelas pessoas, van Dijk (1999, p. 14) novamente (como no trabalho de 1997) apresenta possíveis concepções: as ideologias⁹⁴ são crenças falsas que têm os outros, que escondem as relações sociais verdadeiras e servem para enganar; as ideologias expressam e ocultam nossa posição social e política, nossa perspectiva ou nossos interesses; as ideologias pressupõem definições de verdade e de mentira cuja natureza serve social e politicamente aos seus interesses.

Considera ainda que, ao pensar criticamente as ideologias, deve-se ter em mente que elas se associam com noções de poder e de dominação. Assim, associa as ideologias às classes dominantes e dominadas:

⁹³ Referência ao comentário de Napoleão Bonaparte sobre a ideologia no século XVII e a acepção que o termo tomou desde então. Para van Dijk (1998, p. 14), essa acepção pejorativa pode também ser atribuída aos trabalhos de Marx e Engels.

⁹⁴ Van Dijk usa o termo ideologia sempre no plural, por isso a mudança no Luso do termo nessa seção.

Como a classe dominante, sob qualquer forma de definição, controla os meios de produção, incluindo os meios de (re)produção das ideias – especialmente a política, os meios de comunicação, a literatura e a educação – também podem fazer com que as ideologias sejam relativamente aceitas pelos governados como o conhecimento indiscutível da forma “natural” de ser das coisas (VAN DIJK, 1998, p. 15).

Logo, de certo modo contrariando o pensamento de Althusser, que postula que a ideologia age também pela força, van Dijk (1998, p. 15) acredita que ela(s) age(m) mais sensivelmente, construindo (persuasivamente) um consenso sobre a ordem social. Para concluir, van Dijk (ibid., p. 95) aponta que:

as ideologias podem ser usadas para legitimar ou para velar o abuso de poder ou, contrariamente, para resistir ou denunciar a dominação ou a desigualdade. As ideologias, portanto, servem para organizar nossas práticas sociais de tal modo que sirvam a nossos melhores interesses e impeçam que os outros atrapalhem tais interesses.

De acordo com as ideias de van Dijk (1998b), nas sociedades, em enunciados produzidos por atores sociais, as ideologias são produzidas e reproduzidas e alguns discursos realizam esse processo com mais eficiência que outros. Entretanto, o autor alerta que o conceito é “talvez, a noção teórica mais dúbia no campo das ciências sociais” (ibid., p. 106).

Van Dijk (1998b, p. 107-110) adota perspectiva multidisciplinar, sociocognitiva e discursiva, na qual as ideologias devem ser entendidas com base em algumas hipóteses:

- a) são cognitivas, mas não em sentido individual, pois são a base abstrata dos sistemas de crenças que os grupos sociais partilham;
- b) são sociais, já que são definidas em termos de conceitos sociais, econômicos e sociológicos relacionados a grupos, posições de grupos e conflitos e interesses de grupos;
- c) são sociocognitivas, porque implicam princípios básicos de conhecimento social, apreciação, compreensão e percepção (aspecto cognitivo) e são partilhadas por membros de grupos e instituições, relacionando-se com interesses sociais, econômicos e políticos desses grupos (aspecto social);
- d) não são “verdadeiras” ou “falsas”, uma vez que representam a “verdade” de um grupo social, que serve para seus fins, constituindo modelo de interpretação da realidade;

- e) podem ter vários graus de complexidade e não são, necessariamente, sistemas complexos rigorosos e bem organizados. Elas podem ser simples, vagas, confusas e até contraditórias;
- f) variam de acordo com o contexto, porque são afetadas por fatores sociais, cognitivos e pessoais; e
- g) são gerais e abstratas, pois são sistemas abstratos independentes de qualquer situação e “apenas as suas expressões suscetíveis de variação são produzidas localmente e restritas por termos contextuais”.

Resumindo, para van Dijk (1998b, p. 111), as ideologias são definidas como

(...) modelos conceituais básicos, partilhados por membros de grupos sociais, constituídos por seleções relevantes de valores socioculturais e organizados segundo um esquema ideológico representativo da autodefinição de um grupo. Para além da função social que desempenham ao defender os interesses dos grupos, as ideologias têm a função cognitiva de organizar as representações sociais (atitudes, conhecimentos) do grupo, orientando, assim, indirectamente, as práticas sociais relativas ao grupo e, conseqüentemente, também as produções escritas e orais de seus membros.

Ressalta ainda van Dijk (ibid., p. 112) que as ideologias são sistemas essencialmente avaliativos, organizados de diversos modos, que agem como “autoesquema de grupo” (ibid., p. 113), o qual determina noções de: identidade, pertença, papéis sociais, tarefas e atividades pertinentes ao grupo, normas e valores aceitos pelo grupo, posição ocupada e da possibilidade ou impossibilidade de acesso a recursos sociais. Esses aspectos definem os *interesses* do grupo e configuram a imagem que ele tem de si mesmo e de sua relação com os demais.

Como se pode ver, definir ideologia não é tarefa fácil, tanto que, para Zizek (1999), a ideologia pode designar qualquer coisa (desde atitudes contemplativas até conjuntos de crenças voltadas para a ação; desde o meio essencial em que os indivíduos vivenciam suas relações até as ideias falsas que legitimam o poder político dominante). Considerando sobremaneira a capacidade de a ideologia surgir e existir exatamente quando e onde tentamos evitá-la, além de não aparecer (ou esconder-se, escamotear-se) onde se esperaria que ela não existisse.

Cito esse posicionamento porque acredito que, nas relações étnico-raciais no Brasil, é exatamente assim que as ideologias se manifestam: apagando as práticas racistas nos eventos em que elas ocorrem (formação de estereótipos racistas que excluem os negros de locais socialmente prestigiados) e vendo racismo, por exemplo, em ações afirmativas que são executadas justamente para eliminar as práticas racistas.

Assim, as ideologias racistas se prestam a um jogo que mostra e esconde, denuncia e nega, ofende e silencia, no qual (supostos) brancos e negros são colocados como figuras opostas nos vários âmbitos sociais.

Ao estudar como o racismo se estabelece nas sociedades, van Dijk (2007, p. 25) aponta que é preciso pesquisar e analisar para saber como acontece sua aquisição ideológica e em práticas sociais. Para ele, as pessoas aprendem a ser racistas, com a família, na igreja, nas escolas e nas interações das quais fazem parte diariamente. Para entender como isso acontece, a ADC é uma ferramenta útil, já que boa parte dessa aquisição ocorre discursivamente. Ressalta também que esse processo não é determinista, por isso os membros dos grupos podem opor-se ao discurso hegemônico e desenvolver opiniões alternativas.

O discurso racista, ainda segundo van Dijk (2007, p. 28), estrutura-se em princípios gerais que são ideológicos:

- a) ênfase positiva no “Nós”;
- b) ênfase negativa no “Outro”;
- c) negação do negativo no “Nós”;
- d) negação do positivo no “Outro”.

Por isso, em discursos marcadamente racistas, se sobressaem os aspectos negativos do grupo vítima em contraste com as qualidades do grupo hegemônico e discriminador.

Para reforçar essas estratégias discursivo-ideológicas são usados os seguintes recursos:

- Repetição de histórias que abordam aspectos negativos do “Outro”.
- Uso de estereótipos para descrever o “Outro”.
- Seleção ideológica de termos para mencionar “Nós” e o “Outro”.
- Uso de pronomes demonstrativos que implicam distância para se referir ao outro.
- Uso de metáforas negativas para mencionar o “Outro”.
- Uso de hipérboles para mencionar os aspectos positivos do “Nós”.
- Eufemização do racismo.
- Uso de falácias para falar o “Outro”.

Como outros autores, van Dijk (2008, p. 47) entende que o conceito de ideologia é amplo e complexo. Apresenta, entretanto, um conceito (que não ignora a existência de outras visões):

o termo refere-se à “consciência” de um grupo ou classe, explicitamente elaborada ou não em um sistema ideológico, que subjaz às práticas socioeconômicas, políticas e culturais dos membros do grupo, de tal forma que seus interesses (do grupo ou da classe) materializam-se (em princípio da melhor maneira possível). Tanto a ideologia em si quanto as práticas ideológicas derivadas dela são frequentemente adquiridas, exercidas ou organizadas por meio de várias instituições, como o Estado, os meios de comunicação, o aparato educacional, a Igreja, bem como por meio de instituições informais, como a família.

Ainda para van Dijk (2008, p. 48), a ideologia deve ser entendida como “forma de cognição social”, como estrutura cognitiva complexa que controla a formação, a transformação e a aplicação de outros tipos de cognição social, como o conhecimento, as opiniões, as posturas, as representações sociais e os preconceitos sociais.

As ideologias proporcionam coerência às atitudes sociais, que determinam as práticas sociais; e o “discurso e a comunicação desempenham papel central na (trans)formação da ideologia” (ibid., p. 50). E acrescenta que o “exercício discursivo do poder dá-se predominantemente pela via persuasiva” (ibid., p. 53). Apenas em última instância os grupos ou instituições precisam prescrever o que os dominados devem fazer; normalmente, o convencimento dá-se pelos argumentos (políticos, econômicos, sociais, morais).

5.5 Ideologias e racismo: vetores da construção discursiva de identidades étnicas

A identidade é o que somos, mas a forma como nos tornamos o que somos tem implicações ideológicas, sociais e históricas. Não nos tornamos “Nós” em um processo aleatório e livre de influências. Setores da sociedade nos influenciam: família, escola, mídia, grupos dos quais participamos. Nesse sentido, Rahier (2001, p. 18) afirma que

As identidades culturais e/ou étnicas e/ou raciais devem ser entendidas dentro dos sempre flutuantes processos políticos, econômicos e sociais inscritos em contextos espaço-temporais particulares, que são constituídos dentro das dimensões locais, regionais, nacionais e transnacionais. As identidades e suas

representações são constantemente imaginadas e re-imaginadas, atuadas e reatuadas dentro de situações específicas, e de contextos sócio-econômicos e políticos que sempre mudam e que fornecem lugares para suas negociações, suas definições e redefinições.

Por isso, algumas questões são vitais para determinar quem as pessoas são e quem são os seus pares. Questões como (VAN DIJK, 1998, p. 96): Quem sou? De onde vim? Que aspecto tenho? A que grupo(s) pertencço? Quem é membro do meu grupo? Quem pode ser um membro do meu grupo?

E as respostas a essas questões são atravessadas por ideologias social e historicamente construídas. Essas respostas, de certo modo, formam as identidades e as ideologias, uma vez que discurso e práticas sociais estão dialeticamente ligados.

Mas o que acontece quando a minha identidade ou a minha ideologia difere daquela que expressa o meu grupo? Por exemplo: eu não tenho nada contra negros? As pessoas têm? Meu grupo tem? Isso me fará gostar menos do meu grupo? Isso me fará gostar menos de negros? Isso me fará ser mal visto pelo meu grupo?

Essas questões são relevantes porque

As identidades jamais existem por si mesmas, sozinhas. As identidades existem por oposição, ou seja, sua natureza profunda, ou sua condição de existência, é estarem opostas a outras identidades, dentro do espaço nacional e fora dele. Sem essa oposição, não haveria necessidade de ter nenhuma identidade (RAHIER, 2001, p. 18)⁹⁵.

As identidades são essenciais porque, devido a elas, as pessoas vão ver-se ou não como pertencentes a determinado grupo. Se o grupo é socialmente valorizado, a identidade é valorizada, fortalecida. Se o grupo é socialmente desvalorizado, a identidade é enfraquecida. E a relação entre ter ou não valor é ideológica.

As identidades estão relacionadas à consciência de sua existência, logo “perdida a consciência, a pessoa conserva uma identidade que será indeterminada, como a dos objetos, de maneira externa ou sobre a base do reconhecimento do corpo” (DE LA TORRE, 2002, p. 31). Por isso, diz-se que as pessoas que perdem a consciência vivem como vegetais, porque, para efeitos ideológicos e identitários, sem consciência, passam a ser coisas. Por meio do pensamento e da linguagem, expressões da consciência, pessoas podem identificar e avaliar

⁹⁵ Mesmo quando não estamos considerando essa oposição de modo binário, mas dentro de um espectro variado e variável.

(ideologicamente) o seu lugar no mundo, estabelecer identidades próprias e sentimento de pertença a grupos sociais.

É necessário, nesse ponto, traçar algumas reflexões. Para os pesquisadores, não ter identidade é estar em estado de coisa, não ter consciência de sua existência, de seus lugares e de seus papéis. O que acontece quando o ser humano é tratado como coisa. Vejamos: uma das facetas da escravidão era retirar dos escravos a humanidade e coisificá-los. Nesse processo, aspectos que marcavam a identidade, a identificação com o grupo, o sentimento de pertença e as representações étnico-raciais eram apagados, e o sujeito deixava de ter identidade e assumia lugar de objeto que pertencia à determinada pessoa. Logo, o escravo perdia sua individualidade, porque fazia parte de um lote de “peças” a serem vendidas e, depois de comercializado, era parte de um grupo com o qual não se identificava. Isso acontecia porque uma das estratégias de fragmentação do grupo negro era a separação de parentes, de amigos e do grupo de origem, o que desagregava valores individuais e culturais. Assim, a escravidão, por meio de estratégias ideológicas, ocultou identidades individuais e grupais.

As identidades individuais são, para De La Torre (2002, p. 32), condição para a existência das identidades de grupo, pois, para ver-se como integrante de um grupo, as pessoas precisam ver-se como indivíduos. Por isso, para a autora, o conceito de identidade social pode ser entendido como “aquela parte do autoconceito do indivíduo que deriva do conhecimento de sua pertença a um grupo (ou grupos) social junto com o significado associado a essa pertença”. Nesse sentido, a identidade guarda uma aproximação com o conceito de ideologia apresentado por van Dijk (1998, 2006, 2008), no qual o modo como o sujeito vê o mundo e a si mesmo depende da cognição socialmente construída.

Ademais, por mais que os indivíduos tenham ideias complexas e ricas a respeito de si mesmos em relação com o mundo que os rodeia, alguns aspectos dessa ideia são apontados pela pertença a grupos ou categorias sociais. Esclarece ainda De La Torre (2002, p. 34) que os indivíduos têm importantes experiências pessoais e compartilhadas e inserem-se em grupos que também têm suas histórias significativas, mas a ocorrência de ambos não é garantia de formação de suas identidades, pois os indivíduos precisam aceitar e se identificar (ideologicamente inclusive) com essas identidades.

Retomando a situação do negro no Brasil, os anos de apagamento e de negação das identidades étnicas individuais e grupais durante o processo de escravidão podem ser

responsáveis pela ausência, durante décadas⁹⁶, da aceitação pelo negro de identidades sociais que compartilhem traços de sua origem. Isso porque as identidades socialmente construídas para o negro são resultantes de ideologias produzidas, disseminadas e naturalizadas pela elite (branca) brasileira.

Acredita Chávez (2002, p. 48) que a identidade se constrói e se fortalece com base no sentimento de pertença a grupos, além disso realiza-se por meio da comparação e da oposição a outros grupos. Nesse processo, entram em jogo referências sociais positivas e negativas. E quanto mais distante está essa identidade da do outro, mais resguardados ficamos.

Por isso, o processo de separação de um grupo e integração a outro, ainda quando desejado, não deixa de provocar crise de pertença e de identidade frente à mudança de *status* ou de cultura. Assim, as identidades são instrumentos ideológicos de poder que influenciam frente a outro grupo, são opção que corresponde mais ao propósito da opção, que a opção em si mesma (CHÁVEZ, 2002, p. 48).

Esse “jogo” de construção de identidades sociais e grupais, de desenvolvimento de sentimentos de pertença a grupos e todos os elementos envolvidos na construção de quem o indivíduo é ocorre, principalmente, por meio da linguagem, que pode ser entendida como campo de realização das ideologias e das identidades. Pensa-se, em função disso, a relação existente entre linguagem, ideologia e identidade continuamente. As perguntas acerca dessa relação mudam, no entanto muitas ainda não foram respondidas.

Uma vez concluída essa pesquisa teórica, que tem como objetivo explicar sobre o conceito de ideologia e buscar relações entre discurso, identidades e ideologias, conceitos centrais desta pesquisa, passo à análise dos textos legais para responder à última questão formulada neste trabalho. É importante ainda esclarecer que a ideologia será aqui entendida de acordo com o que propõe Thompson (1995): “ideologia é sentido a serviço do poder”.

5.6 A ideologia nas culturas de massa

Durante muito tempo, houve discussões sobre o conceito de ideologia, se deveria ser visto positiva ou negativamente. Devido a esse debate, Thompson (1995) sugere uma concepção alternativa de ideologia, a qual se propõe a ultrapassar o caráter histórico de seu estudo. Essa

⁹⁶ Sempre houve na História do Brasil movimentos que objetivavam dar ao negro seu lugar na sociedade, no entanto as identidades sociais individuais em muitos momentos foram negadas.

concepção é crítica, pois ainda considera pejorativo o sentido que o termo adquiriu com Napoleão⁹⁷, mas lhe atribui interpretação particular.

Thompson (1995, p. 96) cunha um conceito que foca a construção do sentido e como ele é usado pelos indivíduos e pelos grupos dominantes, pois é construído por meio de formas simbólicas que podem servir para

estabelecer e sustentar relações sociais estruturadas das quais alguns indivíduos ou grupos se beneficiam mais que outros, e que alguns indivíduos ou grupos têm um interesse em preservar enquanto outros procuram contestar.

Assevera Thompson (1995) que quem trabalha com ideologia deve deter-se nos conceitos de sentido e de poder, interpretando e contrainterpretando, em um exercício constante, que ocorre no terreno dos símbolos e dos signos, pois “estudar ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação” (THOMPSON, 1995, p. 76).

Para entender a forma como Thompson (1995) aborda o conceito de ideologias, é preciso entender o que são Formas simbólicas (FS), que são “um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos” (THOMPSON, 1995, p. 76). Mas acentua que as FS podem ser não-linguísticas ou quase-linguísticas, além de serem inseridas em contextos e processos socialmente estruturados, o que o autor chama de “aspecto contextual das formas simbólicas”.

Thompson⁹⁸ (1995, p. 81) aponta cinco modos pelos quais a ideologia pode operar, destacando que não são os únicos e que eles podem sobrepor-se ou reforçar-se mutuamente. Esses modos são:

1 Legitimação – é processo de tornar as relações legítimas e dignas de apoio. Pode ocorrer por meio de três tipos de fundamentos:

- a) **racionais** que fazem apelo à legalidade das regras dadas;
- b) **tradicionais** que fazem apelo às tradições imemoriais;
- c) **carismáticos** que apelam ao caráter de uma autoridade.

A Legitimação se processa de três modos:

⁹⁷ Em 1812, Napoleão Bonaparte declarou que “todas as desgraças que afligem nossa França devem ser atribuídas à ideologia, essa tenebrosa metafísica que, buscando com sutileza as causas primeiras, quer fundar sobre suas bases a legislação dos povos, em vez de adaptar as leis ao conhecimento do coração humano e às lições da história” (CHAUI, 2001, p. 27).

⁹⁸ Esses modos de operação da ideologia servirão como base para a análise de dados.

1.1. **Racionalização** – processo em que produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que justificará um conjunto de relações ou instituições sociais.

1.2. **Universalização** – forma que se baseia em tentar tornar universais os interesses (particulares, individuais) de alguns indivíduos.

1.3. **Narrativização** – processo que usa histórias sobre o passado que retratam o presente para criar tradições eternas e aceitáveis, reforçando as relações de dominação.

2. Dissimulação – trata-se do fato de relações de dominação serem sustentadas e estabelecidas pelo fato de serem ocultadas, negadas ou obscurecidas. Pode ocorrer por meio de três estratégias:

2.1. Deslocamento: “um termo costumeiramente usado para se referir a um determinado objeto ou pessoa é usado para se referir a um outro, e com isso as conotações positivas ou negativas do termo são transferidas para o outro objeto ou pessoa” (THOMPSON, 1995, p. 83).

2.2 – Eufemização – processo de atribuir conotação positiva a ações, instituições ou relações sociais.

2.3 – Tropo – uso figurativo da linguagem ou de formas simbólicas para a dissimulação de relações sociais. Alguns tropos muito usados são:

2.3.1. Sinédoque – junção semântica da parte e do todo, ou seja, usar a parte para se referir ao todo ou vice-versa.

2.3.2. Metonímia – uso de um termo que ocupa o lugar de um atributo de uma coisa como se fosse a própria coisa. Essa relação pode despertar características positivas ou negativas da coisa em questão.

2.3.3. Metáfora – “implica a aplicação de um termo ou frase a um objeto ou ação à qual ele, literalmente, não pode ser aplicado” (THOMPSON, 1995, p. 85).

3. Unificação – consiste em unir os indivíduos por meio de uma forma simbólica, tornando-os parte de uma unidade da qual não necessariamente fazem parte, mas da qual passam a acreditar que participam.

3.1. Estandarização ou padronização – formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão, proposto como aceitável e, por isso, deve ser partilhado por todos.

3.2. Simbolização da unidade – “envolve a construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas, que são difundidas através de um grupo ou de uma pluralidade de grupos” (THOMPSON, 1995, p. 86).

4. Fragmentação – processo que fragmenta os indivíduos que compõem grupos que poderiam ameaçar os grupos dominantes, pois, ao segmentá-los, fica mais fácil dominá-los.

4.1. Diferenciação – consiste em enfatizar as diferenças e divisões entre as pessoas e grupos, desunindo-os e dismantelando as relações que poderiam ameaçar o poder dominante.

4.2. Expurgo do outro – envolve a construção de um inimigo que é retratado como inimigo coletivo e ao qual o grupo deve combater unido. É uma estratégia de união do grupo contra um mal ameaçador.

5. Reificação – consiste na retratação de uma situação transitória, histórica, como se fosse permanente, natural e atemporal. Baseia-se em retirar do fato o seu caráter histórico e torná-lo permanente.

5.1. Naturalização – consiste em tornar natural ou inevitável uma criação social.

5.2. Eternização – fenômenos históricos e sociais são desprovidos de sua efemeridade e apresentados como permanentes ou eternos.

5.3 – Nominalização – “acontece quando sentenças, ou parte delas, descrições da ação e dos participantes nelas envolvidos, são transformados em nomes”, dando caráter de acontecimento ao que era ação (THOMPSON, 1995, p. 88).

5.4. Passivização - ocorre quando os verbos da voz ativa são colocados na voz passiva, apagando o sujeito que pratica a ação. Assim, os processos tornam-se coisas.

Eagleton (1997, p. 19) aponta, ao comentar a visão de Thompson sobre a ideologia, que

um poder dominante pode legitimar-se promovendo crenças e valores compatíveis com ele; naturalizando e universalizando tais crenças de modo a torná-las óbvias e aparentemente inevitáveis; denegrindo ideias que possam desafiá-la; excluindo formas rivais de pensamento, mediante talvez a lógica não declarada, mas sistemática; e obscurecendo a realidade social de modo a favorecê-lo.

A visão de Thompson conjuga aspectos das teorias de Althusser e Marx, considerando pontos fundamentais da contemporaneidade: mídia, midiaticização, globalização, pós-modernidade. Por esses pontos, é a visão essencial para a análise a que essa pesquisa se propõe.

5.7 Reflexões práticas acerca das ideologias nos discursos legais

A Lei n. 1390, foi publicada em 3 de julho de 1951 para incluir entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor. Ela foi sancionada pelo Presidente Getúlio Vargas e revogada em 20 de dezembro de 1985 pela Lei n. 7437, que amplia a redação anterior, incluindo entre as práticas punidas o preconceito de sexo e de estado civil. A Lei n. 1390 será aqui analisada em sua primeira versão por se tratar de um marco histórico na visão discursiva e social do Brasil com relação ao preconceito.

Quadro 13 – Lei 1390

<p style="text-align: center;">LEI Nº 1.390, DE 3 DE JULHO DE 1951</p> <p style="text-align: center;"><i>Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor.</i></p> <p>O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:</p> <p>Art. 1º Constitui contravenção penal, punida nos termos desta Lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de cor.</p> <p>Parágrafo único. Será considerado agente da contravenção o diretor, gerente ou responsável pelo estabelecimento.</p> <p>Art. 2º Recusar alguém hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento da mesma finalidade, por preconceito de raça ou de cor. Pena: prisão simples de três meses a um ano e multa de Cr\$5.000,00 (cinco mil cruzeiros) a Cr\$20.000,00 (vinte mil cruzeiros).</p> <p>Art. 3º Recusar a venda de mercadorias e em lojas de qualquer gênero, ou atender clientes em restaurantes, bares, confeitarias e locais semelhantes, abertos ao público, onde se sirvam alimentos, bebidas, refrigerantes e guloseimas, por preconceito de raça ou de cor. Pena: prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de Cr\$500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$5.000,00 (cinco mil cruzeiros).</p> <p>Art. 4º Recusar entrada em estabelecimento público, de diversões ou esporte, bem como em salões de barbearias ou cabeleireiros por preconceito de raça ou de cor. Pena: prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de Cr\$500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$5.000,00 (cinco mil cruzeiros).</p> <p>Art. 5º Recusar inscrição de aluno em estabelecimentos de ensino de qualquer curso ou grau,</p>
--

por preconceito de raça ou de côr. Pena: prisão simples de três meses a um ano ou multa de Cr\$500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Parágrafo único. Se se tratar de estabelecimento oficial de ensino, a pena será a perda do cargo para o agente, desde que apurada em inquérito regular.

Art. 6º Obstar o acesso de alguém a qualquer cargo do funcionalismo público ou ao serviço em qualquer ramo das forças armadas, por preconceito de raça ou de côr. Pena: perda do cargo, depois de apurada a responsabilidade em inquérito regular, para o funcionário dirigente de repartição de que dependa a inscrição no concurso de habilitação dos candidatos.

Art. 7º Negar emprêgo ou trabalho a alguém em autarquia, sociedade de economia mista, emprêsa concessionária de serviço público ou emprêsa privada, por preconceito de raça ou de côr. Pena: prisão simples de três meses a um ano e multa de Cr\$500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$5.000,00 (cinco mil cruzeiros), no caso de emprêsa privada; perda do cargo para o responsável pela recusa, no caso de autarquia, sociedade de economia mista e emprêsa concessionária de serviço público.

Art. 8º Nos casos de reincidência, havidos em estabelecimentos particulares, poderá o juiz determinar a pena adicional de suspensão do funcionamento por prazo não superior a três meses.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor quinze dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de julho de 1951; 130º da Independência e 63º da República.

GETÚLIO VARGAS

O segundo discurso legal analisado é a Lei n. 7716, de 5 de janeiro de 1989. Ela foi assinada pelo Presidente José Sarney e define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

Quadro 14 – Lei 7716

LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989

Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor.

Art. 3º Impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da Administração Direta ou Indireta, bem como das concessionárias de serviços públicos. Pena: reclusão de dois a cinco anos.

Art. 4º Negar ou obstar emprego em empresa privada. Pena: reclusão de dois a cinco anos.

Art. 5º Recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, negando-se a servir, atender ou receber cliente ou comprador. Pena: reclusão de um a três anos.

Art. 6º Recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer grau. Pena: reclusão de três a cinco anos.

Parágrafo único. Se o crime for praticado contra menor de dezoito anos a pena é agravada de 1/3 (um terço).

Art. 7º Impedir o acesso ou recusar hospedagem em hotel, pensão, estalagem, ou qualquer

estabelecimento similar. Pena: reclusão de três a cinco anos.

Art. 8º Impedir o acesso ou recusar atendimento em restaurantes, bares, confeitarias, ou locais semelhantes abertos ao público. Pena: reclusão de um a três anos.

Art. 9º Impedir o acesso ou recusar atendimento em estabelecimentos esportivos, casas de diversões, ou clubes sociais abertos ao público. Pena: reclusão de um a três anos.

Art. 10. Impedir o acesso ou recusar atendimento em salões de cabeleireiros, barbearias, termas ou casas de massagem ou estabelecimento com as mesmas finalidades. Pena: reclusão de um a três anos.

Art. 11. Impedir o acesso às entradas sociais em edifícios públicos ou residenciais e elevadores ou escada de acesso aos mesmos: Pena: reclusão de um a três anos.

Art. 12. Impedir o acesso ou uso de transportes públicos, como aviões, navios barcas, barcos, ônibus, trens, metrô ou qualquer outro meio de transporte concedido. Pena: reclusão de um a três anos.

Art. 13. Impedir ou obstar o acesso de alguém ao serviço em qualquer ramo das Forças Armadas. Pena: reclusão de dois a quatro anos.

Art. 14. Impedir ou obstar, por qualquer meio ou forma, o casamento ou convivência familiar e social. Pena: reclusão de dois a quatro anos.

Art. 16. Constitui efeito da condenação a perda do cargo ou função pública, para o servidor público, e a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular por prazo não superior a três meses.

Art. 18. Os efeitos de que tratam os arts. 16 e 17 desta Lei não são automáticos, devendo ser motivadamente declarados na sentença.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 21. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de janeiro de 1989; 168º da Independência e 101º da República.

JOSÉ SARNEY

Nesse ponto, é importante fazer a diferenciação entre contravenção penal e crime. A contravenção é uma transgressão ou infração a disposições estabelecidas, é ato ilícito menos importante que o crime, que acarreta ao seu autor a pena de multa ou prisão simples (FERREIRA, 1996, p. 469). Crime é um conceito bem mais complexo que admite várias acepções, como:

- a) violação culpável da lei penal, delito;
- b) qualquer ato que suscita reação organizada da sociedade;
- c) ato digno de repressão ou castigo;
- d) ato condenável, de consequências funestas ou desagradáveis (idem, p. 489).

Ao analisar os dois textos, pretendo responder ao seguinte questionamento: **“Como a ideologia presente nos discursos legais contribui para as práticas discursivas racistas no Brasil?”**

Parto do princípio de que todo discurso é ideológico, portanto não cabe aqui questionar se o texto traz ou não ideologias, mas como elas agem no sentido de estabelecer práticas sociais racistas. Conforme descrito na metodologia do trabalho, utilizarei os modos de operação da ideologia proposto por Thompson (1985).

5.7.1. A legitimação nos discursos legais

A **Legitimação** é um modo de operação da ideologia que procura tornar legítimas e dignas de apoio as relações de dominação. Ocorre por meio de **Racionalização**, de **Universalização** e de **Narrativização**.

Em primeiro lugar, a **Legitimação** acontece porque os textos pertencem ao campo legal. As leis existem para tornar legítimos atos considerados legais em uma sociedade. Para isso, recorrem ao discurso socialmente aceito. No caso das leis analisadas, elas iniciam com o seguinte texto:

(81) O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Em ambos os casos, o texto é legitimado pelas autoridades que os decretam e os sancionam, uma vez que são eleitas como representantes legais e legítimos desse mesmo povo. Há um processo de **Racionalização** quando a existência da Lei é sustentada em uma cadeia de autoridades que a apresenta (geralmente um parlamentar), a decreta⁹⁹ e a sanciona¹⁰⁰. Esse percurso dá legitimidade à ação que não é individual, mas consequência de ações e reflexões coletivas. Nesse sentido,

qualquer consenso sobre as regras que definem um jogo e os ‘movimentos’ possíveis dentro desse jogo *precisam ser locais*; em outras palavras, *precisam ter* a concordância de seus atuais jogadores e estar sujeito a um eventual cancelamento. Esta orientação favorece uma multiplicidade de *meta-argumentos* finitos, pelos quais entendo a argumentação que diz respeito às *metaprescrições* e é limitada no espaço e no tempo (MÉZSÁROS, 2004, p. 99).

⁹⁹ Decretar – ordenar por decreto; determinar; impor (ABL, 2008, p. 394).

¹⁰⁰ Sancionar – dar sanção a; ratificar; aprovar. (ABL, 2008, p. 1158).

Além disso, ainda pensando na importância dos discursos, é relevante retomar ideias de Marx e de Gramsci. Marx afirma que “a infra-estrutura, isto é, as forças e relações de produção, determinam uma superestrutura que, por sua vez, é o mero reflexo da primeira” (apud MARTINHO, 2003. p. 40). Para Gramsci, ainda segundo Martinho (2003), a superestrutura compõe-se de dois elementos: a sociedade política, que se apoia na coação, e a sociedade civil, que se apoia na persuasão. No caso, o discurso legal apoia-se, inicialmente, na persuasão e, em segundo momento, quando necessário, na coação. Ou ainda, seguindo as ideias de Althusser (2001), primeiro temos o uso de aparelhos ideológicos (AIE) e depois de aparelhos repressores (ARE).

Assim, as leis tornam legítimas as ações do Estado – por meio do Direito e do poder de polícia – no sentido de punir aqueles que, por ventura, venham a desrespeitar o que o povo, por meio de seus representantes, determinou como atos ilegais. Isso acontece, em ambos os textos, no primeiro artigo, conforme se pode ver nos exemplos “...punida nos termos desta Lei...” e “Serão punidos, na forma desta Lei...”. Como se pode ver, a Lei é o instrumento que legitima a punição.

(82) Art. 1º Constitui contravenção penal, punida nos termos desta Lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de cor. (Lei 1390).

(83) Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei os crimes resultantes resultantes da discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. (Lei 7176).

Nesse sentido, as leis recorrem à **Legitimação** como forma de serem apoiadas e respeitadas pela sociedade em geral. Para tanto, a **Racionalização** é a estratégia usada. Ou seja, é lei, é legal, logo deve ser seguido e obedecido por todos. Caso isso não aconteça, advém a punição.

Analisando de outro ponto de vista, a lei é sempre vista como representação da vontade da maioria, assim, desrespeitá-la é ser contrário ao direito da maioria e, com isso, ferir uma dos princípios básicos da democracia. No entanto, raríssimas vezes, os textos das leis são resultantes, realmente, da vontade da maioria, visto que boa parte desse povo mal consegue ler um discurso legal, que dirá entendê-lo.

Ademais, é importante considerar o que aponta Martinho (2003, p. 23) a respeito da legitimação de ações:

A legitimidade institucional depende não só do reconhecimento interno, dos membros da instituição, com também daqueles que a ela não pertencem. A legitimação dá razão de ser à ordem institucional, justifica suas regras e faz crer na pertinência de sua hierarquia interna.

Logo, a **Legitimação** é uma estratégia imprescindível para aqueles que desejam convencer sobre suas ações e fazê-las aceitas ou aceitáveis sem precisar recorrer a estratégias mais drásticas. Essa **Legitimação** ocorre em vários âmbitos além do legal. Historicamente, essa construção ideológica vem se consolidando discursivamente em várias áreas. Como parte da construção ideológica da harmonia étnico-racial no Brasil, pode-se citar como exemplo o texto de João Severino Maciel da Costa, Memória sobre a necessidade de Abolir a Introdução dos Escravos Africanos no Brasil, de 1821, no qual o autor relatava:

Natureza de bárbaro e condição de escravo seriam amenizadas sensivelmente pelo bom tratamento dado a eles (os negros) pelos senhores, que os alimentavam, vestiam, curavam, instruíam e até mesmo lhes davam por vezes a liberdade e continuavam a assisti-los enquanto livres. Apesar desse quadro paradisíaco da escravidão no Brasil, Maciel da Costa concluía que as relações entre brancos e negros continuavam a ser de inimizade e distância” (AZEVEDO, 2004, p. 33).

No entanto, Azevedo (2004, p. 37) cita adiante um trecho, retirado de **A escravatura no Brasil**, de Francisco Antonio Brandão Júnior que mostra o quanto esse ideal de convivência paradisíaca era falso:

mesmo nos casos de bom tratamento, os cativos muitas vezes trocavam a amizade de seus senhores pela rebelião, movidos por ‘sentimentos de independência’. Na verdade, os negros nunca haviam cessado de lutar pela liberdade no Brasil e em outras partes da América.

5.7.2. Unificação do que não é unificável

A **Unificação** é o modo de operação da ideologia que busca unir indivíduos por meio de uma forma simbólica, tornando-os parte de uma unidade da qual não necessariamente fazem parte, mas da qual acabam acreditando participar. Ela acontece por meio de Estandarização ou Padronização e Simbolização da Unidade.

A **Unificação** acontece nos textos quando os sujeitos, possíveis vítimas de preconceito, são simbolicamente tratadas como iguais e mencionadas por meio do pronome indefinido “alguém”, como ocorre nos exemplos:

(84) Art. 3º Impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da Administração Direta ou Indireta, bem como das concessionárias de serviço público. (Lei 7716).

(85) Art. 13. Impedir ou obstar o acesso de alguém ao serviço em qualquer ramo das Forças Armadas. (Lei 7716).

(86) Art 2º Recusar alguém hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento da mesma finalidade, por preconceito de raça ou de cor. (Lei 1390).

(87) Art 6º Obstar o acesso de alguém a qualquer cargo do funcionalismo público ou ao serviço em qualquer ramo das forças armadas, por preconceito de raça ou de cor. (Lei 1390).

(88) Art 7º Negar emprego ou trabalho a alguém em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviço público ou empresa privada, por preconceito de raça ou de cor. (Lei 1390).

Como se pode ver pelos excertos (apenas alguns exemplos para ilustrar o que é altamente recorrente nos dois textos), mesmo quando o texto deveria, explicitamente nomear o negro, isso não acontece. A opção é usar um pronome indefinido, que, como a própria denominação aponta, indefine o sujeito beneficiário das leis.

E ainda quando esses mesmos sujeitos não são especificados, mas referidos como elementos indeterminados dentro de um grupo, como acontece nos exemplos a seguir, em que os termos usados são “aluno”, “cliente” e “comprador”.

(89) Art. 5º. Recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, negando-se a servir, atender ou receber como cliente ou comprador. (Lei 7716).

(90) Art. 1º Constitui contravenção penal, punida nos termos desta Lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de cor. (Lei 1390).

(91) Art. 3º Recusar a venda de mercadorias e em lojas de qualquer gênero, ou atender clientes em restaurantes, bares, confeitarias e locais semelhantes, abertos ao público, onde se sirvam alimentos, bebidas, refrigerantes e guloseimas, por preconceito de raça ou de cor. (Lei 1390).

(92) Art. 5º Recusar inscrição de aluno em estabelecimentos de ensino de qualquer curso ou grau, por preconceito de raça ou de cor. (Lei 1390).

(93) Art. 6º. Recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer grau. (Lei 7716).

Nos exemplos, mais uma vez, termos genéricos são utilizados para fazer referência ao negro. Portanto, acredito que a **Unificação**, nesses casos, é um modo de, mesmo falando do preconceito étnico-racial existente no País, fazê-lo de modo indireto (ameno ou eufêmico), sem apelar para o uso de termos que, socialmente, são pouco mencionados, devido ao caráter afetivo (ILARI, 2006) que denotam. Assim, as escolhas lexicais não apontam objetivamente o sujeito ao qual a lei se direciona.

É importante considerar também que o apagamento do termo “negro” e de outros que poderiam objetivamente mencionar os beneficiários das leis relaciona-se com escolhas discursivas e ideológicas e que os conceitos constituem-se pela descrição dos possíveis usos de uma palavra e não como saber pontual, que se entende fora do uso (ABRIL, 2007, p. 20). Por isso, esse apagamento revela uma forma ideologicamente marcada de ver o mundo e as relações sociais que nele se estabelecem.

5.7.3 Fragmentação: quem tem e quem não tem acesso livre aos domínios sociais

A **Fragmentação** é o modo de operação da ideologia que fragmenta os indivíduos do grupo que poderia ameaçar o poder dominante para dominá-los mais facilmente. Acontece por **Diferenciação e Expurgo do Outro**.

Nos textos legais, a **Fragmentação** dá-se quando há uma divisão entre dois grupos: aquele que pode ser alvo do preconceito e beneficiado pelas Leis (negros e descendentes) e aquele que não será objeto de preconceito étnico-racial (branco). Essa **Fragmentação** evidencia-se no uso da expressão “por preconceito de raça e cor” que aparece em alguns artigos da lei, como os abaixo apresentados.

(94) Art 2º Recusar alguém hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento da mesma finalidade, por preconceito de raça ou de cor. (Lei 1390).

(95) Art 6º Obstar o acesso de alguém a qualquer cargo do funcionalismo público ou ao serviço em qualquer ramo das forças armadas, por preconceito de raça ou de cor. (Lei 1390).

(96) Art 7º Negar emprego ou trabalho a alguém em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviço público ou empresa privada, por preconceito de raça ou de cor. (Lei 1390).

(97) Art. 1º Constitui contravenção penal, punida nos termos desta Lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de cor. (Lei 1390).

(98) Art. 3º Recusar a venda de mercadorias e em lojas de qualquer gênero, ou atender clientes em restaurantes, bares, confeitarias e locais semelhantes, abertos ao público, onde se sirvam alimentos, bebidas, refrigerantes e guloseimas, por preconceito de raça ou de cor. (Lei 1390).

(99) Art. 5º Recusar inscrição de aluno em estabelecimentos de ensino de qualquer curso ou grau, por preconceito de raça ou de cor. (Lei 1390).

No caso desses fragmentos, o aspecto étnico-racial é reforçado, diferenciando o grupo social beneficiado pelas leis em análise. Eles explicitam também o fato de que as recusas, mencionadas nos artigos (hospedagem; acesso a locais públicos ou privados, a cargos, a escolas e estabelecimentos comerciais), são factíveis, uma vez que o discurso expresso no texto legal é reflexo da sociedade na qual a lei é adotada. Deixam claro ainda que, quando essa recusa ou exclusão acontece, ela é motivada por fatores étnico-raciais.

A **Fragmentação** é usada de modo recorrente, mas não detectei casos de diferenciação nem de expurgo do outro. Cheguei a essa conclusão porque não foram encontrados trechos em que a **Fragmentação** chegasse ao ponto de desunir ou dismantelar as relações sociais entre os grupos, o que caracterizaria a **Diferenciação**. Ao contrário, o discurso dos textos legais tende para o apagamento dessas diferenças, pois sequer nomeia os sujeitos beneficiados pela lei. O mesmo raciocínio explica a inexistência do **Expurgo do Outro**.

É relevante ainda mencionar o uso de “raça ou cor”. Nos textos, a opção pelos usos de ambos direciona para a interpretação de que os termos apontam para conceitos diferentes e que não se relacionam. Outra possibilidade seria pensar que o texto legal precisa ser o mais claro possível, por isso o legislador opta por usar os dois termos.

5.8 A ideologia que sustenta o silêncio e fundamenta a exclusão

Rajagopalan (2003, p. 15) chama a atenção para um fato que considero importante mencionar aqui, ele aponta que “Questões de ordem ética, via de regra, não são levantadas quando o que está em pauta é a língua natural. Isso tem a ver justamente com o fato de a língua

ser considerada um fenômeno *natural*¹⁰¹”. E completa afirmando que “só se pode falar em ética quando estão em discussão ações intencionais praticadas por agentes humanos no exercício de sua livre e espontânea vontade”. As palavras de Rajagopalan são, a meu ver, muito pertinentes. No entanto não se aplicam, por exemplo, nos casos de racismo e de discriminação que acontecem no Brasil. Pois, nesses casos, o uso da língua (ou da linguagem) não é tido como ato intencional (livre e espontâneo) daquele que pratica o crime. Na verdade, é como se, ao usar a linguagem contra determinado grupo social, o falante estivesse subordinado a um “fenômeno natural”.

Tal fato sustenta, por exemplo, o uso de termos relacionados a insultos ou a ultrajes contra negros (e outras minorias, mas devido ao foco do trabalho, ater-me-ei aos fatos relacionados ao racismo e à discriminação étnico-racial).

Quanto ao uso de palavras de insulto, Guimarães (2000, p. 33) aponta que o insulto deve ser entendido como “ato, observação ou gesto que expressa uma opinião bastante negativa de uma pessoa ou grupo”. Nesse sentido, para o autor, o insulto é uma opinião negativa e o rompimento de uma norma social. Além disso, o insulto pode ter várias funções, mas sempre ligadas a relações de poder, por isso eles têm como funções:

- a) legitimar e reproduzir uma ordem moral;
- b) legitimar uma hierarquia de grupos sociais;
- c) legitimar uma hierarquia no interior de um grupo;
- d) socializar indivíduos de um grupo.

Como se pode ver pelas funções mencionadas, o insulto, a injúria, as ofensas verbais são legitimadores do lugar do “dominador”, assim como do lugar atribuído ao dominado (minorias). Essa visão corrobora (e é corroborada) pelas ideias de Thompson (1995), para quem a **Legitimação** é um modo de operação da ideologia que procura tornar legítimas e dignas de apoio as relações de dominação.

O insulto volta-se primeiramente contra a situação de pobreza do grupo ou indivíduo atingido; em segundo lugar, atribui características negativas para definir o sujeito ou grupo; em terceiro lugar, atribui ao grupo hábitos de limpeza e higiene deficientes; por último, trata o grupo ou os sujeitos como animais (GUIMARAES, 2000, p. 38).

¹⁰¹ Grifo do autor.

Em sua pesquisa, Guimarães (2000, p. 38) registrou várias formas de insulto usadas como ritual para ensinar a subordinação por meio da humilhação. O insulto é então, de certa forma, um modo de dizer ao “outro” qual é o seu lugar no tecido social.

O tecido social é construído com base em um conjunto de mediações sociais (PAIVA, 2005, p. 15). Para que elas aconteçam, é necessário que o “outro” seja aceito. Nessa relação, no contexto contemporâneo, a mídia assume o papel de responsável por grande parte das mediações sociais, regulando a relação do indivíduo com o mundo e com seus pares¹⁰².

Para ilustrar como as afrontas verbais acontecem, apresento uma lista de termos usados contra negros e que foram motivadores de queixas contra os insultadores. Guimarães (2000) lista os seguintes casos:

Quadro 15 - Termos usados contra negros em queixas de crime racial

Nomeação genérica	Animal/sexo	Animal/hierarquia	Hierarquia social
Nega (o), Negra (o), Negrinha (o), Preto (a)	Barata, Cadela, Galinha, Vaca Animal/raça Macaco, Urubu	Besta Animal/deficiências Burro	Analfabeto, Desclassificado, Favelada, Maloqueira, Metida, Senzala
Religião Despacho Macumba macumbeira	Natureza Desgraça Maldita Raça		Defeitos físicos, mentais e doenças Cancerosa, Queimada Idiota, Imbecil
Delinqüência e defeitos morais Aproveitador Folgado Incompetente Ladrão Maconheiros Pilantra Safado Sem-vergonha Traficantes	Moral sexual Bastardo Filho da puta Gigolô Homossexual Maria homem Sapatão Scort girl Vagabunda		Higiene Fedida Fedorenta Merda Nojento Podre Porqueira Suja

O termo “barata” apareceu na frase: “Filha de uma barata preta, vagabunda”. Guimarães (2000) aponta que as mulheres são mais frequentemente vítima de insultos raciais e também que são mais comumente as acusadas. Nesse caso, o principal ponto insultado é a moral sexual. Nos casos em que os homens são os agressores, também as mulheres são as principais vítimas.

¹⁰² No momento, devido ao foco da pesquisa, não abordaremos o papel da mídia na construção dessas relações ideológicas.

Assim, para as mulheres negras, como já visto ao tratar das identidades, pesam dois estereótipos: o étnico-racial e o de gênero social. Ser negra e mulher é um fator que atua em todos os sentidos na vida do sujeito que agrega essas características. Nesse sentido, são relevantes as palavras de Hall (2006, p. 85):

A diferença específica de um grupo ou comunidade não pode ser afirmada de forma absoluta, sem se considerar o contexto maior de todos os “outros” em relação aos quais a “particularidade” adquire um valor relativo.

Logo, os papéis delineados e naturalizados em nosso contexto fazem sentido aqui devido à teia de relações que se forma em torno deles. A assertiva de Hall ganha força quando comparamos a situação do Brasil com a das Antilhas, conforme podemos ver a seguir. Ao tratar da mulher negra, Fanon (1980) aponta a união da mulher negra com homem branco como um dos ideais de vida da negra antilhana. Para ela, a união, mesmo não-oficial com um branco, serve como passaporte para o mundo branco. Mulheres negras

precisam de um homem branco, inteiramente branco e nada mais. Quase todas esperam, durante toda a vida, esse golpe de sorte que é menos que provável. E é nesta espera que a velhice as surpreende e as empurra para o fundo das sombrias solidões em que o sonho por fim se muda em ativa resignação (1980, p. 88)

No entanto, muitas mulheres negras antilhanas preferem a solidão a aceitar a união com homem negro, já que isso significa abrir mão da possibilidade de embranquecimento. Explica Fanon (1980, p. 85) que há dois tipos de mulher de cor: a preta e a mulata. “A primeira só tem uma possibilidade e uma preocupação: embranquecer. A segunda não só quer embranquecer como também evitar regredir”. Assim, ao analisar o caso das Antilhas, Fanon (1980) mostra que a mulher mulata recusará veementemente o pretendente negro, uma vez que, para ela, aceitá-lo seria perder a chance de “salvar a raça”.

Voltando ao contexto brasileiro, vemos que o mais doloroso desse processo é que as ideologias são legitimadas por meio de várias estratégias possíveis e depois se naturalizam, ganham *status* de verdade e passam a ser vistas como fatos banais, corriqueiros, brincadeiras que não ofendem porque são quase carinhosas. Esse tipo de raciocínio gera, por exemplo, piadas de extremo mal gosto que ferem diretamente a imagem do negro, atingem sua inteligência, sua beleza, seus hábitos religiosos, sua identidade.

Parece apenas um fato risível, mas não é. As piadas refletem atitudes sociais, assim como o racismo de quem as conta e também encorajam o comportamento racista. Segundo

Christie Davies, as piadas sobre grupos étnicos são as mais populares no Ocidente e, geralmente, elas atribuem ignorância e estupidez aos grupos discriminados (apud CASHMORE, 2000, p. 258). Além disso, conforme aponta Fanon (1980, p. 96) “Quando uma história se mantém no seio do folclore, é porque ela exprime de algum modo uma região da alma local”. Isso nos leva a pensar: por que brancos não são motivo de piada? Por que seus hábitos, corpos, história não são risíveis?

Provavelmente, porque a elite simbólica e os discursos produzidos por ela controlam os tipos de discurso, os tópicos, os tipos e as quantidades de informação, bem como a seleção e a censura dos argumentos e a natureza das operações retóricas (VAN DIJK, 2008, p. 51). Além disso, também elaboram manobras para controlar a dissidência e resistência, impondo formas de censura, recorrendo a campanhas de difamação e a outros mecanismos para silenciar os opositores e seus meios de comunicação (ibid., p. 51).

5.9 Ideologias nos textos legais

A análise dos dois textos legais – Lei 1390 e Lei 7716 – tem como objetivo responder ao seguinte questionamento: **Como a ideologia presente nos discursos legais contribui para as práticas discursivas racistas no Brasil?**

Para tanto, parti do pressuposto que todo texto é inerentemente ideológico, logo não investigo a existência ou não de ideologias, mas o modo como elas operam. Acredito que seja relevante analisar textos legais, porque eles são reflexos das questões socialmente relevantes, são respostas do poder estabelecido a problemas que afetam a nação.

Inicialmente, para muitos, pode parecer, ainda, que o texto de uma lei seja neutro, marcado pela imparcialidade, já que se dirige a toda uma nação. Entretanto, como todo texto carrega ideologias, reflexo da sociedade que o produz, aceita e cumpre (no caso do texto legal) o discurso nele estabelecido.

A Análise Crítica de Discurso (ADC) preocupa-se com a atividade comunicativa tendo como foco um pensamento crítico que questiona a verdade pré-estabelecida, o conhecimento estruturado e consolidado, as formas de exercício de poder, a significação descontextualizada do mundo simbólico e o poder explicativo da razão objetiva e universal. Para tanto, considera que os significados e os sentidos do discurso se transportam e se amalgamam, têm capas

superpostas que carregam significados que nem sempre são evidentes e o significado convencional assume pressuposições que emergem com as diferentes leituras e interpretações, de tal modo que o que aparece no discurso gera significados que são ditos e que não são ditos, porque não estão presentes na superfície discursiva (ABRIL, 2007, p. 27).

No caso do discurso das leis analisadas, com base nos modos de operação da ideologia propostos por Thompson (1995), constatei que o discurso sustenta-se nessa relação entre o dito e o não dito, entre o que é explicitamente marcado (como a punição aos infratores) e o que é apagado (a pessoa do negro).

Conforme apontado, todo discurso reflete ideologias e com os textos analisados não é diferente. Eles apontam a ideologia da negação do negro, embora, paradoxalmente, a existência das leis seja um fator que evidencia sua presença como elemento integrante da sociedade brasileira e, adicionalmente, demonstram a existência do preconceito étnico-racial.

Quebrando as expectativas, as leis analisadas conseguem abordar o racismo como contravenção penal, inicialmente, e depois como crime, sem definir o que é o racismo (ou o preconceito racial) e sem dizer quem é o beneficiado pelas leis. Essa análise corrobora o pensamento apresentado no capítulo 2 deste trabalho que mostra que, no Brasil, em geral, preferimos não mencionar termos ou expressões que façam referência ao negro. Esse fato é resultante da ideologia de negação da existência do racismo.

Portanto, após a análise, posso afirmar que os textos legais apresentam principalmente a ideologia da negação do racismo e do apagamento da presença do negro em nossa sociedade, por meio do apagamento de termos e de expressões que nomeiam, definem, caracterizam o “ser negro”.

Assim, os discursos das leis são também uma forma de negar a existência do racismo, o que é um paradoxo. Ao mesmo tempo em que a existência da lei, em si, já atesta a existência de preconceito racial, ela silencia sobre as vítimas desse preconceito e é uma forma de enfraquecer o discurso que afirma que o Brasil é um país que discrimina negros e seus descendentes, negando a imagem, a história e a identidade negra.

Nesse ponto, é importante mencionar que assumir nosso preconceito – no campo discursivo, no social e no ideológico - é a única estratégia que temos para começarmos a combatê-lo.

Para concluir, uma letra que afirma uma verdade incontestável: “A verdade é que você/(Todo brasileiro tem!)/Tem sangue crioulo/Tem cabelo duro/Sará sará crioulo...”. A letra é do compositor Macau¹⁰³ e foi um hit dos anos 1980.

Olhos Coloridos

Macau

Os meus olhos coloridos
Me fazem refletir
Eu estou sempre na minha
E não posso mais fugir...

Meu cabelo enrolado
Todos querem imitar
Eles estão baratinado
Também querem enrolar...

Você ri da minha roupa
Você ri do meu cabelo
Você ri da minha pele
Você ri do meu sorriso...

A verdade é que você
(Todo brasileiro tem!)
Tem sangue crioulo
Tem cabelo duro
Sará, sarará
Sará, sarará
Sará crioulo...

Sará crioulo
Sará crioulo...(2x)

¹⁰³ Texto disponível em <http://letras.terra.com.br/sandra-de-sa/74666/> em 3 de junho de 2009.

Considerações...



(Fonte: Cartilha Ações Afirmativas. Este é o caminho, Fundação Cultural Palmares/Ministério da Cultura, junho/ 2006, p. 13)

Esta pesquisa – **A construção social de identidades étnico-raciais: uma análise discursiva do racismo no Brasil** – teve como objetivo mostrar a seguinte tese: **no Brasil, o discurso de harmonia étnico-racial mascara práticas discursivas e sociais discriminatórias e racistas seculares que constroem identidades subalternas para o negro.**

Para levantar dados que possibilitassem chegar a conclusões sobre essa tese foram analisados dois textos de leis publicados com a função de caracterizar o racismo como contravenção penal (Lei 1390) e de definir os crimes resultantes do preconceito de raça ou de cor (Lei 7716); três notícias publicadas na Internet sobre casos de racismo no Brasil:

- a) Racismo no futebol: a justiça entra em campo;
- b) RJ: administrador de hospital é preso por racismo; e
- c) Racismo no trabalho: Depois de ser chamado de macaco e urubu, funcionário passa por "peregrinação" até conseguir denunciar ato racista do colega de trabalho; além de respostas a 100 questionários sobre a forma como as pessoas identificam a sua cor, raça ou etnia.

A análise desses documentos respondeu às seguintes questões de pesquisa:

1. **Como são representados os atores sociais em notícias sobre racismo no Brasil?**
4. **Como o brasileiro se representa com relação à cor, à etnia ou à “raça”?**
5. **Como a ideologia presente nos discursos legais contribui para as práticas discursivas racistas no Brasil?**

Com relação às notícias analisadas para responder à questão 1, pude concluir que, na primeira notícia analisada, o ponto de vista central do texto é o do agredido, uma escolha motivada pelo posicionamento ideológico do *site* que publicou o texto: um portal voltado para o público negro e destinado a denunciar casos de racismo e de discriminação.

O T1 é o único dos textos analisados que vitimiza o agredido, o que pode ser uma estratégia para tornar menos aceitável o ato racista e reforçar o caráter agressivo de quem o pratica. De qualquer modo, considero que assumir essa postura de vítima não ajuda a construir identidades étnico-raciais fortalecidas.

Ainda no T1 são apresentados como atores sociais o agressor, a vítima – apresentados em primeiro plano –, assim como outros atores que participam indiretamente do fato noticiado:

o dono da empresa, os colegas de trabalho, um farmacêutico que atendeu a vítima, que são mencionadas de modo genérico.

É relevante mencionar que o T1 apaga um dos agentes da lei – Delegado – que poderia ser responsável pelo desenlace mais rápido do caso e pela punição do agressor. Entretanto, o apagamento é tão marcante que deixa marcas na superfície textual (VAN LEEUWEN, 1998).

O T2 é mais objetivo, por isso os atores sociais são representados dentro do estritamente necessário. Há predomínio do discurso indireto, o que tira a voz da boca dos atores sociais e a direciona aos jornalistas. Logo, nesse caso, o fato passou pelo filtro de uma agência de notícias (*site* Terra) que tentou se manter neutra ao noticiar o fato.

Com relação aos atores de T2, a vítima aparece mais como paciente das ações praticadas pelo agressor (que é agente ativo). São mencionados, mas não nomeados, as testemunhas, os policiais e a amiga da vítima, que também não têm voz no texto. Como em T1, os agentes da lei – “polícia” – não são nomeados, mas apenas mencionados em função do cargo que ocupam, o que caracteriza a funcionalização (VAN LEEUWEN, 1998).

O T3 é mais curto, é objetivo e apresenta a predominância de discurso indireto. Um ponto que o diferencia dos demais é o apagamento da figura da vítima, apenas mencionada no texto, logo ela é um ator excluído (VAN LEEUWEN, 1998). É relevante considerar que a vítima não tem voz, não é consultada para emitir opinião sobre os fatos. Como nos demais textos, o discurso legal – representado por “os advogados” – é marcante, o que mostra a importância da lei e a existência do racismo em nosso contexto social. Também podemos pensar na recorrência ao discurso legal como uma forma de legitimação (THOMPSON, 1995) das informações que os textos apresentam.

Há ainda outro ponto comum aos três textos: a presença do termo “racismo” em todos os títulos, o que pode ter sido um modo de evidenciar o tema de que tratam as notícias. De modo geral, os textos exemplificam racismo e preconceitos. São discursos que refletem práticas sociais negadas por nossa sociedade, que se afirma como não preconceituosa e não racista. Um ponto divergente é que T1 e T2 citam textualmente os termos usados para ofender as vítimas (“macaco”, “urubu”, “negra safada”); e o T3 os apaga.

Quanto aos atores sociais representados, eles são apenas os indispensáveis aos fatos. Além disso, os textos pouco apresentam a voz dos atores sociais envolvidos no evento. São quase sempre reprodução dos fatos pela voz teoricamente parcial do jornalista que os relata. No entanto, sabemos que essa neutralidade é aparente e que as vozes são silenciadas.

Ainda com relação ao questionamento: **Como são representados os atores sociais em notícias sobre racismo no Brasil?**, após a análise, pude perceber os agentes das ações de racismo são caracterizados como agressores e os pacientes da ação como vítimas. Normalmente, os demais envolvidos são mencionados de modo genérico ou apagados da ação, que se restringe a agressor, vítima e agentes da lei.

O ponto de vista central do texto muda de acordo com o meio em que ele é publicado, podendo se deslocar para a pessoa do agredido ou manter-se parcialmente neutro. Enfim, as representações mostram a existência de racismo no Brasil. Como se pode perceber, nos mais variados âmbitos e contextos, o racismo é uma prática discursiva e social existente em nossa sociedade e que precisa ser mostrada para que, com isso, o Brasil assuma seu preconceito e possa começar a evitá-lo.

Com relação ao segundo questionamento: **Como o brasileiro se representa com relação à cor, à etnia e à raça?**, foram analisadas respostas a cem questionários aplicados em um shopping center de Brasília, Distrito Federal. As respostas foram agrupadas, de acordo com a declaração apresentada, em grupos: branco, moreno, negro, pardo e um grupo que congregou as respostas que não pertenciam a um dos grupos anteriores.

Os dados analisados delineiam constatações sobre as identidades étnico-raciais do brasileiro. Os brancos – 25 pessoas – apresentaram 8 respostas com uso de termo definidor, apoiando sua declaração em expressões como “raça”, “caucasiano”, “amarelada” e “levemente morena”. Uma das conclusões é que o uso do termo “caucasiano” acontece de modo vago ou equivocado, configurando sua interpretação no caso de **sentido da palavra** (FAIRCLOUGH, 1992). Há ainda declarações do tipo “Branca, levemente morena” que mostra incoerência na autoidentificação.

O grupo dos pardos é formado de 36 pessoas, das quais 11 recorreram a termo definidor, o que mostra a incerteza quanto à autoidentificação. Mais uma vez é recorrente o uso de “raça” e de “cor”, assim como a ocorrência de declarações que deixam clara a incerteza: “Misturada, mas acho que é parda”. Assim, os pardos estão em espaço mais indefinido, buscando mais recorrentemente que os morenos o uso do termo definidor no momento da classificação.

Os morenos e os mulatos (um total de 10 pessoas) foram agrupados. No grupo, há quatro casos de uso de termo definidor, neles aparece uma metáfora (FAIRCLOUGH, 2002) na declaração “Moreno (branco +negro). O termo mulato aparece apenas duas, sendo relevante o uso “mulata/negra”, no qual os termos aparecem como equivalentes. Confesso que esse dado

foi um dos que mais me surpreende, pois esperava encontrar com mais recorrência tanto mulato quanto moreno, uma vez que grande parcela da população encontra-se, segundo dados do IBGE já apresentados, nessa classificação.

Quanto ao grupo dos negros, percebe-se que estão em terreno identitário pouco definido, recorrendo mais que o anterior ao termo definidor (em 20 declarações, 13 apresentam uso de termo definidor), logo os negros demonstram mais incerteza com relação a sua definição étnico-racial, uma vez que foram os que mais usaram termo definidor.

Nesse grupo, no estabelecimento da coesão (FAIRCLOUGH, 1992), aparecem as expressões “embora” e “apesar de” que denotam a ligação de ideias que se opõem, isso para mostrar como as relações entre “ser” e “querer ser” estão em crise em parte do grupo.

No grupo dos divergentes, encontram-se as respostas que não recorrem a nenhum dos grupos anteriores e apresentam dados insólitos como “mestiço, feliz e realizado”. O grupo denota a incerteza ainda mais acentuada ou simplesmente a utilização de uma resposta que, na verdade, não responde.

Retomando a questão 2 (Como o brasileiro se identifica com relação à cor, à etnia ou à raça?), acredito que a análise possibilita afirmar que a identificação étnico-racial dos brasileiros acontece de modo inseguro, que a construção configura-se sem uma expressão (uma face) definida. Acredito ainda que os brasileiros ainda não sabem como se identificar étnico-racialmente, nem que critérios usar nessa classificação. Essa indefinição pode ser fruto da constituição histórica e social do País ou de uma crise de identidade e de identificação étnico-racial.

Esse posicionamento considera que as identidades são processuais e que sua formação é perpassada por escolhas individuais e por convenções sociais, nas quais o sujeito se vê ou não como pertencente a grupos sociais, os quais colaboraram para seu posicionamento como sujeito em todos os âmbitos, inclusive no étnico-racial.

A análise das leis 1390 e 7716 foi empreendida para responder ao questionamento 3: **“Como a ideologia presente nos discursos legais contribui para as práticas discursivas racistas no Brasil?”**

A análise, com base nos modos de operação da ideologia propostos por Thompson (1995), permitiu-me concluir que o discurso sustenta-se na relação entre o dito e o não-dito, entre o que é explicitamente marcado (como a punição aos infratores) e o que é apagado (a pessoa do negro).

Ao examinar mais detidamente os textos, observei que neles, como em outros discursos socialmente recorrentes, a pessoa do negro é apagada e substituída por termos ou expressões que o mencionam de modo indireto:

Nos textos foi possível verificar a existência dos seguintes modos de operação da ideologia (THOMPSON, 1995): **Legitimação, Unificação, Fragmentação**. A **Legitimação** é usada como estratégia para dar credibilidade aos textos, que, amparados nas autoridades que os sancionam, ganham *status* de verdade, de Lei. A **Unificação** decorre do uso do pronome indefinido “alguém” ou de termos como “cliente”, “comprador” e “aluno”, que torna iguais os sujeitos a serem beneficiados pelas leis. A Fragmentação separa os atores sociais em dois grupos: o que pode praticar o preconceito (e ser punido pelas leis) e o que pode sofrer preconceito (e ser beneficiado pelas leis). É relevante mencionar que no corpo dos textos legais não aparece termos como “negro”, reforçando a ideia de que no Brasil, por causa do preconceito, ele é evitado, apagado ou eufemizado nos discursos (apud CHAUI, 2001, p. 25).

Conclui ainda que todo discurso reflete ideologias e, com os textos analisados, não é diferente. Eles apontam a ideologia da negação do negro, e a existência do preconceito étnico-racial. Os textos das leis analisadas conseguem abordar o racismo como contravenção penal e como crime, sem definir claramente quem é o beneficiado por elas. Após a análise, acredito que os textos legais apresentam a ideologia da negação do racismo e do apagamento da presença do negro em nossa sociedade, por meio do apagamento de termos e expressões que nomeiam, definem, caracterizam o “ser negro”.

Acredito, finalmente, que as análises mostram que existência do preconceito e do racismo no Brasil, assim como mostram que o discurso é um meio ideologicamente usado para silenciar essas posturas e para construir identidades enfranquecidas para negros, pardos e seus descendentes. Além disso, fica claro que nossas identidades e ideologias são determinadas pela linguagem que utilizamos para nos referir a nós mesmos e para nos situarmos como agente, como ator nas diversas práticas sociais de que participamos.

Para concluir, uma letra de música de Mauro Duarte e Paulo César Pinheiro, composta em 1974.

Canto das três raças

(Mauro Duarte e Paulo César Pinheiro)

Ninguém ouviu um soluçar de dor
No canto do Brasil.
Um lamento triste sempre ecoou
Desde que o índio guerreiro
Foi pro cativo e de lá cantou.

Negro entoou um canto de revolta pelos ares
No Quilombo dos Palmares, onde se refugiou.
Fora a luta dos inconfidentes
Pela quebra das correntes.
Nada adiantou.

E de guerra em paz, de paz em guerra,
Todo o povo dessa terra
Quando pode cantar,
Canta de dor.

E ecoa noite e dia: é ensurdecedor.
Ai, mas que agonia
O canto do trabalhador...
Esse canto que devia ser um canto de alegria
Soa apenas como um soluçar de dor.

Referências

ABERCROMBIE, Nicholas; HILL, Stephen; TURNER, Bryan S. Determinismo e indeterminação na teoria da ideologia. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

ABRAMO, Laís; RANGEL, Marta. Negociação coletiva e igualdade de gênero na América Latina. **Caderno GRPE**, n. 1, Brasília, OIT, 2005.

ABRIL, Neyla Pardo. **Cómo hacer análisis crítico del discurso**. Una perspectiva latinoamericana. Santiago: Frasis, 2007.

_____. Análisis crítico del discurso y representaciones sociales: un acercamiento a la comprensión de cultura. In: BERARDI, Leda (Compiladora). **Análisis Crítico del Discurso**. Perspectivas latinoamericanas. Barcelona: Frasis, 2003.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL). **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

ALDÉ, Lorenzo. Minoria: ser ou não ser? **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 2, n. 18, mar./2007.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 2001.

ANDRÉ, Maria da Consolação. **O ser negro. A construção de subjetividades em afro-brasileiros**. Tese (Doutorado em Psicologia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

ANTONACCI, Maria Antonieta. Narrativas ambíguas. **Revista História Viva Temas Brasileiros**, São Paulo, n. 3, Duetto Editorial, 2006.

ARANHA, Ana. Combate ao racismo. Resultado simbólico. **Revista Época**, 4 set. 2006.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**. Introdução a uma antropologia da supermodernidade. 5. ed. São Paulo: Papyrus, 2005.

AZEVEDO, Elciene. Luiz Gama, a letra e a luta. **Revista História Viva Temas Brasileiros**, São Paulo n. 3, Duetto Editorial, 2006.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**. O negro no imaginário das elites do século XIX. São Paulo: Annablume, 2004.

BARBALHO, Alexandre. Cidadania, minorias e mídia: ou algumas questões opostas ao liberalismo. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, A. **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

BARBUJANI, Guido. **A invenção das raças**. São Paulo: Contexto, 2007.

BARRETT, Michèle. Ideologia, política e hegemonia. De Gramsci a Laclau e Mouffe. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2003.

BAUER, M. W.; AARTS, Bas. A construção do *corpus*: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada**. Vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

_____. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BELVEDERE, Carlos et al. Racismo y discurso: una semblanza de la situación argentina. In: VAN DIJK, T. A. (Coord.). **Racismo y discurso en América Latina**. Barcelona: Gedisa, 2007.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Cidadania em preto e branco**. São Paulo: Ática, 1998.

BLACK, Les. Longe dos olhos: a música sulista e a colorização do som. In: WARE, V. (Org.). **Branquidade. Identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BLAXTER, Loraine; HUGHES, Christina; TIGHT, Malcolm. **How to research**. Bershire: Open University Press, 2006.

BOLÍVAR, Adriana et al. Discurso e racismo en Venezuela: un país “café com leite”. In: VAN DIJK, T. A. (Coord.). **Racismo y discurso en América Latina**. Barcelona: Gedisa, 2007.

BOYCE, Robert W. D. Falácias na interpretação de dados históricos e sociais. BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2003.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**, Relatório de Implementação: 2005, 2006. Brasília: Presidência da República, 2006.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Balanco das ações 2003/2005**. Brasília: Presidência da República, 2005.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004.

BRITZMAN, Deborah P. A diferença em tom menor: algumas modulações da história, da memória e da comunidade. In: WARE, Vron (Org.). **Branquidade. Identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BUENO, Francisco da Silveira. **Dicionário escolar da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: FAE, 1994.

BURDICK, John. Pentecostalismo e identidade negra no Brasil: mistura possível. In: REZENDE, C. B.; MAGGIE, Y. (Org.). **Raça como retórica: a construção da diferença**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARNEIRO, Sueli. Estrelas com luz própria. **Revista História Viva Temas Brasileiros**, São Paulo, n. 3, Duetto Editorial, 2006.

CARNEIRO, M. Luiza Tucci. **O racismo na História do Brasil**. São Paulo: Ática, 2003.

CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Summus, 2000.

CASTILLO, Sandra Soler; ABRIL, Neyla Graciela Pardo. Discurso e racismo en Colombia. Cinco siglos de invisibilidad y exclusión. In: VAN DIJK, Teun A. (Coord.). **Racismo y discurso en América Latina**. Barcelona: Gedisa, 2007.

CASTRO, Silvia Regina Lorenso de. **Corpo e erotismo em Cadernos Negros: a reconstrução semiótica da liberdade**. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2007.

CHALHOUB, Sidney. Exclusão e cidadania. **Revista História Viva Temas Brasileiros**, São Paulo, n. 3, Duetto Editorial, 2006.

CHAVEZ, Ernesto Rodrigues. Notas sobre la identidad cubana e su relación con la diáspora. **Revista Temas**, Cuba, n. 28, Nueva Época, jan./mar. 2002.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CHILTON, Paul (Ed.). **A new agenda in (Critical) Discourse Analysis**. Amsterdam/Philadelphia: General Editors, 2005.

CHRISTIANS, Clifford G. A ética e a política na pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. et al. **O planejamento da pesquisa qualitativa**. Teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

CHOULIARAKI, L; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity. Rethinking Critical Discourse Analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

COMPARATO, Bruno Konder. Direitos Femininos. As donas da casa. **Revista Desvendando a História**, ano 2, n. 10, 2006.

_____. Escravos do novo século. **Revista Desvendando a História**, ano 2, n. 10, 2006b.

CORTÊS, Giovana Xavier da; GOMES, Flávio. Nas ruas do Rio de Janeiro. **Revista História Viva Temas Brasileiros**, São Paulo, n. 3, Duetto Editorial, 2006.

CONFEDERAÇÃO-GERAL DOS TRABALHADORES (CGT). **Assédio moral no trabalho**. São Paulo: CGT/STIEESP, 2006.

CORACINI, Maria José (Org.). **Identidade e discurso: (des)construindo subjetividades**. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

COUCEIRO, Luiz A.; ARAUJO, Carlos E. M. de. Dimensões cativas e construção da emancipação: relações morais nas lógicas de sociabilidade de escravos e livres. Sudeste, 1860 – 1888. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro ano 25, n. 2, Universidade Candido Mendes, 2003.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Bonde do mal: notas sobre território, cor, violência e juventude numa favela do subúrbio carioca. In: REZENDE, C. B.; MAGGIE, Y. (Org.). **Raça como retórica: a construção da diferença**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CUSTÓDIO, Adolfo Martins. O futebol brasileiro como instrumento para a inclusão social do negro: algumas considerações. In: RASSI, Sarah Taleb (Org.). **Negros na sociedade e na cultura brasileiras**. Goiania: Editora da UCG, 2005.

DASCAL, Marcelo. Identities in flux: Arabs and Jews in Israel. In: WEISS, Gilbert; WODAK, Ruth (Org.). **Critical Discourse Analysis. Theory and interdisciplinarity**. Hampshire: Palgrave, 2003.

DE LA TORRE, Carolina. Identidad e identidades. **Revista Temas, Cultura, Ideología, Sociedad**, Cuba, n. 28, , Nueva Época, jan./mar. 2002.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna et al. **O planejamento da pesquisa qualitativa**. Teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

_____. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. et al. **O planejamento da pesquisa qualitativa**. Teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DEWS, Peter. Adorno, pós-estruturalismo e a crítica da modernidade. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

DIEESE — Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos Estudos e pesquisas. **Trabalho e renda da mulher na família**. Ano I, n. 6, mar./2006.

_____. O emprego doméstico: uma ocupação tipicamente feminina. **Cadernos GRPE**, Brasília, n. 3, DIEESE/GRPE/OIT, 2006a.

DUBAR, Claude. **A crise das identidades**. A interpretação de uma mutação. Porto: Afrontamentos, 2006.

ECKERT-HOFF, Beatriz. A denegação como impossibilidade de “captura” do não-um no tecido do dizer. In: CORACINI, M. J. (Org.). **Identidade e discurso: (des)construindo subjetividades**. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

EDWARDS, Derek. “Psicologia discursiva: unindo teoria e método com um exemplo”. In: INIGUEZ, L. **Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.

FAIRCLOUGH, Norman. The Dialectics of Discourse. Disponível em: <www.ling.lancs.ac.uk>. Acesso em: 16 dez. 2008.

_____. **Critical discourse analysis**. Disponível em: <www.ling.lancs.ac.uk/profiles>. Acesso em: 26 mar. 2008.

_____. **Language and globalization**. London: Routledge, 2006.

_____. Critical discourse analysis in transdisciplinary research. In: WODAK, Ruth;

_____. **Analysing Discourse**. Textual analysis for social research. London, Nov York: Routledge, 2003.

_____. A Análise Crítica do Discurso e a mercantilização do discurso público: as universidades. In: MAGALHÃES, Célia (Org.). **Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso**. Belo Horizonte: Faculdades de Letras, UFMG, 2001.

_____. **New labor, new language?** London: Routledge, 2000.

_____. “Discurso, mudança e hegemonia” In: PEDRO, E. R. **Análise Crítica do Discurso**. Uma perspectiva funcional e analítica. Lisboa: Caminho, 1998.

_____. **Media discourse**. Nova York: Arnold, 1995.

_____. Technologisation of discourse. In: CALDAS-COULTHARD, C. R.; COULTHARD, M. (Org.). **Texts and practices. Readings in Critical Discourse Analysis**. London/New York: Routledge, 1996.

_____. (Ed.). **Critical language awareness**. London: Longman, 1992a.

_____. **Discourse and social change**. [S.l.]: Polity Press, 1992.

FARR, Robert M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Porto: Orgal, 1980.

FEIX, Virgínia. Sobre gênero e justiça: o projeto Promotoras Legais Populares. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Revista Textos do Brasil**, Brasília, n. 7, MRE, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

FERREIRA, Dina Maria Martins. **Discurso feminino e identidade social**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

FERREIRA JÚNIOR, Avimar. A inexistência de bonecos negros na psicologia: alienação e racismo no atendimento clínico infantil. In: RASSI, Sarah Taleb (Org.). **Negros na sociedade e na cultura brasileiras**. Goiânia: Editora da UCG, 2005.

FINE, Michelle et al. Para quem? Pesquisa qualitativa, representações e responsabilidades sociais. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. **O planejamento da pesquisa qualitativa**. Teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FIRTH, J. R. Context f situation. In: **The tongues of men**. London: Watts & Co. Reprinted in *The tongues of men & speech*/Oxford: Oxford University Press, 1937.

FIORIN, José Luiz. Teoria e metodologia nos estudos discursivos de tradição francesa. In: SILVA, D. E. G.; VIEIRA, J. A.s (Org.). **Análise de Discurso: percursos teóricos e metodológicos**. Brasília: Universidade de Brasília/Oficina Editorial do Instituto de Letras/Editora Plano, 2002.

FLOR, Guáira Índia. Um país que beneficia a poucos. **Jornal Correio Braziliense**, 28 jun. 2003.

FOWLER, Roger. On critical linguistics. In: CALDAS-COULTHARD, C. R.; COULTHARD, M. **Readings in critical Discourse Analysis**. London/Nova York: Routledge, 1996.

FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não-marcada. In: WARE, Vron (Org.). **Branquidade**. Identidade branca e multiculturalismo. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FROW, John; MORRIS, Meagham. Estudos culturais. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. **O planejamento da pesquisa qualitativa**. Teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FRY, Peter et al. (Org.). **Divisões perigosas**. Políticas raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES/MINISTÉRIO DA CULTURA. Ações afirmativas. **Este é o caminho**. Brasília: MEC, jun. 2006.

GAMSON, Joshua. As sexualidades, a teoria *queer* e a pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Y. et al. **O planejamento da pesquisa qualitativa**. Teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GERGEN, Mary M.; GERGEN, Kenneth J. Investigação qualitativa: tensões e transformações. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. **O planejamento da pesquisa qualitativa**. Teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Tradução Plínio Dentzein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Unesp, 1992.

GIDDENS, A.; TURNER, Jonathan (Org.). **Teoria Social hoje**. São Paulo: Unesp, 1999.

GILL, Rosalind. Análise de Discurso. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GILROY, Paul. **Entre campos**. Nações, culturas e o fascínio da raça. São Paulo: Annablume, 2007.

GRACIA, Tomás Ibáñez. O “giro lingüístico”. In: INIGUEZ, L. **Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004.

GRIGOLETO, Marisa. Representação, identidade e aprendizagem de língua estrangeira. In: CORACINI, M. J. (Org.). **Identidade e discurso**: (des)construindo subjetividades. Campinas: Unicamp, 2003.

GONÇALVES, Benjamim S. (Coord.). **Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas**: pesquisa 2005. São Paulo: Instituto Ethos, 2006.

GOMES, Flávio; FERREIRA, Roquinaldo. A lógica da crueldade. **Revista História Viva Temas Brasileiros**, São Paulo, n. 3, Duetto Editorial, 2006.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz**. Corpo e cabelo negro como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOMES, Tiago de Melo. Problemas no paraíso: a democracia racial brasileira frente à imigração afro-americana. **Estudos afro-asiáticos**, Rio de Janeiro, ano 25, n. 2, Universidade Candido Mendes, 2003.

GONÇALVES, Márcio Souza. Minoria, identidade e virtualidade. In: In: PAIVA, R.; BARBALHO, A. **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2003.

GOUVEIA, Carlos. **Análise Crítica de Discurso**: enquadramento histórico. Disponível em: <<http://www.fl.ul.pt/pessoais/cgouveia/producao.htm>>. Acesso em: 22 mar. 2008.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido**. Um estudo histórico e enunciativo da linguagem. São Paulo: Pontes, 2005.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. O insulto racial: as ofensas verbais registradas em queixas de discriminação. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 38, Rio de Janeiro, Universidade Candido Mendes, 2000.

HALL, Stuart. **Da diáspora**. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2006.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

_____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. da. **Identidade e diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

HALLIDAY, M. **An introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold, 1994.

_____. As bases funcionais da linguagem. In: DASCAL, Marcelo. **Fundamentos metodológicos da Linguística**. Concepções gerais da teoria lingüística. São Paulo: Global, 1978.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades sociais no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

HERNANDEZ, Leila Leite. A invenção da África. **Revista História Viva Temas Brasileiros**, São Paulo, n. 3, Duetto Editorial, 2006.

HODGE, R.; KRESS, G. **Social semiotics**. Cambridge: Polity Press, 1988.

HUTCHINS, John. On the structure of scientific texts. **UEA Papers in Linguistics 5**. September. Norwich: The Library University of East Anglia, 1977.

IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IKEDA, Alberto T. Do lundu ao mangue-beat. **Revista História Viva Temas Brasileiros**, São Paulo, n. 3, Duetto Editorial, 2006.

ILARI, Rodolfo. **Introdução à Semântica**. Brincando com a gramática. São Paulo: Contexto, 2006.

INIGUEZ, Lupicínio. **Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. A linguagem nas ciências sociais: fundamentos, conceitos e modelos. In: INIGUEZ, L. **Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. A linguagem nas ciências sociais: variedades, tradições e práticas. In: INIGUEZ, L. **Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004.

JACOBSON, Matthew Frye. Pessoas brancas livres na República. In: WARE, V. (Org.). **Branquidade. Identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço e público e representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Org.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

JOHNSON III, Ollie A. Representação racial e política no Brasil: parlamentares negros no Congresso Nacional (1983–1999). **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 38, Rio de Janeiro, Universidade Candido Mendes, 2000.

JOVINO, Ione da Silva. A juventude e o hip-hop. **Revista História Viva Temas Brasileiros**, São Paulo, n. 3, Duetto Editorial, 2006.

KEMPSON, Ruth M. **Teoria semântica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

KLEIMAN, Ângela. A interface de questões éticas e metodológicas na pesquisa em lingüística aplicada. In: SILVA, Denize Elena G.; VIEIRA, Josênia Antunes (Org.). **Análise de Discurso: percursos teóricos e metodológicos**. Brasília: Universidade de Brasília/Oficina Editorial do Instituto de Letras/Editora Plano, 2002.

KOCH, Ingedore G. V. Um olhar retrospectivo. In: ALBANO, Eleonora et a. (Org.). **Saudades da língua**. A lingüística e os 25 anos do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

KOCH, I. G. V. Formas linguísticas e construção de sentido. In: SILVA, D. E. G.; VIEIRA, J. Antunes (Org.). **Análise de Discurso: percursos teóricos e metodológicos**. Brasília: Universidade de Brasília/Oficina Editorial do Instituto de Letras/Editora Plano, 2002.

KOSSLING, Karin Sant'Anna. Da liberdade à exclusão. **Revista Desvendando a História**, ano 2, n. 10, 2006.

KOUNDOURA, Maria. ¿Multiculturalismo o multinacionalismo? **Revista Temas, Cultura, Ideología, Sociedad**, Cuba, n. 28, Nueva Época, jan./mar. 2002.

KRESS, Gunther. Representational resources and the production of subjectivity. In: CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa; COULTHARD, Malcolm. **Readings in critical Discourse Analysis**. London/New York: Routledge, 1996.

_____. et al. **Discourse semiotics**. [S.l.]: [s.n.], 1995.

_____. **Linguistics processes in sociocultural practice**. Oxford: Oxford University Press, 1989.

_____. Considerações de carácter cultural na descrição lingüística: para uma teoria social da linguagem. In: PEDRO, Emília R. (Org.). **Análise Crítica do Discurso**. Lisboa: Caminho, 1988.

LARRAÍN, Jorge. Identidad y discurso. In: HARVEY, A. (Org.). **En torno al discurso**. Contribuciones de América Latina. Santiago: Universidad Catolica de Chile, 2005.

LEAL, Maria Christina D. Questões de ética e fortalecimento na etnografia crítica. In: SILVA, D. E. G.; VIEIRA, J. A. (Org.). **Análise de Discurso: percursos teóricos e metodológicos**. Brasília: Universidade de Brasília/Oficina Editorial do Instituto de Letras/Ed. Plano, 2002.

LE BRETON, David. **Sinais da identidade**. Tatuagens, piercings e outras marcas corporais. Lisboa: Miosótis, 2004.

LEBRUN, Gérard. **O que é poder**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LEHTONEN, Mikko. **On no man's land**. Theses on intermediality. Tiedotustutkimus 22, University of Tampere, 1999.

LEPARGNEUR, Hubert. **Destino e identidade**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1989.

LESSA, Carlos. O Brasil não é bicolor. In: FRY, Peter et al. (Org.). **Divisões perigosas**. Políticas raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LIMA, Nísia Trindade; SÁ, D. Miranda de. Roquette-Pinto e o anti-racismo no Brasil. In: FRY, Peter et al. (Orgs.) **Divisões perigosas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LOPES, Luiz Paulo da Moita (Org.). **Discurso de identidades**. São Paulo: Mercado de Letras, 2003.

LOPES, Ney. O toque do atabaque. **Revista História Viva Temas Brasileiros**, São Paulo, n. 3, Duetto Editorial, 2006.

LOPES, Gustavo Acioli. As mãos e os pés do senhor. **Revista Desvendando a História**, ano 2, n. 10, 2006.

LÓPEZ, Celso. ¿Que ES un discurso argumentativo razonable? In: HARVEY, Anamaria (Org.). **En torno al discurso**. Contribuciones de América Latina. Santiago: Universidad Católica de Chile, 2005.

MATTOS, Wilson Roberto de. O braço negro em Salvador. **Revista História Viva Temas Brasileiros**, São Paulo, n. 3, Duetto Editorial, 2006.

MAGALHÃES, Izabel. Introdução: A Análise de Discurso Crítica. **Revista DELTA**, n. 21, 2005.

MAGALHÃES, Izabel. Análisis crítico del discurso e ideología de gênero en la constitución brasilina. In: BERARDI, Leda (Compiladora). **Análisis Crítico del Discurso**. Barcelona: Frasis, 2003.

MAGALHÃES, Célia. A Análise Crítica do Discurso enquanto Teoria e Método de Estudo. In: MAGALHÃES, Célia (Org.). **Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1972.

MARINS, Cosme Freire. **Mosaico da identidade nacional: as representações do Brasil entre alunos de uma escola pública**. Dissertação (Mestrado)—Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2008.

MARTINHO, Luís Mauro de Sá. **Mídia e poder simbólico**. Um ensaio sobre comunicação e campo religioso. São Paulo: Paulus, 2003.

MARTINS, José de Souza. O branco da consciência negra. In: FRY, Peter et al. (Org.). **Divisões perigosas**. Políticas raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARTINS, André Ricardo Nunes. Grupos excluídos no discurso da mídia: uma análise de discurso crítica. **Revista DELTA**, São Paulo, n. 21, 2005.

MEC/SESu. Educação e diversidade. **Revista do PROEXT**, Brasília, MEC/SESu, 2005.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**. A prática de fichamentos, resumos e resenhas. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MELO, Cristina Teixeira Vieira de. Construção identitária da Bahia. **Linguagem em (Dis)curso** - LemD, Tubarão, v. 6, n. 1, p. 29-44, jan./abr. 2006.

MELTZER, Milton. **História Ilustrada da escravidão**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

MENAI, Tânia. A volta da mulherzinha. **Veja**, edição 65, ano 39, n. 1.958, jun. 2006.

MERINO, Maria Eugenia et al. Racismo discursivo en Chile. El caso mapuche. In: VAN DIJK, T. A. (Coord.). **Racismo y discurso en América Latina**. Barcelona: Gedisa, 2007.

_____. Racismo discursivo en Chile: El caso Mapuche. In: HARVEY, Anamaria (Org.). **En torno al discurso**. Contribuciones de América Latina. Santiago: Universidad Católica de Chile, 2005.

MÉSZAROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MOTTA, Roberto. Paradigmas de interpretação das relações raciais no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 38, Universidade Candido Mendes, 2000.

MOURA, Abdias. **Sexo, nação e cor**. Ensaio sobre o preconceito. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2008.

MOURA, Paulo Gomes de. Negro Brasileiro: história de opressão. In: RASSI, Sarah Taleb (Org.). **Negros na sociedade e na cultura brasileiras**. Goiânia: Editora da UCG, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MUNANGA, Kabengele. Prefácio. In: OLIVEIRA, E. de. **Mulher negra**. Professora universitária. Trajetória, Conflitos e Identidade. Brasília: Líber Livro, 2006.

NORVELL, John M. A brancura desconfortável das camadas médias brasileiras. REZENDE, C. B.; MAGGIE, Y. (Org.). **Raça como retórica: a construção da diferença**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

NOVAES, Joana de Vilhena. **O intolerável peso da feiura**. Rio de Janeiro: Editora PUC/Garamond, 2006.

NUTTALL, Sarah. Subjetividade da branquidade. In: WARE, Vron (Org.). **Branquidade**. Identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da Identidade**. São Paulo: Editora Unesp/Brasília: Paralelo 15, 2006.

OLIVEIRA, Eliana de. **Mulher negra**. Professora universitária. Trajetória, Conflitos e Identidade. Brasília: Líber Livro, 2006.

OLIVEIRA, Cloves L. P.; BARRETO, Paula C. da S. Percepção do racismo no Rio de Janeiro. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro ano 25, n. 2, Universidade Candido Mendes, 2003.

OLIVEIRA, Raquel de. O jovem negro e a educação: uma experiência de fortalecimento e auto-estima. Ministério das Relações Exteriores. **Revista Textos do Brasil**, Brasília n. 7, MRE, 2000.

OLSEN, Virgínia L. Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna et al. **O planejamento da pesquisa qualitativa**. Teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Trabalho decente nas Américas: uma agenda hemisférica, 2006-2015. Brasília: OIT, 2006.

ORLANDI, Eni P. “Palavra de amor”. In: ALBANO, Eleonora et al. (Org.). Saudades da língua. A linguística e os 25 anos do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2003.

PAGANO, Adriana; MAGALHÃES, Célia. Análise Crítica do Discurso e Teorias Culturais: hibridismo necessário. **Revista DELTA**, São Paulo, n. 21, 2005.

PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

PAIVA, R. Mídia e política das minorias. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

PAULO, Carlos A. Santos de. Exclusão social. **Correio Braziliense**, 24 nov. 2002.

PÊCHEUX, Michel. O mecanismo do (des)conhecimento da ideologia. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

- PEDRO, Emília R. (Org.). **Análise Crítica do Discurso**. Lisboa: Caminho, 1998.
- _____. O discurso dos e nos *media*. In: PEDRO, Emília R. (Org.). **Análise Crítica do Discurso**. Lisboa: Caminho, 1998a.
- PENA, Sérgio. Receita para uma humanidade desracializada. In: FRY, Peter et al. (Org.). **Divisões perigosas**. Políticas raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Universidade de São Paulo/Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Editora 34, 1999.
- PILLEUX, Mauricio. El prejuicio étnico y el análisis del discurso. In: HARVEY, Anamaria (Org.). **En torno al discurso**. Contribuciones de América Latina. Santiago: Universidad Católica de Chile, 2005.
- PINHEIRO, Daniela; MAXIMILIANO, Adriana. O feminismo na crise dos 40. **Veja**, edição 65, ano 39, n. 1958, jun. 2006.
- PINSKY, Jaime (Org.). **12 faces do preconceito**. São Paulo: Contexto, 2006.
- PNUD BRASIL. **Relatório de Desenvolvimento Humano: Brasil 2005**. Racismo, pobreza e violência. Brasília: Pnud, 2005.
- QUEIROZ, Suely Reis de. **Escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Ática, 2003.
- RACHLEFF, Peter. Branquidade: seu lugar na historiografia da raça e da classe nos Estados Unidos. In: WARE, V. (Org.). **Branquidade. Identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma linguística crítica**. Linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola editorial, 2003.
- RAJAGOPALAN, K. “Teorizando a resistência”. In: SILVA, Denize Elena G.; VIEIRA, Josênia Antunes (Org.). **Análise de Discurso: percursos teóricos e metodológicos**. Brasília: Universidade de Brasília/Oficina Editorial do Instituto de Letras/Editora Plano, 2002.
- RAHIER, Jean. Mãe, o que será que o negro quer? Representações racistas na Revista *Vistazo* 1957 – 1991. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, ano 23, Universidade Candido Mendes, 2001.
- RASSI, Sarah Taleb (Org.). **Negros na sociedade e na cultura brasileiras**. Goiânia: UCG, 2005.

RAVELLI, Louise. Getting started with functional analysis of texts. In: UNSWORTH, Len (Ed.). **Researching Language in schools and communities: functional linguistics perspectives**. London: Cassel, 2000.

REVISTA DISCUTINDO LÍNGUA PORTUGUESA, ano I, n. 2, 2007.

REZENDE, Cláudia Barcellos; MAGGIE, Yvonne (Org.). **Raça como retórica: a construção da diferença**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

RIBEIRO, Matilde. Por um país sem racismo. **Revista História Viva Temas Brasileiros**, São Paulo, n. 3, Duetto Editorial, 2006.

RIBEIRO, R. Rosa. **Colônia(s) de identidades**: discursos sobre a raça nos manuais escolares de História do Brasil. Dissertação (Mestrado)—Unicamp, Campinas, 2004.

RODRIGUES, Jaime. Visões nascidas do medo. **Revista História Viva Temas Brasileiros**, São Paulo, n. 3, Duetto Editorial, 2006.

ROEDIGER, David R. Sobre autobiografia e teoria: uma introdução. In: WARE, Vron (Org.). **Branquidade. Identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

ROJO, Luiza Martin. A fronteira interior – análise crítica do discurso: um exemplo sobre racismo. In: INIGUEZ, Lupicínio. **Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2004.

RUDIGER, Francisco. Comunicação e teoria crítica do sujeito: a recepção ativa como processo de assujeitamento. In: RUBIM, A. et al. (Org.). **Práticas discursivas na cultura contemporânea**. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

SAN MARTIN, Berta. El racismo en la prensa chilena: el caso Mapuche. In: HARVEY, Anamaria (Org.). **En torno al discurso**. Contribuciones de América Latina. Santiago: Universidad Católica de Chile, 2005.

SANSONE, Lívio. Não-trabalho, consumo e identidade negra: uma comparação entre Rio e Salvador In: REZENDE, C. B.; MAGGIE, Y. (Org.). **Raça como retórica: a construção da diferença**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, B. de Sousa. **A universidade no século XXI**. 2. ed. SÃO PAULO: Cortez, 2005.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. As novelas e seus clichês. **Revista História Viva Temas Brasileiros**, São Paulo, n. 3, Duetto Editorial, 2006.

SANTOS, João Paulo de Faria. **Ações afirmativas e igualdade legal**. A contribuição do direito na construção de um Brasil diverso. São Paulo: Loyola, 2005.

SANTOS, Jocélio Teles dos. O negro no espelho: imagens e discursos nos salões de beleza étnicos. **Estudos Afro-Asiáticos 38**, Rio de Janeiro, Universidade Candido Mendes, 2000.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1975.

SCHNEIDER, Alberto. Mistificações da ciência. **Revista História Viva Temas Brasileiros**, São Paulo, n. 3, Duetto Editorial, 2006.

SCHERER, Amanda E.; MORALES, Gladys; LECLERQ, Helene. Palavras de intervalo no decorrer da vida ou por uma política imaginária da identidade e da linguagem. In: CORACINI, Maria José (Org.). **Identidade e discurso: (des)construindo subjetividades**. Campinas: editora Unicamp, 2003.

SEKEFF, Gisela. Com diploma e sem marido. **Veja**, edição 65, ano 39, n. 1958, jun. 2006.

SILVERINHA, Maria João. Democracia e reconhecimento: repensar o espaço público. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

SILVA, Paulo V. Batista da; ROSEMBERG, Fulvia. Negros e y blancos en los media brasileños: el discurso racista e las prácticas de resistencia. In Van DIJK, Teun A. (Coord). **Racismo y discurso en América Latina**. Barcelona: Gedisa, 2007.

SILVA, Denize Elena G. Percursos teóricos e metodológicos em Análise de Discurso: uma pequena introdução. In: SILVA, D. E. G.; VIEIRA, J. A. (Org.). **Análise de Discurso: percursos teóricos e metodológicos**. Brasília: Universidade de Brasília/Oficina Editorial do Instituto de Letras/Editora Plano, 2002.

SILVA, Denize Elena G.; VIEIRA, Josênia Antunes (Org.). **Análise de Discurso: percursos teóricos e metodológicos**. Brasília: Universidade de Brasília/Oficina Editorial do Instituto de Letras/Editora Plano, 2002.

SILVA, José Carlos Gomes da. Novas identidades. **Revista História Viva Temas Brasileiros**, São Paulo, n. 3, Duetto Editorial, 2006.

SILVA, Francisca Cordelia Oliveira da. **A representação da raça negra no Brasil: ideologia e identidades**. Dissertação (Mestrado)—Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

_____. O uso de metáforas e a construção de identidades étnicas. In: VIEIRA, Josenia Antunes et al. **Olhares em Análise de Discurso Crítica**. Brasília: CEPADIC, 2009.

SILVA, Salloma Salomão Jovino da. Viola d'Angola, som de raiz. **Revista História Viva Temas Brasileiros**, São Paulo, n. 3, Duetto Editorial, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SISS, Ahyas. Educação monocromática. **Revista Educação**, ano 12, n. 142, fev./2009.

SHERIFF, Robin E. Como os senhores chamavam os escravos: discursos sobre cor, raça e racismo num morro carioca. In: REZENDE, C. B.; MAGGIE, Y. (Org.). **Raça como retórica: a construção da diferença**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOARES FILHO, Almiro Sena. **A relevância da questão étnico-racial no Brasil**. In: 1º SEMINÁRIO DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 7 e 8 maio 2008.

SOBHIE, Mauro T. B. Representação da interação e representação da atividade em *press releases* e notícias. In: II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA. **Anais...** Disponível em: <www.fflch.usp.br/eventos/enilnew>. Acesso em: 5 jan. 2008.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

SOUZA, Jessé. Democracia racial e multiculturalismo: a ambivalente singularidade cultural brasileira. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 38, Universidade Candido Mendes, 2000.

SOUZA, Marina de Melo e. Reis e rainhas do Brasil. **Revista História Viva Temas Brasileiros**, São Paulo, n. 3, Duetto Editorial, 2006.

SOVIK, Liv. A branquidade e o estudo da mídia brasileira: algumas anotações com base em Guerreiro Ramos. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

SPINK, Mary Jane P.; MENEGON, Vera Mincoff. Práticas discursivas como estratégias de governabilidade: a linguagem dos riscos em documento de domínio público. In: INIGUEZ, L. **Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004.

STEYN, Melissa. Novos matizes da “branquidade”: a identidade branca numa África do Sul multicultural e democrática. In: WARE, V. (Org.). **Branquidade. Identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

TAVARES, Juliana. A cor da indignação. **Revista História Viva Temas Brasileiros**, São Paulo, n. 3, Duetto Editorial, 2006.

TÍLIO, Rogério. O jogo discursivo na vida afetiva: a construção de masculinidades hegemônicas e subalternas. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). **Discurso de identidades**. São Paulo: Mercado de Letras, 2003.

TITSCHER, Stefan; MEYER, Michael; WODAK, Ruth; VETTER, Eva. **Methods of text and Discourse Analysis**. London: Sage Publications, 2000.

THOMPSON, John. **Ideologia e cultura moderna**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

TORRE, Carolina de la. Identidad e identidades. **Revista Temas, Cultura, Ideología, Sociedad**, Cuba, n. 28.: Nueva Época, jan./mar. 2002.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. (Coord). **Racismo y discurso en América Latina**. Barcelona: Gedisa, 2007.

_____. **Racismo y discurso en América Latina: una introducción**. In: VAN DIJK, Teun A. (Coord). **Racismo y discurso en América Latina**. Barcelona: Gedisa, 2007.

_____. Contextual knowledge management in discourse production: a CDA perspective. In: WODAK, Ruth; CHILTON, Paul (Ed.). **A new agenda in (Critical) Discourse Analysis**. Amsterdam/Philadelphia: General Editors, 2005.

_____. O giro discursivo. In: INIGUEZ, Lupicínio. **Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **Dominación étnica y racismo discursivo em España y América Latina**. Barcelona: Gedisa, 2003.

_____. **Racismo y discurso de las élites**. Barcelona: Gedisa, 2003a.

_____. Prólogo. In: BERARDI, Leda (Compiladora). **Análisis Crítico del Discurso**. Barcelona: Frasis, 2003b.

_____. **Cognição, discurso e interação**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. [The Reality of Racism](#). On analyzing parliamentary debates on immigration. In: ZURSTIEGE, Guido (Hrsg.). **Festschrift. Für die Wirklichkeit (Festschrift for Siegfried Schmidt)**. (pp. 211-226). Wiesbaden: Westdeutscher Verlag, 2000. Disponível em: <www.discourses.org>.

_____. Denying racism: elite discourse and racism. In: SOLOMOS, J.; WRENCH, J. (Ed.). **Racism and Migration in Western Europe**. Oxford: Berg, 1993. p. 179-193. Disponível em: <www.discourses.org>.

_____. **Ideology: a multidisciplinary study**. London: Sage, 1998.

_____. Semântica do discurso e ideologia. In: PEDRO, Emília R. (Org.). **Análise Crítica do Discurso**. Lisboa: Caminho, 1988b.

VAN LEEUWEN, Theo. A representação dos actores sociais. In: PEDRO, Emília R. **Análise Crítica do Discurso**. Lisboa: Caminho, 1998.

VIANA, Anauana Maia C. Cinco séculos de luta e resistência. In: RASSI, Sarah Taleb (Org.). **Negros na sociedade e na cultura brasileiras**. Goiânia: Editora da UCG, 2005.

VIDICH, Arthur J. LYMAN, Stanford M. Métodos qualitativos: sua história na sociologia e na antropologia. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna et al. **O planejamento da pesquisa qualitativa**. Teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

VIEIRA, J. A . As Metáforas Visuais no Discurso da Educação.. In: II Simpósio Intern. em ADC e VIII Encontro Nac. de Interação em Linguagem Verbal e Não-Verbal., 2008, São Paulo. As Metáforas Visuais no Discurso da Educação, 2008.

VIEIRA, Josenia Antunes et al. Olhares em Análise de Discurso Crítica. Brasília: CEPADIC, 2009.

_____. Reflexões sobre a língua portuguesa. Uma abordagem multimodal. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. A identidade da mulher na modernidade. **Revista DELTA**, São Paulo, n. 21, 2005.

_____. As abordagens críticas e não-críticas em Análise de Discurso. In: SILVA, D. E. G.; VIEIRA, J. A. (Org.). **Análise de Discurso: percursos teóricos e metodológicos**. Brasília: Universidade de Brasília/Oficina Editorial do Instituto de Letras/Editora Plano, 2002.

VITORINO, Artur José Renda. **Escravidão e modernização no Brasil do século XIX**. São Paulo: Atual, 2000.

WARE, Vron (Org.). **Branquidade**. Identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004a.

WEISS, Gilbert; WODAK, Ruth. Introduction: theory, interdisciplinary and Critical Discourse Analysis. In: WEISS, Gilbert; WODAK, Ruth (Org.). **Critical Discourse Analysis**. Theory and interdisciplinarity. Hampshire: Palgrave, 2003.

WEST, Cornel. Las nuevas políticas culturales de la diferencia. **Revista Temas, Cultura, Ideología, Sociedad**, Cuba, n. 28, Nueva Época, jan./mar. 2002.

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 9, n. 1, maio 1997.

WODAK, Ruth. “Círculos específicos” e discurso anti-semita: a construção do discurso do “outro”. In: PEDRO, Emília R. (Org.). **Análise Crítica do Discurso**. Lisboa: Caminho, 1998.

_____. **Disorders of Discourse**. London: Longman, 1996.

WODAK, Ruth; CHILTON, Paul (Ed.). **A new agenda in (Critical) Discourse Analysis**. Amsterdam/Philadelphia: General Editors, 2005.

WODAK, Ruth; REISIGL, Martin. Discourse and racism. In: SCHIFFRIN, D.; TANNEN, D.; HAMILTON, H. E. **Handbook of discourse analysis**. Malden: Blackwell, 2003.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

WRAY, Matt. Pondo a “ralé branca” no centro: implicações para pesquisas futuras. In: WARE, Vron (Org.). **Branquidade. Identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004a.

ZANCHETTA JÚNIOR, Juvenal. **Imprensa escrita e telejornal**. São Paulo: Unesp, 2004. (Coleção paradidáticos).

ZARAVOSO, Irene Fonte. La escena enunciativa en la prensa. In: BERARDI, Leda (Compiladora). **Análisis Crítico del Discurso**. Perspectivas latinoamericanas. Barcelona: Frasis, 2003.

ZAVALA, Virginia; ZARIQUIEY, Roberto. “Yo te segrego a ti porque tu falta de educación me ofende”: una aproximación al discurso racista en el Perú contemporáneo. In: VAN DIJK, Teun A. (Coord.). **Racismo y discurso en América Latina**. Barcelona: Gedisa, 2007.

ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

_____. O espectro da ideologia. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.